

EXÉRCITO BRASILEIRO
FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RS
- Academia General Rinaldo Pereira da Câmara -

RAÍZES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Período Colonial: 1500-1822

*General de Exército Virgilio Ribeiro Muxfeldt
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Coronel*

Este trabalho foi elaborado com base nas seguintes obras:

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo. Brasília: IBGE, 1972.

BIBLIEx. O Exército na História do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; Salvador, BA: Odebrecht, 1998.

Porto Alegre, 2019

© de General de Exército Virgílio Ribeiro Muxfeldt e Luiz Ernani Caminha
Giorgis, Coronel

Esta obra é de propriedade do Exército Brasileiro.

1ª Edição: 2019

Revisão: dos autores

Impressão e acabamento: Renascença

M993r Muxfeldt, Virgílio Ribeiro
Raízes do exército brasileiro: período colonial: 1500-1822 /
Virgílio Ribeiro Muxfeldt, Luiz Ernani Caminha Giorgis. – Porto
Alegre: Renascença, 2019.
268p.: il.; 16x23cm.

1. História do Brasil - Exército - período colonial I. Giorgis,
Luiz Ernani Caminha II. Título.

CDU 981:355:311.1"1500/1822"

Bibliotecário responsável: Antonio Carlos Dias de Oliveira CRB 10/961.

E-mail dos autores:
vrmuxfeldt@gmail.com
lecaminha@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é baseado nas obras citadas na folha de rosto. A primeira, de 1972, e a segunda de 1998. Sem ideia de crítica, ambas muito pesadas e de grandes dimensões. Difícil, portanto, ao manuseio e ao transporte.

Esta versão será no tamanho normal de um livro comum, ou seja, 16 x 23 cm. Até a fonte Arial Narrow 12 foi pensada para economizar espaço.

Foram introduzidas muitas informações importantes e ilustrações. Procurou-se privilegiar o conteúdo em linguagem mais direta e objetiva, sem preciosismos.

Ela pretende atingir um objetivo bem claro: o de proporcionar um acesso mais simples aos leitores, de forma que eles possam adquirir a obra e tê-la à sua disposição em qualquer tempo e lugar para simples leitura e consulta.

Consideram os autores que é quase uma obrigação, principalmente aos militares de carreira, conhecerem a instituição Exército Brasileiro desde os primórdios até os tempos atuais. Verificarão que é um orgulho pertencer a ela.

Inicialmente se pensou em um único volume. Ele ficaria, entretanto, muito grande. Assim, decidimos dividi-lo em três partes, que são as fases da História do Brasil e do próprio Exército: Colônia, Império e República.

E também porque esta primeira parte, a Colonial, teria que ficar aguardando as demais ficarem prontas, e isso pode demandar tempo.

Foram utilizadas abreviaturas muito comuns, quais sejam, as dos estados brasileiros e as dos postos e graduações militares, motivos pelo qual não houve necessidade de Glossário.

Pretendem os autores oferecer esta obra a preço de custo aos interessados. Pretendem ainda, com a autorização do Comandante do EB, entregar um exemplar a cada cadete da AMAN e a cada aluno da EsPCEX. Cada um deles deverá levar o seu exemplar para sempre.

Esperamos que cada informação contida no livro remeta o leitor para pesquisas mais aprofundadas, conforme o interesse de cada um. Por isto, foi uma preocupação a mais a de inserir informações básicas como data e local de cada evento, assim como os protagonistas.

Os leitores se darão conta de que a História do nosso Exército é muito rica e foi sendo formada, principalmente, pela luta contra os estrangeiros em todos os quadrantes do território superando toda a sorte de óbices. E aqui estamos.

Boas leituras.

Os autores

SUMÁRIO

Capítulo I - A ADMINISTRAÇÃO MILITAR E A FORÇA TERRESTRE NO BRASIL COLÔNIA.....6

A nova terra - A arte militar dos índios - Concepção geral/7; A organização militar portuguesa no século XV/10; Administração e Defesa do Brasil - 1500/13; A escravidão africana - Origens dos afrodescendentes brasileiros/15; As Capitânicas, primeira organização militar terrestre/23; Tomé de Souza, primeiro comandante de tropas/27; Os franceses na Guanabara/29; Nova divisão administrativa/32; Bases da organização do exército permanente/33; A conquista da Paraíba - O início da luta/36; Piratas e índios na rota dos colonizadores/41; A Capitania de Ilhéus - Origens/46; A Capitania do Espírito Santo - O início/48; Pirataria e heroísmo no recôncavo/50; PE e RN - A incursão de Lancaster e Fenner ao Recife/52; A Capitania de Porto Seguro - Situação particular/53; Reconhecimento e ocupação do Ceará - A Expedição de Pero Coelho/55; Franceses no Maranhão - Antecedentes/56; Ocupação e defesa do Pará - Primeiras providências/60; O Brasil Militar na Segunda Década do Século XVII/62.

Capítulo II - AS INVASÕES ESTRANGEIRAS.....65

A guerra holandesa - Causas e Antecedentes/67; Guerra holandesa - Primeiro período: invasão da Bahia/69; Guerra holandesa - segundo período: a invasão de Pernambuco/76; Guerra Holandesa - terceiro período - O governo de Maurício de Nassau/95; Guerra holandesa - Quarto período: Insurreição Pernambucana/103; A invasão francesa ao Rio de Janeiro em 1710/128; A invasão francesa ao Rio de Janeiro: 1711 - Considerações iniciais/130; Reflexos das invasões francesas em outras partes do Brasil - MG/132.

Capítulo III - A EXPANSÃO TERRITORIAL.....133

Aspectos militares das Entradas e Bandeiras/135; A Nova Colônia do Santíssimo Sacramento/144; A política portuguesa no Prata - Antecedentes/152; Forças terrestres no sul - Considerações gerais/156; As forças terrestres no Paraná - A indefesa vila de Paranaçu/172; As forças terrestres em Mato Grosso - Rompe-se a linha de Tordesilhas/173; A organização da Força Terrestre no século XVII posta à prova/177; Aspectos da organização militar brasileira nas primeiras décadas do século XVIII/180; A questão da Ilha da Trindade/185; O fortalecimento das raízes históricas do Exército Brasileiro/186; Das reações nativistas ao contorno de uma nação/186; A Guerra dos Mascates em PE (1710-1711)/190; A Revolta de Vila Rica (1720), ou de Filipe dos Santos/192; Os antecedentes da Conjuração Mineira no século XVIII/194; A influência do Tratado de Madri (1750) na formação territorial brasileira/197; As lutas pela conquista da Amazônia no século XVIII/202; A retomada e defesa de Fernando de Noronha/209; A ocupação de Mato Grosso e Goiás/215; A Campanha de 1801 em Mato Grosso/218; A conquista de Caiena - Doação da capitania do Cabo Norte/219.

Capítulo IV - O SÉCULO XIX E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.221

Dom João e a Família Real atravessam o Atlântico - Caiena/223; A Expedição Pacificadora de 1811 à Banda Oriental - Antecedentes/227; A guerra contra Artigas (1816/20) - Intervenção lusa na Banda Oriental/230; Aspectos da organização militar brasileira nos primórdios do século XIX/239; O panorama geral/242; A Revolução Nativista de 1817 em Pernambuco - O significado/246; A Revolução liberal do Porto e a Revolução de 1821 no Brasil/252; O Exército em 1821/253; A Guerra da Independência - Crise da Regência/257; Surge um Exército comandado por brasileiros/260; Independência ou Morte!/264.



Escudo clássico português partido de vermelho e azul, tendo em brocante um grifo de ouro, animado, lampassado e armado de preto, segurando nas garras uma estrela de oito pontas de prata. Simbolizando, a figura mitológica do grifo, a vigilância e a guarda na defesa da Pátria e da lei; a estrela de oito pontas, a necessidade de se agir em todos os pontos cardeais em busca da União.

Capítulo I

A ADMINISTRAÇÃO MILITAR E A FORÇA TERRESTRE NO BRASIL COLÔNIA

A nova terra - A arte militar dos índios - Conceção geral

O Exército Brasileiro nasceu com a independência nacional. Não existia oficialmente antes de 1824. Formou-se de oficiais, graduados e soldados que foram treinados para a guerra no Brasil Colônia, e incorpora valores de ocupação do solo, de unidade territorial e das lutas pela independência. O Exército só passou a ser brasileiro quando seus comandantes passaram a ser brasileiros.

Na formação do Exército Brasileiro os índios desempenharam papel de destaque. A História dos índios é quase que, por essência, História militar. Para os índios, a ocupação mais digna do adulto era a guerra. Não surpreende, portanto, que os índios desenvolvessem habilidades militares bem superiores ao que se podia esperar das aparências de sua organização social, rudimentar aos olhos do europeu que desembarcava no chão do Novo Mundo.

Essas habilidades somaram-se às trazidas da Europa pelos colonizadores, compondo com elas o germe das concepções militares brasileiras, que formaram as bases da constituição do futuro Exército, após a independência.

Características comuns às diversas tribos

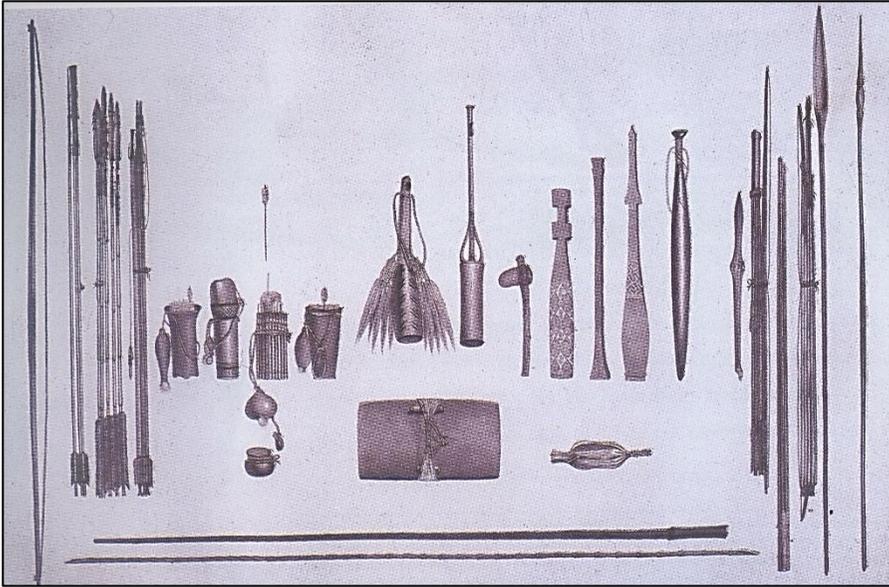
De tribo a tribo, era grande na época do descobrimento a diversidade cultural. Algumas eram semi-sedentárias, outras nômades. Mas havia traços comuns. Nenhuma se tornara pastoril. Várias tribos alcançaram desenvolvimento nas artes e na manufatura de utensílios, dominando a pedra, a cerâmica, a madeira e o fogo. Faltou-lhes o conhecimento do ferro. Não possuíam escrita.

A organização tribal era simples, com um governo confiado ao chefe militar e a um conselho de anciãos onde se destacava o pajé, detentor dos conhecimentos mágico-religiosos. Construía moradias que habitavam até escassearem os recursos necessários à vida na região, ou até ser preciso reconstruí-las, a cada três ou quatro anos, em virtude da deterioração da madeira e da palha.

Armas

Os indígenas tinham estima por suas armas. A principal era o tacape, pesada maça de madeira. Seguia-se o arco e flecha, de vários tamanhos, conforme as destinações: guerra, caça, pesca etc. Os guerreiros usavam lanças de madeira, compridas, para arremesso contra os inimigos ou caça. Algumas tribos do Amazonas empregavam um tubo oco, a zarabatana, para lançar dardos pelo sopro. Outras tribos utilizavam escudos de peles de animais ou de palha. As armas eram

as mesmas nas diversas tribos e nações, variando apenas no acabamento, conforme os materiais utilizados e o desenvolvimento das culturas.



Armas e utensílios dos índios (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 28)

Arte guerreira

Na guerra, os indígenas revelavam capacidade de ação prática para aproveitar as vantagens que o terreno podia lhes oferecer. Possuíam grande força física, a par de resistência à fadiga, que lhes permitia deslocarem-se velozmente a grandes distâncias, transportando às vezes pesos superiores aos de seus próprios corpos, em plena mata. Sabiam seguir rastros e distinguiam grande variedade de sons e cheiros, particularmente de pessoas e animais.

As guerras entre as tribos eram permanentes, mas nunca para conquistar terras, pois não possuíam a noção de propriedade. A maior parte dos conflitos eram decorrentes de desavenças passadas ou o mero desejo que tinham os homens de possuir as mulheres de seus inimigos. O ódio era forte e, uma vez inimigas, duas tribos eram para sempre irreconciliáveis.

A decisão de fazer a guerra era do conselho dos guerreiros. Tomada a decisão, cabia ao chefe o início das operações. Os efetivos chegavam a milhares de combatentes. As mulheres eram utilizadas para carregar redes e víveres.



Alguns guerreiros índios famosos:

- Cunhambebe;
- Antonio Filipe Camarão (Poti);
- Araribóia;
- Tibiriçá;
- Jacaúna e muitos outros.

Ao lado, Cunhambebe, chefe guerreiro Tupi-nambá do século XVI, chefe da Confederação dos Tamoios.

Fonte:

<https://www.curiosidadesdeubatuba.com.br/cacique-cunhambebe/>

Nos deslocamentos fluviais ou marítimos utilizavam canoas, algumas tão grandes que comportavam de 40 a 50 indivíduos.

Buscavam sempre o elemento surpresa. Deixando alguns companheiros com as mulheres, acercavam-se das aldeias inimigas, que nem sempre eram protegidas por paliçadas, à espera do momento propício para o ataque. No caso de aldeias protegidas com paliçadas duplas, a tática era a de armar ciladas ou tocaias para surpreender o inimigo descuidado que andasse pela mata.

Se não conseguiam resultados, nem sempre persistiam na ação. Em certas campanhas, os que iam ser atacados, alertados a tempo pelas sentinelas, preparavam-se antecipadamente e iam aguardar o inimigo fora das aldeias, oferecendo-lhe luta em campo aberto. Iniciava-se o combate pelo arremesso de flechas de um campo a outro. No combate aproximado, golpeavam os tacapes com tal violência que, ao acertarem a cabeça do inimigo, o derrubavam morto.

Contra uma aldeia fortificada usavam grandes fogueiras e, sob o efeito do vento, lançavam ao fogo a pimenta vermelha. A fumaça desalojava o inimigo.

A luta terminava, às vezes, de súbito, com a retirada de um dos bandos, temeroso de uma fragorosa derrota ou satisfeito por ter feito um grande número de prisioneiros. Estes, eram levados para a aldeia dos vencedores, sendo por vezes mortos e comidos em rituais religiosos.

Os portugueses apreenderam a arte da guerra dos índios. Principalmente as emboscadas, armadilhas e flechas incendiárias. E também utilizaram sua capacidade guerreira nas lutas que tiveram de sustentar contra outros povos europeus na manutenção da colônia e no enfrentamento de tribos hostis. Surgiram as Companhias de Emboscadas. Aos índios catequizados não era permitido o uso de armas de fogo. Era uma rígida exigência lusa.

A organização militar portuguesa no século XV **A consolidação da independência de Portugal**

No século XIV, os reis de Castela fizeram mais uma tentativa de reincorporar Portugal aos seus domínios, invadindo os territórios do seu antigo Condado Portucalense. Os portugueses, sob a liderança do rei Dom João I e do condestável Nuno Álvares Pereira, com ajuda da Inglaterra, resistiram bravamente e, em Aljubarrota, Portugal, em 14 Ago 1385, alcançaram uma vitória decisiva. A guerra ainda continuou, com vitórias e derrotas para ambos os contendores, entremeadas por tréguas prolongadas. Ela terminou em Out 1411, consolidando-se então a independência portuguesa. A partir de então, Portugal, uno e livre, podia tomar conta de seu destino. Tem início então o renascimento português, sintonizado com o que ocorria nos demais países europeus.

As reformas militares de Dom João I

Ao longo da história, Portugal lutou para assegurar sua sobrevivência frente às monarquias vizinhas e para reconquistar territórios tomados pelos mouros. Estimulado pelos comerciantes de Lisboa e do Porto, o rei Dom João I concluiu que o destino de Portugal não estava na península ibérica, mas sim no norte da África e na exploração do Oceano Atlântico, e passou a reorganizar as forças.

Mantendo a boa estrutura militar medieval, Dom João I deu às forças de terra uma organização mais regular e mais unitária, fixando, inclusive, o número e o tipo de tropas que cada ator (fidalgos, ordens militares, burgos e vilas do reino) deveria manter em condições de pronto emprego, priorizando tropas de cavalaria e de infantaria dotadas de bestas (balestras).

Criou um corpo de Anadeis (capitães inspetores) com a missão de realizar frequentes alardos (inspeções/revistas) para verificação do estado em que se encontravam as armas e o adestramento das tropas.

O Regimento (Regulamento) dos Coudéis

No reinado de Dom Duarte I (1433/38), o Regimento dos Coudéis (Regulamento dos Capitães) definiu as obrigações militares de cada súdito e de cada ente político (burgos, vilas, etc.), conforme os bens e a categoria social. Com esse regulamento, ficava quase perfeita a organização territorial militar de Portugal, agora uma nação em armas. Surgia nova categoria de tropa, os artilheiros, ainda não regularmente organizada, mas recrutada por contrato.

As Ordenações Afonsinas

A consolidação da nova legislação, interrompida pela morte de Dom Duarte, foi concluída e promulgada em 1444, no reinado de Dom Afonso V. As Ordenações Afonsinas continham toda a legislação militar anterior ainda em vigor, com ênfase nas reformas introduzidas por Dom João I e Dom Duarte I.

Nesta época difundiu-se tanto o uso de armas de fogo em Portugal que Dom Afonso criou o cargo de Vedor-Mor da Artilharia, o comandante-geral da Artilharia.

A Força Marítima

As operações portuguesas no norte da África (conquista de Ceuta e Tanger) foram a escola em que se adestrou no século XV a organização militar lusitana nas manobras anfíbias e no sítio, ataque e defesa de praças fortes.

Em 1482, os portugueses construíram o castelo de São Jorge da Mina (Costa da Mina), a primeira fortaleza a marcar a soberania de Portugal na costa da África atlântica. Ficava assim definido como seria o empreendimento militar que se estenderia posteriormente à Índia e ao Brasil, marcado pelo caráter anfíbio das operações e pelo estabelecimento das feitorias¹ - fortificações para o comércio português ultramarino. O Brasil foi descoberto no reinado de Dom Manuel.

A prioridade para as forças marítimas enfraqueceu a organização militar terrestre, mas continuaram válidos os princípios da sua evolução através dos tempos. Esses princípios remontaram mais tarde, inclusive com reflexos para o Brasil: o da nação em armas, com o preparo de todos os homens válidos, desde os

¹ No Brasil, eram postos de armazenamento dos produtos para escambo; estrutura fortificada para defesa das pilhagens dos corsários, pontos de contato permanente com a terra e postos avançados para o reconhecimento do interior (Albuquerque, Veleda, 1997, p. 19).

tempos de paz, para o serviço militar na guerra terrestre e marítima; e o da existência permanente de comandos e tropas operacionais e territoriais (milícias municipais).

Repercussão das novas concepções militares surgidas na Europa

No início do século XVI Portugal começou a absorver as novas ideias militares postas em prática nas guerras da Itália, sob o influxo da atuação do espanhol Gustavo de Córdova - El Gran Capitán. Relacionavam-se essencialmente à organização militar suíça: quadriláteros de piqueiros para o ataque, emprego de piques (lança de três metros, utilizada por soldados a pé), alabardas (lanças com uma peça pontiaguda triforme: ponta, lâmina cortante como um machado e esporão ou gancho) e arcabuzes. E formações táticas denominadas bandeiras, companhias ou ordenanças, cuja reunião sob um mesmo comando constituíram o terço², embrião dos atuais regimentos e batalhões.

Sob D. João III e D. Sebastião, procuraram os responsáveis pela defesa do Reino, então já um império marítimo, ajustar a organização militar lusitana ao progresso que então experimentava a arte militar europeia, liderada pelos espanhóis.

Foram as concepções desses diferentes estágios de organização militar que os primeiros colonizadores portugueses trouxeram e procuraram aplicar no Brasil.



O terço espanhol, usado pelos portugueses (Fonte: <http://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2009/04/o-terco-espanhol.html>)

² Dispositivo de fração de tropa em combate na qual os piqueiros ficavam ao centro formando um quadrado e eram cercados pelos lados e vértices pelos mosqueteiros. Podia chegar a dois mil homens.

Administração e Defesa do Brasil - 1500

Terra de portugueses, riquezas de flibusteiros

Descoberta a nova terra e estimada a sua extensão os portugueses, exauridos na epopeia africana e asiática, defrontaram-se com os problemas de explorar os recursos e defendê-los contra a cobiça dos outros. Para isso, teriam que superar os problemas da falta de capitais e a diminuta população do Reino.

Com o abandono em que ficou a terra recém descoberta, aventureiros de outras nações chegaram às costas desprotegidas à procura de especiarias, principalmente o pau-brasil. Os primeiros e mais audaciosos aventureiros que aportaram no litoral foram os franceses, praticando todo tipo de escambo com os índios.

As expedições portuguesas que vieram reconhecer a terra e reprimir a ação dos invasores, até o ano de 1515, pouco fizeram. Em 1516, Portugal enviou uma expedição de dois navios sob o comando de Cristóvão Jacques para combater a pirataria estrangeira nas costas brasileiras, mas sem resultados significativos. Jacques fundou três feitorias. Uma delas foi a Feitoria Régia de Pernambuco, em frente à Ilha de Itamaracá. Ela foi atacada pelos franceses em 1526.

O despertar da Metrópole

Portugal reclamou aos governos europeus os abusos de seus corsários nas costas brasileiras mas resolveu reforçar a repressão enviando, em 1526, uma nova expedição com seis navios sob o comando de Cristóvão Jacques.

Jacques chegou a Itamaracá, reforçou a feitoria ali existente, tomou o rumo sul e combateu as naus francesas e espanholas que encontrou pelo caminho. Na baía de Todos os Santos afundou três navios franceses e fez cerca de 300 prisioneiros que foram internados na feitoria de PE, o que foi motivo de retaliações dos franceses, que atacaram e destruíram feitorias fracamente defendidas em 1530.

Num último esforço contra a ação dos estrangeiros sobre as costas do Brasil, o rei Dom João III decidiu instalar um núcleo de poder na colônia para a inspeção eficaz e permanente da costa, e dirigir a exploração, conquista e aproveitamento econômico da mesma. Para isso, foi enviada uma nova e poderosa expedição.

Primeira fixação do colonizador

Em 1531, cinco embarcações sob a chefia de Martim Afonso de Souza, veterano da Índia, chegaram ao Brasil para *“reconhecer toda a costa do Brasil*

desde o Cabo Frio até ao Rio da Prata, fundar uma colônia onde melhor lhe parecesse e conceder terras de sesmaria aos colonos que levava”.

De PE, uma nau foi destacada para explorar a costa no sentido norte. Para o sul, a expedição dirigiu-se até a baía de Todos os Santos, onde Martim Afonso se encontrou com o português Diogo Álvares Correia (Caramuru), sobrevivente do naufrágio de uma embarcação francesa que passou a viver com os índios tupi-nambás da região. Na Guanabara, Afonso construiu uma Casa Forte. Após tocar em Cananéia seguiu para o Rio da Prata, onde sobreviveu a um naufrágio.

Regressando, fundou São Vicente, a primeira vila brasileira, que já era um dos portos mais conhecidos do litoral. No local, alguns portugueses conviviam pacificamente com os índios. Um deles, João Ramalho, chegou por volta de 1510, firmou vínculos com as tribos litorâneas (Santo Amaro, Cananéia, Paranaguá, São Francisco e a ilha dos Patos, SC) e expandiu sua influência na região através do cacique Tibiriçá, por ter se casado com uma de suas filhas, Bartira.

Durante os dois anos no Brasil, Martim Afonso de Souza guarneceu o litoral contra a pirataria e contrabando e firmou, com a fundação de São Vicente, o domínio efetivo da Coroa portuguesa nas terras recém descobertas. Junto com esta expedição veio o padre jesuíta Manoel da Nóbrega para cristianizar os nativos.



Fundação de São Vicente (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 38)

A escravidão africana - Origens dos afrodescendentes brasileiros

Antes da escravidão nas Américas e da vinda de africanos já haviam escravos no Brasil. Para se compreender a saga dos negros africanos no Brasil é preciso saber como e por que a África se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno e como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas. Foi uma saga formada pela aventura dos navegadores europeus, principalmente os portugueses, e com a formação do Brasil como país. Para isso, é fundamental conhecer a história da África.

Chegada dos navegadores europeus na África

No século XV, os europeus chegaram à África e encontraram modos de vida bem distintos dos seus. A organização social e econômica era baseada no parentesco em grandes famílias, de vários povos em um mesmo território e na exploração de uns povos por outros. Havia impérios como o Mali e reinos como o Kongo (não confundir com o atual Congo), mas também pequenas aldeias grupadas por descendência ou linhagem. E haviam os grupos nômades de comerciantes, agricultores e pastores que se deslocavam sempre que as condições climáticas ou as oportunidades de negócios assim os obrigassem.

A expansão de reinos, a migração de grupos, o trânsito de caravanas de mercadores, a disputa pelo acesso aos rios, o controle sobre estradas ou rotas eram fatores que podiam implicar em guerra e subjugação de um povo a outro.

Escravidão doméstica

Após os confrontos, os vitoriosos submetiam os derrotados à escravidão doméstica, ou seja, a utilização da força de trabalho na agricultura familiar. Mulheres e crianças eram as preferidas. As mulheres garantiam a ampliação do grupo através do concubinato e da geração de filhos com os seus senhores.

Não era só na guerra que se corria o risco de ser escravizado. Em muitas sociedades africanas o cativo era a punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, feitiçaria e adultério. Isso foi comum em diferentes períodos e lugares da África. O rapto e o ataque a vilas se tornaram mais frequentes quando o tráfico de escravos tomou maiores proporções.

O papel desempenhado pelos árabes e berberes

Desde que os árabes ocuparam o Egito e o norte da África, entre o fim do século VII e metade do século VIII, a escravidão doméstica passou a conviver com o comércio mais intenso de escravos. Os árabes organizaram e desenvolveram esse tráfico como empreendimento comercial de grande escala na África.

Desde o século VIII os árabes, partindo da região do Golfo Pérsico e da Arábia, disseminaram o islamismo pela força da palavra, dos acordos comerciais e, principalmente, das armas. Um dos primeiros povos a se converter ao islamismo, na África do Norte, foi o berbere. Principal meio de transporte, o camelo foi decisivo na expansão do islamismo na África, porque possibilitou aos berberes percorrer grandes distâncias e suportar as duras condições do deserto. No séc. IX, os escravos já eram o principal produto dos caravaneiros berberes do Saara, estimando-se que eles tenham transportado cerca de 300 mil pessoas.

As cáfilas (caravanas berberes), rumavam do norte da África para as savanas sudanesas carregadas de espadas, tecidos, cavalos, cobre, contas de vidro e pedra, conchas, perfumes e, principalmente, sal. No retorno, traziam ouro, peles, marfim e, cada vez mais, escravos. Estes, eram uma mercadoria.

A expansão do Islã

O Corão não condenava o cativo, e o trabalho escravo era fundamental no comércio dos mercadores muçulmanos. Para preencher as ocupações no mundo árabe as capturas de escravos se tornaram mais necessárias e maiores: concubinas, agricultores, artesãos, burocratas, domésticas, tecelões, ceramistas. Como soldados, os cativos passaram a ser indispensáveis. Desse modo, a escravidão doméstica dos africanos foi dando lugar à escravização em larga escala.

A chegada dos europeus

No séc. XV, com os europeus na África, a escravidão ganhou dimensão intercontinental. A África se tornou a principal região exportadora de mão de obra do mundo moderno. As grandes nações europeias se envolveram no tráfico e disputaram sua fatia nesse negócio. Holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e, principalmente portugueses, lançaram-se na conquista dos mercados africanos.

A presença portuguesa

Foi a procura por especiarias e ouro que motivou, no séc. XV, a saga dos navegadores portugueses, os quais já sabiam das riquezas africanas desde 1415, quando conquistaram Ceuta aos árabes, no extremo norte africano.

Os primeiros encontros entre portugueses e a África negra não foram pacíficos. Flechas envenenadas de um lado e mosquetes de outro fizeram baixas dos dois lados. Coube à habilidade e sagacidade dos intérpretes portugueses estabelecer contatos amistosos com a gente da terra, mas o ouro não foi encontrado na abundância sonhada. Apesar de todas as dificuldades, os portugueses persistiram. Arguim, uma ilha na costa da Mauritânia, foi escolhida para entreposto comercial e lá, em 1445, foi construída a primeira feitoria portuguesa fortificada na África.

A navegação de cabotagem entre os portos africanos

Nos séculos XVI e XVII, a cabotagem entre os portos africanos fez surgir novos negócios para os portugueses na Costa do Ouro. Com a vitalidade do comércio africano, os portugueses perceberam o valor do escravo como moeda de troca. Passaram então a comprar africanos para vender a outros africanos, beneficiando-se da velocidade das caravelas no transporte ao longo da costa. A presença portuguesa mudou a vida de populações litorâneas, que passaram a ter poder econômico e político significativo. A captura de cativos passou a ser corriqueira e sistemática. A guerra produzia o cativo e o comércio distribuía o escravo. Para os portugueses, com a prosperidade dos negócios, eram urgentes mais feitorias no litoral e fortalezas muradas e protegidas com canhões que desencorajassem a aproximação de outros europeus e abrigassem mercadorias, inclusive escravos.

O castelo de São Jorge da Mina

Esse castelo foi a mais importante construção portuguesa na África. Em 1482, onde hoje é Gana, ficou pronta a construção feita de pedra e cal, como as edificações europeias. Ela facilitava a cabotagem, o que propiciava a negociação direta com os reinos mais ao sul. Mas a fortaleza não era inexpugnável. Em 1637, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais a tomou de assalto, para controlar o comércio negreiro da região e abastecer Pernambuco, sob o seu domínio desde 1630 e cuja economia, baseada no açúcar, era grande consumidora de escravos.

O Reino do Benim

Antes dos portugueses começarem o comércio no Golfo do Benim, no norte da costa africana, não havia grandes reinos africanos em regiões florestais. O Benim foi uma exceção, cuja expansão foi acelerada com a sua incorporação ao comércio negreiro nos séculos XVI e XVII.

O Reino do Kongo

Em 1483, o português Diogo Cão chegou ao rio Zaire (rio Congo), onde ficava o reino do Kongo. A recepção foi calorosa e os navegantes ficaram entusiasmados. Para entregar presentes para o rei mensageiros foram enviados à cidade real, Mbanza. Assim, os mensageiros ficaram sabendo que o Kongo era uma estrutura político-administrativa complexa e centralizada pelo rei. A economia era agrícola e pastoril. Como os mensageiros tardavam a voltar, Diogo Cão tomou quatro reféns e levou-os ao rei de Portugal. Os quatro africanos retornaram vestidos como europeus e falando português. Se os mensageiros que ficaram na cidade real do Kongo tinham muito para contar a Diogo Cão, não eram poucas as novidades que os raptados relataram ao seu rei. Havia visto muitos barcos enormes, armas e riquezas que podiam assegurar o poderio de quem as possuísse.

O rei do Kongo, Nzinga, avaliou que era fundamental firmar acordos com aqueles viajantes. Em 1489 enviou presentes e uma embaixada ao rei português D. João II. Os objetivos eram obter autorização para que jovens do Kongo pudessem ser educados na Europa, conseguir que padres católicos fossem enviados ao reino, obter mestres no ofício da carpintaria, pedraria e agricultura e apropriar-se dos conhecimentos, técnicas e até hábitos e costumes europeus que pudessem fortalecer o seu reino. Dom João II atendeu aos pedidos.

Batizados em 1491 a Nzinga foi dado o nome de D. João I, Leonor a uma de suas esposas e Afonso a um filho. Além de propagar o catolicismo, coube ao sucessor de Nzinga (Afonso), aproximar-se de Portugal para obter tecnologia. Mas o controle dos negócios foi escapando do rei. Burlando a sua vigilância, administradores começaram a negociar com os portugueses sem qualquer intermediação.

Quanto mais as elites do Kongo desejavam os produtos europeus, mais risco corria o reinado de Dom Afonso. Ao final do século XVI, começava a ruir um dos mais estáveis reinados da África centro-ocidental. Já a demanda por produtos europeus crescia de tal modo que cobre e peles já não eram suficientes para saldar as dívidas com os comerciantes portugueses.

Antes dos portugueses, a escravidão no Kongo era do tipo doméstico, embora nas cidades fosse comum que prisioneiros de guerra estivessem a serviço da nobreza. Mas, aos poucos, os cativos passaram a ser usados como meio de conversão da moeda local para a portuguesa, sem o intermédio da nobreza e do rei. No século XVII, mais e mais escravos foram envolvidos nas transações entre chefes políticos e mercadores africanos com os portugueses, que os aceitavam de bom grado. Multiplicaram-se na região as guerras com o único fim de capturar mais pessoas a serem embarcadas nos navios portugueses.

O Reino de Oió

A avides por escravos reorganizou o mapa político africano. Alguns reinos experimentaram o apogeu nos séc. XVII e XVIII graças ao tráfico negreiro. Há estimativas de que 75% das pessoas vendidas nas Américas eram vítimas de guerras entre povos africanos. Foi o caso de Oió que, até o século XVI, era uma cidade-estado que tinha na agricultura e na tecelagem as principais atividades, as quais perderam importância diante do tráfico escravo que lá se estabeleceu.

No séc. XVI, as cidades vizinhas a Oió participavam tanto desse comércio que a região de Benim, na costa da atual Nigéria, passou a ser a “Costa dos Escravos”. Vários reinos da região passaram a ser denominados pelos missionários europeus de iorubás. Uma denominação que até o séc. XV, só se referia a Oió.

Oió subjugou vários outros reinos iorubanos, além de vizinhos como o Daomé, Nupe e Borgu, mas entrou em colapso ao final do século XVIII, devido a conflitos internos e externos. Na Costa dos Escravos, ingleses, holandeses, franceses, portugueses e brasileiros abarrotavam os navios de gente a ser “exportada” para as Américas. Mas o sucesso comercial não impediu que o reino iorubá corresse risco.

Com a expansão do Daomé (atual Benim), vários territórios subordinados a Oió foram saqueados e os seus habitantes escravizados. Assim, de caçadores de escravos, os iorubás passaram a ser cativos a partir do final do século XVIII.

O Reino do Daomé

O reino do Daomé, fortemente centralizado, se desenvolveu a partir de 1700 com o tráfico de escravos. Como era dependente deste comércio, Daomé possuía um exército armado de mosquetes, para ampliar as fronteiras e capturar escravos. O tráfico era tão fundamental para Daomé que, em 1750, 1795 e 1805 foram enviados embaixadores daomeanos à Bahia com a incumbência de firmar acordos de monopólio comercial para o envio de cativos.

O Reino de Angola

Ao mesmo tempo, os portugueses intensificaram o comércio de escravos com Angola, vizinha e vassala do Kongo, sem a intermediação de D. Afonso. Imaginavam que encontrariam minas de prata nas terras. A pretensão colonialista já era evidente em 1575, quando as terras diante da ilha de Luanda foram consideradas uma capitania portuguesa. Logo os moradores do lugar entenderam que, ao construírem casas, igreja e fortificações, os portugueses visavam se fixar na região, e reagiram. Cada investida portuguesa para o interior do continente recebia ataques dos africanos. Não encontrando minerais valiosos, os portugueses concluíram que a empreitada não valia a pena e resolveram se concentrar no comércio de escravos, atividade que lhes rendia mais lucro e menos trabalho, pois eram os próprios moradores de Luanda que caçavam os cativos.

Luanda se tornou uma grande feira de escravos. Angola, entre os séc. XVI e XVIII, foi o maior fornecedor de escravos para as Américas portuguesa e espanhola. No séc. XVI, a rainha Jinga (1581-1663) lutou durante treze anos contra os portugueses, mas em 1621 propôs uma aliança a estes. Em troca da paz aceitou se converter ao catolicismo e foi batizada com o nome de Dona Ana de Souza na igreja matriz de Luanda, em 1622, mas não aceitou pagar tributos como exigiam os lusitanos. No ano seguinte, empreendeu outra guerra contra os portugueses e mandou uma embaixada ao Papa Alexandre VII pedindo o reconhecimento do seu reino. O papa enviou-lhe uma carta com orientações para que seu reino fosse cristão, junto com vários missionários capuchinhos italianos. Derrotada pelos portugueses, suas duas irmãs, as princesas Cambe e Funge, foram levadas para Luanda e batizadas com os nomes de Bárbara e Engrácia. Quando, em 1641, os holandeses ocuparam Luanda, Jinga aliou-se a eles contra os portugueses. Mas em 1648, Salvador Correa de Sá retomou Luanda dos holandeses com uma armada saída do Rio de Janeiro. A rainha Jinga morreu em dezembro de 1663, quando teria cerca de 80 anos. A memória dos cortejos e lutas das suas tropas contra os portugueses continua presente nos congados brasileiros.

A costa do Oceano Índico

A presença portuguesa foi mais evidente na África ocidental, mas eles se aventuraram também, no século XV, na costa africana banhada pelo oceano Índico. No porto de Mombaça, o movimento dos barcos transportando ouro, prata, pérolas, seda, vidros, especiarias fascinaram os portugueses. Sofala, Moçambique, Zanzibar e outras cidades-estado estavam na fronteira do mundo

islâmico. Eram cidades integradas ao comércio do oceano Índico, controladas pelos muçulmanos que, apesar das atitudes amistosas dos portugueses, não viam os recém-chegados com bons olhos. Os portugueses logo souberam que sua presença não era bem-vinda, haja vista a hostilidade com a qual foram tratados.

Foram muitos os embates entre portugueses e mouros pelo controle dos centros comerciais - Quiloa, Mombaça, Massapa, Melinde e Moçambique. As disputas quebraram redes comerciais milenares. A cobrança de tributos, os saques, incêndios e rebeliões contra os lusitanos, além das investidas dos holandeses e ingleses, não permitiram a atividade mercantil portuguesa na costa oriental da África.

Os portugueses tentaram manter a hegemonia na região construindo fortificações. Ergueram uma na ilha de Moçambique, que era a capital dos estabelecimentos portugueses na África, e em 1593 foi edificada em Mombaça a Fortaleza de Jesus, a qual abrigou aliados políticos, sofreu ataques muçulmanos e foi cenário para revoltas de escravos. Mantida sob o controle dos portugueses, isto não lhes garantiu as riquezas que almejavam: ouro e prata. Tal como o ocorrido na parte ocidental da África, foi com escravos que os portugueses, holandeses e ingleses conseguiram acumular fortuna nas costas africanas do oceano Índico.

A Saga africana

A saga dos africanos seguia seu curso: por um lado, eles buscavam se integrar ao circuito comercial atlântico; por outro, viviam a trágica experiência da escravização em massa. Além dos sofrimentos causados pela separação forçada de indivíduos de suas comunidades e famílias, aquele comércio promoveu o esvaziamento demográfico de muitas regiões. Ao privar as comunidades de indivíduos adultos, o tráfico levou para as Américas a mão de obra africana. A presença dos europeus na África representou a integração da África negra ao circuito comercial do Atlântico e determinou os rumos das sociedades do Novo Mundo, que incluía a região que veio a se tornar o Brasil.

Os africanos no Brasil - Os primeiros escravos

A chegada dos portugueses à África ocorreu após a escravidão doméstica africana ter dado lugar à escravização em larga escala. A partir do séc. XV esse processo ganhou dimensão intercontinental e fez desse continente a principal região exportadora de mão-de-obra do mundo moderno. Todas as grandes nações europeias de então se envolveram no tráfico e disputaram sua fatia nesse

negócio. Holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e, principalmente, portugueses, se lançaram na conquista dos mercados africanos.

Nos séculos XVI e XVII, os portugueses passaram a praticar o comércio de cabotagem na região da Costa do Ouro. A presença portuguesa mudou a vida de populações litorâneas que não tinham poder econômico e político significativo e que passaram a ter na captura de cativos uma atividade corriqueira e sistemática.

Não existem registros precisos dos primeiros escravos negros que chegaram ao Brasil. A tese mais aceita é a de que em 1538, Jorge Lopes Bixorda, arrendatário de pau-brasil, teria traficado para a Bahia os primeiros escravos africanos.

A adaptação forçada à nova terra

Ao chegar ao Brasil os escravos eram obrigados a se comunicar através da língua portuguesa. A mão-de-obra da cana-de-açúcar, tabaco e algodão e, mais tarde, nas vilas e cidades, nas minas e nas fazendas de gado era escrava. Posteriormente, os portugueses passaram a usar os escravos como soldados.

A longa permanência do negro no Brasil acabou por abrasileirá-lo e a cultura brasileira traz a marca da cultura africana. A sociedade brasileira se formou e se modificou em função dos interesses econômicos do capitalismo. No séc. XVI, mais do que nunca, as potências europeias precisavam acumular capital e a solução para chegar a um custo baixo de produção foi a utilização do trabalho escravo.

A crescente participação africana no desenvolvimento do Brasil-colônia

Portugal não possuía excedente populacional para suprir a Colônia de mão de obra. A solução foi a mão-de-obra índia e africana. Assim, os portugueses, que começaram explorando o mercado de escravos na África, ampliaram o negócio e passaram ao tráfico dessa mão-de-obra para o Brasil. Ao contrário dos indígenas, os negros africanos já estavam habituados ao trabalho agrícola, ao pastoreio, à utilização de metais e a servir como soldados. Esta última característica explica a grande participação que tiveram nas campanhas militares que os portugueses conduziram no Brasil. Enquadrados na estrutura militar portuguesa, conservaram, entretanto, a maneira africana de fazer guerra, utilizando desde armas rudimentares até os modernos mosquetes, conforme sua região de origem.

As Capitanias, primeiras organizações militares terrestres

Passados 32 anos do descobrimento, Portugal instituiu a exploração dos recursos do Brasil através da doação de áreas em usufruto a pessoas capazes de povoá-las, explorá-las e defendê-las a expensas próprias.

Foram então criadas as Capitanias Hereditárias.

O beneficiado pela doação, chamado de donatário era, militarmente, um *lugar-tenente* do Rei. Os colonos, os filhos da terra, os escravos e os agregados ficavam, em caso de guerra, obrigados a servir sob seu comando.

Portugal fornecia armas, munições e até mesmo oficiais de linha, aos quais incumbia instruir e comandar as tropas e ao donatário empregá-las tanto na manutenção da ordem interna como na defesa contra as agressões externas.

O Reino fazia a defesa do mar, protegendo os navios de comércio colonial ou interceptando e combatendo os corsários e as expedições marítimas adversárias.

Os primeiros tempos das capitanias

Martim Afonso de Souza chegou ao Brasil em 1531 e iniciou a organização militar e política da Colônia. A Capitania de São Vicente coube a ele. Quando retornou para Portugal, deixou Gonçalo Monteiro na direção. Os índios tamoios da região passaram a hostilizar os colonizadores. Além disso, um bando de castelhanos do Prata atacou e saqueou São Vicente e retornou para o Sul.

Expandindo a colonização, Braz Cubas fundou Santos, que se desenvolveu após os colonos obterem autorização para explorar as terras do alto Tietê.

Em PE coube a Duarte Coelho prosseguir a obra iniciada por Cristóvão Jacques. Chegou em 1535 com a família e muitos parentes, fundando a povoação de Olinda. Por intermédio de Vasco de Lucena, português que, como Caramuru, vivia ali desde muito e era possuidor de ascendência sobre alguns chefes indígenas, firmou um acordo de paz com os nativos e assim os portugueses puderam se dedicar com tranquilidade às atividades agrícolas e ao desenvolvimento da vila.

Quando Duarte Coelho voltou para a Europa, deixando em seu lugar Jerônimo de Albuquerque, o desenvolvimento da capitania foi estancado pelo rompimento do acordo de paz com os indígenas e o retorno das hostilidades. Esse quadro foi agravado quando Itamaracá, abandonada por seu donatário, Pero Lopes, se transformou em valhacouto de todos os malfetores expulsos por Duarte Coelho.

Pero Lopes recebeu três trechos da costa, dois ao sul e um ao norte. A parte sul acabou por ser absorvida por São Vicente. A do norte, Itamaracá, possuía uma colonização incipiente, devido aos conflitos com os traficantes franceses. Pero

Lopes regressou a Portugal deixando Francisco de Braga, que se desentendeu com Duarte da Costa e abandonou a capitania.

João Gonçalves assumiu a direção, desbaratou os foragidos de Itamaracá, estabeleceu um eficaz sistema de defesa contra os ataques de filibusteiros, fazendo de cada colono um soldado e deu um novo impulso à ilha.

Na Capitania de São Tomé o donatário Pero Góis da Silveira e seus colonos entraram em choque com os goitacazes. A atitude violenta dos selvagens obrigou os colonos a se refugiarem nas capitanias vizinhas. Essa deserção deixou a costa entre o Espírito Santo e São Vicente inteiramente à mercê dos piratas franceses.

No Espírito Santo, o fidalgo Vasco Fernandes Coutinho trouxe toda a família e muitos colonos, dando início a uma próspera agroindústria açucareira. Sentindo falta de braços para o trabalho, Coutinho foi a Portugal, deixando em seu lugar D. Jorge Menezes. Excessos dos colonos revoltaram os índios e, na guerra que se seguiu, Jorge Menezes foi morto. Ao voltar, Coutinho encontrou sua capitania conflagrada, obrigando-o, após 20 anos, a devolver a Capitania para a Coroa.

Pero de Campos Tourinho, com toda a família, amigos e colonos fundou a vila de Porto Seguro. Aproveitando-se da amizade dos indígenas, espalhou colonos pelo interior, chegando mesmo a explorar o sertão. Toda essa prosperidade acabou em 1550 com a morte de Tourinho. Seu filho e sucessor Fernão de Campos revelou-se um administrador incompetente, provocando a revolta dos aimorés. Os colonos fugiram para as capitanias vizinhas. Por fim a capitania reverteu à Coroa.

Na Capitania da Baía de Todos os Santos, o donatário Francisco Pereira Coutinho chegou com sete navios, sendo bem recebido por Diogo Álvares. Coutinho fundou a Vila do Pereira e estreitou os laços de amizade com os gentios. Fizeram-se casamentos e alianças, fundaram-se engenhos e se desenvolveu o cultivo da cana, do algodão e do fumo. Passado algum tempo, começaram os abusos dos colonos, provocando revides dos índios e o inevitável aconteceu - levante geral contra os portugueses. Todos os moradores da costa foram convocados e reunidos na vila do Pereira, onde se organizou a resistência contra o selvagem.

Após anos de luta, os colonos se retiraram para Porto Seguro. Obtida uma trégua com os índios, intermediada por Diogo Álvares, Francisco Pereira Coutinho decidiu retornar à vila do Pereira por mar. Um naufrágio nos baixios da ilha de Itaparica frustrou o retorno. Os índios tupinambás que habitavam a ilha, desconhecendo o pacto firmado, sacrificaram o donatário e seus colonos, poupando apenas Diogo Álvares e sua gente. Portugal, ao tomar conhecimento do ocorrido, determinou, em 1548, o retorno das terras da capitania para a jurisdição da Coroa.

Entre 1531 e 1549, a colonização ficou reduzida à costa entre São Vicente e Itamaracá. Ao sul de São Vicente ocorreram apenas visitas a pontos do litoral. De

A primeira organização militar em São Vicente

Em face dos ataques indígenas os colonos passaram a adotar uma organização permanente de defesa. Em São Vicente as autoridades foram obrigadas a tomar, de acordo com o povo, atitudes e disposições definitivas.

Em 1542, a Câmara de São Vicente aprovou um “Termo” para organizar uma milícia formada pelos colonos e índios amigos. Obrigavam-se igualmente os colonos domiciliados nos campos a incorporar-se aos vicentinos nos serviços das armas, para o que foram recenseados. Era um esboço do serviço militar obrigatório.

Os belicosos tupiniquins, amigos dos portugueses, concorreram com elevado número de guerreiros. Foram calculados “para mais de 2 mil arcos”.

A primeira constituição do Brasil

Dom João III, que passou à história como o Colonizador, ciente dos graves e crescentes problemas que o Reino enfrentava para o comércio com a Ásia, concluiu que o futuro de Portugal estava no Brasil e tratou de intervir no caos colonial devido ao sistema de Capitânicas Hereditárias não ter obtido sucesso.

Para promover a segurança e o desenvolvimento da colônia Dom João III instalou um Governo-Geral que centralizou as decisões políticas e administrativas.

Nomeado o primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, Dom João III outorgou-lhe o Regimento (Regulamento) de 17 Dez 1548, visando sintonizar a administração colonial com as normas que vigiam em Portugal. O regimento, com seus 48 artigos, procurou disciplinar a instalação de novas vilas, promover a fé católica, pacificar e atrair os índios e sistematizar as medidas de defesa. Para muitos historiadores, esse regimento, na prática, foi a primeira constituição do Brasil.

Aspectos da colônia em 1548

As capitânicas não alcançaram o êxito que a Coroa almejava, mas é de justiça reconhecer o trabalho realizado pelos donatários e seus auxiliares.

Nos 20 anos de trabalho, larga porção da costa foi ocupada e, em grande parte, liberta da concorrência de estrangeiros. Defendeu-se a terra contra invasores e contrabandistas. Todas as povoações fundadas, dentro das possibilidades, estavam protegidas. Havia revelado que o Brasil não era uma terra inóspita, como se pensava na Europa. Sem isso Tomé de Souza, isolado num único ponto da costa, não teria como resistir ao selvagem instigado e dirigido pelos franceses.

Tomé de Souza, o primeiro comandante de tropas

A criação do Governo-Geral foi necessária para uniformizar a administração de acordo com a Metrópole, povoar, catequizar, alijar os contrabandistas e tornar rigorosa a guarda da costa, amparando as câmaras locais contra as insurreições indígenas e contra assaltos de piratas ou investidas de intrusos.

Tomé de Souza trouxe Pero de Góis na função de Capitão-Mor da Costa e um efetivo de 600 homens de tropa regular, entre os mil que totalizavam a expedição. Vieram oficiais de linha e material bélico. Jesuítas chefiados por Manuel da Nóbrega, dedicaram-se à conversão dos indígenas e, com a instalação de um colégio em Salvador, deram início à educação dos filhos dos colonos e dos conversos.

A Baía de Todos os Santos foi a sede do Governo-Geral do Brasil. Na barra, foi construída uma fortaleza e uma povoação, futura Salvador (29 Mar 1549), capital da América portuguesa por mais de 200 anos. Foi na Bahia, portanto, a primeira base naval e militar portuguesa no Brasil.

O Governador-Geral comandava as forças da colônia, assessorado pelo Provedor-mor da Fazenda, pelos capitães-mores das capitanias e pelo Capitão-Mor da costa, este incumbido de organizar a defesa e a vigilância do litoral. O Provedor-Mor tinha as atribuições militares de arrecadar recursos, relacionar o material de artilharia e munições existentes, fornecer aos capitães, senhorios e moradores o armamento e a munição para cumprimento dos encargos previstos no Regimento e verificar se o abastecimento desse material ocorria no prazo.

De acordo com o Regimento de 1548, organizava-se a defesa territorial dando-se melhor estrutura às milícias já existentes em cada capitania e buscava-se fortificar as sedes dos engenhos com a construção de torres ou casas-fortes. E surgiram os primeiros serviços - o de suprimento bélico e o de engenharia.

A ação de Tomé de Souza

Tomé de Souza concentrou esforços em três serviços: fundação de Salvador, submissão dos gentios hostis e expulsão dos intrusos. Em 1552/53 viajou para o sul, fazendo escala nas capitanias.

Em São Vicente, providenciou reforços para as obras de defesa contra os tamoios que fustigavam São Vicente, Santos e Santo Amaro. E em Cananéia, Itanhaém, Iguape e Paranaguá incentivou as iniciativas de autodefesa que já vinham sendo tomadas.

As medidas de Tomé de Souza foram, do ponto de vista militar, o estabelecimento do conceito de um alto-comando militar no Brasil, o aumento da força defensiva da colônia e o fim do isolamento dos núcleos de colonização na costa



Tomé de Souza desembarcando na Bahia em 1549. Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 45

Aspectos militares do governo de Duarte da Costa Casemiro

Duarte da Costa, substituto de Tomé de Souza, chegou à Bahia em julho de 1553. Não quis o apoio dos auxiliares deixados por Tomé de Souza, se isolou no seu gabinete e pouco tomou conhecimento do que ocorria na Bahia e no restante da colônia. Assim, avolumaram-se os problemas, entrando ele em conflito com o bispo D. Pero Fernandes e deixando que se agravasse a questão indígena.

Em dois anos, quase todas as capitanias enfrentaram rebeliões indígenas. Na Bahia, tapuias e tupinambás se uniram, atacaram engenhos e moradias e ameaçaram atacar Salvador. Duarte da Costa reagiu e os derrotou em batalha, fazendo muitos prisioneiros que foram distribuídos pelos engenhos como escravos.

Em São Vicente e São Tomé, o gentio foi instigado pelos franceses que rondavam a costa. Duarte da Costa, por falta de meios, sentiu-se impotente para o socorro às capitanias ameaçadas e passou a conviver com uma fortificação francesa erigida em plena baía da Guanabara (Forte de Coligny). Quando voltou para Portugal em 1557, a situação era pior do que a encontrada em 1553. Essa foi a herança pesada que deixou para o terceiro Governador-Geral Mem de Sá.

Os franceses na Guanabara

O Tratado de Tordesilhas dividiu as terras recém descobertas entre Portugal e Espanha. Mas desagradou as nações que ficaram fora da partilha. França, Inglaterra e Holanda passaram a incursionar naquelas terras para obter lucros oriundos do escambo com os indígenas e estabelecer núcleos de povoamento.

Os franceses logo se destacaram no comércio com os índios e, em 1555, a expedição francesa de Nicolás Durand de Villegaignon entrou na baía da Guanabara e iniciou a constituição da França Antártica, erguendo o Forte de Coligny³ em uma das ilhas. O nome adotado se deu pelo fato dos franceses pensarem que se encontravam próximos da Antártida. Com o apoio dos tamoios, os huguenotes franceses exploraram o pau-brasil em troca de machados e facões.

A notícia da chegada da expedição reacendeu na França o interesse pelo Brasil. Os traficantes franceses procuravam aportar na Guanabara sob a garantia de já terem um posto militar francês; e passaram a atuar com desassombro, formando aldeias, negociando no litoral e até fazendo reconhecimentos pelo interior.

³ Homenagem a Gaspard de Coligny, almirante francês líder dos huguenotes.

Em 1557 aportou na Guanabara uma expedição francesa composta por três navios fortemente artilhados e transportando uma tropa de 200 soldados para reforçar a presença militar da França na Guanabara. A reação portuguesa só ocorreria em 1560, sob o comando de Mem de Sá, o novo Governador-Geral.

Mem de Sá no Governo-Geral

Ao ser nomeado Governador-Geral, Mem de Sá inteirou-se da situação da colônia e verificou que eram grandes as forças de mar francesas no Brasil. Havia a necessidade de prudência nas ações ofensivas para neutralizá-las.

Em 11 Jun 1557 morreu Dom João III assumindo o trono Dom Sebastião⁴. Para o Brasil, a situação já vinha piorando e a colônia quase foi esquecida. Mas a luta contra os franceses continuou.

Mem de Sá chegou ao Brasil em 1557 e fundou a Capitania do Espírito Santo, uma base terrestre capaz de impedir a expansão francesa para o norte e de lhe proporcionar apoio cerrado às operações que pretendia desencadear.

Os erros da administração anterior dificultaram as condições de vida na colônia. Mem de Sá corrigiu erros e abusos, reordenou as finanças e reprimiu todas as atividades ilícitas. Com a colaboração dos jesuítas atuou junto aos indígenas. Procurou acabar com a antropofagia, com a luta entre as tribos e entre as tribos e colonos. Os índios aliados foram reunidos em aldeias, as reduções, para a catequese. Mandou libertar os índios escravos em poder dos colonos.

A luta para restabelecer a ordem foi em toda a colônia. Um filho seu, Fernão de Sá, morreu na chefia de uma expedição para combater índios amotinados no Espírito Santo. Em um ano, Mem de Sá mudou a situação da colônia, permitindo-lhe se dedicar à expulsão dos franceses da Guanabara. Reorganizou e adestrou suas tropas, constituídas de portugueses e índios, estes em maior número, e esperou a chegada de reforços prometidos pela Metrópole (Portugal).

A Guanabara livre de franceses

Enviada pela Metrópole, em 30 Nov 1559 aportou na Bahia a armada de Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha para apoiar Mem de Sá. Após enviar mensageiros a todas as capitanias, Mem de Sá seguiu para o RJ.

⁴ Dom Sebastião desapareceu em 4 de agosto de 1578 na Batalha de Alcácer-Quebir (Marrocos), assumindo o trono seu tio-avô o Cardeal D. Henrique.

Em Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo, recolheu reforços em pessoal e suprimentos. Fundeou na Guanabara a 28 Fev 1560. Tomando conhecimento da ausência de Villegaignon, Mem de Sá atacou o Forte de Coligny, localizado na ilha que hoje tem o nome de Villegaignon.

Mesmo contra a opinião de seus comandantes, que argumentaram que estavam em situação numérica desfavorável, Mem de Sá persistiu e, com reforços chegados de São Vicente, em 15 Mar iniciou o ataque, que durou dois dias, com a derrota dos franceses. Os sobreviventes se refugiaram no continente. Enquanto reparava suas naus, Mem de Sá determinou que o forte fosse arrasado e apressou-se em deixar a área, que ficou novamente desguarnecida.



Estácio de Sá partindo de São Vicente para combater os franceses no RJ. À esquerda, o Forte de São Tiago em Bertioga (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 53).

De São Vicente, determinou que seu sobrinho, Estácio de Sá, seguisse para Portugal para relatar o ocorrido. Retornando à Bahia, empenhou-se em luta contra os aimorés, que haviam devastado várias povoações, conseguindo derrotá-los.

Os franceses retornaram à Guanabara, onde guarneceram e fortificaram uma aldeia na ilha de Parapapuá (hoje ilha do Governador), criando também um reduto militar em Uruçu-Mirim (hoje na Glória).

Mudaram de estratégia os franceses, passando a assaltar navios e saquear os colonos portugueses. Os tamoios, aliados dos franceses, sentiram-se fortalecidos e passaram a imitá-los nessas ações.

A atuação de Estácio de Sá

Em 1563, Estácio de Sá retornou de Portugal com seis caravelas e ordens de expulsar definitivamente o invasor francês. Aportou em Salvador, onde recebeu reforços e partiu para o sul. Passando no Espírito Santo recolheu os indígenas temiminós com seu chefe Araribóia, dispostos a combater os tamoios. Prosseguiu para São Vicente onde ocorria novo levante dos mesmos.

Uma trégua com os tamoios, obtida por Manuel da Nóbrega, permitiu que Estácio de Sá se reabastecesse e rumasse para a Guanabara. Desembarcando a 1º Mar 1565, iniciou a fortificação e a construção de casas entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão, originando assim a vila que deu origem ao Rio de Janeiro.

Durante dois anos ocorreram combates contra os franceses e seus aliados indígenas. Em 18 Jan 1567, chegaram reforços comandados por Mem de Sá, que assumiu o comando. Em 20 Jan iniciou-se o ataque em Uruçu-Mirim e Paranapuá, cujas instalações foram destruídas. Vencidos, os franceses remanescentes foram para Cabo Frio. Ferido por uma flechada no rosto durante o ataque a Uruçu-Mirim, Estácio de Sá veio a falecer cerca de um mês depois.

Nova divisão administrativa

Retornando à Bahia e após 14 anos de lutas, Mem de Sá solicitou um substituto ao rei. Nomeado, D. Luís Fernandes de Vasconcelos não chegou ao Brasil, tendo sido assaltado e morto por piratas em julho de 1570. Mem de Sá morreu em 1572 na Bahia e foi substituído interinamente pelo Ouvidor-Geral Fernão da Silva.

A Metrópole desmembrou o Brasil em duas administrações. Luís de Brito e Almeida foi nomeado e empossado na Bahia em 1573 com jurisdição da Bahia para o norte e D. Antônio Salema, com jurisdição de Porto Seguro para o sul, tendo o Rio de Janeiro por sede. Essas duas seções administrativas, sem ligação entre si, tinham idênticos encargos.

Os dois governadores colocaram-se de acordo no modo de atuar, pelo menos nas coisas mais importantes. Uma delas eram as relações com os indígenas, cuja luta com os brancos se agravava com a ocupação de suas melhores terras. Cumpriram muito bem suas missões até 1578.

Prosseguia a luta contra o invasor francês, que não desistira de partilhar o Brasil com os portugueses. Estabelecidos em Cabo Frio, continuaram a comerciar com os tamoios e a pilhar a costa. Salvador Correia de Sá, Capitão-Mor do RJ, recebeu reforços e marchou contra Cabo Frio, derrotando os franceses novamente.

Antônio Salema, Governador da Repartição Sul, comandou em agosto de 1575 a definitiva expedição contra os franceses e tamoios de Cabo Frio infligindo dura derrota. Os franceses sobreviventes se refugiaram no sertão, negociaram uma trégua e, com a entrega de armas e munições, puderam se retirar em paz.

Graças à cooperação entre o colono português, o brasileiro-mameluco, os índios catequizados e os jesuítas, pôde o sul da colônia viver em relativa paz.

Bases da organização do exército permanente

Para a reorganização militar de Portugal, segundo os princípios da nação armada e a influência das ideias do século, o rei D. Sebastião baixou, a 10 Dez 1570 o *Regimento (Regulamento) dos Capitães-Mores e mais oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé, e da ordem que devem ter em se exercitarem - ou Regimento das companhias de ordenanças* (Ordenações Sebásticas).

De acordo com o Regimento, em toda cidade, vila ou concelho, os alcaides-mores eram os capitães-mores. Os donatários, os seus representantes nas capitânicas, os alcaides-mores e outras autoridades por provisão real ou dos representantes do Rei, tornavam-se comandantes militares.

Cabia-lhes escolher os capitães, alferes, sargentos e outros graduados das companhias. Quando não houvesse alcaides-mores ou pessoas já providas de capitânicas, procedia-se à eleição na presença do corregedor ou provedor da comarca mais próxima. Para os cargos de capitães seriam eleitos os principais do lugar que tivessem qualidades para as funções. De modo análogo, os sargentos-mores. A obrigação do sargento-mor consistia em visitar e inspecionar as companhias, quer da localidade principal, quer das roças do interior.

O Capitão-Mor devia estar ciente das pessoas que, por lei, eram obrigadas a ter armas, registrando-a(s) em livro autenticado. O alistamento abrangia todos os homens válidos, exceto os eclesiásticos, os fidalgos, os proprietários de cavalos em caráter permanente, menores de 18 e maiores de 60 anos.

Os alistados em cada localidade eram divididos em esquadras de 25 homens. O cabo era um homem do lugar, designado pelo capitão da companhia. Cada companhia enquadrava 10 esquadras (250 homens) possuindo, além do capitão, um alferes, um sargento, um meirinho (oficial de justiça), um escrivão e 10 cabos.

Faltando até três esquadras para completar as 10 da companhia, esta seria formada com as esquadras existentes; faltando mais de três não se organizaria companhia, repartindo-se as existentes por outras já constituídas.

E se juntará com eles a gente das aldeias e casais do termo para fazerem uma bandeira de duzentos e cinquenta homens, contanto que não estejam em distância de mais de uma légua das cabeças, nem possam por si fazer bandeira. E nos mais lugares em que por esta maneira senão puderem fazer os ditos duzentos e cinquenta homens, se fará todavia, companhia de duzentos, e de cento e cinquenta, e de cento.

Esta instrução torna bem claro que a unidade tática “Companhia” foi sinônimo de bandeira, e elucida a razão porque esta foi utilizada na organização militar das expedições de preia ao índio, exploração do sertão ou busca de minerais.

Esta organização de D. Sebastião refletiu-se no Brasil, através da instituição da tropa de segunda e, mais tarde, de terceira linha, durante dois séculos e meio, marcando profundamente a formação da nacionalidade brasileira pela aplicação do princípio da obrigação, quase universal, da prestação do serviço das armas.

Segundo o Regimento de 1570, nos lugares e freguesias onde não houvesse 100 homens nem pudessem os existentes reunir-se aos outros dos lugares vizinhos para completar os 100, seriam designados cabos-de-esquadra pela autoridade local, cada um comandando 25 homens, efetivo de uma esquadra. Não havendo efetivo para formar duas esquadras, seria formada uma só com a gente disponível. Analogamente se procederia na constituição das companhias.

O Regimento previa “ordenança e exercícios das armas”, determinava a substituição do capitão-mor pelo sargento-mor em caso de impedimento, a do capitão de companhia pelo alferes e a deste por um dos cabos de esquadra designado.

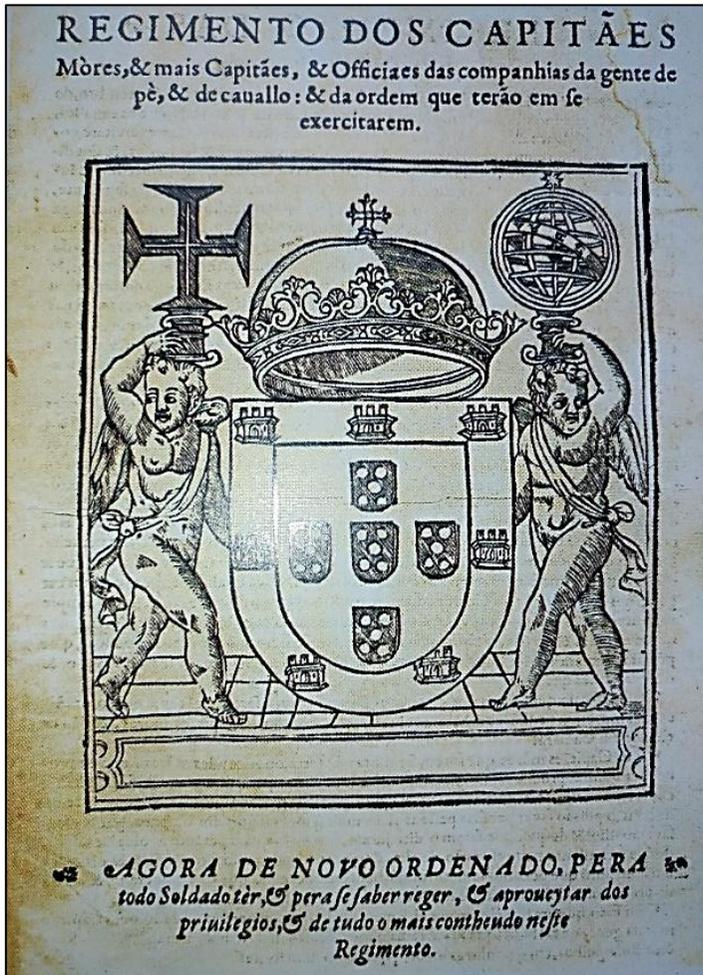
Prescrevia ainda o modo e as datas em que se desenvolveriam os exercícios e as inspeções das armas e munições, tanto para a infantaria quanto para a cavalaria. Finalmente, estabelecia que os capitães das companhias, os alferes e os sargentos teriam as prerrogativas dos cavaleiros, ainda que não o fossem.

Em 15 Mai 1574, novas prescrições para as ordenanças regularam a constituição dos terços, unidade que reunia companhias de ordenanças⁵ e que, na Europa,

⁵ Corpos de tropas provisórias de 3ª linha criadas pelo Regimento de 10 Dez 1570 (Dom Sebastião) para a defesa do território colonial. Formadas nos municípios por moradores locais através de engajamento obrigatório, eram encarregadas da ordem interna. Foram instrumentos de capilaridade social. Eram remuneradas somente durante a convocação. Em 1831, tornaram-se permanentes, com o nome de Guarda Municipal Permanente. Existiam três linhas nas tropas terrestres: a 1ª, do Exército; a 2ª, miliciana e a 3ª, de ordenanças.

tinha cerca de três mil homens. Comandava o terço o mestre-de-campo, mais tarde coronel (enquanto o terço dava origem ao regimento). O sargento-mor, depois major, secundava o mestre-de-campo no comando do terço.

Ampliando o comando militar e atualizando as estruturas militares portuguesas no século XVI, foi criado o cargo de Ouvidor-Geral, com a missão de comandar todas as forças terrestres e navais. Em 1588, surgiu a figura do Sargento-Mor do Estado, a quem competia a inspeção das fortificações e da artilharia.



O Regimento dos Capitães-Mores, primeiro regulamento militar aplicado no Brasil (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 54)

A conquista da Paraíba - O início da luta

A conquista da Paraíba foi demorada, cara e penosa. Os franceses expulsos das costas brasileira e que se refugiaram ao norte da capitania de Itamaracá, fizeram seu baluarte na região do atual estado da PB, aliando-se aos índios potiguares, com os quais negociavam e em cujas tabas encontravam guarida e apoio. E como se não bastasse a luta entre brancos, havia outra entre os tupiniquins e potiguares, aqueles aliados dos portugueses, estes dos franceses.

Fernão da Silva, Ouvidor-Geral de PE, foi malsucedido na luta pela conquista da PB em 1574. Após 25 anos de lutas, em 1585 fez-se a paz com os potiguares.

A primeira expedição de Frutuoso Barbosa

Frutuoso Barbosa, comerciante de pau-brasil, chegou a PE com forte armada e firme intenção de conquistar a região ao norte da capitania de Itamaracá. Em troca dessa conquista, seria nomeado Capitão-Mor da PB por dez anos. Alcançou a foz do rio Paraíba mas desistiu de seu intento face à forte presença de franceses na área e o apoio que tinham dos potiguares. Retornou, em 1578, a PE.

A segunda expedição de Frutuoso Barbosa

Frutuoso Barbosa não desistiu do sonho de ser capitão-mor da nova capitania e, em segunda expedição, de PE seguiu para o norte, desta vez com duas colunas, uma por terra e outra por mar. Após afundar barcos franceses ancorados na foz do rio Paraíba, foi derrotado em terra em sucessivos combates contra os franceses e seus aliados potiguares, sendo obrigado a bater em retirada e voltar a PE. Em 1584, uma expedição de Diogo Flores de Valdés e Dom Felipe de Moura, com a participação de Barbosa, conseguiu expulsar os franceses, conquistar a Paraíba e construir os fortes de São Tiago e São Filipe.

Um rei, duas coroas - O Reinado de Filipe I de Portugal

Em 1578, com a morte do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, instalou-se em Portugal uma crise dinástica para definir quem seria o novo rei, pois D. Sebastião, solteiro, não deixara descendentes diretos. O Cardeal D. Henrique, irmão de D. João III, assumiu o governo em 1578. O prelado contava 66 anos e, como não tinha filhos, criava um problema sucessório.

Entre os pretendentes ao trono, havia três netos de Dom Manuel: Dom Antônio, Prior do Crato; Dona Catarina, duquesa de Bragança; e Felipe II, rei da Espanha. Com a renúncia de Catarina em favor de Felipe II, a disputa se reduziu entre Dom Antônio I (filho bastardo do infante D. Luís) e o monarca espanhol. Felipe II obteve apoio em Lisboa para ocupar o trono e conseguiu que Dom Henrique, já moribundo, fizesse um testamento a seu favor.

Com a morte de D. Henrique em janeiro de 1580, Felipe II recorreu às armas “para confirmar, pelo direito da força, a pouca força de seu direito” e, em junho, determinou a invasão de Portugal por terra e mar. D. Antônio I enfrentou os invasores, sendo derrotado pelas tropas do Duque de Alba na Batalha de Alcântara.

Em abril de 1581, o neto de D. Manuel, sob o nome de Felipe I, foi jurado rei de Portugal pelas cortes de Tomar. O novo rei jurou o compromisso de reger o seu novo reino conforme os seus usos, leis e costumes, respeitar os privilégios e foros antigos de Portugal e não nomear para governadores senão príncipes da família real ou portugueses de nascimento.

Dom Felipe I tratou de assegurar a sujeição pacífica dos domínios portugueses na África, na América e no Oriente. No Brasil, o sexto Governador-Geral Lourenço da Veiga aceitou sem protesto o novo rei. Estava efetivada a “União das duas Coroas”, que só terminaria em 1640. Esse período foi benéfico para o Brasil, pois o rompimento do Meridiano de Tordesilhas permitiu a expansão lusitana para o norte, oeste e sul da América do Sul mas atraiu, porém, para o litoral brasileiro ataques dos inimigos da Espanha: Inglaterra, Holanda e França.

Uma preocupação do novo rei foi a presença francesa nas costas do Brasil. Os corsários franceses, por não pretenderem se fixar na nova terra, tinham mais facilidade em negociar com os indígenas e, por essa razão, tinham a população local como aliada. Em consequência disso, por carta régia, D. Felipe I determinou que se realizasse a expulsão dos franceses que rondavam as costas do nordeste do Brasil e que uma fortaleza fosse construída na foz do rio Grande (Potengi).

A esquadra espanhola de Don Diego Flores Valdez

Em 1584 chegou à Bahia uma esquadra espanhola comandada por Diego Flores Valdez em socorro aos portugueses no Brasil. Seu objetivo era chegar ao Estreito de Magalhães, onde deixaria soldados e colonos espanhóis para tentar a colonização da Patagônia. Devido a vários contratempos, Valdez, após aportar em Buenos Aires, decidiu voltar para a Bahia. Em Salvador, Valdez e o Governador Manuel Telles Barreto planejaram expulsar os franceses da Paraíba através de um ataque em duas colunas, uma por terra, comandada por Filipe de Moura,

lugar-tenente do donatário de Pernambuco e outra por mar, comandada por Valdez. O ataque foi bem-sucedido tendo os franceses fugido para o sertão, após incendiadas suas embarcações, que carregavam pau-brasil.

A fundação do Forte de São Filipe

Para enfrentar as investidas dos franceses e dos índios seus aliados, foi construído o Forte de São Filipe na foz do rio Paraíba, próximo à atual João Pessoa. O espanhol Francisco de Castrejón foi designado para comandar o forte, após o regresso das forças de terra para PE e da esquadra de Valdez para a Espanha.

Frutuoso Barbosa foi indicado para supervisionar a colonização da região. Tão logo se sentiram longe de uma autoridade maior, desentenderam-se o português e o espanhol. E os índios potiguares voltaram ao ataque, agora reforçados pelos tupiniquins, que iniciaram uma rebelião devido aos maus tratos infligidos pelos colonos portugueses, obrigando Castrejón a pedir ajuda a Pernambuco.

Os índios cercaram o forte, para dominá-lo pela fome. Mesmo com mantimentos enviados por Martim Leitão, ouvidor-geral de Pernambuco, a situação do forte tornou-se insustentável e um novo pedido de ajuda foi enviado a Pernambuco.

A primeira expedição de Martim Leitão

Com a notícia da situação do Forte São Felipe, a população de Olinda se mobilizou para socorrer os sitiados e rapidamente Martim Leitão reuniu um exército integrado por veteranos de outras campanhas. A marcha de Olinda à Paraíba foi realizada com exemplar disciplina, com batedores à frente explorando e limpando o terreno. Uma taba potiguar no caminho foi completamente arrasada. Nas margens do rio Paraíba a coluna avançou, libertando o arraial e levantando o cerco ao forte. Reabastecido o mesmo e ajeitadas as coisas no arraial, retirou-se Martim Leitão com os seus para PE, chegando a Olinda em 6 Abr 1585.

A rebelião de Castrejón

Não durou um mês a tranquilidade na fronteira norte. A 10 Jun 1585 chegou a Olinda o capitão Pero Lopes, que Martim Leitão havia colocado no governo da Paraíba. Procurava um navio para voltar à Espanha. Martim Leitão ordenou que voltasse para seu posto, o que foi cumprido a contragosto, pois Pero havia se desentendido com Francisco de Castrejón. Antes daquele se deslocar para a

Paraíba, chegou este, afirmando que já não havia o que comer no Forte São Filipe. O Ouvidor-Geral buscou informações e constatou que, acossado pelos índios e pelos franceses, Castrejón desertara. Antes de fugir, os espanhóis da guarnição jogaram os canhões ao mar, destruíram o forte e incendiaram o arraial. As autoridades de Olinda, desanimadas, concluíram que nada podiam fazer pela Paraíba.

A segunda expedição de Martim Leitão

Martim Leitão não se conformou com a resignação dos chefes olindenses. Deveriam imediatamente eleger um chefe capaz de levar socorro à Paraíba, para não se perderem as conquistas já realizadas.

Eleito o Capitão Simão Falcão e reunidos 150 combatentes, tudo estava pronto para o início da expedição quando Falcão adoeceu. Para não retardar as ações, Martim Leitão assumiu o comando e seguiu para a Paraíba. Antes de iniciar as operações militares, Leitão contactou um cacique tupiniquim, antigo aliado dos portugueses, buscando apoio. Como resultado, os tupiniquins marcharam novamente contra os potiguares. Juntos, índios e brancos derrotaram os potiguares e restabeleceram o forte. Cumprida a missão, Martim Leitão voltou a PE.

A terceira expedição de Martim Leitão

Julgando vulnerável a posição do Forte de São Filipe, Martim Leitão decidiu levantar um outro forte, melhor localizado. Reunindo pedreiros, marceneiros e o material para a construção, Martim Leitão partiu pela terceira vez para a PB.

Na área, feitos os reconhecimentos, ele encontrou uma área propícia para o seu objetivo. Paralelamente à construção do novo forte, também iniciou, a 4 Nov 1585, a construção de uma povoação, chamada de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa, capital da Paraíba.

Decidido a reprimir a hostilidade dos potiguares, Martim Leitão prosseguiu para o norte. Chegou ao rio Mamanguape e entrou na baía da Traição, onde encontrou uma aldeia que servia de base a navios franceses. Todo o material destinado ao reparo de navios foi destruído e expulsos os franceses que ali se homiziavam.

Seguindo para o norte, chegou às margens do rio Grande (Potengi), com sua tropa já cansada pela dureza das jornadas. Decidiu então voltar à Filipéia, terminar o que havia começado e retornar para Pernambuco.

A quarta expedição de Martim Leitão

Em Fev 1586 chegou ao Brasil o capitão Francisco Morales, para substituir Francisco Castrejón, que havia desertado. Mas a atuação de Morales gerou inúmeras queixas dos colonos. Em seguida, Morales também desertou.

Em vista da situação, Martim Leitão decidiu ir novamente à Paraíba. À frente de dois contingentes, chegou à Filipéia na véspera do Natal e, após colocar as coisas em ordem, partiu para o interior, a fim de dar combate aos potiguares.

Entrando no sertão, com portugueses, mamelucos, negros e índios tupiniquins, derrotou uma coluna de potiguaras e seus aliados franceses. Após construir mais um forte, na várzea do rio Paraíba, o Forte de São Sebastião, voltou para Olinda, considerando encerrado o conflito com os potiguares na Paraíba.

Frutuoso Barbosa e Pero Lopes em ação

A pós a retirada de Martim Leitão, parecia que a paz havia chegado à PB. Concluiu-se o engenho, os colonos plantavam cana e tudo corria bem na nova colônia. Mas ao norte da baía da Traição os franceses continuavam a insuflar os índios contra os lusitanos, reiniciando os ataques aos povoados e plantações.

A fim de acabar com essas correrias, organizaram-se duas companhias, uma comandada por D. Pedro de La Cueva, um espanhol que fora nomeado comandante do Forte de Filipéia e outra pelo português Diego Nunes Correia.

Pero Lopes Lobo, por sua vez, no comando de uma coluna de índios tupiniquins, dirigiu-se para o interior, onde foi encontrando e destruindo as aldeias indígenas. Seguiu Pero Lopes até a baía da Traição e de lá retornou para Filipéia, onde teve de apaziguar as desavenças entre La Cueva e o novo Capitão-Mor da Paraíba Frutuoso Barbosa.

Mas, mal se ausentou Pero Lopes, as brigas entre o espanhol e o português recomeçaram e a solução foi mandar o espanhol de volta para a Espanha e substituir o português por André de Albuquerque.

As derradeiras lutas e a destruição de Cabedelo

Feliciano Coelho de Carvalho, fidalgo português criado na África, assumiu a Paraíba em maio de 1591. Os potiguares e os franceses haviam recomeçado os ataques às aldeias portuguesas na baía da Traição.

Feliciano recorreu a Pero Lopes, que se encontrava na Capitania de Itamaracá. Este organizou uma força que se dirigiu à zona conflagrada, bateu os potiguares e retornou para Itamaracá.

Em Ago 1597, 13 embarcações francesas atacaram o porto de Cabedelo, nas proximidades de Nossa Senhora das Neves, por mar e por terra e, contando com o apoio dos potiguaras, arrasaram as fortificações e a povoação.

Manuel Mascarenhas Homem, Capitão-Mor de Pernambuco, recebeu ordens de Portugal para socorrer a PB. Organizou-se uma expedição, com três companhias de infantaria e uma de cavalaria, por terra, sob o comando de Feliciano Coelho, e outra força, de nove embarcações, sob o comando de Francisco de Barros Rego. Uma companhia paraibana foi comandada por Miguel Álvares Lobo.

A expedição iniciou vitoriosamente sua campanha, mas após destruir várias tabas potiguaras, foi atacada pela varíola, obrigando-a a voltar para o Forte de Filipéia e para Pernambuco.

Mas um comandante de companhia de infantaria preferiu seguir para o norte. Foi o capitão mameluco Jerônimo de Albuquerque, que incorporado à frota de Barros Rego, alcançou a foz do rio Grande (Potengi).

A fundação do Forte dos Três Reis Magos

Na foz do rio Grande, os portugueses ancoraram e iniciaram a construção de um tosco forte de taipa e barro para se protegerem dos ataques potiguares.

Os índios, açulados pelos franceses, alguns casados com índias, atacavam constantemente. A situação era insustentável quando o próprio Capitão-Mor da PB, Feliciano Coelho, com duas companhias de infantaria, chegou em socorro.

Feliciano afastou os agressores para o norte e aproveitou a ocasião para melhorar as condições do forte já iniciado, dando-lhe o nome de Três Reis Magos. Neste local muitos permaneceram, entre eles Jerônimo de Albuquerque, a quem foi entregue a direção do povoado que se formava.

A paz dos potiguaras com os portugueses efetivou-se por intermédio dos padres jesuítas chefiados por Gaspar Samperes.

Piratas e índios na rota dos colonizadores

Guanabara e litoral fluminense nos séculos XVI e XVII

Manuel Telles Barreto, nomeado Governador-Geral do Brasil por Felipe I, chegou à Bahia em 1582 e logo escreveu a todas as capitánias pedindo-lhes que reconhecessem o rei espanhol como seu rei. Logo depois, chegaram ao Rio

de Janeiro três embarcações francesas trazendo carta de D. Antônio (Prior do Crato) para o Governador, Capitão Salvador Correia de Sá, apelando para o não reconhecimento do rei espanhol como rei de Portugal.

Ausente Correia de Sá, o governador interino Bartolomeu Simões Pereira determinou aos franceses que se retirassem, mobilizou a população para enfrentar um possível ataque vindo do mar e realizou demonstrações de força destinadas a desencorajar os invasores. A estratégia deu certo, pois em dúvida sobre o sucesso de um ataque, as embarcações francesas se retiraram.



Companhia de Infantaria (ou Bandeira, séc. XVI). À frente, flautista e tambor, usados para disciplinar a marcha. Em segundo plano, a bandeira (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 55). A Bandeira foi uma sub-unidade do terço no séc. XVI (Cidade, 1948, p. 24).

O bandeirismo fluminense

Em fins de 1590, o Brasil era povoado somente em algumas partes do litoral com largura variável de 50 a 120 quilômetros. A povoação do RJ era um pequeno núcleo. Os núcleos do litoral praticavam expedições para o interior da colônia com o objetivo de encontrar ouro ou pedras preciosas ou para prear índios

bravios para o trabalho nas lavouras. As expedições que partiam do RJ exploravam o vale do rio Paraíba, percorriam a costa pelo sul e pelo norte, penetravam nas terras dos pacíficos guaianás e combatiam os tamoiós e temiminós.

Em Out 1597, uma expedição comandada por Martim de Sá percorreu o litoral chegando até Parati. Indo para o interior, chegou a Itajubá. Em 1599 coube a Gonçalo de Sá expulsar os Goitacazes da região de Macaé. No ano seguinte, Martim de Sá, com reforços que vieram do Espírito Santo, derrotou os temiminós que haviam construído uma aldeia fortificada nas margens do rio Muriaé.

Corsários ingleses na Capitania de São Vicente

No final do século XVI, os corsários ingleses apareceram no litoral brasileiro. Em janeiro de 1583 Edward Fenton, com dois galeões bem armados, aportou em Santos, mas foi repellido pelos colonos e por uma esquadra espanhola comandada por Andrés Igino (ou Equino), que se encontrava em missão de patrulhamento e defesa da costa. Desse ataque resultou a construção do Forte da Barra.

Em Dez 1591, Thomas Cavendish ancorou seus galeões no litoral da Capitania de São Vicente. Aproveitando-se da distração da população, voltada para as festas de Natal, Cavendish apoderou-se de Santos e aí ficou quase dois meses, até que escassearam as provisões. Dirigiu-se para o sul em 3 Fev 1592, com a intenção de alcançar o Pacífico pelo Estreito de Magalhães. Não conseguiu e retornou a Santos para se reabastecer. Prevenidos, os colonos, auxiliados pelos índios e reforços vindos de Piratininga, reagiram e obrigaram os piratas a se retirarem.

Uma organização militar eficiente

Em face dos constantes ataques indígenas, os moradores de São Vicente forçaram as autoridades locais a tomar medidas objetivas e eficientes em defesa da povoação. A Câmara de representantes havia promulgado em 9 Set 1542, um “Termo”, segundo o qual se dava organização à milícia local, formada por colonos e índios. Praticamente criava-se o serviço militar obrigatório na Capitania e a implantação de verdadeira estrutura militar para a defesa do território.

Essa estrutura se mostrou eficaz contra os ataques dos índios e dos piratas, garantiu o progresso da Capitania e permitiu muitas vezes que os vicentinos acorressem em socorro de Piratininga e mesmo da longínqua Guanabara.

Primeira expedição baiana ao rio Real

A região entre o rio Real (divisa Bahia/Sergipe) e o rio São Francisco (divisa Sergipe/Alagoas) permaneceu abandonada durante o séc. XVI, mesmo com o crescimento de Salvador e Olinda. As ligações por mar entre esses dois polos eram perigosas devido aos corsários e foi necessário abrir uma rota por terra.

Os padres jesuítas Gaspar Loureiro e João Salônio tomaram a iniciativa de desbravar a região através da catequese das tribos lá existentes. Com o apoio do Governador da Bahia Luís de Brito e Almeida, partiram para o norte com alguns colonos e sob a proteção de uma escolta de 20 soldados comandados pelo sertanista Garcia de Souza d'Ávila. Em 28 Jan 1575, a expedição chegou ao rio Real. A força militar ficou na barra do rio e os jesuítas, em seu trabalho de catequese fundaram três aldeias: São Tomé, Santo Inácio e São Paulo.

Apesar do sucesso da catequese, boatos circularam em Salvador de que as vidas dos padres estavam ameaçadas pelos indígenas. Esses rumores levaram Luís de Brito a organizar uma expedição em direção ao rio Real, a qual partiu a 25 Nov 1577, em duas colunas, uma por mar e outra por terra. Ameaçados, os indígenas reagiram à presença da expedição, travando-se uma guerra sangrenta e rápida, com os índios sendo destroçados. O trabalho de catequese foi perdido.

Com o fim da luta Luís de Brito, que comandara a expedição, retornou para Salvador, deixando Garcia d'Ávila para colonizar a região. Este não se interessou e assim fracassou a primeira tentativa de integrar a região do rio Real ao Brasil.

Segunda expedição baiana ao rio Real

Em 1586 ocorreu a segunda expedição baiana ao rio Real. Os indígenas de Sergipe solicitaram, por meio de emissários, que o Governador-Geral Manuel Telles Barreto lhes enviasse uma escolta para que pudessem ir a Salvador ouvir a pregação do Evangelho sem serem vítimas de inimigos. Para atender ao pedido, o Governador reuniu um conselho que votou a favor, apesar do voto contrário do conselheiro Cristóvão de Barros, que não confiava no gentio e alertou aos demais conselheiros para a possibilidade de traição.

Enviaram-se 150 soldados brancos e mamelucos e cerca de 300 índios aldeados. A escolta penetrou em Sergipe e caiu na armadilha prevista por Cristóvão de Barros. Os índios eram aliados dos franceses. Enfurecido, Manuel Teles Barreto determinou aos capitães-mores de Olinda e Itamaracá que se preparassem para a conquista definitiva de Sergipe. Entretanto, agravando-se a situação na Paraíba,

o Governador determinou que a socorressem, o que obrigou a suspender a incursão planejada. Foi assim mais uma vez adiada a integração de Sergipe.

A expedição baiana de 1589

Em 1587 morreu Manuel Telles Barreto. O sucessor, Francisco Giraldes, morreu antes de assumir o cargo. A Coroa não designou substituto e o governo ficou com uma Junta Governativa constituída pelo bispo D. Antônio Barreiros, o Provedor-Mor Cristóvão de Barros e o Ouvidor-Geral Antônio Coelho de Aguiar.

A região do rio Real, dominada por índios hostis à colonização, continuava sendo alvo dos franceses. Fortalecidos pelo apoio indígena, os franceses projetaram atacar Salvador, fato que chegou ao conhecimento da Junta Governativa.

Tornava-se necessário retomar a iniciativa na região. Os novos governantes submeteram à Metrópole a necessidade de uma incursão destinada a submeter os índios hostis e expulsar, definitivamente, os franceses da região. O plano foi aprovado, considerando-se que se tratava de uma guerra justa.

Cristóvão de Barros assumiu o comando da expedição. Era um chefe experimentado nos campos de batalha do Rio de Janeiro e Cabo Frio. Iria unir ao dever seu desejo de vingar-se dos indígenas que haviam matado e devorado seu pai após o navio que o levaria a Portugal na comitiva do bispo D. Pero Fernandes Sardinha naufragar nas costas do hoje estado de Alagoas.

Em fins de 1589, a expedição partiu em direção ao norte. Era uma força considerável para a época. Cristóvão de Barros seguiu à frente, por mar. Designou Antônio Fernandes para comandar a vanguarda e Sebastião Faria a retaguarda.

Pelo sertão seguiram os netos de Caramuru, Álvaro Rodrigues e Rodrigo Martins em uma coluna de mil índios e 150 brancos e mamelucos. Entrando no sertão a coluna foi recebendo a incorporação de cerca de três mil flecheiros tapuias.

Após várias vitórias a expedição chegou à aldeia fortificada de Baopeba, principal chefe indígena da área. Cerca de 20 mil índios viviam nessa aldeia, situada às margens do rio Sergipe. Cercando a aldeia, Cristóvão de Barros a destruiu sendo Baopeba levado prisioneiro para Salvador, onde morreria no cativeiro.

Estava aberto o caminho para a definitiva colonização do atual estado de Sergipe. Cristóvão de Barros levantou um forte sobre o istmo junto à foz do rio Cotin-guiba e a seu lado fundou um arraial, a que deu o nome de São Cristóvão, que passou a ser sede da Capitania de Sergipe d'El Rey.

A viagem de Dom Francisco de Souza a Piratininga

O Governador Geral do Brasil Dom Francisco de Souza (1591-1601) muito fez pela defesa da colônia com a construção de fortes e fortalezas e manutenção das praças-fortes já existentes. Depois de apoiar e organizar expedições e entradas em busca de minas de ouro, decidiu ir pessoalmente a Piratininga, a fim de se inteirar também da situação militar das capitanias do sul.

De passagem por São Vicente e Santos apreendeu um navio holandês suspeito. Subiu o planalto e ficou em Piratininga até tomar conhecimento em 1602, da chegada à Bahia de seu sucessor no Governo Geral, Diogo Botelho.

Nessa época navios holandeses e ingleses rondavam as costas brasileiras e várias tentativas de desembarque foram repelidas pelos colonos e indígenas.

Rio de Janeiro, cidade fortaleza e base de operações

Por volta de 1589 era pequena a população do RJ. Fixara-se no morro do Castelo, com receio dos ataques dos indígenas e dos piratas estrangeiros. Salvador Correia de Sá governava a capitania pela segunda vez e muito fazia pela sua defesa. Quando ele deixou o governo em 1597 a cidade prosperava e passava a servir de excelente base de operações contra índios e corsários.

Entre 1602 e 1607, o novo governador, Martim Correa de Sá, construiu o Forte da Cruz (local da atual Igreja da Santa Cruz dos Militares) e atacou os franceses que haviam se estabelecido em Cabo Frio. Por sua vez, Constantino de Menelau, governador de 1614 a 1618 (após Afonso de Albuquerque), expulsou ingleses e franceses que tentaram se estabelecer em Cabo Frio e holandeses que haviam desembarcado na restinga da Marambaia e na ilha Grande (Angra dos Reis). Em Cabo Frio levantou o Forte de Santo Inácio e fundou uma povoação que tomou o nome de Santa Helena, mudado depois para Assunção de Cabo Frio.

A Capitania de Ilhéus - Origens

A Capitania de Ilhéus teve o nome inspirado nas três ilhas situadas fora da barra do rio Cachoeira. Foi doada pelo rei português a Jorge de Figueiredo Correia e Alarcão, escrivão da Fazenda em Lisboa, que nunca veio ao Brasil para tomar posse. Como seu representante mandou Francisco Romero, um espanhol, que chegou com uma expedição bem provida de colonos, carpinteiros e pedreiros.

Logo que desembarcou em Ilhéus, em 1535, Romero fundou uma vila com o nome de São Jorge, santo padroeiro do donatário.

As primeiras dificuldades

Com terras férteis, as plantações de cana de açúcar foram promissoras, atraindo novos colonos e a instalação de engenhos. Mas a reação dos índios aimorés aos invasores foi violenta. Eles passaram a realizar ataques e destruir plantações e engenhos, o que obrigou os colonos do interior a se refugiarem na sede da capitania, sob a proteção da milícia local. Devido à resistência dos aimorés a capitania permaneceu estagnada por muitos anos.



Salvador Correia de Sá (1540-1631). Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 62

Ameaças dos piratas franceses a Ilhéus

Não bastassem os ataques dos aimorés, os colonos viviam sob a ameaça de serem atacados por piratas franceses. Em 1597, uma expedição francesa atacou a sede da capitania, obrigando a milícia local a se retirar para o interior, onde construiu trincheiras e aguardou ataques do invasor. Os corsários, satisfeitos com o que encontraram na vila, subestimaram a possibilidade de um contra-ataque e preocuparam-se apenas em juntar o rico butim e levá-lo para seus navios.

Aproveitando-se desse descuido, a milícia de Cristóvão Leal atacou os piratas antes que estes pudessem se organizar para a defesa e obtiveram uma completa vitória, capturando armas e munições e algumas de suas embarcações.

Situação militar na Capitania em 1612

Por ordem do Governador, em 1611 chegou à Ilhéus uma centena de milicianos, que passaram a constituir a força de defesa da Capitania, que contava ainda com um fortim com seis peças de artilharia. Desta forma, Ilhéus passou a dispor de razoável capacidade de defesa contra os ataques de índios e piratas.

No ano seguinte, o governador local adotou a praxe de nomear como capitães os chefes das aldeias indígenas, buscando aproximá-los da população branca. Essa prática demonstrou ser de utilidade para conquistar a amizade dos indígenas e terminar com as lutas entre as duas parcelas da população da capitania.

A Capitania do Espírito Santo - O início

A Capitania do Espírito Santo foi criada em 1534 mediante a concessão de 50 léguas de terras situadas ao norte do rio Cabapuana (atual Itabapuana) a Vasco Alves Coutinho. O donatário chegou ao Brasil em 23 Mai 1535 e, por ser domingo de Pentecostes, deu o nome de Espírito Santo à nova capitania. Em sua companhia vieram 60 homens. Ao tentarem desembarcar na praia da atual Vila Velha, notaram a presença de índios armados de arco e flecha, que foram dispersados pelo fogo das duas peças que guarneciam a nau que os trouxera.

Até 1551 os colonos foram constantemente atacados. Nesse ano, o donatário decidiu expulsar os índios que viviam na maior ilha existente na baía e fundou um povoado ao qual deu o nome de Vitória, para celebrar a vitória sobre os indígenas.

Em 1560, após serem derrotados por Mem de Sá no RJ, dois navios franceses tentaram desembarcar em Vitória, sendo repelidos pela milícia local. Nesse mesmo ano uma nova tentativa de desembarque francês foi prontamente repelida.

Valor defensivo do Convento da Penha

Em 1558, Frei Pedro Palácios, recém-chegado à capitania, edificou uma capela no alto do morro rochoso nas proximidades da povoação edificada pelos primeiros colonos, atual Vila Velha, colocando ali uma imagem de Nossa Senhora que trouxera da Europa. Essa capela deu origem ao Convento de Nossa Senhora da Penha que, pela sua situação privilegiada, dominando a entrada da barra desde a altura de 150 metros, servia de posto de observação e de refúgio para os moradores da vila, quando ameaçados por índios ou piratas. No sopé do rochedo foi construído um fortim, reforçando a capacidade defensiva da capitania.

Cavendish tenta saquear a capitania

Em 1592, o inglês Thomas Cavendish, querendo repetir o saque feito no Natal do ano anterior, reapareceu em Santos, sendo repellido com pesadas perdas. Resolveu então atacar a Capitania do Espírito Santo.

Anos antes, em 1583, outro pirata inglês, Edward Fenton, após incursionar em Santos, havia tentado desembarcar no porto de Vitória, mas após realizar um bombardeio preliminar, recuou para alto mar.

Desta forma, quando os colonos avistaram as naus inglesas, prepararam a defesa desocupando a vila e se posicionando nos engenhos do interior, embora a maioria tivesse preferido se alojar no Convento de Nossa Senhora da Penha.

Ao desembarcar, os corsários encontraram a vila abandonada e resolveram atacar o convento, sofrendo pesadas baixas. Os colonos refugiados no interior, contando com o reforço de guerreiros goitacazes, mobilizados pelos padres que viviam nas aldeias, atacaram os corsários, obrigando-os a se retirarem.

Nessa época, os habitantes dos povoados e vilas do litoral brasileiro possuíam alto grau de sentimento nativista e uma incipiente organização militar que lhes permitia enfrentar satisfatoriamente os piratas que os ameaçassem.

Pirataria e heroísmo no recôncavo

Invasão de Withrington e Lister

Em 1581, logo no início do governo do Bispo Dom Antônio Barreiros e do provedor-mor da Fazenda Cristóvão de Barros, entraram na Baía de Todos os Santos três navios ingleses, conduzindo, apresado, um navio do comerciante espanhol Lopo Vaz, o qual recentemente largara de Salvador com destino ao Prata.

Os ingleses, chefiados por Robert Withrington e Christopher Lister capturaram todas as embarcações que estavam atracadas no porto, bloquearam a entrada da baía e começaram a bombardear a cidade, em preparação para o desembarque.

Cristóvão de Barros, que andava pelo Recôncavo angariando donativos para a Casa da Misericórdia, acudiu a cidade ameaçada trazendo consigo todo gentio que encontrava. Chegou a tempo de reforçar a precária defesa organizada por D. Antônio Barreiros de modo a impedir o desembarque dos ingleses. Organizou uma pequena força naval com barcos que levavam suprimentos para os engenhos, passando a hostilizar os barcos ingleses, os quais passaram à defensiva.

Com a falta de víveres e água a bordo das naus inglesas, os invasores foram obrigados a desembarcar pequenos efetivos para o saque e a aguada, que se tornaram presas fáceis para os defensores. De bloqueadores os ingleses passaram a bloqueados e foram obrigados à retirada. Afastados do interior da baía, ainda tentaram um desembarque em Camamu, sendo também repelidos.

Aspectos militares da entrada de Gabriel Soares de Souza

Em 1591, Gabriel Soares de Souza recebeu amostras das minas de ouro do Alto São Francisco. Retornando de viagem à Corte, onde fora buscar autorização real organizou, com o apoio do Governador D. Francisco de Souza, uma expedição de feição militar. Dela faziam parte, além dos homens que trouxera de Portugal, 200 índios flecheiros e os brancos que se apresentaram voluntariamente. A expedição partiu do Jaquaribe para as minas do Alto São Francisco.

O deslocamento da expedição teve a previsão de paradas em casas-fortes ou bases que distavam entre si cerca de 50 léguas. Iniciado o deslocamento, atingiu a serra de Guareru e as nascentes do rio Paraguai. Uma epidemia causou a morte de vários homens, inclusive do próprio Gabriel Soares de Souza em 1592 e, por ordem do Governador, a expedição retornou a Salvador.

A incursão de Hartman e Broer

Em 23 Dez 1599, durante o governo interino de Álvaro de Carvalho, entrou na baía uma força de sete naus holandesas comandadas pelos capitães Hartman e Broer. Os batavos apoderaram-se do porto e das embarcações ancoradas.

Álvaro de Carvalho organizou a defesa em terra. Os holandeses não desembarcaram e propuseram ao governador um acordo que evitasse o confronto. Após quatro dias de negociações, Álvaro de Carvalho não aceitou nada. Os holandeses foram atacar e pilhar um engenho afastado da cidade. Com a chegada de uma

força portuguesa por terra, os holandeses se retiraram para seus navios e desembarcaram na ilha de Itaparica, onde atearam fogo em um engenho.

Percebendo a chegada de tropas por terra, os holandeses se retiraram para seus navios e, após apresar uma nau que transportava um rico carregamento de pau-brasil, se retiraram definitivamente da baía.

O combate aos Aimorés

A cidade do Salvador, além de ser assediada por mar pelos corsários, também era sempre atacada por terra pelos aimorés, que agiam de forma a jamais confrontar os colonizadores em campo aberto. Conhecedores do terreno, realizavam emboscadas nos caminhos e atacavam engenhos desprotegidos. Com isso, mantinham os colonos confinados aos arrabaldes da cidade, o que causava a estes grandes prejuízos e liberdade limitada.

Álvaro de Carvalho aceitou um oferecimento de Manuel de Mascarenhas, governador da capitania do Rio Grande (do Norte), de enviar um grupo de índios potiguares aculturados para combater os aimorés. Somente outro gentio, habituado à natureza agressiva da terra, teria sucesso no confronto.

E assim, transportada em caravelas - feito notável para a época - chegou a Ilhéus o capitão Francisco da Costa e uma força potiguar chefiada pelo cacique Zorobabé para, de lá, seguir para o norte dando caça aos inimigos.

Os resultados obtidos foram satisfatórios, pois os aimorés retraíram para o sertão. Mas, com o retorno dos potiguares à capitania do Rio Grande, os aimorés voltaram à sua ação destruidora. A pacificação definitiva dos aimorés na Bahia só veio a concretizar-se por intermédio da catequese dos gentios.

A investida de Paulus van Caarden

Em 20 Jul 1604, no governo de Diogo de Botelho, uma flotilha holandesa sob o comando de Paulus van Caarden chegou à Bahia com o propósito de tomar a cidade do Salvador. Após pesado bombardeio, Caarden propôs ao governador um acordo pelo qual pouparia a cidade mediante o pagamento de resgate.

Diogo Botelho respondeu que “Esta praça é uma das mais ricas do mundo, venha conquistá-la, se puder”. O corsário desistiu da empresa, fez-se ao largo a 28 de agosto, ficou satisfeito em reconhecer a importância e a riqueza da Bahia e levou preciosas informações para a invasão que ocorreria 20 anos mais tarde.

PE e RN - A incursão de Lancaster e Fenner ao Recife

A partir de 1580, com o domínio espanhol, aumentaram as incursões de piratas franceses, ingleses e holandeses à costa brasileira. Os ataques e pilhagens traziam as populações costeiras em constante inquietação, exigindo de todos, colonos e o próprio gentio, vigilância cerrada no mar e em terra.

Após o ataque de Thomas Cavendish contra São Vicente aportou em Recife, em 24 Mar 1595, uma flotilha comandada pelo corsário inglês James Lancaster, que desembarcou uma forte tropa. A população ficou surpresa, entrou em pânico e abandonou a Vila. O ataque começou pelo Forte de São Jorge, débil fortim de taipa, que não resistiu. O holandês Johan Vanner participou deste ataque.

Após a tomada do forte, eles cercaram a vila e iniciaram o saque aos armazéns do porto. Quatro dias após esta tomada de Recife, vieram associar-se aos invasores uma flotilha de piratas franceses sob o comando de Jean Noyer, de Dieppe.

A atuação dos pernambucanos

Organizou-se a reação. A investida, que parecia fácil, seria sangrenta. A população reagiu com todos os meios contra os invasores atacando suas posições dia e noite e lhes minando a resistência. Ante a reação, Lancaster apressou o embarque do produto do saque. Terminado o carregamento e com todo o pessoal embarcado, os ingleses foram hostilizados pelo povo que se encontrava na praia.

Irritado, Lancaster mandou à terra uma força de 250 homens sob o comando do seu imediato Barker para dar uma lição naquela gente ousada. Barker, subestimando o valor dos combatentes locais, avançou para dentro do território, afastando-se da praia e caiu em uma armadilha. Quando cercado tentou recuar, mas já não era possível. O combate foi duro e sangrento, com os pernambucanos quase liquidando os inimigos. Barker foi morto e poucos sobreviventes foram recolhidos à flotilha. Em face da situação, Lancaster deu por encerrada a operação.

Com a incursão de Lancaster e Fenner teminaram as investidas mais sérias e de maior envergadura por parte dos ingleses no litoral brasileiro.

Consolidação da conquista do Rio Grande (do Norte)

A trégua entre portugueses e potiguaras foi rompida por estes logo após a construção do forte dos Três Reis Magos, erigido na foz do rio Potengi a partir de 06 Jan 1598 e destinada a expulsar os franceses estabelecidos na região.

Uma horda de índios cercou o forte, obrigando os defensores ao combate em campo aberto. Adotando uma tática simples, dividiram ao meio os atacantes e os

bateram por partes, obrigando-os à retirada. Entretanto, não cessaram as tocaias que dificultavam o acesso às cacimbas de água potável que abasteciam o forte.

Para combater os potiguaras chegou à região, por terra, em Mar 1598, uma coluna de cavaleiros e arcabuzeiros portugueses e cerca de 350 índios flecheiros comandada por Feliciano Coelho. Com a aproximação desta coluna, os gentios se refugiaram no sertão, abandonando ocas e vilas. Uma aldeia grande e protegida por paliçadas, situada a uma légua do forte e encontrada deserta, foi ocupada e transformada em arraial para alojar toda a tropa recém-chegada.

Tão logo soube do sucesso da expedição comandada por Feliciano Coelho, o Capitão-Mor Manuel Mascarenhas Homem foi visitá-lo. Trataram do término da construção do forte e da sua segurança durante os trabalhos. Concordaram em usar mão de obra indígena, não deixando de explorar o interior em busca do inimigo franco-indígena. Em uma das incursões, destruíram uma aldeia ocupada por franceses e potiguaras que servia de base para ataques ao forte.

Em Dez 1598, um ano após o início da construção do Forte dos Três Reis Magos, foi iniciada a construção de Natal. Nessa época, Manuel Mascarenhas retornou à Pernambuco, deixando o forte aos cuidados de Jerônimo de Albuquerque.

No regresso, a coluna de Mascarenhas varreu os últimos focos de resistência franco-indígena, consolidando assim a conquista do Rio Grande do Norte.

A Capitania de Porto Seguro - Situação particular

A Capitania de Porto Seguro foi doada pelo Rei D. João III a Pero do Campo Tourinho. Ficava entre as capitanias de Ilhéus e do Espírito Santo. Sua frente ia do rio Grande, depois chamado de Jequitinhonha, até a foz do rio Doce.

Tourinho armou uma expedição de alguns navios e chegou à nova terra com a família, acompanhado por 600 colonos. Arribando na foz do rio Buranhem em 1536, plantou um marco e, fortificando-se, deu início à colonização. Mas a região não se mostrava tão promissora quanto esperava seu donatário. Era grande a distância que a separava dos demais núcleos populacionais da costa. Estava, econômica e socialmente, isolada das demais capitanias e não era ponto de escala das rotas da Índia e do Rio da Prata. A região era habitada pelos aimorés, que hostilizavam os colonos. Desavenças com estes, e mais a acusação de heresia, obrigaram o donatário a regressar a Portugal em 1547, deixando o filho Fernão em seu lugar. Tourinho foi absolvido da acusação de heresia.

Em seguida, a capitania entrou em processo de decadência, inclusive perdendo colonos, que emigraram para outras capitanias. Mas permaneceu ativa.



Forte do Três Reis Magos em Natal, RN (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 61)

O assédio indígena de 1610

Em 1610, ocorreu em Porto Seguro um dos mais violentos e cruéis assédios dos aimorés, obrigando os padres catequistas a redobrar esforços para conter os selvagens, um fato que deixaria marcas profundas na história da região.

A capitania, que voltou a contar com os jesuítas somente a partir de 1621, ficou à mercê dos aimorés que avançaram sobre Ilhéus e só foram contidos na Bahia onde travaram-se combates com muitas mortes de ambos os lados, até que a paz entre os portugueses e os gentios fosse celebrada.

Reconhecimento e ocupação do Ceará - A Expedição de Pero Coelho

Em 1603, Pero Coelho de Souza, proprietário de terras na Paraíba, após entendimentos com o Governador-Geral Diogo Botelho, organizou uma expedição para colonizar o Ceará. A mesma seguiu em dois escalões: um por terra, comandado pelo próprio Pero Coelho, levando 65 soldados e 200 índios flecheiros

e outro por mar, sob o comando do Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, com dois barcos de pólvora e mantimentos.

Reunida a expedição na foz do rio Jaguaribe, Pero Coelho, reforçado por um contingente de índios locais, subiu o rio e atingiu a serra do Ibiapaba, onde foi recebido a flechadas e tiros de mosquete desfechados por índios potiguares e seus aliados franceses sob o comando do corsário Bombille.

Após sangrenta luta, Coelho venceu e destruiu a feitoria inimiga, expulsou os franceses e fez a paz com os potiguares. Conquistado o interior, Pero Coelho desceu o Jaguaribe, estabelecendo-se em sua foz.

Desavenças com seus principais subordinados, impediram que Pero Coelho seguisse para o Maranhão, como pretendia, e só lhe restou voltar à Paraíba com o grosso de sua expedição. Um ano e meio depois, tendo obtido novos apoios e acompanhado por sua família, Pero Coelho retornou à foz do Jaguaribe, onde encontrou um quadro desolador, atestando o fracasso do seu projeto colonizador.

Pero Coelho, a família e remanescentes retornaram para o RN e PB, malogrando assim a primeira expedição exploradora do CE, cuja colonização definitiva viria a caber a Martim Soares Moreno, sobrinho de Diogo de Campos Moreno.

A atuação de Martim Soares Moreno

Martim Soares Moreno participou da coluna de Pero Coelho para desbravar a região do rio Jaguaribe. Retornando ao RN, Martim serviu sob as ordens do Capitão-Mor Lourenço Peixoto Cirne, tendo alcançado o posto de Tenente. Por três vezes foi designado para voltar ao Jaguaribe, com a missão de pacificar e obter a amizade dos índios que a habitavam, conseguindo firmar uma aliança com o chefe indígena Jacaúna, irmão do índio Poti. Este (Poti), quando convertido ao Cristianismo, foi batizado com o nome de Antônio Filipe Camarão.

O Governador-Geral Diogo de Menezes e Sequeira decidiu-se, em 1612, pela criação de uma nova capitania na região do rio Jaguaribe e designou Martim Soares Moreno para a empreitada. Este, ainda em 1612, instalou-se na foz de um riacho chamado de Ceará, onde fundou o forte Presídio de Nossa Senhora do Amparo, na ponta do Mucuripe, na atual cidade de Fortaleza.

O chefe Jacaúna transferiu-se com sua tribo para a nova povoação que surgia. Edificados o forte e uma ermida, o Ceará incorporou-se à colônia definitivamente.

Franceses no Maranhão - Antecedentes

Desfeito o sonho da França Antártica, não desistiram os franceses da ideia de estabelecer uma colônia na América do Sul.

Enquanto PE prosperava, apesar das hostilidades dos índios, as demais capitanias do norte estavam despovoadas. Nem a Coroa nem seus donatários ausentes empenharam-se em desenvolvê-las. Somente quando os franceses manifestaram a intenção de fixar-se na PB foi que se adotaram providências para assegurar o domínio português na costa norte, inclusive fornecendo armas às escasas populações que lá residiam. Era colonizar o Brasil ou perdê-lo.

A primeira tentativa dos franceses em ocupar o Maranhão foi do aventureiro Jacques Rifault que, em 1594, conseguiu montar uma expedição destinada a colonizar o MA. Lá chegando, Rifault montou uma base de operações e passou a reconhecer a terra, para melhor conhecer suas potencialidades.

Os reconhecimentos indicaram as extraordinárias possibilidades para um projeto colonizador de grande envergadura, o que levou Rifault a retornar à França, em busca de mais recursos, deixando em seu lugar Charles des Vaux. Decorridos dois anos sem notícias, des Vaux também regressou à França e procurou interessar a alta administração francesa no sentido de erguer uma colônia no Maranhão.

O rei Henrique IV, sabedor das maravilhas da terra e interessado na partilha do chamado Novo Mundo, encarregou o nobre protestante Daniel de la Touche - Senhor de La Ravardière, nomeado "*tenente-general de toda a terra entre do Amazonas e Orinoco*" de seguir para a América e verificar as informações de Charles des Vaux.

La Ravardière retornou entusiasmado com o que viu e, embora não encontrasse o Rei vivo, assassinado que foi por François Ravaillac, obteve da Rainha Regente, Maria de Médicis, viúva de Henrique IV, apoio (mas não financeiro) para a preparação de uma expedição destinada a colonizar o Maranhão.

A viagem de La Ravardière

Já no reinado de Luís XIII, partiu em 1612 a expedição de três navios com cerca de 500 aventureiros, soldados, colonos e quatro frades capuchinhos.

Saindo de Cancale em 19 Mar, a 26 Jul a esquadra fundeou numa ilha que mais tarde recebeu o nome de Santana. Em 6 Ago ocorreu o desembarque dos expedicionários, que foram recebidos com festas e demonstrações de alegria por parte dos índios e dos franceses que os aguardavam.



São Luís do Maranhão (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 84)

A ocupação

Os franceses construíram um forte ao qual denominaram de São Luís, em homenagem ao rei francês. Em seu lugar está hoje o palácio do Governo do MA. O forte deu origem à cidade de São Luís, hoje capital do estado. Em seu redor foram construídas casas, armazéns e uma igreja. Essas providências indicavam que os franceses tinham como objetivo estabelecer-se definitivamente na terra.

Realizaram-se viagens de reconhecimento em busca de riquezas, iniciaram-se plantações para abastecer os colonos e os padres começaram a catequese.

A reação

A notícia da fixação dos franceses no Maranhão chegou ao rei Felipe III da Espanha (Felipe II de Portugal) que logo ordenou expulsá-los. Para comandar a luta foi chamado o mameluco Jerônimo de Albuquerque, “experimentado nas coisas do sertão e dos índios e conhecido em toda aquela costa”.

Os portugueses organizaram-se, reuniram armas e munições, recrutaram homens e prepararam navios. Na falta de combatentes, esvaziaram-se as prisões.

Jerônimo de Albuquerque conseguiu o apoio de alguns chefes índios e partiu do Rio Grande do Norte com destino à costa norte.

Os portugueses fundearam na foz do rio Camocim, região escolhida para base de operações. Albuquerque determinou que Martim Soares Moreno velejasse até os domínios dos franceses em busca de informações. Este, após colher as informações, velejou de retorno à base do Camocim, mas uma tempestade o empurrou para as Antilhas de onde seguiu para a Espanha.

Jerônimo de Albuquerque, de nada sabendo, julgou-o perdido e decidiu voltar a PE, porque já faltavam mantimentos e munições. Mais ao sul, em Jericoaquara, fundou o forte de Nossa Senhora do Rosário, ali deixando 40 homens.

Informado deste contexto, o Governador-Geral Gaspar de Souza mandou vir de Portugal o Sargento-Mor do Estado do Brasil Diogo de Campos Moreno, o qual, em pouco tempo, se apresentou em Salvador.

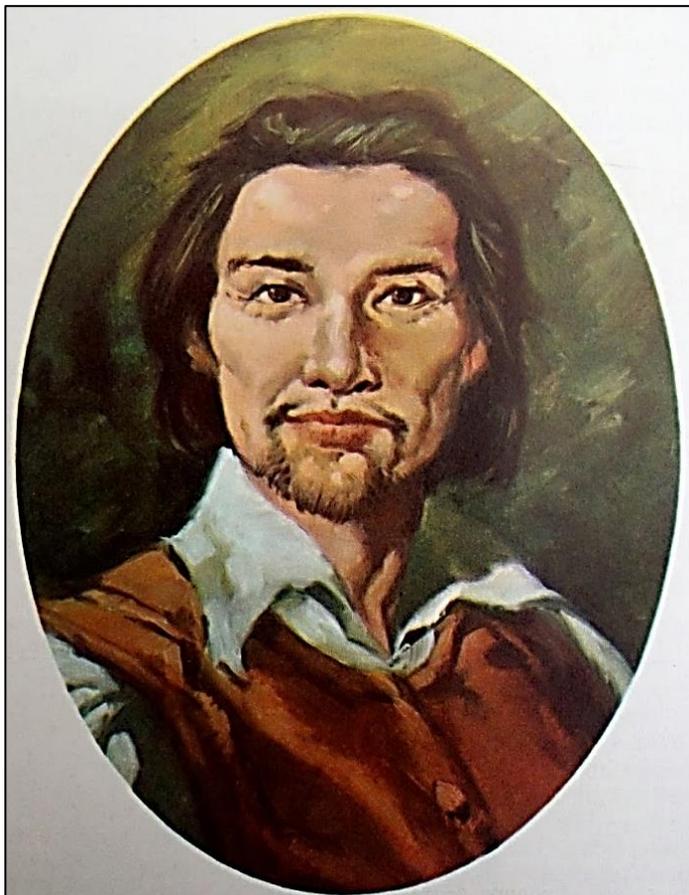
Formou-se nova expedição, com cerca de 300 homens, que se juntaram aos 200 índios de Jerônimo de Albuquerque, seguindo todos ao Maranhão. Velejaram até a baía de São José e, na praia de Guaxenduba (hoje Itajuaba) levantaram uma fortificação a qual deram o nome de Santa Maria.

Índios aliados dos franceses não tardaram em aparecer, atacando as posições dos portugueses. Na madrugada de 19 Nov 1614, uma força naval francesa, acompanhada por 50 canoas tupinambás iniciou o ataque à praia de Guaxenduba. O efetivo atacante compreendia cerca de 200 franceses e mais de 2.000 índios.

A batalha foi travada em terra e mar e, em que pese a superioridade numérica dos atacantes, os portugueses saíram vitoriosos no dia que passaria à história com o título de “jornada milagrosa”. Terminada a batalha, um armistício “honroso” foi negociado, suspendendo as hostilidades por um ano, enquanto se mandavam emissários às duas cortes europeias em busca de novas determinações.

O governo luso-espanhol não concordou com o armistício, conforme notícia trazida pelo capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, comandante de uma força de combatentes de Pernambuco e da Bahia enviada em reforço às tropas de Jerônimo de Albuquerque. A comunicação oficial chegou na pessoa de Alexandre de Moura que, com a patente de “Governador Geral da Armada e Conquista do Maranhão”, veio com a missão de obter a rendição incondicional dos franceses.

Jerônimo de Albuquerque se ressentiu de sua preterição no comando mas, disciplinado, passou a colaborar com seu novo comandante.



Jerônimo de Albuquerque (1548-1618).

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

A expulsão

A 31 Out 1615, Alexandre de Moura ordenou o ataque aos franceses. Jerônimo de Albuquerque cercou por terra o Forte de São Luís. No dia seguinte, a esquadra de Alexandre de Moura fechou o cerco pelo lado do mar e desembarcou tropas ao comando de Bento Maciel Parente na ponta de São Francisco, perto do Forte São Luís. Foi construída uma defesa de pau-a-pique (paliçada) com o nome de São Francisco, também chamada de Forte do Sardinha.

Intimado à rendição, La Ravardière submeteu-se em 02 Nov 1615 e prometeu partir em três meses. De Portugal chegaram reforços e ordens para não haver pagamento de indenizações. La Ravardière entregou o Forte São Luís e pediu

para permanecer, por amor à terra, à qual se afeiçoara. Alexandre Moura o levou para PE e daí para Portugal, onde foi preso por três anos na Torre de Belém.

Jerônimo de Albuquerque, que passou a assinar-se Jerônimo Albuquerque Maranhão, foi nomeado Capitão-Mor da capitania do Maranhão. Francisco Caldeira Castelo Branco seguiu para o norte com a missão de fundar, 900 Km além, a Capitania do Pará. Começava a conquista da Amazônia.

Ocupação e defesa do Pará - Primeiras providências

A pós expulsar os franceses e conquistar o Maranhão, Alexandre de Moura nomeou Francisco Caldeira Castelo Branco Capitão-Mor do Grão-Pará.

Os portugueses já sabiam que existia no litoral do estuário do Amazonas grande atividade de estrangeiros - franceses, ingleses e holandeses - devido ao abandono da terra e à repressão de que eram vítimas nas costas leste e sul.

Fundação de Belém e seus aspectos militares

A 12 Jan 1616 Francisco Caldeira aportou na margem sul do rio Pará, de frente à ilha de Marajó onde ergueu um forte de madeira, ao qual denominou Presépio. Dali os portugueses saíram a reconhecer o litoral, encontrando grande número de aventureiros que praticavam o escambo com os gentios.

Na região estavam as hordas indígenas insubmissas expulsas das áreas colonizadas do norte do Brasil. Manifestando ódio aos portugueses, passaram a oferecer resistências que culminaram em violentos choques com os expedicionários.

O Forte do Presépio, baluarte avançado da expansão para o norte, permaneceu por muito tempo como a única estação de guarda da conquista portuguesa daquela região. Ao seu redor fixaram-se colonos e gentios pacificados que deram origem à povoação de Nossa Senhora de Belém, hoje capital do estado do Pará.

Sucessão de capitães-mores

Francisco Castelo Branco, em conflito com seus comandados, enfrentou a indisciplina o que causou violências contra os indígenas e ações audazes destes contra o domínio português. Castelo Branco foi deposto e preso por suas ações violentas e substituído por Baltazar Rodrigues de Melo.

Em meio a este estado de coisas, chegou ao Pará Jerônimo Fragoso de Albuquerque como Capitão-Mor, com ordens para restaurar a disciplina da tropa e conter a animosidade indígena. O novo chefe agiu com firmeza e decisão. Enviou

para Lisboa, como prisioneiros, todos os desordeiros e indisciplinados. Atacou com energia os selvagens rebeldes e reprimiu a ação de escravistas profissionais que assolavam suas aldeias. Parecia que a situação tendia para a solução, quando a morte veio colher o Capitão-Mor em pleno exercício de suas funções.

Matias de Albuquerque, filho de Jerônimo de Albuquerque, sucedeu Frágoso, mas foi destituído antes de três semanas. Para substituí-lo, a tropa aclamou uma junta em que Pedro Teixeira se destacou, desde logo, como figura suprema.

A firme atuação da junta conseguiu pacificar a região, consolidando a integração daquelas terras à Coroa portuguesa. Podia se considerar efetivada a posse do litoral até o extremo norte.



O Grão-Pará em 1631. O marco à direita, embaixo, indica o limite da soberania portuguesa (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 87)

O Brasil Militar na Segunda Década do Século XVII

Efetivos de cada tropa

Através do “Livro que dá Razão do Estado do Brasil”, de autoria atribuída ao Sargento-Mor do Estado do Brasil Diogo de Campos Moreno tem-se uma visão do que era o Brasil por volta de 1612 de Porto Seguro para o norte. Cerca de cinco anos depois uma “folha geral” nos permite completar esse quadro daí para o sul e conhecer a situação militar na costa leste-norte até Belém.

A tropa compreendia a de presídio⁶, ou guarnição paga, e a de ordenanças, tudo decorrente do Regimento de 1570 de Dom Sebastião.

Na Bahia, a tropa de presídio compreendia duas companhias de infantaria, a guarda do Governador (20 homens) e soldados para atender à guarnição de fortificações e alguns serviços. Cada companhia tinha um capitão, um alferes, dois sargentos, dois tambores, dez arcabuzeiros, um pajem de gineta (ordenança do capitão) e um “embandeirado do alferes”⁷ (portador do Estandarte ou Bandeira).

Cada um dos fortes guarnecidos (Itapagipe e Santo Antônio) possuía um capitão, um condestável⁸, um tambor, um cabo e doze soldados mosqueteiros. Outros elementos eram oficiais da milícia pagos: “vigia do mar e barra”, “procurador dos índios forros” e um “alferes de gente a cavalo”.

O Sargento-Mor da Bahia, o seu ajudante e três capitães (um dos quais comandava a guarda do Governador) estavam no topo da organização de cunho militar profissional. Nas ordenanças de Salvador e do Recôncavo, havia cerca de mil infantes e cinquenta cavalarianos.

No Rio de Janeiro, a tropa de guarnição constava de dois capitães (um para cada forte), um condestável, um tambor, dois cabos de esquadra e 28 soldados, sendo 14 para cada esquadra. Os oficiais de milícia pagos eram, além do capitão-mor, o sargento-mor e o procurador dos índios.

Em Pernambuco, a tropa de presídio compunha-se de um capitão, um alferes, um sargento, dois cabos de esquadra e 60 soldados (15 mosqueteiros e 45 arcabuzeiros), um tambor, um pajem de ginete do capitão e um embandeirado. O Forte Velho do Recife tinha um capitão, um alferes, um sargento, um condestável, um bombardeiro, um tambor, 15 soldados arcabuzeiros e um embandeirado. O Forte Novo da Lage: um capitão, um condestável, um bombardeiro, um tambor e 15 soldados mosqueteiros. Esta fortificação devia dispor de um barco e quatro remeiros (escravos negros fugidos e recapturados). Em 1617, achava-se em exercício na Capitania o engenheiro do Estado, havendo ainda, entre outros oficiais da milícia, pagos, um sargento-mor e seu ajudante. As Ordenanças compreendiam nove companhias de infantaria e duas de cavalaria na vila de Olinda.

Na Paraíba, o efetivo do Forte de Cabedelo era constituído por um capitão, um alferes, um condestável, dois bombardeiros, um cabo de esquadra, 20 soldados (10 mosqueteiros e 10 arcabuzeiros), um tambor e um embandeirado. Existia,

⁶ Português antigo: Guarnição militar; Ato de defender uma praça militar; Tropa encarregada dessa defesa.

⁷ Oficial Porta-bandeira. Oficial subalterno. Origem: do árabe Al+Feres (cavaleiro nobre).

⁸ Designação abrangente: Escudeiro-Mor; Intendente das cavalariaças reais; Cmt da Artilharia; Sub-Cmt.

além do capitão-mor, um sargento-mor. As Ordenanças eram formadas por duas companhias de arcabuzeiros e 30 cavalarianos.

Em Itamaracá havia um sargento-mor. As Ordenanças compunham-se de uma companhia de infantaria e 20 cavalarianos, além de cinco aldeias de índios, uma das quais, a de Boiaçu, com cinco mil flecheiros.

Sergipe contava com 10 soldados de guarnição e 150 homens de ordenanças.

Em Ilhéus a defesa era assegurada por cerca de 100 moradores brancos, de ordenanças. Em Porto Seguro: um cabo e 10 soldados.

No Rio Grande (do Norte), a guarnição tinha o capitão-mor, o alferes da Fortaleza dos Reis Magos, um sargento, três cabos de esquadra, um condestável, dois bombardeiros, um tambor e 80 soldados (40 mosqueteiros e 40 arcabuzeiros).

No Ceará a guarnição abrangia somente um sargento e 20 soldados.

No Maranhão e no Pará, em 1617, estavam os maiores efetivos, como decorrência da recente campanha de conquista. Ali encontravam-se o capitão-mor da conquista do Maranhão, um capitão em Camutá, um sargento-mor, um ajudante do sargento-mor, um capitão de ordenanças, um capitão auditor-geral, três capitães (um para cada forte), um alferes, três sargentos, seis bombardeiros, e 261 soldados. Quanto ao Pará o efetivo era constituído pelo capitão-mor da conquista do Pará, um capitão de infantaria, um alferes de companhia, um soldado barbeiro e 261 soldados. Tanto no Maranhão quanto no Pará havia 10 marinheiros em duas embarcações para o serviço da conquista.

O valor de uma eficiente e eficaz organização militar

A organização militar da colônia foi de grande valor na conquista e na manutenção do território que é o Brasil de hoje. Muito mais do que no cumprimento de sua missão nos pontos ocupados do litoral, a força terrestre caracterizou-se pela sua movimentação constante, tanto nos territórios costeiros quanto no interior, com as primeiras “Entradas”. As expedições, mais do que as guarnições fixas, expressavam a característica fundamental dessa força brasileira.

Ao longo da orla litorânea, as expedições eram anfíbias e terrestres, quer para socorrer os pontos ameaçados, quer para expulsar intrusos ou ampliar a conquista. No interior havia, nas expedições, como que um prolongamento, assinado pelos historiadores, da atividade navegadora do Descobrimento, agora a serviço da busca de riquezas minerais, da pacificação e redução dos índios.

Participavam dessas iniciativas portuguesas aqui residentes e índios aliados ou pacificados. A presença do mameluco deve ser ressaltada, principalmente nas expedições organizadas com o fito de aprisionar índios, à revelia do governo.

Em síntese, a força terrestre incorporava toda a população da colônia, por meio, sobretudo, da prestação do serviço militar nas ordenanças. Em que pese a relativa fraqueza numérica, foi vigorosa na manutenção do território e fator de integração. Apesar de alguns insucessos conseguiu, afinal, impor sua vontade ao intruso e ao índio hostil. Os colonizadores, de modo geral, apoiaram-se mutuamente, mostrando espírito de solidariedade, coesão e combatividade.

Conforme Don Jose de Mirales “os nossos soldados mais pelejavam movidos por seu natural valor do que do conhecimento das regras militares (p. 31).

As primeiras gerações de brasileiros formaram-se dessa organização militar (na qual se apoiava o sistema administrativo da colônia), e das lutas constantes que tiveram que sustentar contra os índios hostis. Já no primeiro século de colonização, mamelucos/caribocas (ou curibocas) começaram a ser preparados para as lutas que se aproximavam contra as tentativas de conquistas estrangeiras.



Imagem da capa do “Livro que dá rezão do Estado do Brasil”, de autoria do Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 88).

Capítulo II

AS INVASÕES ESTRANGEIRAS

A guerra holandesa - Causas e Antecedentes

Em 1580, com a morte do Cardeal D. Henrique, rei de Portugal, que não deixou herdeiros diretos, Filipe II, rei da Espanha, ascendeu ao trono português, numa solução de compromisso negociada entre Portugal e Espanha, adotando-se um novo modelo de governar, que passou à história como “um rei, duas coroas”. Em consequência Portugal, tendo em seu trono o rei Felipe I, esteve unido à Espanha até 1640 (60 anos), formando ambos um vasto império. Essa união atraiu sobre Portugal e sobre o Brasil os tradicionais inimigos da Espanha.

As Províncias Unidas, também conhecidas pelo nome de uma delas: Holanda, desde muito tempo rebeladas contra o domínio espanhol organizaram, em 1602, a Companhia das Índias Orientais. Essa empresa, em 10 anos de completo e surpreendente êxito, tirou de Portugal e Espanha o monopólio comercial do Oriente.

Em 1609, a Holanda, fortalecida militar e economicamente, tornou-se livre da Espanha e passou a disputar com esta a hegemonia comercial do mundo.

Para frear o expansionismo comercial e religioso/calvinista da Holanda, a Espanha houve por bem fechar os portos luso-espanhóis aos barcos holandeses que viviam de rendas obtidas com fretes dos transportes marítimos de diversas nações, inclusive os do transporte do açúcar do Brasil.

Em represália, a Holanda voltou-se contra a Espanha, em luta de vida ou morte, envolvendo o Brasil.

Espionagem

Atividade de transporte de mercadorias possibilitou à Holanda fazer o levantamento estratégico das colônias, portos e litorais do império luso-espanhol no período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640).

Os holandeses estudaram bem o Brasil, a potencialidade econômica, sua fraqueza militar e a importância estratégica que teria, se conquistado, para desferir duro golpe no monopólio ibérico na América do Sul e no litoral ocidental da África.

Instrumento das invasões ao Brasil

Após o sucesso da Companhia das Índias Orientais, criada em 1602, os capitalistas de Amsterdã e Roterdã criaram em 1621 a West Indian Company (WIC), a Companhia das Índias Ocidentais, cujo objetivo era conquistar o Brasil.

Com essa conquista esperavam exercer o domínio do Atlântico Sul, romper o monopólio luso-espanhol do açúcar, pau-brasil, couro, prata e comércio de escravos africanos. E expandir as ideias da reforma religiosa em imensa área católica.

A Holanda assegurou à nova Companhia o monopólio do comércio com a América e outras áreas atlânticas pelo prazo de 24 anos, autorizando-a a conquistar territórios, criar colônias, firmar tratados e nomear administradores. O governo das Províncias Unidas apoiou a Companhia fornecendo tropas, navios e auxílio financeiro, pois esperava que ela o enriquecesse e o fortalecesse ainda mais.

A esta Companhia coube invadir o Brasil duas vezes, a primeira na Bahia em 1624 e a segunda em Pernambuco em 1630. Estas invasões passaram, no conjunto, a serem conhecidas, na História, como a Guerra Holandesa (1624-1654).

Motivo da cobiça

A maior riqueza do NE do Brasil era a cana de açúcar, que encontrara ambiente ideal nas terras de massapê próximos do litoral, proporcionando grandes lucros a Portugal e Espanha. Essa riqueza atraiu para a região a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que precisava remunerar seus investidores.

Capacidade de defesa

A colônia estava militarmente despreparada para enfrentar a investida de uma potência europeia. O sistema defensivo bastava apenas para repelir ataques dos índios e investidas corsárias. A Espanha, ocupada com suas minas de ouro do México e de prata no Peru, deixou indefeso e vulnerável o nordeste.

Salvador, cidade aberta

Desde 1599 os holandeses vinham realizando incursões na Bahia e constataram sua fraqueza defensiva. Em Salvador havia três fortes, o da Ribeira, o de Montserrat e o da Barra. Depois, foram construídos os fortes de Santo Alberto (Lagartixa), São Francisco, São Tiago e o da Lage (do Mar). A cidade contava apenas com 80 soldados profissionais. Não havia Força Naval.

Dilatar a Fé ou o Império

O pensamento militar ibérico baseava-se nas premissas de dilatar a Fé e o Império, ou seja, entre a Cruz e a Espada. Em Salvador, na iminência da invasão,

o Governador-Geral e o Bispo da cidade passaram a divergir quanto à aplicação dos escassos recursos. O Governador priorizou a recuperação e construção de instalações militares, sob críticas do Bispo, que não acreditava em possível invasão, e lutava pelos recursos para a catequese religiosa, especificamente a continuação das obras da Catedral. Esse conflito de interesses dividiu a opinião pública e prejudicou a necessária unidade de comando para a defesa da cidade.

Fases da guerra

A guerra holandesa começou com a invasão da Bahia em 1624 e teve quatro períodos distintos:

- Invasão e restauração da Bahia, 1624/25;
- Invasão e conquista de Pernambuco, 1630/36;
- Governo do Príncipe João Maurício de Nassau-Siegen, 1637/44; e
- Insurreição e restauração pernambucana, 1645/54.

Guerra holandesa - Primeiro período: invasão da Bahia **Notícia da invasão e mobilização da Bahia**

Em 1624, Madri avisou o Governador-Geral Diogo de Mendonça Furtado de que partira da Holanda uma poderosa esquadra para invadir a Bahia. Sem receber qualquer apoio da metrópole, o governador tratou de mobilizar o povo e de guarnecer e artilhar os sete fortes que defendiam a baía de Todos os Santos.

A população, na iminência do perigo, atendeu ao chamamento em defesa de Salvador que era, na época, a maior e a mais importante cidade do Brasil. O povo era constituído por portugueses, espanhóis e brasileiros. Estes, eram formados por brancos, índios, negros e mestiços de todos os matizes. O Bispo D. Marcos Teixeira de Mendonça abandonou as divergências e colaborou com o Governador-Geral. Armou-se então um pequeno e improvisado exército no qual se destacavam arcabuzeiros do povo e índios flecheiros. A defesa maior seria feita pelas Ordenanças, mobilizadas somente em caso de necessidade.

A invasão

Depois de quatro meses do alerta espanhol não iniciara a invasão e a opinião era a de que os holandeses tinham desistido. Muitos homens retornaram à sua vida normal e assim Salvador perdeu parte das defesas tão bem preparadas.

Mas no dia 8 Mai 1624, surgiu a poderosa esquadra da Companhia das Índias Ocidentais. Compunha-se de 26 navios armados com 500 canhões e guarnecidos por 3.300 homens, sendo 1.700 para o combate em terra e ocupação. O almirante Jacob Willekens comandava a expedição e tinha como auxiliares o corsário Pieter (Piet) Pieterszoon Heyn e o coronel Johan van Dorth, comandante das forças terrestres e futuro governador das terras conquistadas.

Surpresa e confusão

O fraco valor defensivo de Salvador e a surpresa do aparecimento da esquadra abateu o moral da população. Alguns começaram a deixar a cidade rumo ao interior, levando o que podiam. Contudo Mendonça Furtado dispôs-se a reagir.

No dia 9 Mai os holandeses atacaram e as fortificações responderam ao fogo.

Os holandeses, bem preparados, manobriram com 16 embarcações para atrair o fogo das fortalezas, mantendo-se fora do seu alcance e atraindo as reservas. Cinco navios que se mantiveram fora da barra, aproximaram-se do Forte de Santo Antônio e desembarcaram 1.400 homens na praia, sem encontrar resistência. A guarnição do forte abandonou a posição e retardou o avanço inimigo até a Porta de São Bento onde os invasores sofreram muitas baixas. À noite, um contra-ataque obrigou os neerlandeses a deixar a fortificação.

Vários ataques foram feitos contra a Porta de São Bento, sem sucesso. Os invasores cessaram o fogo e decidiram aguardar o dia seguinte para, revigorados, recobrem o ímpeto ofensivo e então penetrar na muralha que defendia Salvador.

À noite, Piet Heyn, com um grupo transportado por barcaças, desembarcou e escalou as muralhas do isolado Forte de Nossa Senhora do Pópulo e São Marcelo (Forte do Mar) e obrigou os seus defensores a se retirar.

Queda de Salvador

A guarnição que defendia a cidade e a maior parte da população, vendo que era inútil resistir pela inferioridade de forças, abandonaram Salvador, rumo à aldeia do Espírito Santo, no interior. No dia 10, os holandeses, por terra e por mar, atacaram a cidade semi-deserta. Constatado o êxodo, o agressor iniciou o saque da cidade e aprisionou o Governador-Geral, que não abandonara o posto, juntamente com seu filho Antônio de Mendonça, o Ouvidor-Geral Pero Casqueiro da Rocha, o Sargento-Mor Francisco de Almeida Brito além de quatro padres beneditinos e 12 jesuítas. Mendonça Furtado foi conduzido preso para a Holanda.

A seguir, o inimigo preparou-se para prosseguir para o interior.

Em 11 Mai, assumiu o governo em Salvador o coronel Van Dorth. A sede do Governo-Geral do Brasil caíra em mãos estrangeiras.

Surge o líder da reação

Na aldeia do Espírito Santo, os integrantes da Câmara de Salvador trataram de designar um substituto para o Governador-Geral. O candidato natural era Matias de Albuquerque Coelho, Capitão-Mor de Pernambuco. Os baianos elegeram como Capitão-Mor interino o desembargador Antão Mesquita de Oliveira, já muito idoso, que logo foi substituído pelo octogenário bispo Dom Marcos Teixeira de Mendonça, que se revelou um líder à altura da grave situação.

Dom Marcos levantou o ânimo da população, mobilizou os homens válidos, constituindo a “Milícia dos Descalços”, proibiu relações com o intruso, incutiu confiança e entusiasmo, organizou a reação e decidiu cobrar caro a invasão. O pano de fundo era a luta de católicos contra calvinistas.

Arraial do Rio Vermelho, quartel-general da resistência

A uma légua de Salvador, os baianos ergueram o Arraial do Rio Vermelho. Melhor posicionado que a aldeia do Espírito Santo, ele se tornou a sede do Governo-Geral do Estado do Brasil e Quartel-General da reação contra o invasor.

Guerra Brasília

Sem ajuda militar da Metrópole, os luso-brasileiros improvisaram meios para enfrentar a potente e bem treinada fração de um exército europeu. Conhecedores do terreno e utilizando táticas de combate nativas, organizaram “companhias de emboscada”, com efetivos de 25 a 40 combatentes.

Surgiu assim, no Brasil, novo tipo de guerra - a “Guerra Brasília”, que surpreendeu os europeus. Caracterizava-se pela surpresa, dispersão, mobilidade e iniciativa individual em ações de emboscada e guerrilha.

Emboscadas matam Van Dorth e Schouten

Em pouco tempo, as companhias de emboscada cercaram Salvador, impedindo os invasores de buscarem suprimentos.

Tombaram mortos sob a ação de emboscadas, sucessivamente, o governador holandês Van Dorth (arcabuzado e degolado) quando foi inspecionar a Fortaleza

de São Felipe e depois o seu sucessor, o coronel Albert Schouten, comandante da força terrestre, este sendo substituído por seu irmão Willem Schouten.

O cerco terrestre

Na impossibilidade de expansão para o oeste, os holandeses buscaram proteção no interior das muralhas. Reforçando a defesa, cavaram o extenso fosso de Tororó, junto às muralhas, entre as portas do Carmo e São Bento.

Nos meses seguintes, voltaram para a Holanda muitos navios com os produtos do saque e levando prisioneiros, enfraquecendo assim a defesa. Em julho e agosto, partiram Willekens e Piet Heyn. Restaram somente três navios no porto.

Solidariedade de Pernambuco e morte de Dom Marcos

Em setembro, de Pernambuco, Matias de Albuquerque enviou provisões e pessoal, chefiados por Francisco Nunes Marinho, na qualidade de Governador-Geral. Recebendo o governo do bispo-soldado, o novo comandante adotou medidas para tornar o cerco mais rigoroso e agressivo. Em 8 Out, esgotado pela luta e pela idade, morreu Dom Marcos Teixeira, a alma da resistência ao invasor.

Um testemunho ocular

O padre Antônio Vieira, que vivia na Bahia, assim relatou os atos de heroísmo e determinação da gente baiana na luta contra o invasor:

Passaram noites e dias dormindo e descansando pouco, viviam e dormiam sem um teto, alimentavam-se precariamente de farinha, padece-ram por vezes seguidas frios, fomes, e sedes, além de estarem faltos de munição que foram conseguir com o próprio inimigo, através das emboscadas.

Nuvens de flechas

Destacaram-se na reação os índios flecheiros das aldeias baianas, principalmente quando faltava munição. Com frequência, as tropas holandesas eram atingidas, de surpresa, por nuvens de flechas, que causavam muitas baixas.

Situação insustentável

Não obtendo nada ou quase nada da terra invadida e sem a chegada de provisões da própria Holanda, os invasores se deram conta de que a Companhia das Índias Ocidentais errara em sua apreciação estratégica, subestimara a capacidade de reação dos habitantes e falhara na provisão de apoio logístico adequado para uma empreitada de tão grandes proporções.

Em setembro, sob o comando do Capitão Francisco Gomes de Melo, chegaram duas caravelas com 120 soldados, armas e provisões.

Em dezembro de 1624, enviado pelo Rei, e comandando três caravelas com 150 soldados, chegou e assumiu o governo da Bahia o Capitão-Mor Dom Francisco de Moura com a missão de dirigir a reação até o envio de uma outra expedição de socorro, que estava em acelerada preparação na Espanha.

Plano ousado

Era preciso completar o cerco de Salvador com o bloqueio marítimo. O Capitão-Mor organizou, em pouco tempo, esquadrilhas improvisadas de canoas e lanchas armadas, que dificultaram a busca de recursos de sobrevivência por parte do invasor. O sítio de Salvador tornou-se cada vez mais rigoroso.

No interior das muralhas restaram cercados 2.800 invasores, sendo 1.600 holandeses, 700 mercenários de diversas nacionalidades e 500 escravos armados.

Esquadra de socorro

No dia 29 Mar 1625, fundeou próximo à Ponta do Padrão poderosa esquadra luso-espanhola formada pela Armada da Coroa de Portugal e pela Armada da Coroa da Espanha sob o comando de Dom Fadrique de Toledo Osório. Chamada de “Jornada dos Vassalos”, era composta de 38 navios espanhóis, 20 portugueses e quatro napolitanos com 1.185 canhões e 12.500 homens, entre soldados e marinheiros, dos quais aproximadamente quatro mil eram portugueses.

Em Portugal, os apelos do governo para a constituição dessa força tinham encontrado decidido apoio. Parecia mesmo que o país inteiro tomava a invasão da Bahia como se fora a do próprio Reino. Estava em causa a honra lusitana. A Espanha havia se empenhado em equipar essa armada. As armadas portuguesa e espanhola se encontraram nas Ilhas do Cabo Verde, de onde partiram a 11 Fev.

Reforços brasileiros

Mais significativo ainda foi o reforço da resistência baiana por um contingente de brancos e índios, trazido do Rio de Janeiro, via marítima, por Salvador Correia de Sá, e de Pernambuco por Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Continuava a tradição de solidariedade e apoio mútuo das diferentes partes do Brasil nascente, em prol da integridade territorial e cultural do país. O ano é o de 1625.

A libertação

Em águas baianas, D. Fadrique recebeu a bordo D. Francisco de Moura, com quem elaborou os planos para o desembarque e o ataque à frota inimiga e às fortificações que defendiam Salvador.

No dia 30 Mar 1625 a frota luso-espanhola bloqueou a entrada da baía, impedindo a fuga de qualquer barco holandês. No dia 31 desembarcaram as tropas.

Salvador foi submetida a rigoroso cerco, que foi se apertando aos poucos até que o invasor, cedendo terreno, abandonou os fortes e buscou proteção nas muralhas da cidade. A partir de 6 Abr a luta tornou-se mais intensa e, segundo frei Vicente do Salvador *“durante 21 dias não se passou um quarto de hora, de dia e de noite sem que se ouvisse o estrondo de bombardas, esmerilhões e mosquetes de parte a parte”*. Willen Schouten foi ferido, tendo sido escolhido para ocupar o seu lugar o Capitão Johann Ernest Kijf.

Diante da inutilidade de qualquer resistência e através da iniciativa de mercenários ingleses e franceses, o invasor capitulou. Entregou a cidade em 1º de maio com todos os seus valores, além de armamento e munições, navios, escravos, e libertou os prisioneiros. Foi permitido retornar à Holanda com roupa, suprimentos para três meses, armas e munições para a defesa na viagem. Os oficiais conservaram suas espadas. Na Holanda, julgados, sete oficiais foram condenados.

Entrada triunfal em Salvador

A 10 Mai 1625, D. Fadrique de Toledo Osório, à frente de combatentes luso-brasileiros da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, de São Paulo e das tropas trazidas da Espanha, entrou triunfalmente em Salvador, antes que a dominação holandesa completasse um ano. Cinco terços participaram das ações.

Com a recuperação da Bahia, encerrou-se um dos mais brilhantes capítulos da história militar brasileira, com destaque para os combatentes baianos, sobre os quais recaiu o peso da luta durante dez longos e sofridos meses até a chegada

de reforços da Metrópole. Foram contabilizados, ao final da luta, 124 mortos e 144 feridos. Entre os invasores, 300 mortos.

Permaneceu em Salvador um Terço⁹ português constituído por 10 companhias de 100 homens cada. Ele foi chamado, depois, de Terço Velho da Bahia.

No ano seguinte veio governar o Estado do Brasil D. Diogo Luís de Oliveira, mestre-de-campo que atuara seis anos em Flandres, o qual tratou de melhorar as fortificações da cidade.

O Espírito Santo mais uma vez derrota os corsários

Antes da derrota em Salvador, o invasor holandês atacou sem êxito outros pontos do litoral. Com oito navios, Piet Heyn incursionou no Espírito Santo em Mar 1625, mas foi derrotado pelos combatentes locais reforçados pela expedição de Salvador de Sá, que se encontrava em Vitória em trânsito para reforçar a defesa da Bahia. Destacou-se na luta uma jovem de 21 anos chamada Maria Ortiz. Com o fracasso de sua incursão, os holandeses se retiraram da região.

Socorro holandês frustrado

Uma frota holandesa de socorro chegou atrasada às costas da Bahia nos últimos dias de maio de 1625. O Comandante da frota Boudewijn Hendrickszoon decidiu não atacar a cidade. Tomou o rumo norte em busca de abrigo, pois tinha muitos doentes a bordo. Conseguiu desembarcá-los na baía da Traição, na Paraíba e velejou para o Caribe, deixando sepultados no Brasil cerca de 700 homens.

Incursões de Heyn no Recôncavo Baiano

Em março de 1627, o corsário Piet Heyn, comandando uma flotilha que transportava 1.500 combatentes voltou a assolar as costas do Brasil. Penetrando no porto de Salvador, apoderou-se de diversas embarcações ali ancoradas. No duelo de canhões que foi travado entre os fortes que defendiam Salvador e os invasores, os holandeses sofreram pesadas baixas. Uma tentativa de desembarque foi frustrada e o próprio Heyn foi ferido, decidindo seguir para a região de Cabo Frio para se recuperar. O saldo, entretanto, foi favorável aos holandeses.

No dia 10 de junho do mesmo ano, Heyn retornou à baía de Todos os Santos, apresou navios, carregou açúcar, incendiou navios portugueses e seguiu para a

⁹ O Terço era a terça parte do Regimento e possuía 1.000 homens.

foz do rio Pitanga, onde no dia 12 defrontou-se com uma força enviada pelo Governador para enfrentá-lo. No confronto, perdeu a vida o Capitão Francisco Padilha, um dos heróis da resistência de 1624/25 e a maioria dos soldados portugueses. Durante um mês os holandeses navegaram na Baía de Todos os Santos, quando Heyn decidiu regressar à Holanda para não mais voltar ao Brasil.

Os tempos haviam mudado e o Brasil melhorara em muito suas condições de defesa e Logística¹⁰. O próprio invasor holandês gastara imensas somas de dinheiro para fortificar Salvador no período em que a dominou.

Guerra holandesa - segundo período: a invasão de Pernambuco **Os corsários holandeses persistem**

Atuando no Atlântico Sul e abrigando-se em pontos desabitados de nosso litoral ou em torno de Fernando de Noronha, corsários holandeses da Companhia das Índias Ocidentais apresavam navios mercantes para auferir lucros.

Em 1628, Piet Heyn conseguiu apresar nas Antilhas a “frota da prata” que transportava para a Espanha uma valiosa carga oriunda do Novo Mundo. Essa presa foi avaliada em 15 milhões de florins, mais que o dobro do capital inicial da Companhia das Índias Ocidentais.

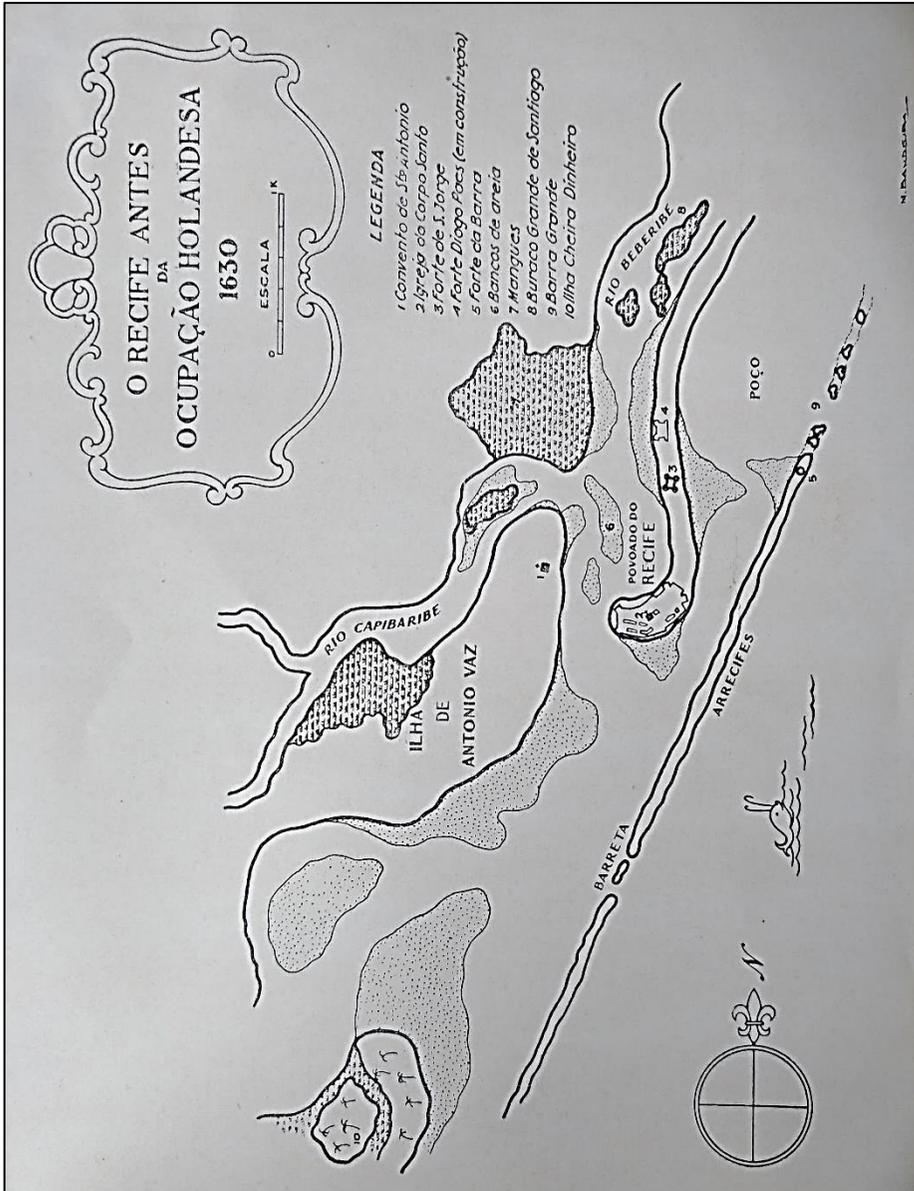
Recife, base ideal

Esse butim revigorou nos comerciantes holandeses o projeto de estabelecer um ponto de apoio na América do Sul. Escolheram como alvo a próspera Capitania de PE, menos defendida do que a Bahia e mais próxima da Europa e da África. O porto de Recife podia abrigar uma poderosa esquadra de ataque.

Baseados em Recife, os holandeses acreditavam que poderiam interferir na navegação costeira dos navios luso-espanhóis e, através do curso, apossar-se das riquezas transportadas da América do Sul para a Espanha e Portugal.

¹⁰ Logística é palavra de origem grega que significa “arte de calcular” e foi introduzida na técnica militar pelo escritor militar inglês General Henry Lloyd, ou seja, um conjunto de regras de Arte e Ciência Militar. O Barão Antoine-Henri Jomini sistematizou em 1836 a Logística em seu livro “Sumário da Arte da Guerra” (Estratégia, Grande Tática, Logística, Engenharia e Tática menor). Nesse livro, Jomini diz que a Logística é “a ação que conduz à preparação e sustentação das campanhas” e “a ciência dos detalhes dentro dos Estados-Maiores”.

Além do mais, o porto do Recife era praticamente inexpugnável, desde que fosse protegido por mar. Essa concepção estratégica mostrou-se válida por 24 anos, até que os holandeses perderam a supremacia naval na área.



Fonte: Coelho, 1944, p. 10a

Indícios de uma possível invasão

Os agentes de Lisboa e Madri, ao perceberem inusitado movimento nos portos da Holanda em torno do aprestamento secreto de grande e poderosa esquadra, obtiveram informações de que a mesma planejava uma incursão no Brasil.

Madri recomendou ao Governador-Geral a construção de obras de defesa nas vilas e cidades mais expostas do litoral, mas quase nada enviou para preparar a defesa. Na verdade, somente uma força naval guarda-costas poderia assegurar proteção eficiente à capitania que fosse ameaçada.

Mobilização de Pernambuco

O governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, retornou da Europa a toda pressa, trazendo um pequeno reforço de 27 homens e alguma munição.

Ao chegar ao Recife em 13 Out 1629 acelerou os trabalhos de fortificação em Olinda e Recife e organizou e armou um efetivo de cerca mil homens, formados em quatro companhias. Mandou também fortificar Natal, a PB e Itamaracá.

A campanha se vislumbrava longa e penosa. Foi convocado o índio Antônio Filipe Camarão, que se apresentou com muitos guerreiros. Com a mobilização geral, em pouco tempo Recife e Olinda transformaram-se em praças de guerra.

A esquadra holandesa

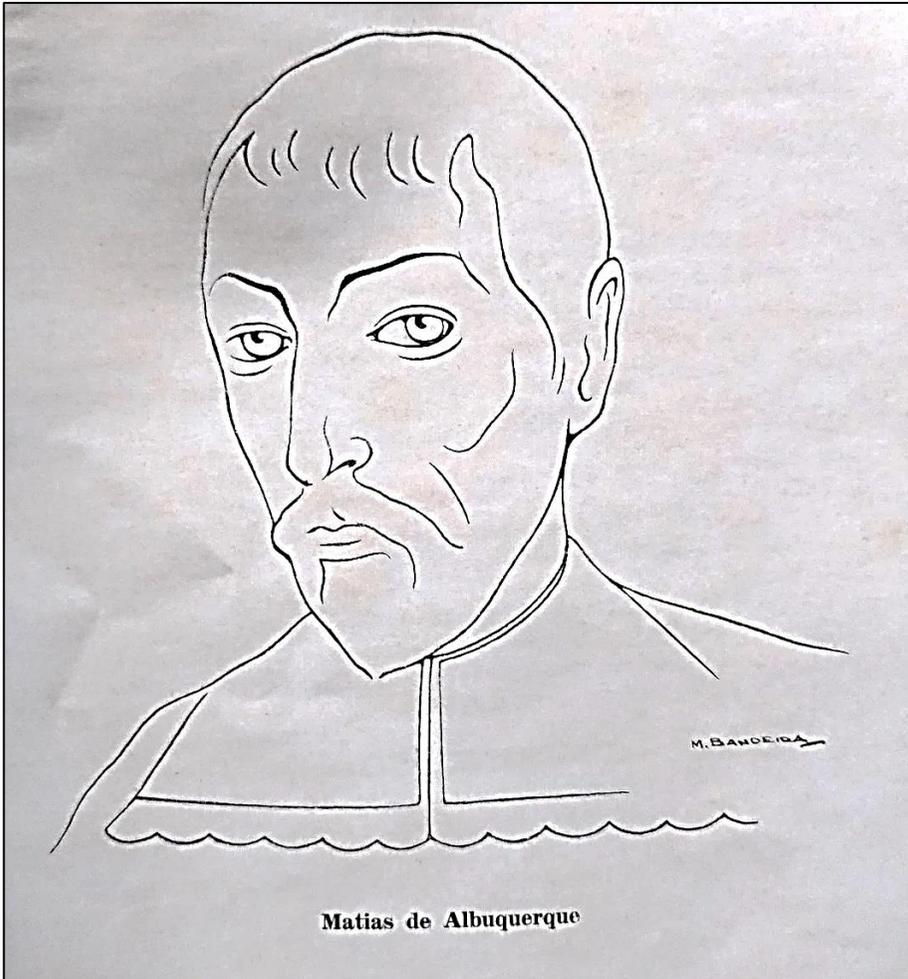
No dia 15 de fevereiro de 1630, apresentou-se no porto de Recife a poderosa esquadra holandesa, integrada por 54 navios de combate e mais embarcações de apoio. Era comandada pelo almirante Hendrick Lonk e integrada por cerca de 7.200 homens, sendo que pouco mais de 3.000 homens constituíam a força de desembarque, comandada pelo coronel Diederick van Waerdenbuch.

Nesse mesmo dia a esquadra holandesa bombardeou as fortificações da barra, tendo os Fortes do Mar e São Jorge respondido ao fogo inimigo, impedindo assim a aproximação e o desembarque da força de ataque.

Desembarque em Pau Amarelo

Enquanto a maior parte da esquadra duelava com os fortes da barra, navios transportando 3.000 homens velejaram para o norte e, na desguarnecida praia de Pau Amarelo, sem reação, ocorreu o desembarque. No dia 16, pela

manhã, o invasor, organizado em quatro regimentos, progrediu rumo a Olinda. Marcharam pela praia até o rio Doce, sob a proteção de algumas barcaças artilhadas.



Matias de Albuquerque (Fonte: Coelho, 1944, p. 6a)

Resistência no rio Doce

Ao saber do desembarque, Matias de Albuquerque deslocou-se com 850 homens para impedir a travessia do rio Doce pelo inimigo, mas teve que retrair devido ao maior efetivo do invasor e do apoio de fogo da artilharia das barcaças.

A tênue resistência foi juntar-se aos defensores de Olinda, sem ocupar posição defensiva no rio Tapado, onde tinham sido cavadas trincheiras e construídos alguns baluartes.

Lutas pela posse de Olinda - 1630

A vanguarda holandesa, comandada pelo coronel Van der Elst investiu sobre Olinda atacando o convento dos jesuítas e obrigando seus defensores a se retirarem. O grosso da tropa invasora atacou o centro, conquistando o Alto de Sé. Daí passaram a atirar sobre o fortim que defendia Olinda pelo norte, que não demorou a ser ocupado pelo regimento comandado pelo Coronel Hartman Godefrid van Steyn Callenfels.

Um desembarque de 500 homens ao sul de Olinda decidiu a batalha. Era inútil qualquer reação. Matias de Albuquerque retraiu para o Recife, disposto a oferecer resistência. Tomada Olinda, os holandeses iniciaram o saque, seu objetivo maior.

Lutas pela posse de Recife

Em Recife, Matias de Albuquerque reforçou os fortes, trincheiras e redutos e obstruiu a entrada do porto com barcos imprestáveis. Vendo impossível resistir por muito tempo, mandou incendiar todos os armazéns e navios cargueiros.

Nos dias 18 e 19 Fev 1630 os holandeses atacaram pelo mar, tentando penetrar no porto. Repelidos em diversas tentativas, desistiram e mudaram de tática.

Em 20, a tropa de Van Callenfels investiu, por terra, o Forte de São Jorge.

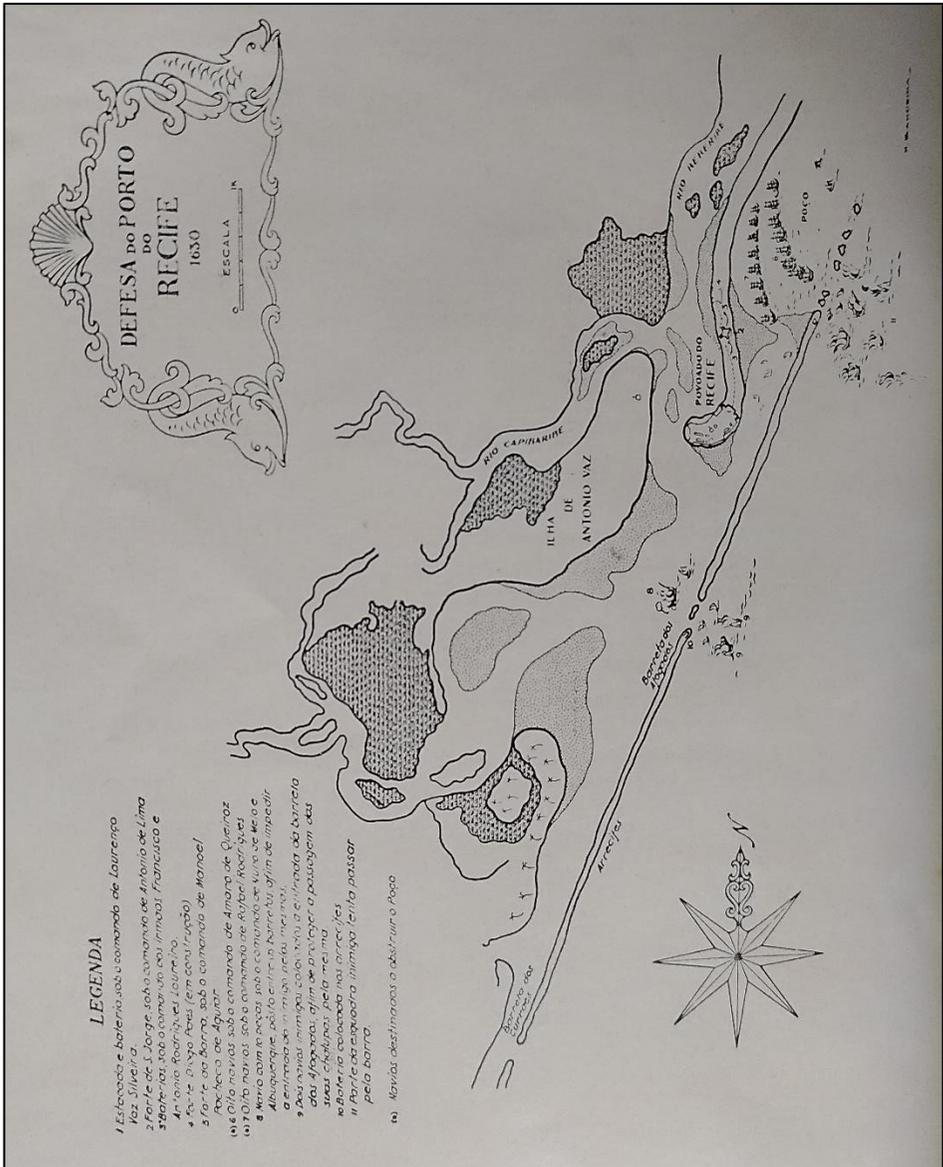
O combate desigual e a queda do Forte São Jorge

A guarnição do Forte de São Jorge, composta por 37 pernambucanos comandados pelo capitão Antônio de Lima, repeliu o ataque de 600 invasores.

O revés sofrido pelo adversário e o exemplo dado pela guarnição do forte, animaram as demais guarnições de Recife e fizeram com que muitos desertores retornassem para cumprir com seus deveres.

Nove dias após o fracasso do primeiro ataque ao Forte São Jorge, o inimigo tornou a investir com todo seu poderio bélico. A 2 de março, após pesado bombardeio que destruiu parte das muralhas do forte, o Capitão Antônio de Lima se rendeu após heroica resistência, acompanhado por meia dúzia de sobreviventes.

Os remanescentes fugiram para o interior. No local, em 1680, seria construída a Igreja de Nossa Senhora do Pilar.



Fonte: Coelho, 1944, p. 14a

A queda de Recife

Após a capitulação do Forte São Jorge, veio a ocupação do Recife. Em 24 Fev haviam chegado reforços de 100 homens da Paraíba sob o comando de Matias de Albuquerque Maranhão e contando com os capitães André de Melo e Albuquerque, Belchior de Valadares e Cosme da Rocha.

Em 25 Fev chegaram da Holanda mais oito navios com pessoal e suprimentos.

A 3 de março de 1630, 15 dias após o desembarque em Pau Amarelo, os holandeses tinham conquistado seu mais importante objetivo, do qual dependiam todos os demais, ou seja, a posse de um porto para ser base de seu poderio naval.

Apesar do desastre, os pernambucanos não renunciaram à luta. Matias de Albuquerque proclamou para toda a Capitania a disposição de lutar até a morte.

O Arraial do Bom Jesus

Reunindo todos os combatentes dispostos a continuar a luta contra o invasor, Matias de Albuquerque instalou, no local de passagem obrigatória para todos os caminhos que de Olinda e Recife demandavam o interior da Capitania, o Arraial do Bom Jesus. Este fortim, construído com baluartes bem protegidos por trincheiras e fossos, resistiu por cinco anos às investidas dos invasores.

O cerco a Olinda e Recife

Matias de Albuquerque determinou também a instalação de pontos fortes, chamados de “Estâncias”, em todas as trilhas que pudessem ser utilizadas pelo invasor na busca por água e lenha. Era uma inteligente solução brasileira para dar combate ao invasor, militarmente mais forte.

O invasor se fortifica

Conquistadas Olinda e Recife, os invasores trataram de fortificá-las. Reconstruíram o Forte de São Jorge, construíram os de Cinco Pontas e de Bruyn (nome que foi aportuguesado para Brum), fortificaram o convento de Santo Antônio, a quem deram o nome de Forte Ernesto, e terminaram outro, com o nome de Diogo Paes, que havia sido começado por Albuquerque.

Em Olinda reforçaram muros, demoliram casas e abriram trincheiras na face voltada para o interior.

Emboscadas em ação

Os trabalhos de fortificação empreendidos pelos holandeses sofreram constantes ataques por parte dos pernambucanos. Os combatentes luso-brasileiros organizaram emboscadas e, de dia e de noite realizaram golpes-de-mão contra o invasor, levando destruição e intranquilidade ao mesmo.

A ligação terrestre Olinda-Recife, alvo de constantes emboscadas, tornou-se impraticável para os invasores, que começaram a preferir o caminho marítimo, com todos os transtornos correspondentes. Em consequência, da terra nada usufruíam para sua subsistência. Sua alimentação tornou-se dependente da Europa ou de expedições corsárias sobre alguma comunidade litorânea.

Tempos difíceis para os defensores

A resistência pernambucana, então concentrada no Arraial, provocou o abandono de muitas lavouras. Além disso, o bloqueio marítimo dificultava o recebimento de recursos das demais capitanias, o que tornou a situação difícil para os defensores de Pernambuco. Somente o amor à terra e a fé católica lhes dava ânimo para resistir (os holandeses eram, na maioria, protestantes calvinistas).

Enquanto alguns luso-brasileiros se mantinham vigilantes, outros percorriam grandes distâncias em busca de alimentos.

Em Dez 1630, Matias de Albuquerque deu conta ao Rei de Espanha que “a guerra era insustentável” a menos que viessem poderosas armadas, já que o inimigo recebia todo mês “dois ou três (navios) com 50 a 80 soldados cada um”. O Rei deliberou que era necessária uma armada “com dois mil homens [...] e alguma artilharia para se conservar o posto do Real do Bom Jesus” (Coelho, 1944, p. 46).

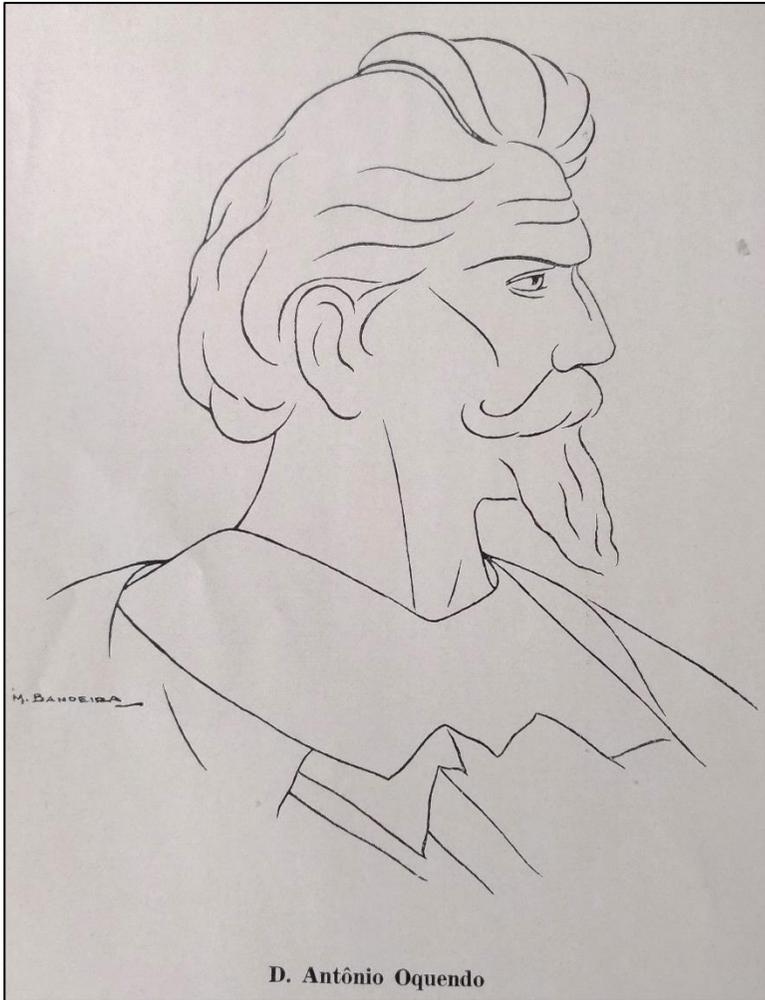
Reforços navais

No início de 1631, fundeou em Recife a esquadra de Adrian Jansen Pater (ou Hanspater), composta de 16 navios e cerca de mil homens.

Com esses reforços, os holandeses lançaram-se a expandir a conquista. Ocuparam Itamaracá, levantaram o Forte de Orange e instalaram uma guarnição de 500 homens. Mas tiveram frustrada a tentativa de conquistar a área de Afogados, defendida por Francisco Gomes de Melo e um punhado de combatentes.

Em 3 Fev um ataque luso-brasileiro a um forte holandês erguido na ponta Asseca, entre os rios Beberibe e Capiberibe. O efetivo inimigo era de 4.000 homens e o ataque patriota não obteve sucesso.

A 13 de julho aportou em Salvador a esquadra luso-espanhola sob o comando de Dom Antônio de Oquendo, constituída de 32 navios com 2 mil homens.



Fonte: Coelho, 1944, p. 58a

Batalha naval de Abrolhos

Em setembro, Oquendo deixou a Bahia para desembarcar na costa de Pernambuco com 1.000 homens para o Arraial e mais 200 para a Paraíba.

A 12 Set 1631, as esquadras inimigas se avistaram na altura de Abrolhos e ocorreu uma grande batalha das nove até às 1600 horas. Durante o combate incendiou-se e afundou a nau capitânea do Almirante Pater, que morreu afogado. As perdas luso-brasileiras foram de mais de 1500 homens (Coelho, 1944, p. 64).

A relativa vitória de Oquendo possibilitou o desembarque de reforços para o Arraial. Este efetivo era comandado pelo napolitano Giovanni Vicenzo di San Felice, Duque de Bagnolo, que estava a serviço da Coroa Espanhola com um regimento de soldados de Nápoles. Bagnolo desenvolveu a luta de guerrilhas em PE.

Com este reforço, foram desferidos golpes-de-mão mais audaciosos contra o inimigo, que temeroso de ser atacado por terra e por mar, abandonou Olinda em novembro de 1631 e tratou de fortificar ainda mais o Recife.

“Queimai Olinda, se não a podeis guardar...”

Antes do abandono de Olinda, os holandeses propuseram a Matias de Albuquerque entregá-la mediante pesado resgate. Caso contrário a arrasariam.

A proposta foi recusada e em sua resposta, Matias de Albuquerque afirmou “Queimai Olinda se não a podeis guardar, que nós saberemos edificar uma melhor”. O comandante holandês, após retirar tudo o que pudesse ser útil, incendiou Olinda, a capital de PE, fruto de quase um século de trabalhos e sacrifícios.

Os holandeses amargam seguidos insucessos

Em Dez 1631, existiam 7.000 soldados holandeses em Recife. Na busca de provisões, os invasores fizeram incursões sobre locais indefesos da costa.

Ao tentar a conquista de Cabedelo, na Paraíba, Van Callenfels teve de retirar-se com pesadas baixas. Uma reduzida expedição sob o comando do Capitão Smi-ent, que ia em missão de reconhecimento do litoral leste-oeste e tentava indispor os índios dali contra os luso-brasileiros, foi repelida pelo pequeno Forte do Ceará.

Os holandeses tentaram ainda conquistar o Forte dos Três Reis Magos, no Rio Grande do Norte. Fracassaram. Seus soldados demonstravam cansaço com essa maneira de guerrear, que consumia vidas e poucos resultados apresentava.

A traição de Calabar

Quando começou o desânimo entre os holandeses surgiu em suas fileiras em Abr 1632 o pernambucano Domingos Fernandes Calabar. Foi o primeiro desertor e traidor. Conhecedor do terreno e das posições fortificadas, hábil e astuto

nas emboscadas, passou a guiar o inimigo em suas expedições. Conduzidos por ele, os holandeses atacaram e conquistaram Igarassu, Rio Formoso, Afogados e outros diversos pontos da várzea do Capibaribe até que foram contidos no ataque ao Arraial do Bom Jesus.

Em Out 1632, o inimigo também passou a armar emboscadas, tendo sido a primeira delas na região de Tocoarana, entre o Buraco de Santiago e Salinas.

A resistência heroica e legendária no Rio Formoso

Em Fev 1633, o Major Von Schkoppe lançou-se contra o Forte do Rio Formoso, que tinha apenas dois canhões e uma guarnição de 20 homens. Após três ataques fracassados, em sua quarta investida, no dia 7 Von Schkoppe penetrou na fortificação e encontrou os corpos de 18 de seus defensores. Pedro de Albuquerque Melo, o comandante, jazia ferido no chão (seu sobrinho Jerônimo de Albuquerque conseguira escapar a nado). Schkoppe perdeu 80 homens.

Pedro de Albuquerque Melo foi socorrido e tratado com grande respeito, e concederam-lhe a liberdade, até mesmo para partir para Lisboa. Retornando, morreu como Governador do Maranhão, em 6 de fevereiro de 1644. E seus restos encontram-se em Belém do Pará, na igreja de Nossa Senhora do Carmo.

O ataque ao Arraial

As 24 Mar 1633 (quinta-feira santa), 1.200 soldados guiados por Calabar e comandados pelo novo Governador Coronel Laurens Van Rembach, atacaram o Arraial do Bom Jesus, sendo repelidos. Luís Barbalho e outros capitães contra-atacaram fora do forte, infligindo baixas de mais de 600 homens (degolados) aos atacantes, que se retiraram. O Governador Van Rembach, ferido mortalmente, faleceu em 10 Mai, sendo substituído por Siegmundt Von Schkoppe.

As perdas dos defensores foram de 25 homens mortos e 40 feridos.

Nesta época, Matias de Albuquerque resolveu formar uma companhia de cavalaria, mas o projeto não foi executado por falta de dinheiro.

Barbarismo

A guerra atingiu nesta altura caráter bárbaro e desumano. Em 14 Mai 1633 Calabar, à frente de 400 homens, atacou Porto Calvo, tendo queimado três embarcações, degolado sete moradores e saqueado algumas casas.

Este estado de coisas obrigou os contendores a firmar um acordo para coibir atos de crueldade e selvageria. Assinaram o tratado Matias de Albuquerque e Giovanni San Felice de um lado e Van Ceulen e Gyssenlingh pelo lado do Conselho Político da WIC. Proibiram-se a queima de templos, a fortificação de igrejas, o tiro com armas de cano raiado, balas envenenadas e suas versões (enervadas e/ou mastigadas), ofensas a prisioneiros e a morte de padres, crianças e mulheres.

Estabeleceu-se uma tabela de resgate para prisioneiros, variando o valor de acordo com a patente.

Henrique Dias

Nesta época surgiu o afro-descendente Henrique Dias, que se ofereceu a Matias de Albuquerque para lutar contra o inimigo. Conforme Coelho (1944, p. 109):

...pela ação que um preto chamado Henrique Dias praticou nesta ocasião, e foi parecer-lhe que necessitávamos de sua pessoa; pois veio oferece-la ao general, e este aceitou-a para servir com alguns de sua cor em tudo o que lhe determinasse. Na verdade, segundo o valor e constância de que sempre deu provas, como se verá, podia qualquer satisfazer-se de ter por companheiro este preto, o qual, em todas as ocasiões em que se achou, procedeu de maneira, e com tal denodo, que por ele e pelo zelo com que o empregava, foi el-rei depois servido fazer-lhe mercê do foro de fidalgo e um hábito, sem que fosse necessário mais que o seu procedimento; e foi sem dúvida com justiça, porque o sangue que verteu pelas muitas feridas que depois recebeu pode apurar o pouco que lhe ficou, de maneira que mereceu mui bem as honras que se lhe fizeram. O general o nomeou logo capitão da gente que tinha conduzido, e da mais que pudesse reunir, contanto que fosse livre.

Aceleração da expansão holandesa

Animados com os sucessos obtidos com o auxílio de Calabar e de reforços recebidos, o invasor expandiu seus domínios. Na Ilha de Itamaracá expulsou os 120 defensores e fundou uma colônia agrícola para sustentar Recife.

Saqueou também Iguaçú, Goiana, Barra Grande, Alagoas e Muribeca. Em outubro os holandeses, após os saques em Alagoas, tentaram fazer o mesmo em Santa Luzia, sendo repelidos.

A queda do Forte dos Três Reis Magos

A 12 Dez 1633, após forte resistência, capitulou o Forte dos Três Reis Magos, no Rio Grande, atacado por uma força composta por 20 navios e 870 homens, sob o comando de Lichthardt. O inimigo ocupou a região e celebrou aliança com os índios tapuias, deixando a Paraíba entre dois fogos. O forte passou a ser chamado de Castelo Ceulen sob o comando do Capitão Joris Garstman.

O Cabo de Santo Agostinho resiste

A pós frustrada ação para conquistar o Forte de Cabedelo, Lichthardt e Von Schkoppe atacaram o Forte de Santo Agostinho com 1.500 homens.

Informado do deslocamento inimigo, Matias de Albuquerque reforçou a guarnição do forte (6 Mar 1634), levando os holandeses a se instalarem defensivamente no Pontal e na ilha do Borges. Mas, mesmo com os reforços recebidos da Bahia, os luso-brasileiros não conseguiram desalojar o contingente instalado no Pontal depois de tê-lo quase conquistado à custa de 80 baixas.

Mobilidade dos defensores

A posição estratégica do Arraial do Bom Jesus permitia a Matias de Albuquerque enviar reforços para qualquer ponto do litoral ameaçado pelos holandeses, tão logo fosse informado pela rede de espíões em Recife sobre a saída da esquadra inimiga. Estes reforços chegavam junto com os navios inimigos.

Golpe de mão em Recife

Na noite de 1º Mar 1634, o capitão Martim Soares Moreno comandou uma investida sobre Recife. Com 700 homens, sendo 200 índios, atacou vários alvos na área portuária, situada no interior do recinto fortificado, espalhando confusão na guarnição holandesa. A execução do ataque, determinado e coordenado por Matias de Albuquerque, não foi bem-sucedida e “toda esta energia não bastou a evitar o mau sucesso” (Coelho, 1944, p. 143). Matias vinha acometido há meses por uma febre quartã que muito lhe prejudicou.

Mas a investida não ambicionava conquistar o terreno e sim incendiar posições holandesas na capital e obrigar o invasor a aumentar sua defesa, desguarnecendo assim outros pontos do litoral. Depois dessa investida, o inimigo passou a viver

em sobressalto em Recife. A guarnição holandesa do Recife foi reforçada com uma tropa vinda da região do Cabo de Santo Agostinho.

Os holandeses conquistam a Paraíba

Preparando a conquista da Paraíba, em outubro de 1634 os holandeses e seus aliados tapuias atacaram e conquistaram um fortim na barra do Cunhaú.

Prosseguindo em suas ações ofensivas, incursionaram em novembro no rio Mamanguape em ações comandadas por Calabar.

Uma expedição chefiada por Von Schkoppe e Crestofle Artichofsky assaltou o Forte da Restinga e, no dia 16 Dez, após 15 dias de assédio, conquistou o Forte de Cabedelo. Em 4 Dez, o governador Antônio de Albuquerque foi seriamente ferido. O Forte de Santo Antonio, isolado, rendeu-se no dia 23. O invasor prosseguiu para a vila de Filipéia (João Pessoa), onde entrou como libertador, pois a população estava cansada dos excessos cometidos pelas tropas espanholas e italianas recebidas em reforço. Um padre jesuíta passou-se para o lado holandês e abraçou o calvinismo. Estava conquistada a Paraíba.

Reforços de 30 por um

Eram sombrias as perspectivas dos luso-brasileiros do Nordeste no início de 1635. Os holandeses recebiam reforços e mais reforços vindos da Europa, além de contar com Domingos Calabar e os índios amigos.

Os defensores estavam desamparados pela Metrópole, resultando numa proporção de forças desfavorável de 30 por 1. Uma diferença muito grande, mas Matias de Albuquerque mantinha-se fiel ao seu juramento - lutar até morrer.

Conservar os pontos vitais

Matias de Albuquerque (abaixo), esperando reforços da Europa, decidiu manter a todo custo os pontos vitais: Arraial do Bom Jesus, Forte de Nazaré, Porto Calvo e Serinhaém. No restante do território a ordem era causar o maior dano possível ao inimigo, retardando a consolidação das suas conquistas. Assim, na faixa mais rica de PE sucediam-se, nos primeiros meses de 1635, ações de guerrilha comandadas pelos experientes capitães Martim Soares Moreno e Luis Barbalho Bezerra.

O Forte de Nazaré era o único ponto de comunicação com o exterior, de onde os defensores poderiam receber ajuda vinda por mar da Europa e da Bahia. Os

demais portos estavam na mão dos holandeses. As famílias que não aceitaram viver em áreas controladas pelo invasor correram a Serinhaém.



Matias de Albuquerque (Fonte: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/category/invasao-holandesa-guerra-velha/>)

A conquista de Pernambuco

No princípio de 1635, os invasores voltaram-se contra os portos ainda em mãos dos luso-brasileiros, vitais para a manutenção da resistência. Por sugestão de Calabar, o almirante Lichthardt tomou Porto Calvo em maio. Van Schkoppe sitiou o forte de Nazaré, que se rendeu em junho, após quatro anos de cerco. O coronel Artichofsky iniciou o cerco ao Arraial do Bom Jesus, que resistiu.

Resistência obstinada

Após um mês de combates, o Arraial foi cercado em Mar 1635 por 1.200 homens do coronel Artichofsky, que fortificou a linha de cerco. O Arraial abrigava 500 combatentes e enorme número de moradores sob o comando do Ten Cel André Marin.

A partir de 19 de abril, após atulhar o fosso que circundava o Arraial, os atacantes, apoiados por artilharia de grosso calibre, tentaram por diversas vezes escalar suas muralhas, sem êxito.

Sem suprimentos vindos de fora, a fome se abateu sobre os sitiados, suportada com estoicismo, alimentando-se inclusive de ervas, couros de boi e dos poucos cavalos existentes. A farinha de mandioca, misturada com areia em consequência do bombardeio, era peneirada para permitir seu consumo.

Na luta, Artichofsky foi aprisionado, mas mantido com a posse de suas armas, conforme convenção em vigor. Mas ele faltou com a palavra dada, atacou o soldado que o vigiava e conseguiu fugir.

Em 8 de junho, o Arraial capitulou, após três meses e 12 dias de cerco. Estavam entre os prisioneiros Henrique Dias e o senhor de engenho João Fernandes Vieira. Havia cumprido o seu dever durante mais de cinco anos de resistência.

O êxodo

Com a queda do Arraial, a resistência em PE não podia continuar. Parte da população de vilas e engenhos abandonou tudo o que tinha construído e se retirou para Serinhaém, onde se encontrava Matias de Albuquerque.

Como já não contava com o Forte de Nazaré para apoiá-lo, Matias de Albuquerque decidiu-se pela retirada para Alagoas. Seguiram-no centenas de pessoas que não quiseram viver sob as ordens do invasor. Protegido por pequena força militar, o êxodo empreendido pelos retirantes, além das privações porque passaram, levava consigo a humilhação da derrota. O percurso foi marcado por túmulos e cruzes dos que sucumbiram às doenças, à fome e ao cansaço.

Entretanto, tendo perdido uma batalha, muitos retornariam para vencer a guerra. Entre eles, Antônio Dias Cardoso, que iria desempenhar destacado papel no curso posterior dos acontecimentos.

O preço da traição

A coluna de retirantes tinha de passar em Porto Calvo, que estava em poder do invasor e guarnecida por 400 homens. Com eles estava Calabar.

Matias de Albuquerque, informado disto, cercou a vila com o concurso do capitão Sebastião do Souto. Os holandeses fortificaram-se nas casas da povoação e na igreja. Após alguns dias de sítio, a 19 Jul 1635 rendeu-se o Major Picard.

Os holandeses tentaram impor, como condição, poupar a vida do seu colaborador, Calabar. Matias, irredutível, concedeu quartel a todos, menos ao traidor que, submetido a julgamento, foi condenado à morte, executado e esquartejado em 22 Jul ante os olhos da coluna de retirantes sofridos e humilhados.

A coluna retomou a marcha e quase um mês depois reuniu-se em Alagoas a remanescentes das tropas napolitanas do Conde de Bagnuolo.

Reforços para os defensores

Em Nov 1635 chegou a Jaraguá, AL, uma expedição de 30 navios, 2.400 homens, artilharia de diversos calibres e suprimentos para a defesa do Brasil. Veio da Península Ibérica e era seu comandante o nobre espanhol D. Luís de Rojas y Borja - Duque de Granja, veterano de guerra na Europa, que vinha substituir Matias de Albuquerque, que recebeu ordens de recolher-se à metrópole.

Borja dividiu a tropa em dois terços, um de castelhanos e outro de portugueses, ao comando, respectivamente, dos Mestres de Campo Juan Ortiz e Martim Soares Moreno. Tratou de fortificar sua base de operações em Alagoas e determinou a realização de reconhecimentos na direção do inimigo, para preparar a ofensiva.

O plano ofensivo de Rojas y Borja

O plano de Rojas y Borja era atacar os holandeses. Se vitorioso, iria confiná-los em suas fortificações e permaneceria à espera de reforços para expulsá-los definitivamente. Se derrotado, manter-se-ia em Alagoas até a chegada de reforços. San Felice opôs-se ao plano, mas foi voto vencido no conselho de chefes e recebeu a missão de guardar a base de operações com 700 homens.

No dia de 6 Jan 1636, Rojas y Borja marchou para o norte, no comando de 1.400 homens e do destacamento índio de Camarão, recentemente agraciado pelo Rei com o título de “Dom”.

A Batalha de Mata Redonda

Em 18 Jan travou-se a batalha de Mata Redonda, após Von Schkoppe abandonar Porto Calvo em mãos dos luso-brasileiros. Os holandeses formaram para a batalha com cerca de 1.500 homens, sob o comando de Artichofsky, para enfrentar uma tropa atacante com menor número de combatentes, pois do efetivo original, de 1.400 homens, foi separado um contingente para ocupar Porto Calvo.

No ponto crítico do combate, Rojas y Borja tombou morto e a confusão tomou conta das fileiras atacantes que, sem liderança, retiraram-se. Só não se completou o desastre porque os destacamentos de Rebelinho e Camarão cobriram a retirada permitindo que os remanescentes fossem acolhidos em Porto Calvo.

Os vencedores, por sua vez, depois de se recolherem a Paripueira, deixaram ali uma guarnição e retiraram-se para Serinhaém.

O valor de uma ofensiva

Sob o ponto de vista tático a ofensiva de Rojas y Borja foi um desastre, mas no campo estratégico surtiu efeitos positivos: obrigou o adversário a abandonar Porto Calvo mais uma vez, interrompendo seu plano de criar uma zona morta ao sul do rio Manguaba e deixou Artichofsky sem uma rota terrestre segura para o sul, o que ficou evidente com o seu retorno para Serinhaém.

Outra consequência positiva da ousada operação de D. Luís, foi a saída dos holandeses das posições que ocupavam em Barra Grande reduto que, assediado pelos nossos, foi arrasado pelo inimigo antes de abandoná-lo.

O alento na resistência

San Felice assumiu o comando, de acordo com a sequência de sucessão de comando e concentrou a resistência em Porto Calvo, cobrindo-se na direção norte na linha do rio Una. Porto Calvo chegou a abrigar cerca de 2.000 combatentes, mantendo viva a esperança de vitória.



Antônio Filipe Camarão - o índio Poti (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 113)

As Companhias de emboscadas em ação

As Companhias de emboscadas foram organizadas sob a liderança de capitães experimentados. Francisco Rebelo (Rebelinho), Sebastião Souto, Dias Cardoso, Antonio Camarão, Vidal de Negreiros e Domingos Fagundes agiam em todo o território ocupado, destruindo canaviais, punindo colaboracionistas, mantendo viva na população a ideia da resistência. Em 9 Jun Camarão conquistou Goiana, localidade próxima a Itamaracá, de onde retirou 2.500 pessoas.

Os invasores perderam a capacidade de se locomover na área conquistada e suas tentativas de soerguimento da lavoura canavieira foram frustradas.

Com este clima de insegurança, não era possível aos invasores se ressarcirem dos enormes investimentos feitos em cinco anos de guerra. Os acionistas da Companhia das Índias Ocidentais exigiam os dividendos prometidos.

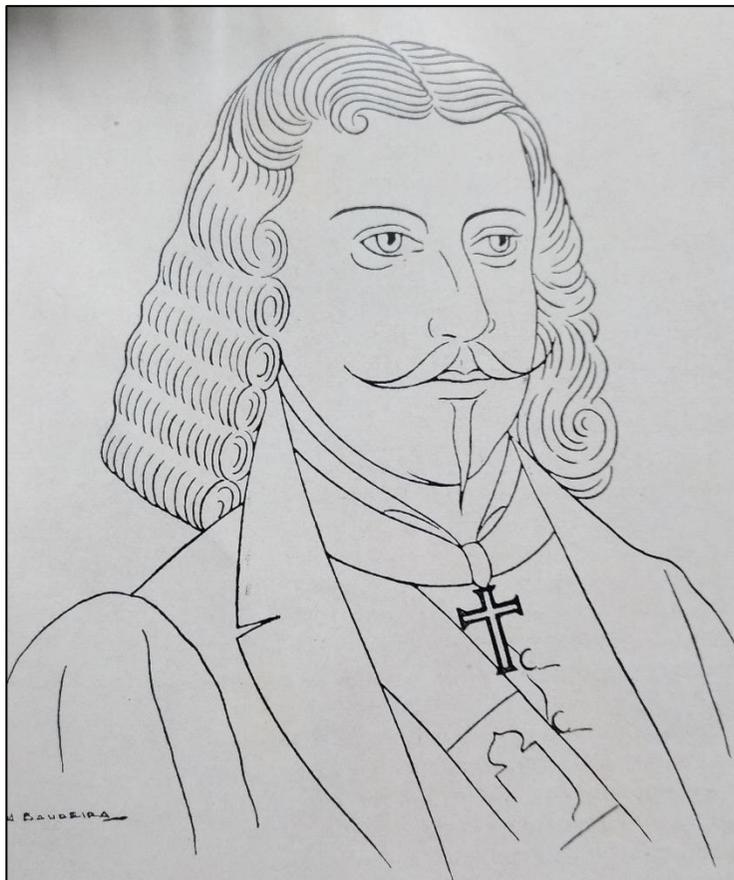
Guerra Holandesa - terceiro período - O governo de Maurício de Nassau

Em 23 Jan 1637, desembarcou em Recife, na condição de “Governador, Capitão e Almirante-General das terras conquistadas e a conquistar no Brasil” o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, alemão de nascimento, que passou a ser conhecido pela história brasileira como Maurício de Nassau.

Jovem, instruído em universidades, veterano nas guerras das Flandres¹¹, de linhagem fidalga, foi contratado pela Companhia das Índias Ocidentais para consolidar e expandir a conquista. Sob sua direção abriu-se uma nova etapa, encerrada quando de seu retorno a Europa ao ver fracassado seu plano de recuperação econômica de Pernambuco, através do qual pretendia atrair os luso-brasileiros para um dos valores básicos de sua cultura - a dignificação do lucro.

Ao chegar, logo constatou que era indispensável eliminar o último foco de resistência - Porto Calvo - condição essencial para devolver a segurança necessária ao soerguimento da lavoura canavieira e destruir as derradeiras esperanças dos pernambucanos na reconquista da terra.

¹¹ Região norte da atual Bélgica.



André Vidal de Negreiros (Fonte: Coelho, 1944, p. 246a)

A queda de Porto Calvo

Decorridos sete dias de sua chegada, Nassau reuniu as forças disponíveis para atacar Porto Calvo. Enviou por terra uma coluna de 3.000 soldados e índios, sob o comando de Van Schkoppe e, por mar, 800 homens sob o comando de Artichofsky. Reforçou os fortes e destinou mais 600 soldados para dar combate às Companhias de Emboscada que operavam no interior de Pernambuco.

A 17 Fev 1637, as duas colunas se juntaram após a travessia do rio Uma. Em 18 Fev travou-se a batalha de Comandatuba entre os holandeses e os 1.180 homens de San Felice. No terceiro assalto, os holandeses romperam a resistência. Degolaram 40 defensores. Henrique Dias perdeu metade do braço esquerdo. Destacou-se a saga de Clara Camarão, esposa do índio Poti.

Nassau obteve a vitória pela superioridade numérica e o melhor preparo de seus soldados para uma batalha convencional. San Felice retirou-se, deixando em Porto Calvo Miguel Giberton e mais 410 homens para retardar o inimigo.

Porto Calvo resistiu, mas Nassau fez aproximar canhões de grosso calibre. Intimado duas vezes, o forte se rendeu em 6 Mar, caindo assim o último núcleo de resistência em Pernambuco.

O Rio São Francisco, a fronteira

O conde alemão progrediu para o sul e levantou, na margem esquerda do rio São Francisco, dois fortes, um na foz e outro em Penedo - o Forte Maurício, marcando o limite sul da Nova Holanda. San Felice e seus combatentes havia cruzado o rio e seguido para o sul, chegando a Sergipe em 31 Mar.

Nassau havia consolidado a conquista de Pernambuco iniciada seis anos atrás. A Holanda dominava, agora, rico e estratégico território do Brasil, desde o Rio Grande até o rio São Francisco, mas buscava ampliá-lo.

A expansão de Nassau

Nassau voltou vitorioso a Recife e pôs em execução medidas administrativas, econômicas, sociais e políticas, visando a conquistar a confiança, a simpatia e a cooperação dos moradores. Estas medidas arrefeceram o sentimento de revolta dos luso-brasileiros para com o invasor. Pacificado o Recife, Nassau tratou de expandir o domínio da Holanda no Brasil, começando pelo Ceará.

A Bahia repele Nassau

Nassau foi informado de que a situação na Bahia era de indisciplina nas tropas e descontentamento na população, tudo motivado por divergências entre Bagnuolo e o Governador-Geral Bispo Pedro da Silva¹². Por estas razões decidiu atacar Salvador e ampliar a área já conquistada. Após operações preliminares, a 17 Abr 1638, com 4.600 homens entre soldados e índios transportados em 40 navios, Nassau penetrou na Baía de Todos os Santos. A expedição fundeou frente às praias de São Braz e da Escada e desembarcou sem resistência. Mas no dia

¹² Pedro da Silva foi o sucessor de Dom Diogo Luís de Oliveira - Conde de Miranda, criador do "Terço Novo da Bahia" em 01 Ago 1631, uma das unidades formadoras do Exército Brasileiro. Antes, em 1626, havia sido instalado o primeiro "Terço" de Infantaria paga o qual, depois de 1631, foi chamado de Terço Velho.

20 teve de lutar ao tentar entrar na cidade pela Porta do Carmo. Repellido, o comandante optou por cercar a cidade.

O Governador-Geral, superando suas divergências com San Felice, havia entregue a este o comando das operações de defesa da cidade de Salvador.

Os baianos aproveitaram a inércia inimiga para intensificar a guerra de emboscadas e o trabalho nas fortificações. Luís Barbalho, que havia chegado de Lisboa em 16 Ago 1637, empregando 1.000 homens construiu, em tempo reduzido, o forte que leva seu nome.

A 10 Mai, após um bombardeio, Nassau lançou um ultimato para a rendição, mas o Governador respondeu que a cidade não seria entregue sem luta.

Em 18 Mai Nassau atacou a trincheira de Santo Antônio com 3.000 homens, encontrando tenaz resistência. Na peleja, Luís Barbalho, aproveitando uma brecha na linha de cerco atacou a retaguarda inimiga, causando-lhe mais de 335 baixas. Este contra-ataque obrigou o invasor a se retirar para Pernambuco.

Na defesa das trincheiras morreu o capitão Sebastião Souto, comandante das companhias de emboscada. Antônio Dias Cardoso sucedeu-lhe no comando.

A 28 de maio, derrotado, Nassau retornou a Pernambuco. Os defensores de Salvador, protegidos por suas trincheiras, muralhas e fortes haviam mostrado que os holandeses não eram invencíveis.

Uma esperança de libertação

Em Jan 1639, chegou a Salvador a esquadra do 1º Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, nomeado Governador-Geral do Brasil, com a missão de libertar PE. Ele ordenou que André Vidal de Negreiros e Dias Cardoso partissem para a Paraíba e Filipe Camarão, João Ramalho e Francisco Rebelo para PE. Tinham a missão de atrair o inimigo para o interior, levantar as populações interioranas e destruir a economia canavieira. Deveriam também estar preparados para apoiar o desembarque de tropas sob o comando de Luís Barbalho, Henrique Dias e Francisco de Souza, que ocorreria em ponto desguarnecido do litoral.

O Sul coopera para a recuperação do Nordeste

O Conde da Torre tinha a intenção de montar uma base de operações na Bahia e aumentar seus efetivos com tropas locais. Empossado Governador-Geral, determinou que fossem recrutados combatentes nas assim chamadas “capitanias de baixo”. Em São Paulo, foi constituído um contingente no qual eram capitães experimentados chefes das entradas de preia aos índios, como por exemplo,

Antônio Raposo Tavares. Chegado à Bahia, esse contingente foi incorporado ao terço do Mestre-de-Campo Luís Barbalho Bezerra.

Desastre naval

A 12 Jan 1640, a esquadra do Conde da Torre, com 82 navios de combate e de apoio, e 5.000 homens, ao tentar desembarcar tropas em Pau Amarelo, foi impedida pela esquadra do Almirante Corneliszoon Loos, de 30 navios.

O Conde da Torre afastou-se da costa, seguido pelo Almirante Loos. O primeiro combate deu-se nesse mesmo dia 12, em frente à Ponta das Pedras. Loos teve sua cabeça arrancada por um tiro de canhão, sendo substituído por Jacob Huyghensz. Em 13 Jan, ocorreu o segundo combate, na altura do Cabo Branco. O terceiro ocorreu no dia seguinte na altura da Paraíba. O quarto e último combate, no dia 17, se travou em frente da baía Formosa, pendendo a vitória para os holandeses. A partir daí a esquadra luso-espanhola foi dissolvida.

Por falta de gêneros e água as tropas de Barbalho desembarcaram na enseada do Touro e as de Henrique Dias e de Francisco de Souza no porto da Pipa.

O desastre naval agravou a economia de Pernambuco, que estava em recuperação, provocando a evasão de muitos moradores da área para a Bahia.

O Conde da Torre foi destituído do comando em 22 Jul, teve seu título cassado e foi enviado para Lisboa onde foi encarcerado. Foi reabilitado por Dom João IV.

O feito épico

As tropas desembarcadas no litoral, cerca de 1.300 homens, após reunidas, decidiram seguir para a Bahia pelo interior, realizando uma marcha de +/- 400 léguas (2.400 Km) através de terreno ocupado pelo inimigo.

Sempre evitando uma batalha decisiva, a coluna seguiu devastando tudo no território sob controle holandês. Em Goiana, uma tropa inimiga de cerca de 1.300 homens foi quase destruída. Em outro combate, uma coluna de 1.500 homens lançada em sua perseguição foi repelida com pesadas baixas. Os combatentes liderados por Luís Barbalho Bezerra e Henrique Dias, salvaram da destruição a força expedicionária e chegaram a tempo na Bahia para fazer malograr uma expedição punitiva enviada por Nassau. Ao fim de quatro meses de combates e privações, a coluna entrou em Salvador, sob o comando de Luís Barbalho, acrescida de moradores que a ela se apegaram e dos contingentes de Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Francisco Rebelo encontrados pelo caminho. Ao final da marcha, Bezerra computou 130 baixas.



Henrique Dias (Fonte: www.ahimtb.org.br/3b.htm)

As represálias de Nassau

Em março de 1640, Nassau enviou à Bahia uma expedição punitiva de 1.300 homens, sob o comando do Almirante Lichthardt, recém-chegado da Europa. Desembarcou no interior da baía de Todos os Santos, devastando os arredores de Salvador. Não atacou a cidade porque já se encontrava aí a coluna de Luís Barbalho. Igual procedimento teve Nassau em relação à região do rio Real e de Sergipe. Também no Espírito Santo incursionaram os holandeses.

Em Fev 1641, chegou à Bahia a notícia da restauração da coroa portuguesa, assumindo o trono o Duque de Bragança, que passou à história como D. João IV.

Essa nova situação geopolítica indicava a celebração da paz entre Portugal e Holanda, visto que ambos os países estavam em guerra contra a Espanha. Entretanto, Nassau deixou claro que se isto acontecesse não seria devolvido o que conquistara no Brasil.

O armistício Portugal-Holanda

Portugal foi restaurado mas, militarmente debilitado, procurou manter o que era possível de suas colônias. Sem poder lutar ao mesmo tempo contra Espanha e Holanda negociou com esta um tratado de aliança ofensiva e defensiva contra a primeira¹³ e um armistício de 10 anos nas lutas sobre a posse das colônias em disputa. Reconheceu a conquista holandesa de PE, Paraíba e RN. A Holanda comprometeu-se a não expandir suas conquistas no Brasil durante 10 anos.

O expansionismo de Nassau

Enquanto era discutida na Europa a ratificação daquele acordo, a Holanda ordenou a Nassau que tirasse proveito da guerra entre Espanha e Portugal para alargar os limites das terras conquistadas no Brasil, a começar pela Bahia.

Nassau conquistou Sergipe em abril de 1641 e o Maranhão em novembro. A Holanda também atacou e conquistou domínios portugueses na África. Angola, as ilhas de São Tomé, Ano Bom e Benguela foram tomadas.

Após essa expansão, a Holanda fez publicar o tratado de paz celebrado dois anos antes. Pelo acordo, ficava livre da ação das emboscadas procedentes da Bahia e de revoltas populares nas áreas conquistadas. O tratado, entretanto,

¹³ Tratado da Haia de 1641, trégua de dez anos entre Portugal e Holanda. Incluía a formação de uma frota conjunta destinada a atacar a Espanha.

concedeu aos luso-brasileiros o livre trânsito pelos domínios holandeses. Disto se aproveitou o Governador Antônio Teles da Silva¹⁴ para enviar agentes a fim de agitar PE e elaborar um plano de insurreição.

Nassau parte para a Europa

Pressionado pelo fracasso de seu plano econômico de recuperação da lavoura canavieira de Pernambuco, Nassau embarcou para a Holanda em julho de 1644, certo de que a insurreição pernambucana era inevitável.

Os brasileiros haviam debilitado o negócio montado pelos estrangeiros em três décadas de resistência obstinada, praticamente levando a Companhia da Índias Ocidentais à falência. Deste modo, encerrou-se, aparentemente em paz, o terceiro período da guerra holandesa, caracterizado pelo governo de Nassau.

Até esse momento, os filhos da terra tinham lutado dentro do contexto político do império formado por Portugal e Espanha, contando com o auxílio de tropas portuguesas, espanholas e italianas enviadas em seu socorro.

Doravante, lutariam dentro de uma concepção política predominantemente brasileira, contrariando, por vezes, a orientação política e estratégica de Portugal.

A restauração do Maranhão

Os luso-brasileiros do Maranhão, ocupado desde 25 Nov 1641 pelas tropas de Nassau, começaram um ano depois um movimento guerrilheiro de resistência ao invasor. As guerrilhas só acabaram em 1644 quando os invasores, já sem o apoio oriundo da Holanda, se retiraram para o Recife. Era o fim da ocupação holandesa do Maranhão. Este feito repercutiu em toda a colônia, pois foi concretizado sem auxílio da Metrópole portuguesa, por conta e risco dos luso-brasileiros.

Vingança dos índios no Ceará

Gideon Morritz de Jonge, um aventureiro flamengo da Companhia da Índias Ocidentais, partiu do Ceará com 200 índios para a luta no Maranhão, prometendo-lhes benefícios no retorno. Mas no local dos combates atribuiu-lhes as

¹⁴ Dom Antônio Teles da Silva foi nomeado Governador e Capitão-General do Brasil em Mai 1642, substituindo D. Jorge de Mascarenhas. Tomou posse do governo em Salvador em 30 Ago 1642.

missões mais arriscadas. Muitos morreram e outros desertaram retornando ao Ceará e jurando vingar-se dos holandeses que os haviam enganado.

No final de 1643, a notícia do engodo espalhou-se entre os indígenas, que cheios de ódio, atacaram o forte que os holandeses haviam construído na foz do rio Ceará, massacrando toda a guarnição e o próprio Morritz.

A aliança dos índios-invasores

Os holandeses sempre buscaram alianças militares com os índios na luta contra os luso-brasileiros. Na aldeia de Tapissirica, próxima à atual Goiana, PE, aprisionaram e mandaram para a Europa o chefe indígena local que, além de possuir liderança capaz de encabeçar uma revolta, se recusou a combater as Companhias de Emboscadas. A seguir, mandaram para ter instrução militar na Europa, cercados de todas as atenções, os chefes Pedro Poti, Carapeba e Parauba.

Em Tapissirica o invasor promoveu, no início de 1645, meses antes da eclosão da Insurreição Pernambucana, uma reunião com seus aliados indígenas, ocasião em que foi anunciada a decisão holandesa de conceder liberdade ampla aos índios brasileiros. Com esse ato, os invasores montaram um exército de 1.200 índios sob o comando dos chefes que treinara na Europa, desferindo um certeiro golpe político e militar na insurreição em marcha. Extremamente violento, esse exército passou a cometer as maiores atrocidades contra combatentes luso-brasileiros que lhes caíssem nas mãos e não poupando velhos, mulheres e crianças.

Os massacres de Cunhaú e Uruaçú

Em Cunhaú, no RN, os índios liderados pelo judeu alemão Jacob Rabbi, que era casado com uma indígena, massacraram moradores reunidos numa igreja. Na Vila de Uruaçú torturaram e trucidaram dezenas de pessoas, entre elas o Padre Ambrósio Francisco Ferro. Essas ações não foram ordenadas pelos holandeses. Os episódios, muito tristes na guerra, acirraram os luso-brasileiros para a insurreição e ocasionaram o revide de Casa Forte. Em 05 Abr 1646, Rabbi foi executado por ordem do governador da capitania do Rio Grande Joris Garstman.

Guerra holandesa - Quarto período: Insurreição Pernambucana

A Epopeia Brasileira

Após a partida de Nassau começou a insurreição do povo pernambucano contra os holandeses. D. João IV, secretamente, apoiou o movimento, até

ver fracassado o objetivo de reconquista do Recife. Mas os insurgentes prosseguiram a luta desamparados e em desobediência à Metrópole. Na rebelião, usaram processos de combate genuinamente brasileiros e criaram as condições para a recuperação de PE e também de Angola, além de preservar a unidade física e cultural do Brasil.

A Insurreição Pernambucana foi um processo histórico da maior relevância para a formação da nacionalidade brasileira e para as origens do Exército.

Em 1945, o comando da Força Expedicionária Brasileira, ao retornar vitorioso da Itália, depositou os louros da vitória no campo de batalha dos Guararapes. O Cmt General João Baptista Mascarenhas de Moraes, proferiu estas palavras:

“Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da Nação brasileira”.

As causas

Entre as causas da Insurreição destacam-se o endividamento dos donos de Engenho luso-brasileiros e holandeses decorrente dos maus resultados da lavoura canvieira e das especulações extorsivas contra eles praticadas por negociantes estrangeiros do Recife, à revelia da Companhia das Índias Ocidentais. Resultou daí a hostilidade entre moradores luso-brasileiros, reduzidos à condição de escravos econômicos da Companhia, e comerciantes do Recife.

Contribuiu também para a insurreição o antagonismo religioso entre os luso-brasileiros (católicos), e os holandeses calvinistas. Esse antagonismo, até então latente, exacerbou-se após a partida de Nassau. Este, governante equilibrado e hábil, soubera manter um clima de tolerância religiosa na terra ocupada.

A ruptura unilateral de acordos por parte dos invasores e o fomento à inimizade entre os índios e luso-brasileiros, que atingiu em 1645 proporções de ódio racial, também influenciaram os pernambucanos a seguir o exemplo dado pela restauração do Maranhão, que havia demonstrado que os holandeses, já bastante enfraquecidos, não eram invencíveis.

A conspiração

No ano de 1641, após a restauração de Portugal com a proclamação do Duque de Bragança como o rei D. João IV, os patriotas de Pernambuco enviaram, através de emissário especial, uma proposta ao novo rei no sentido de expulsar

os holandeses e promover a devolução de Pernambuco ao reino, à custa de recursos de seus moradores, desde que auxiliados externamente pela Metrópole.

D. João IV encarregou o Governador-Geral Antônio Teles da Silva de, secretamente, incentivar, apoiar e coordenar a insurreição. Este, que previa uma nova tentativa de expansão holandesa tendo como alvo a Bahia, passou a planejar o apoio aos insurretos, tendo André Vidal de Negreiros como lugar-tenente.

O conspirador

Em 18 Set 1642, no Recife, Vidal de Negreiros se encontrou secretamente com o líder civil e dono de engenho João Fernandes Vieira, com quem acertou detalhes para a insurreição e como seria o apoio externo aos insurgentes. Vieira passou a liderar o levante geral. Depois, Vidal retornou à Bahia.



João Fernandes Vieira (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 124)

A missão Dias Cardoso

Ao retornar à BA, Vidal prestou contas de sua missão ao Governador-Geral, que lhe determinou escolher um chefe competente, discreto e conhecedor de PE para, enviado ao Recife, organizar e treinar secretamente os insurretos em ligação com Fernandes Vieira, que tinha liderança mas pouca experiência militar. O indicado foi o Sargento-Mor (Major) Antônio Dias Cardoso (natural do Porto, Portugal), que atuaria em missão típica das atuais Forças Especiais.

Dias Cardoso, veterano das lutas ocorridas no período 1624/41, especialista na guerra de emboscadas, partiu através do sertão, transpondo rios a nado e evitando ser percebido por índios hostis, quilombolas e forças holandesas. Chegando ao Recife, transmitiu ele a Fernandes Vieira as ordens que recebera do Governador-Geral e de Vidal de Negreiros, dando início ao cumprimento de sua missão de preparar o incipiente exército insurgente.

Astúcia contra astúcia

Portugal e os luso-brasileiros de Pernambuco, cientes de que a Holanda desrespeitava constantemente os termos do tratado de paz firmado entre Portugal e a Holanda, decorrente da restauração portuguesa, elaboraram um plano secreto para a conquista rápida do Recife, sem ferir os termos desse tratado.

Segundo o plano, deveria prevalecer a impressão de que a insurreição era uma iniciativa dos patriotas de Pernambuco, à revelia de Portugal e da Bahia. Se fosse descoberto o apoio e o incentivo do rei D. João IV, ficava em perigo a própria independência de Portugal, que estava em guerra com a Espanha.

Em segundo plano, mas no mesmo contexto, Portugal lutava contra as investidas holandesas às colônias portuguesas na África.

O apoio externo de Portugal

Uma esquadra sob o comando do General Salvador Correia de Sá e Benevides foi enviada para o Recife, simulando auxiliar os holandeses a debelar a insurreição mas, na realidade, para favorecer a causa dos insurgentes.

Enquanto isso Portugal, através de manobras diplomáticas na Europa, procurava mostrar inocência no apoio aos insurgentes, para evitar abrir uma nova frente de guerra, desta vez com a Holanda, pois já estava em guerra contra a Espanha¹⁵.

¹⁵ Guerra da Restauração portuguesa, que terminou em 1668 com a independência de Portugal.

O apoio da Bahia

O governo da Bahia, por seu lado, já enviara o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso para organizar e treinar o exército patriota pernambucano em colaboração com o líder do movimento, o dono de engenho João Fernandes Vieira.



Sgt-Mor Antonio Dias Cardoso (Fonte: www.ahimtb.org.br)

O apoio baiano foi reforçado pela remessa à Pernambuco das tropas do índio Filipe Camarão e aquelas do afro-descendente Henrique Dias (os “Henriques”), simulando-se que o primeiro se havia rebelado e que o segundo fora mandado em seu encalço para prendê-lo e recambiá-lo para a Bahia.

Para completar o apoio, foram enviados por mar, sob a proteção da esquadra de Salvador de Sá, uma flotilha comandada por Serrão de Paiva com dois terços de infantaria ao comando de André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, divulgando-se a falsa explicação de que iriam prender Fernandes Vieira e debelar a insurreição, obrigando os pernambucanos a cumprir o tratado Holanda-Portugal.

Em 1644, o judeu Gaspar Francisco da Cunha denunciou aos holandeses a articulação da rebelião, mas Teles da Cunha contornou a situação.

Papel de Pernambuco

A atuação dos pernambucanos na preparação da revolta deu-se, principalmente, em três campos:

- Compromisso assinado entre os pernambucanos mais ilustres a empenharem seus recursos financeiros e prestar apoio de toda ordem para a insurreição;
- Reunião de homens do povo para integrarem o exército de libertação a ser formado e treinado por Antônio Dias Cardoso;
- Organização de uma área onde seria concentrado todo o apoio logístico aos combatentes nativistas.

O plano dos insurretos

Ficou combinado o início da insurreição para 24 Jun 1645, dia de São João, que coincidia com a época das chuvas, as quais dificultariam o movimento do inimigo. O plano previa um levante geral com ataques às forças holandesas que guarneciam as localidades mais importantes da capitania no sentido de imobilizá-las, enquanto se tentaria a conquista do porto de Recife.

Os insurretos contavam com a adesão de dois militares holandeses: Dirk Hogstraten, comandante da Fortaleza de Nazaré, ponto essencial para os revoltosos receberem apoio externo, e Caspar Von Neuhoff Van der Ley, comandante da tropa de milicianos do sul de Pernambuco. O primeiro era católico e o segundo havia casado com uma brasileira. Ambos, senhores de engenho, estavam insolventes financeiramente, como todos os demais que se dedicavam ao cultivo da cana-de-açúcar.

Surge o ideal de Pátria

Os insurgentes adotaram a designação de “independentes”, como senha a palavra “açúcar” e como lema a expressão “Restauração da Liberdade Divina e da Pátria Independente”.

Este lema continha duas ideias força para motivar a luta.

A primeira:

- o ideal coletivo de restabelecer em PE o predomínio católico, que estava sofrendo séria ameaça;

a segunda:

- o anseio de uma Pátria que aglutinasse diversas gerações de brasileiros brancos, afro-descendentes, indígenas, mulatos e caboclos.



André Vidal de Negreiros (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 126)

O Compromisso Imortal

No dia 23 de maio de 1645, 18 líderes insurretos firmaram este compromisso:

“Nós, abaixo assinados, nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo tempo que for necessário, com toda a ajuda de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração de nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem ao contrário fizer ser tido como rebelde e traidor e ficar sujeito ao que as leis em tal caso permitam”.

Assinaram: Álvaro Teixeira de Mesquita, Amaro Lopes Madeira, Antonio Bezerra, Antonio Borges Uchoa, Antonio Carneiro Falcato, Antonio Carneiro de Mariz, Antonio Cavalcanti, Antonio da Silva, Bastião de Carvalho, Bernardino de Carvalho, padre Diogo Rodrigues da Silva, Francisco Bezerra Monteiro, Francisco Berenger de Andrada, João Fernandes Vieira, Luís da Costa Sepúlveda, Manuel Alves Deusdará, Manuel Pereira Corte Real e Pantaleão Cime da Silva.

O interesse de Portugal

No contexto mundial interessava, para Portugal, a conquista rápida do Recife. A luta prolongada era perigosa para seu destino como nação independente. Isto é essencial para o perfeito entendimento da guerra que se seguiu.

Nova traição

Dias antes da insurreição, marcada para o Dia de São João (24 Jun 1645), os patriotas foram traídos por Fernão Corte Real e Sebastião de Carvalho, que repetiram Calabar. Esta atitude faria malograr o plano de conquista rápida de Recife, prolongando a guerra por nove anos.

Os holandeses trataram de prender os líderes, mas encontraram suas casas vazias. Haviam fugido para as matas onde, em breve, se mobilizariam para a luta.

O grito de rebelião

A 17 Jun 1645, quatro dias depois da partida de Fernandes Vieira com 50 companheiros para o interior, ocorreu em Ipojuca a primeira ação armada, liderada pelo dono de engenho Amador de Araújo, com a assessoria do capitão

Domingos Fagundes. Uma força de 400 combatentes cercou a vila e prendeu no mosteiro ali existente a guarnição holandesa de 30 soldados e civis; estes prestavam serviços militares como milicianos como uma guarda territorial.

Por cerca de 50 dias Amador de Araújo resistiu às investidas da tropa holandesa responsável pela área, ganhando tempo para a mobilização do exército insurreto e esperar a junção com as tropas de Camarão e de Henrique Dias.

O povo em armas

No dia 13 Jun, partindo do engenho Cosme e Damião, situado a 30 km oeste do Recife, o exército patriota havia iniciado a marcha que culminaria com a Batalha das Tabocas. No trajeto até Tabocas, a tropa foi sendo reforçada por contingentes de cada engenho por onde passava. Eram homens do povo, sem experiência militar. Alguns tinham armas de fogo dos mais diversos calibres.

No Sítio do Covas, onde o exército acampou por 22 dias, surgiu séria desavença entre Fernandes Vieira e Antônio Cavalcanti, que tinham pontos de vista diferentes sobre o modo de conduzir a guerra. Foi necessária a intervenção de Dias Cardoso, que conseguiu pacificar os ânimos e evitar um confronto fratricida que teria colocado em risco todo o desenrolar da campanha.

Reforçada por tropas de Felipe Camarão, a coluna de mil homens partiu para o Monte das Tabocas, local escolhido por Dias Cardoso para a primeira batalha. No local, instalaram uma posição defensiva no topo da elevação. Com poucas armas de fogo, usavam chuços, lanças, porretes, facões, arco/flechas e foices.

A Batalha do Monte das Tabocas

Às 3 Ago 1645 travou-se no Monte das Tabocas¹⁶ o primeiro combate entre um efetivo de 700 inimigos, ao comando do coronel Hendrick van Haus, e o exército dos patriotas, constituído basicamente de civis pernambucanos.

Ao perceber a aproximação do adversário, Dias Cardoso despachou em sua direção uma pequena força de cobertura, ao comando do capitão João Nunes da Mota com a finalidade de atraí-lo para o Monte. Os holandeses atacaram.

¹⁶ O Monte das Tabocas tinha esse nome por ter sua base coberta por tabocas, palavra tupi-guarani que significa taquara em português, possuindo apenas pequenas trilhas no espesso taquaral, que permitiam no máximo a passagem de dois homens.

Tirando proveito da inóspita vegetação, Dias Cardoso armou três emboscadas sob o comando do Capitão Agostinho Fagundes que causaram pesadas perdas ao inimigo e, então, esperou-o posicionado na parte mais alta da elevação.

Reorganizando-se, os holandeses conseguiram transpor o tabocal e penetraram na primeira linha de defesa estabelecida por Dias Cardoso, tendo conseguido isolar e fixar parte dos defensores da posição.

Fixada esta parte do dispositivo patriota, o inimigo avançou em direção ao alto da elevação, onde se encontrava a pequena reserva, dotada de limitado poder de fogo, sob o comando de Fernandes Vieira. Este, na iminência do perigo, motivou seus homens ao esforço derradeiro e prometeu liberdade a cerca de 50 escravos de sua guarda pessoal se demonstrassem valor no combate que ia se seguir. Os escravos desceram a elevação armados com arcos e flechas, lanças e facões, tocando flautas, atabaques e buzinas.

Na esteira desses bravos, veio o grosso da reserva, com os mais variados tipos de armas, a maioria instrumentos de trabalho. O combate transformou-se num corpo-a-corpo feroz e desordenado, com patriotas surgindo de todas as direções, obrigando ao inimigo a bater em retirada. Esse primeiro combate terminou com a vitória dos insurretos. Outras duas tentativas holandesas fracassaram.

O rescaldo da batalha

Após quatro horas de peleja, o inimigo abandonou no campo de luta mais de 100 mortos e grande quantidade de munição e armamento, retirando-se para a Casa Forte. Entre os patriotas registraram-se 31 mortos e 30 feridos.

Esta vitória foi o batismo de fogo para o exército luso-brasileiro.

A Batalha de Casa Forte

A 10 Ago o exército patriota operou junção com as forças de Henrique Dias e Felipe Camarão em Gurjau e no dia 16 no Cabo, com as tropas de Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, que haviam desembarcado em Tamandaré. Iniciada a marcha para Muribeca e Casa Forte, também conhecida por Engenho de Nassau, o exército patriota chegou ao destino na manhã de 17 Ago.

Coube a Dias Cardoso a concepção e desencadeamento das ações, precedidas de cerco ao reduto de Casa Forte. Cercados, foi oferecida a rendição ao inimigo através de um alferes. Este foi morto a tiros pelos holandeses. Diante da ameaça de incêndio do reduto inimigo, os remanescentes da batalha do Monte

das Tabocas, reduzidos a cerca de 450 homens entre índios e brancos, sob o comando do coronel Van Haus, renderam-se ao exército patriota.

Aos 250 holandeses foi dado quartel e o regresso à Europa. Os índios, cerca de 200, foram degolados sob o argumento de traição à fé católica, conforme as leis de guerra da época e como exemplo. Esse justicamento também foi uma espécie de revide ao massacre de Cunhaú. Neste combate, Henrique Dias foi ferido gravemente e foi morto o Capitão Agostinho Fagundes.

A insurreição se expande

A pós esses combates, o invasor perdeu Serinhaém, Cabo, Portal e Nazaré, que foram ocupados por milícias locais. No prosseguimento, caiu a fortaleza existente em Porto Calvo e Olinda foi reocupada.

Recife, a ilha de Itamaracá e os fortes dos Três Reis Magos e de Cabedelo resistiram e ainda se encontravam em mãos do invasor.

Como a esquadra de Salvador de Sá não chegou a ameaçar Recife, ficou claro que sem artilharia de sítio, seria impossível aos insurgentes conquistar rapidamente essa verdadeira fortaleza, protegida pelo rio Capibaribe, o que arrefeceu o entusiasmo do rei D. João IV em apoiar a revolta. Posteriormente, ficou constatado que as forças flamengas no Recife estavam enfraquecidas e a conquista poderia ter sido realizada.

Embora sem ter sido realizado o Aproveitamento do Êxito, ficou claro que era possível vencer as tropas inimigas que eram, na maior parte, de mercenários.

A oportunidade perdida

A esquadra de Salvador de Sá e a flotilha de Jerônimo Serrão de Paiva, após desembarcarem as tropas de Vidal de Negreiros e de Martim Soares Moreno apresentaram-se a no dia 11 de agosto frente ao Recife.

Após conversações com os defensores da cidade, Salvador de Sá rumou para Portugal, levando consigo a última esperança de uma tomada rápida de Recife. Serrão de Paiva foi atacado e derrotado em Tamandaré. Os motivos que impediram o ataque a Recife permanecem até hoje desconhecidos.

O plano descoberto

A flotilha de Serrão de Paiva, sem a proteção da esquadra de Salvador de Sá foi atacada e destruída por uma força naval holandesa ao comando do

Almirante Lichthardt, caindo em poder do invasor documentos que revelavam o apoio e incentivo de D. João IV à insurreição e que foram amplamente divulgados na Europa, deixando a diplomacia portuguesa em difícil situação.

Em Lisboa, a opinião pública dividiu-se entre os que tinham o Brasil como essencial para a sobrevivência de Portugal e os que julgavam preferível sua perda, como imperativo da independência portuguesa.

O duelo diplomático

Na Europa travou-se longa e sutil guerra diplomática. O principal diplomata de Portugal, embaixador Souza Coutinho, pressionado pela opinião pública de Portugal e Holanda, desabafou:

“A guerra de Pernambuco foi a ruína da reputação de Portugal, pois além de atrair o ódio da Holanda, deixou-nos fora dos tratados firmados em 1648, que resultaram na chamada Paz de Vestfália, que pôs fim simultaneamente à Guerra dos Trinta Anos e à Guerra dos Oitenta Anos, travadas entre as principais potências europeias da época”.

Patriotas em dupla rebeldia

Dom João IV, com seu tesouro exaurido e agora em luta contra dois gigantes, Espanha e Holanda, tentou ajudar os patriotas de PE, mas os reforços que enviou não conseguiram furar o bloqueio naval holandês no NE do Brasil.

A luta no Brasil prosseguiu e a ordem de cessar a rebelião, emanada de Portugal, recebeu a seguinte resposta dos patriotas:

“Combateremos até o fim e somente após expulsar o invasor iremos a Portugal receber o castigo por nossa desobediência”.

O Arraial Novo do Bom Jesus

Percebendo que sem ajuda militar de Portugal seria inútil qualquer tentativa de conquistar Recife decidiram os insurgentes cercar a cidade, adotando o mesmo expediente de Matias de Albuquerque.

Distante seis Km do Recife, na Várzea, ao final de 1645 foi construído o Arraial Novo do Bom Jesus¹⁷, onde se abrigaram os patriotas. Tal como ocorrera na época do antigo arraial, Recife foi cercada através de emboscadas que impediam o invasor de se deslocar para fora de suas posições fortificadas.

As fortificações do novo arraial foram desenhadas pelo coronel holandês Dirck Hoogstraten, o qual passou a lutar pelos patriotas após ter desertado por motivo de pagamentos atrasados juntamente com outros mercenários.

Disposição para a luta

Na madrugada do Ano Novo de 1646, Recife foi acordada com o troar dos canhões do Arraial, tomados dos holandeses em Porto Calvo, que anunciavam ao inimigo a disposição dos pernambucanos para o combate.

As futuras batalhas dos Montes Guararapes foram a consequência natural da disposição para a luta dos patriotas abrigados no Arraial.

As heroínas de Tejucopapo

Em consequência da fome que afligia Recife, uma esquadra holandesa partiu para incursões no litoral, visando obter alimentos. Velejando à noite, desembarcou soldados num ponto desguarnecido da costa, com destino a Tejucopapo.

Dado o alarme, toda a população buscou abrigo num fortim de taipa que havia sido construído no alto de uma elevação. Um pelotão de jovens saiu do fortim para, mediante emboscadas, tentar retardar o inimigo até a chegada de reforços.

Apesar das baixas causadas pelas emboscadas, em 24 Abr 1646 o inimigo investiu com fúria sobre a paliçada que protegia o fortim, chegando a abrir algumas brechas. Os invasores que se infiltraram através dessas brechas foram contidos pelas mulheres que estavam abrigadas no fortim que, portando foices, porretes e outras armas improvisadas, os fizeram retroceder.

Reorganizando suas forças, o inimigo atacou novamente, desta vez com sucesso, penetrando no fortim e iniciando o trucidamento de mulheres, velhos e crianças. Achava-se empenhado nessa faina quando recebeu um ataque pela retaguarda conduzido pelo pelotão que realizava as emboscadas. Julgando tratar-se da vanguarda de reforços, o inimigo se retirou para o Recife humilhado e abatido.

¹⁷ O 4º B Com, sediado no Recife, possui a denominação histórica de "Batalhão Arraial Novo do Bom Jesus".

O cerco do Recife

O cerco do Recife tornou-se mais rigoroso a partir de junho de 1646, provocando a fome entre os sitiados. Os escravos dos holandeses, premidos pela fome, engrossaram em grande número as fileiras dos patriotas.

Quando Recife estava prestes a capitular, entre julho e setembro, chegaram reforços e suprimentos da Europa. No comando dos 2.000 soldados retornou ao Brasil o coronel Sigismund von Schkoppe, o qual chegou criticando duramente os defensores por terem permitido que “bandos de desordeiros” encurralassem no Recife tropas de linha de um dos melhores exércitos do mundo.

Von Schkoppe atacou Olinda (duas vezes) e Penedo mas, mal-sucedido, acabou por recolher-se ao Recife onde ficou no aguardo de novos reforços.

O prosseguimento da guerra

Von Schkoppe resolveu fazer uma incursão sobre a Bahia e conquistou a ilha de Itaparica, onde massacrou centenas de pessoas inocentes. A reação dos luso-brasileiros não tardou, travando-se combates nos dias 17 e 18 Mar 1647, com vitória dos holandeses, que haviam fortificado suas posições. Outras tentativas foram realizadas, mas os holandeses sustentaram suas posições. Em agosto, mais um ataque fracassado; desta vez com a morte de “Rebelinho”.

O ataque à Bahia provocou a reação de Dom João IV que, mesmo mantendo política internacional ambígua, enviou ao Brasil a Armada Real do Mar Oceano.

Enquanto isso, os patriotas pernambucanos, aproveitando o enfraquecimento do dispositivo holandês com a saída de Von Schkoppe para a Bahia, atacaram Recife na manhã de 07 Nov 1647, surpreendendo o invasor, que se refugiou em abrigos improvisados. Em uma ação ousada, um grupo de patriotas conseguiu penetrar na praça chegando a invadir o antigo palácio de Nassau.

O Conselho de Recife chamou com urgência Von Schkoppe, que abandonou Itaparica em 15 Dez, para socorrer a cidade, mas o bombardeio patriota só cessou no final do ano por falta de munição de artilharia.

A retomada de Itaparica pelos baianos possibilitou que aportasse em Salvador, tranquila e sem luta, em 22 Dez 1647, furando o bloqueio naval holandês, a Armada portuguesa, com 15 navios e reforços de 2.350 homens, tudo ao comando do novo Governador-Geral D. Antônio Teles de Menezes, Conde de Vila-Pouca.

O Mestre-de Campo General Francisco Barreto de Menezes

Ainda em 1647 (26 Mar), D. João IV enviou para o Brasil uma pequena esquadra com reforços, munição, armas e artilharia. No comando, estava o Marechal-de-Campo Francisco Barreto de Menezes¹⁸ (abaixo), com a missão de assumir o comando dos insurretos e das tropas regulares de Pernambuco. A guerra pernambucana assumia assim caráter oficial e entrava em sua fase regular. A esquadra, porém, foi interceptada ao chegar à costa pernambucana pela esquadra holandesa que a esperava. Barreto de Menezes foi levado prisioneiro para Recife.



Após nove meses em cativeiro, Barreto de Menezes conseguiu fugir, em 23 de janeiro de 1648, apresentando-se no Arraial Novo de Bom Jesus onde, após vencer resistências dos comandantes veteranos, assumiu o comando supremo das forças insurgentes em nome de D. João IV. Estas forças eram de três mil homens divididos em quatro terços comandados por Fernandes Vieira (mulatos e colonos), Vidal de Negreiros (soldados de Infantaria portugueses), Fe-

lipe Camarão (índios potiguares) e Henrique Dias (negros, mulatos e escravos libertos).

¹⁸ Português nascido no Peru em 1616.

O reforço holandês

A 18 Mar 1648, aportou no Recife uma poderosa esquadra da Companhia das Índias Ocidentais comandada pelo Almirante Witte Corneliszoon de With. Compunha-se de 41 embarcações, transportando víveres e seis mil soldados. Com esse poderio, o invasor decidiu romper o cerco a Recife e marchar na direção sul, conquistando o Cabo e adjacências, cortando assim parte do apoio externo aos insurgentes e abrindo caminho para a conquista, por terra, da Bahia.

O comandante das tropas terrestres era o Tenente-General von Schkoppe. Durante a execução desse plano, ocorreu a primeira batalha dos Guararapes.

A Primeira Batalha dos Guararapes

Ao alvorecer do dia 18 Abr, o exército holandês, ao comando de Von Schkoppe, marchou na direção Barreta dos Afogados-Muribeca-Guararapes, com o efetivo de 6.000 homens¹⁹ (dividido em sete regimentos) e cinco canhões de bronze. Nas mochilas, suprimento para oito dias. Essa tropa cruzou os Afogados e seguiu em direção à Barreta. O objetivo era atacar Muribeca, centro logístico do Arraial Novo do Bom Jesus, e bloquear o acesso ao porto do Cabo de Santo Agostinho, conforme descobriu o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso.

Na Barreta, a guarnição de cem homens do Capitão Bartolomeu Soares da Cunha foi dominada, mas cumpriu o objetivo de retardar o inimigo. Seguiu-se a degola de 40 luso-brasileiros. Soares da Cunha fugiu para o Arraial Novo do Bom Jesus onde prestou essas informações ao General Barreto de Menezes.

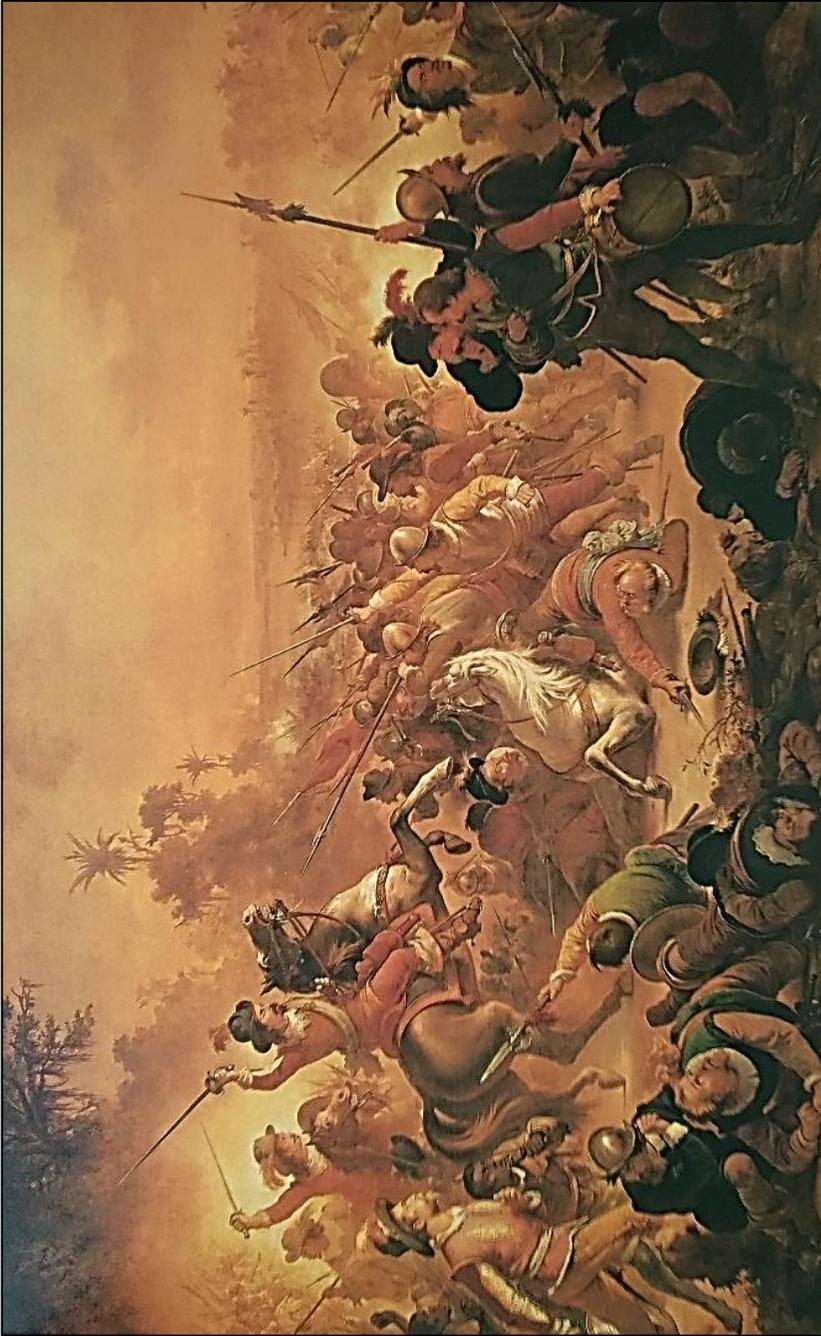
Em seguida, Von Schkoppe avançou em direção ao Cabo de Santo Agostinho, pernoidando na região da leiteria de Antônio Cavalcanti²⁰.

Enquanto isso, o Exército luso-brasileiro marchou para o sul em direção ao Boqueirão dos Outeiros dos Montes Guararapes; decisão tomada em Conselho de Guerra após a pertinente sugestão de Antônio Dias Cardoso *“na qualidade de soldado mais prático e experiente em tudo”* (Bento; Giorgis, 2014, p. 83).

Para barrar o movimento inimigo Barreto de Menezes, no comando do exército patriota, dispunha de 2.300 homens. Com esta força, após marcha forçada de 20 Km, ocupou defensivamente a área dos Montes Guararapes (área obrigatória de passagem do inimigo) às 2200 h de 18 com o objetivo de barrar o avanço inimigo em direção ao Cabo de Santo Agostinho. A topografia favorecia a defesa.

¹⁹ As fontes divergem entre 4.500 e 6.300 homens, entre holandeses e índios tapuias.

²⁰ Neste local se encontram atualmente a Igreja e a Praça da praia de Boa Viagem (Daroz, 2014, p. 446).



A 1ª Batalha dos Guararapes. Óleo sobre tela de Victor Meireles (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 135)

Barreto de Menezes montou o dispositivo em linha, com o Terço de Felipe Camarão no flanco direito, o de Fernandes Vieira no centro e à esquerda o de Henrique Dias. O Terço de Vidal de Negreiros foi colocado em reserva. Cobrindo a retaguarda uma tropa de cavalaria sob as ordens do Capitão Antonio Silva.

Na manhã de 19, no momento em que as forças da WIC²¹ se aproximavam do Boqueirão, que é uma passagem estreita entre um alagadiço e um dos montes Guararapes, o Oitizeiro, saiu-lhes ao encontro Dias Cardoso no comando de 60 dos seus 200 homens para atrair o inimigo enquanto o grosso do Exército permanecia oculto na vegetação do alto do morro. Dias Cardoso retraiu.

Os holandeses, procurando se desdobrar mesmo em frente estreita, buscaram atacar a tropa de Dias Cardoso, o único inimigo que esperavam encontrar. A doutrina europeia da época não foi capaz de vencer os luso-brasileiros. No momento em que o adversário progredia entre os alagados e o Boqueirão em via de acesso que não permitia o desdobramento de grandes efetivos, foi atacado à ordem de “Às espadas” pelo grosso do exército patriota.

O terço de Pernambuco, o mais forte, ao comando de Fernandes Vieira e auxiliado por Dias Cardoso, investiu pelo Boqueirão, rompeu a formação inimiga e envolveu pela retaguarda a coluna que tentava progredir pelo terreno alagado.

Com a coluna inimiga encurralada e dividida em duas alas, o terço de Camarão atacou a da direita, e o de Henrique Dias a da esquerda. Na reserva, o terço de Vidal de Negreiros no alto do Boqueirão.

Refeito da surpresa, o inimigo empregou a tropa de 1.200 homens que marchava à retaguarda, contra-atacando o terço de Henrique Dias na proporção de 3/1 pelo Morro das Barreiras. Este tinha o efetivo de 400 combatentes e quase foi derrotado²². Henrique Dias deteve, entretanto, o ímpeto inimigo, propiciando que a reserva de Vidal de Negreiros realizasse um potente contra-ataque.

Uma outra tentativa, protagonizada pelo regimento do Coronel Van der Branden fracassou. Após mais de quatro horas de combate, Von Schkoppe, que havia sido gravemente ferido, ordenou a retirada, já à noite. Entre mortos e feridos, os holandeses sofreram mais de 1.038 baixas (515 mortos), contra 480 dos patriotas, sendo 80 mortos. Estes, foram sepultados em local à frente da atual Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Guararapes. Gravemente ferido na batalha, morreu em maio o Mestre-de-Campo Antônio Felipe Camarão, o índio Potí.

²¹ Conforme Pedro Calmon “em vistosas colunas de pendões arvorados, com 61 bandeiras, canhões rodando, tambores à dianteira, armas ao sol, confiantes numa fácil vitória” (Calmon, 1959, p. 696).

²² Conforme Marcos Vinicius Vilaça (www.funceb.org.br/images/revista) os soldados de Henrique Dias, após a fuga do inimigo, que deixou seu material para trás, entregaram-se ao saque, descuidando-se do combate.

A vitória foi “*resultado da ação vigilante e decidida dos chefes, da bravura e do espírito combativo dos soldados patriotas*” (Idem, p. 84). Foi derrotada também a possibilidade da “*entrega do Brasil do Rio Real para o norte*” para a Holanda, conforme o Padre Antônio Vieira, citado por Calmon (1959, p. 698).

As concepções doutrinárias em confronto

A primeira Batalha dos Guararapes foi um notável feito de armas. Desde o choque entre as vanguardas, os luso-brasileiros foram superiores aos holandeses no espírito de luta, na concepção, na direção e na coordenação das tropas. Ao escolher judiciosamente o terreno onde seria a batalha, os luso-brasileiros surpreenderam os holandeses, que esperavam, segundo as estratégias e táticas da Europa, só encontrar resistência nos redutos fortificados dos patriotas.

O general “terreno” - Guararapes

Os chefes luso-brasileiros escolheram, como campo de batalha, um terreno favorável ao modo de pelejar dos seus soldados, atraindo o inimigo para uma via de acesso estreita, entre os montes e os brejos, onde ele perdeu a vantagem da superioridade numérica e das armas de fogo de que dispunha.

Aproveitando o terreno e o elemento surpresa, Dias Cardoso, Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, sob o comando de Barreto de Menezes, investiram sobre os oponentes, empurrando-os para os brejos e conseguindo assim um completa vitória.

Barreto de Menezes acompanhou com atenção todo o desdobramento da batalha e empregou a reserva em socorro do terço de Henrique Dias que estava ameaçado de destruição para, em seguida, reunir elementos dispersos para constituir nova reserva, que foi lançada em típica ação de aproveitamento do êxito quando o inimigo começou a fraquejar, obrigando-o a uma completa retirada.

Sonho frustrado

A vitória nos Guararapes reduziu a capacidade ofensiva terrestre e naval do inimigo, além de desfazer os sonhos de lucro holandês, ao ver fracassar, destruída moralmente, a caríssima expedição que enviara a Pernambuco.

Na impossibilidade de novos investimentos no Brasil, a Companhia decidiu que o empreendimento obtivesse recursos locais para conseguir lucro, o que se

mostrou inviável, pois os patriotas apertaram o cerco ao Recife, além de reconquistar Olinda, feito realizado em 20 de abril.

A vitória em Guararapes, por outro lado, repercutiu favoravelmente em Portugal, aumentando a ajuda aos insurgentes.

A reconquista de Angola

A diminuição da capacidade terrestre e naval holandesa criou condições para a reconquista de Angola para Portugal.

A 12 Mai 1648 partiu do Rio de Janeiro, ao comando de seu governador, Salvador Correia de Sá e Benevides, uma expedição de 15 navios e 900 combatentes brasileiros, com destino a Angola.

Após romper o bloqueio holandês no Atlântico Sul, Benevides atacou as fortificações de São Paulo de Luanda, reconquistando-a em 16 Ago do mesmo ano.

Novo ataque à Bahia

Em Dez 1648/Jan 1649, a esquadra do vice-almirante De With, com a presença do conselheiro Michielvan Goch, desembarca 2.000 homens (200 eram índios) do Coronel Cornelis van den Brande no Recôncavo Baiano, pilhando e destruindo 23 engenhos, incendiando canaviais e apresando o açúcar armazenado. Os holandeses não ousaram atacar Salvador, que estava bem fortificada.

A Segunda Batalha de Guararapes

A 17 Fev 1649, 3.060 holandeses, 250 marinheiros e 200 índios (seis regimentos) ao comando do coronel Van den Brink, saíram de Recife com o objetivo de ocupar o Cabo de Santo Agostinho. Isso implicava em ocupar antes os Montes Guararapes, onde esperavam atrair os luso-brasileiros a uma batalha decisiva. Contavam eles com uma bateria de seis peças de artilharia. Os marinheiros tinham a missão de conduzir os trens de combate e operar a artilharia.

Conforme o Cel Carlos Daroz (2014, p. 380) os holandeses declararam em conselho que pretendiam “sair em nome de Deus ao encontro do inimigo e desafiá-lo para uma batalha na esperança de que Deus há de ajudar”. Mas os luso-brasileiros já tinham invocado antes a proteção do Criador.

Após uma marcha forçada Afogados - Barreta - Leiteria - Guararapes, estacionaram os flamengos no Outeiro dos Montes Guararapes em 18 Fev, em uma reedição da manobra usada pelos luso-brasileiros na primeira batalha.

O exército patriota, contando com o efetivo de 2.600 combatentes divididos em cinco terços, ao ver ocupada a estreita faixa de terra que levava ao Boqueirão, tratou de infiltrar-se na noite de 18 Fev através de trilhas conhecidas, para reunir-se à retaguarda da posição ocupada pelas tropas holandesas.

Estas, não encontrando a resistência esperada, e após terem passado a noite escavando trincheiras, na manhã de 19 deram-se conta de que estavam cercados mas permaneceram nas suas posições. Barreto de Menezes decidiu não atacar.

Castigados pela sede e pelo sol inclemente, ao meio-dia as forças da WIC decidiram retornar à Recife no início da tarde de 19, na crença de que os luso-brasileiros não interfeririam na manobra. Van den Brink decidiu retrair para a Leitaria a fim de receber novas ordens de Von Schkoppe, manobra que o obrigava a passar pelo desfiladeiro situado no sopé dos Guararapes. Erro tático grave.

Os holandeses, com quatro regimentos em coluna, cobertos por somente dois regimentos como força de retaguarda, foram atacados de surpresa tão logo iniciaram a marcha de regresso, que começou por volta de 15:00 horas.

Os luso-brasileiros, com seis terços de infantaria, comandados por Vieira, Henrique Dias, Diogo Camarão, Francisco Figueiroa, Vidal de Negreiros e Dias Cardoso e dois esquadrões de cavalaria, ao comando de Antônio Silva e Manoel de Araújo, atacaram a coluna retirante em toda sua extensão, saindo de posições previamente ocupadas nas matas existentes ao longo do itinerário de retirada.

Surpreso, o exército batavo, após esboçar forte reação, desintegrou-se por completo. No meio da confusão, desordem e pânico e apesar do esforço de seus oficiais, o exército da Companhia das Índias Ocidentais retirou-se em debandada, tendo sofrido cerca de 1500 baixas (metade de seu efetivo), entre mortos (incluindo seu comandante, o coronel Brink), feridos e prisioneiros. Os luso-brasileiros contaram 45 mortos. Esta derrota foi mais humilhante e mais custosa do que a de 19 Abr 1648 para os holandeses. Foi o golpe mortal.

Abaixo, a concepção artística da 2ª Batalha dos Guararapes. Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 139.

A numeração indica: 1) Francisco Barreto de Menezes; 2) João Fernandes Vieira; 3) André Vidal de Negreiros; 4) Francisco Figueiroa; 5) Paulo da Cunha; 6) Antônio Dias Cardoso; 7) Henrique Dias; 8) Diogo Pinheiro Camarão; 9) O boqueirão; 10) Cel Van Den Brinck (morto); 11) os coronéis holandeses que participaram das duas batalhas; 12) O estandarte holandês tomado pelos luso-brasileiros.



Estratégia vacilante versus objetivos bem definidos

Do lado luso-brasileiro, prevaleceu uma estratégia bem definida. 1º) a decisão de que era preciso travar batalha. Em face disto, a marcha para os Guararapes assim que chegou ao Arraial a notícia do movimento inimigo para aquela região. 2º) a percepção de que a vitória dependeria de um judicioso aproveitamento do terreno da batalha e da escolha do momento oportuno para o combate. Em face disto, a ocupação de posições ao sul e não ao norte dos montes, e somente atacar quando o inimigo estivesse mudando de atitude e formação. 3º) a manutenção das informações sobre os movimentos do adversário, o que possibilitou iniciar o ataque logo que as forças flamengas começaram a abandonar os montes. 4º) negar ao inimigo qualquer possibilidade deste se informar sobre o tipo de tropa, composição e efetivo patriota, bem como seus movimentos.

Os Princípios de Guerra observados pelos luso-brasileiros

Concentração de meios no local decisivo; Manobra, colocando o exército em posição vantajosa frente ao dispositivo inimigo; Surpresa; Segurança, negando ao inimigo informações vitais para seu planejamento de como e onde se travaria a batalha; Planejamento centralizado; e Execução descentralizada, dando liberdade aos comandantes de terço para decidir a melhor maneira de cumprir as missões recebidas de Barreto de Menezes.

Transcrição do relatório do conselheiro holandês Michiel van Goch para a WIC:

[...] no momento em que os regimentos de Hauthyn e do tenente-general desciam do monte grande para seguir a vanguarda na terra baixa, o inimigo mostrou-se por detrás deles. As cinco companhias de fuzileiros comandadas pelo capitão Tenenbergen que formavam a retaguarda voltaram frente à retaguarda imediatamente e começaram a ação contra o inimigo. Nesse ínterim, os regimentos do tenente-general e de Hauthyn voltaram-se igualmente, achando-se separados em duas divisões: a primeira comandada pelo coronel Hauthyn, que avançou pela direita até bem perto do inimigo e que, deixando aí os mosquetes, se atirou com as lanças do corpo de batalha sobre o inimigo; mas então o inimigo a cavalo acudiu, lançou por terra uma parte das lanças e repeliu o coronel, que, ferido, teve de retirar-se para o flanco do monte. O tenente-coronel Claes com o regimento do tenente-general, do qual naquele momento tinha o comando, e o coronel Hauthyn, tendo entrado ambos em ação contra o inimigo e tratando de reconquistar a garganta do monte abandonada, tiveram de recuar igual-

mente para o monte, por causa da excessiva força do inimigo, que então veio com tanta impetuosidade sobre os nossos que as tropas começaram a fugir e acharam-se logo na maior confusão [...]. essa fuga e a confusão foram [...] aumentadas pelas tropas dos coronéis Van den Brande e Van Elst, que, descendo do monte, vieram correndo o mais que podiam atirar-se em confusão nos mencionados regimentos do tenente-ge-neral e de Hauthyn, produzindo neles uma desordem completa. [...] Os combatentes inimigos, por natureza ágeis e de grande firmeza nos pés, são capazes de avançar ou bater em retirada com grande rapidez. Mostram-se também formidáveis por causa da sua ferocidade natural, constituídos que são de brasileiros, tapuias, negros, mamelucos, etc; todos filhos da terra; e também de portugueses e italianos (veteranos das tropas do Conde Bagnuolo), cuja constituição os habilita e se adaptam rapidamente aos lugares, a ponto de poderem com notável destreza e agilidade varejar matas, cruzar pântanos, galgar ou descer morros, obstáculos estes todos aqui muito numerosos. Nossa gente, pelo contrário, está acostumada a combater em fileiras cerradas, à moda de sua pátria, além de ser vagarosa e molenga, e assim imprópria para esta espécie de países. (Daróz, 2014, p. 383/384).

A derrocada

As derrotas nas batalhas de Guararapes; a organização em Portugal da Companhia Geral de Comércio do Brasil²³, que aprestou três esquadras para operar no Brasil; a guerra entre Holanda e Inglaterra; e a ruína da Companhia das Índias Ocidentais, resultaram na perda da supremacia naval holandesa no Brasil.

A ocupação do Ceará

Em abril de 1649, os holandeses ocuparam novamente o Ceará, de onde tinham sido expulsos pelos índios em 1644. Nesta ocasião, construíram o Forte Schoonenborch (ou Schonemburg) na margem esquerda da foz do Riacho Pajeú, sobre o monte Marajaitiba, em Fortaleza. Ali permaneceram até 1654.

²³ Organização criada por Dom João IV em 1649 por iniciativa do Padre Antonio Vieira para, no Brasil, resistir aos holandeses, recuperar o açúcar, fomentar o comércio com Portugal através da participação dos cristãos-novos e da mão-de-obra de escravos africanos e garantir o transporte do açúcar para a Europa.

A libertação

Após muitas ações dos patriotas no período 1649/54, a partir de 11 Jan 1654, em ação conjunta do exército luso-brasileiro e da esquadra da Companhia de Comércio do Brasil, teve início o assédio de Recife. Em 16 dias de operações, a capital holandesa cairia em mãos dos patriotas.

No dia 26, na Campina do Taborda, em frente ao Forte das Cinco Pontas, após 62 horas de negociações, os holandeses assinaram a rendição de todas as suas forças no Brasil. A guerra chegara ao final²⁴. Os patriotas ocuparam Recife em 27 e 28 Jan 1654, após 23 anos em mãos do invasor. Entrou triunfalmente no Recife o Mestre-de-Campo General Francisco Barreto de Menezes - o “Restaurador”.

As principais consequências da Guerra Holandesa para o Brasil

A guerra acarretou o aumento das guarnições militares dos principais núcleos populacionais brasileiros. Em 1640, por exemplo, o Rio de Janeiro possuía guarnição respeitável para a época. A Bahia possuía seis terços de infantaria e uma unidade de artilharia. Após a guerra, o Governador de Pernambuco, cumprindo determinação régia, deu nova organização militar à capitania. Mesmo com os militares fora do serviço ativo, instituiu uma tropa de 6.500 infantes, 800 cavalários e um terço de artilharia de campanha.

A principal consequência da guerra holandesa, entretanto, no tocante à organização militar da colônia, foi que o povo, brancos, índios, negros e mestiços, constituíram um embrião de força terrestre para a sua defesa e de seus bens.

A Metrópole, por sua vez, passou a encorajar a constituição de unidades de ordenanças, possibilitando assim maior proteção à colônia, face a possíveis tentativas de invasão ou saque por parte das potências europeias.

Por outro lado, reformas determinadas por Portugal em 1665, por motivos econômicos, reduziram os terços da Bahia de três para somente dois.

²⁴ Desde 1652, uma guerra entre Holanda e Inglaterra vinha consumindo os recursos neerlandeses, o que se refletiu no Brasil. A prioridade da Holanda passou a ser a luta contra os ingleses.

A invasão francesa ao Rio de Janeiro em 1710 **Situação da França no início do século XVII (1600/1700)**

A França, que contestou o Tratado de Tordesilhas, sempre sonhou com o estabelecimento de centros de comércio permanentes na costa brasileira. Inicialmente, o governo francês procurou obter concessões junto a Portugal pela via diplomática. Não obtendo sucesso, concluiu que devia apelar para a força.

Passou, de forma velada, a apoiar todos os empreendimentos para a consecução de seu objetivo, inclusive distribuindo cartas de corso a seus súditos.

No início do século XVIII, a França se aliou à Espanha no quadro da sucessão do trono espanhol, opondo-se à uma coligação da Inglaterra, Holanda e Portugal.

Situação do Brasil no início do século XVIII

Duzentos anos já haviam se passado desde o Descobrimento. Ao sul, lutava-se pela posse da Colônia do Sacramento, instalada em 1680. No centro, descobrira-se ouro. No NE ocorriam lutas entre os senhores de engenho e comerciantes, particularmente em PE.

O ouro, recentemente descoberto nas Minas Gerais, tornou o Rio de Janeiro uma cidade pujante, ao transformar-se no escoadouro natural da nova riqueza.

Sua fama de cidade opulenta propagava-se até mesmo na Europa.

A defesa do Rio de Janeiro

No início do século XVIII, a defesa do Rio de Janeiro constituía-se basicamente dos seguintes elementos: alguns navios na baía, as fortalezas e as tropas de infantaria, subdivididas em terço velho e terço novo.

As fortalezas eram obras rudimentares, construídas à base de pedra e cal. Localizavam-se em pontos estratégicos. As peças de artilharia que as guarneciam eram todas do tipo antecarga, sem grande alcance. Diante dessas restrições é fácil concluir que as fortificações não tinham condições de resistir a invasões.

As mais importantes eram as Fortalezas de Santa Cruz e de São João da Barra, que defendiam a entrada da baía da Guanabara.

As forças de infantaria estavam armadas com mosquetes, espingardas, carabinas, espadas e baionetas. A artilharia que apoiava a infantaria dispunha de canhões de bronze e de ferro.

O plano do Governador Francisco de Castro Morais previa, contra tentativas de invasão, vigiar os prováveis locais de desembarque, marcar pontos onde se reuniriam os defensores disponíveis e contar com a população para a defesa.

A invasão de Jean François Duclerc em 1710

O corsário francês, em 1710, após aprisionar um comboio português nas costas de Pernambuco, notou a falta de combatividade dos tripulantes das embarcações e concluiu que seria fácil a empresa de atacar o Rio de Janeiro.

No dia 17 Ago 1710, a esquadra de Duclerc surgiu à entrada da baía da Guanabara. Recebida por fogos da Fortaleza de Santa Cruz, que havia sido avisada da aproximação, cautelosamente evitou o choque frontal, dirigindo-se para Angra dos Reis e aportando na Ilha Grande, onde obteve mantimentos e água.

Em setembro, Duclerc desembarcou sua tropa em Guaratiba, que estava desguarnecida. Sem resistência, os franceses acamparam na atual região de São Francisco Xavier, distante seis km do centro do Rio de Janeiro. Em 19 Set reiniciaram a marcha na direção do Catumbi. Informado de que os defensores ocupavam posições no Campo de N^a Senhora do Rosário (Campo de Santana), Duclerc desbordou essa região pela estrada de Matacavalos, atual rua do Riachuelo.

Ao atingir o morro do Desterro (Santa Tereza), entestou com imprevista resistência, constituída por pequena força comandada por Frei Francisco de Menezes, que foi ultrapassada. A seguir, contornou o morro do Castelo.

Houve nova resistência (de valor companhia) na região da Igreja do Parto, que infligiu pequenas baixas aos franceses. Apesar disso os invasores prosseguiram pelas ruas estreitas, atacados pelos moradores, até a Praça do Carmo, atual Praça 15 de Novembro, onde era a residência do Governador, sob forte oposição de parte da Companhia de Estudantes, formada por alunos jesuítas.

O Governador, ainda com o grosso das forças no Campo de Nossa Senhora do Rosário, informado, tratou de enviar para a Praça do Carmo os terços do Mestre-de-Campo Gregório de Castro e do Sargento-Mor Martim Correia de Sá.

As forças francesas, desorientadas pela reação dos populares, percebendo a chegada das tropas regulares, buscaram refúgio no trapiche de Luís da Motta. Ante a ameaça de ser incendiado o local Duclerc, após reunir um conselho, resolveu render-se. Estava finda a batalha. Ficou mais uma vez comprovado o grau elevado de união dos diversos estratos sociais do Brasil na defesa do solo comum, quando convocados e dirigidos por líderes capazes de motivá-los.

O comandante francês foi recolhido preso ao colégio dos jesuítas e, após algum tempo, transferido para o Forte de São Sebastião. Tendo obtido a cidade por

menagem, foi alojado numa casa da rua da Quitanda onde, em março de 1711, apareceu assassinado em condições misteriosas.

A invasão francesa ao Rio de Janeiro: 1711 - Considerações iniciais

Após a vitória contra Duclerc, a cidade do Rio de Janeiro retomou o ritmo normal de vida. Mas voltaram a pairar sobre ela outras ameaças.

Nova expedição estava sendo aprestada na França. As circunstâncias da morte de Duclerc originaram naquele país um clima favorável a represálias, que na realidade mascaravam a cobiça pelas riquezas existentes na cidade. O Governador Francisco de Castro Morais foi alertado de imediato.

A organização da expedição

René Duguay-Trouin, experimentado corsário francês, obteve recursos de negociantes amigos para financiar uma expedição destinada a saquear o Rio de Janeiro. Contava ele com o beneplácito do rei de França Luís XIV.

A armada organizada por Duguay-Trouin, composta por 17 navios, 728 canhões e 6.000 homens, deixou o porto de La Rochelle a 9 de junho de 1711.

A defesa do Rio de Janeiro contra Duguay-Trouin

Em 1711, o Rio de Janeiro contava com 164 canhões para a sua defesa. A tropa de infantaria era de três unidades regulares, um Regimento de Nobres e Privilegiados e dois de ordenanças, e uma Companhia de Moedeiros (empregados da Casa da Moeda). A tropa de Marinha compunha-se dos regimentos da Armada e da Junta de Comércio. O efetivo alcançava o total de 3.300 homens.

Quando da chegada de Duguay-Trouin, encontravam-se casualmente na baía da Guanabara quatro navios de guerra portugueses artilhados, com 130 canhões, sob o comando do General-de-Batalha do Mar Gaspar da Costa de Ataíde.

As operações

No dia 12 Set, aproveitando-se do nevoeiro, a esquadra de Duguay-Trouin entrou na baía. A armada portuguesa estava ancorada próxima à Fortaleza de Villegaignon. O seu comandante, em face da superioridade naval do inimigo, optou por levantar âncoras e encalhar seus navios na Ponta da Misericórdia para evitar que caíssem em mãos dos franceses, sendo dois incendiados.

Além da desvantagem do nevoeiro, os defensores da cidade sofreram dois rudes golpes, a explosão no paiol da Fortaleza de Villegaignon, que a tornou inativa, e o aproveitamento que os franceses fizeram dos canhões, munições e víveres de um dos navios incendiados, que o fogo não destruíra por completo.

A localização da Fortaleza da Ilha das Cobras a tornava de capital importância para ambos os contendores. Ocupada pelos franceses, que não encontraram resistência e artilhada pelos canhões salvos do navio incendiado, permitiu aos invasores bater com fogos o centro da cidade. Em seguida, no dia 14 Set Duguay-Trouin desembarcou 3.800 homens na praia do antigo Saco do Alferes, região fracamente defendida e estabeleceu-se no alto dos morros de São Diogo, da Providência, do Livramento e da Saúde.

Instalando baterias no morro da Saúde, passou a bombardear o forte de São Sebastião e o entrincheiramento do morro de São Bento, que defendiam o centro da cidade, posições que passaram a receber fogos também pela retaguarda. A defesa do Rio de Janeiro entrava em colapso.

Nos dias 15 e 18 Set verificaram-se algumas escaramuças entre as vanguardas das duas forças oponentes. A 19, sentindo que a situação lhe era favorável, Duguay-Trouin intimou o Governador a capitular, sob a ameaça de pesado bombardeio sobre a cidade. O desespero tomou conta da população e algumas tropas, que ainda permaneciam em seus postos, começaram a abandoná-los.

O Governador reuniu um conselho de guerra, que tomou a decisão de abandonar a cidade e reorganizar as tropas visando um futuro contra-ataque. O Governador, com parte da população, retraiu para o Engenho Novo dos Padres da Companhia de Jesus e enviou emissários pedindo ajuda das capitânicas vizinhas.

No dia 21, Duguay-Trouin entrou na cidade abandonada. Os prisioneiros franceses, remanescentes da frustrada expedição de Duclerc, conseguiram libertar-se e se juntaram às tropas invasoras. O invasor exigiu um resgate de 12 milhões de cruzados, que foi recusado ante uma contra-proposta de 600 mil cruzados, 100 caixas de açúcar e 300 bois, que foi aceita.

Sabedor de que uma coluna com 6.000 homens se deslocava de Minas Gerais sob o comando do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Duguay-Trouin foi ao encontro do Governador Castro Morais, visando acelerar as negociações e evitar a junção das forças mineiras com as do Rio de Janeiro.

Pressionado pelas forças invasoras, Castro Morais aceitou os termos da capitulação, mesmo sabedor da iminente chegada de reforços.

No dia 4 Nov os franceses receberam a última parcela do resgate estipulado e a 13 deixaram a baía conduzindo o produto do saque que efetuaram na cidade.

O rescaldo da invasão

O Governador Castro Morais foi preso, julgado, condenado, perdeu seus bens e foi deportado para a Índia, sendo reabilitado em 1730. Gaspar da Costa Ataíde foi condenado à prisão após julgamento em Lisboa, morrendo em seguida.

Reflexos das invasões francesas em outras partes do Brasil - MG

Por ocasião do ataque francês de 1711 ao RJ, a Capitania de MG estava sob o governo do Capitão-General Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, que organizou uma coluna de 6.000 homens para socorrer o Rio de Janeiro. Esta coluna iniciou seu deslocamento em 28 Set e acampou nas proximidades desta cidade, mas não chegou a entrar em ação devido a problemas logísticos e a precariedade das informações sobre a real situação da cidade ocupada.

Contudo, somente a notícia da aproximação da coluna teve a virtude de acelerar a partida dos franceses. Mesmo assim, Antônio de Albuquerque foi demitido do cargo de Governador de Minas Gerais.

Capitania da Bahia

Com a notícia da invasão do Rio de Janeiro, os baianos mais exaltados exigiram que o governo aparelhasse uma frota e fosse socorrer aquela cidade. Sem recursos financeiros para custear a mobilização, o Governador-Geral iniciou falsos preparativos para dar a impressão de que os reclamos do povo estavam sendo atendidos, até que chegou a notícia da partida dos franceses.

Ordenanças em primeiro plano

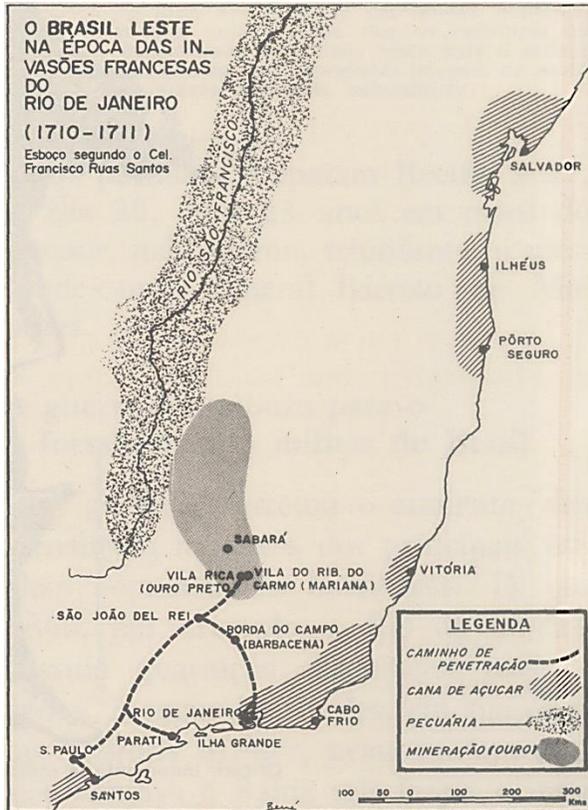
Em MG, o aprestamento da expedição de seis mil homens para socorrer o RJ, é um testemunho do que era a organização militar do Brasil com base nas ordenanças instituídas no final do século XVI.

As expedições de exploração do interior da colônia, de preia ao índio e de combate aos quilombos de escravos fugidos tinham organização militar à base de companhias de infantaria ou bandeiras. Eram organizadas pelos próprios chefes interessados em seus resultados, homens de maiores posses e de iniciativa.

A coroa portuguesa, envolvida em conflitos na África, Ásia e América do Sul tratou, no Brasil, de nomear chefes destacados como seus representantes, atribuindo-lhes responsabilidades administrativas e militares para organizar a defesa

das áreas com base nas ordenanças instituídas em Portugal pelo rei Dom Sebastião. Assim, só na região administrativa de Sabará foram constituídas companhias de homens brancos, pretos e pardos, sob a autoridade de um Capitão-Mor.

O fator mais importante foi sempre o povo em armas para defesa da terra. Conforme Handelman "a guerra pela posse do Brasil estava extinta: durara 160 anos, contra Espanha, França, Inglaterra e Países Baixos" (Magalhães, p. 146).



O Rio de Janeiro em 1710/11. Fonte: EME, História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo, 1972, p. 196.

Capítulo III

A EXPANSÃO TERRITORIAL

Aspectos militares das Entradas e Bandeiras **Uma organização militar a serviço da formação do Brasil**

O século XVIII assinalou o conhecimento do interior através da exploração realizada por entradas²⁵ sertão adentro. Por se organizarem em companhias ou bandeiras, esses empreendimentos exploratórios ficaram mais conhecidos pelo nome de bandeiras e de bandeirantes os seus integrantes.

Foi graças à essas explorações que o país conquistou e conservou, em linhas gerais, a forma atual de seu território. Os bandeirantes colheram informações valiosas sobre as duas grandes bacias hidrográficas da América do Sul, a do Amazonas e a do Prata. Fundaram também vários povoados, alguns dos quais conservam a denominação original, sejam de inspiração indígena ou cristã.

No centro-oeste e no sul os paulistas, de armas na mão, barraram o avanço espanhol, que tinha por base o Paraguai e o Peru. Ao norte, foram vencidos os estrangeiros que tentavam levantar fortificações no baixo Amazonas.

Os sertanistas integraram a comunidade brasileira com a língua comum, com seus usos e costumes, com a mesma organização administrativa e também com os mesmos sentimentos e valores da tradição cristã. As alianças e a miscigenação com os indígenas contornaram divergências e preconceitos raciais, desde o início, num grau raramente observado em qualquer outra civilização do ciclo moderno.

Esses fatores conservaram a integridade territorial brasileira ao se desligar politicamente de Portugal, ao contrário do que aconteceu na América espanhola.

As primeiras entradas

Aleixo Garcia, português a serviço da Espanha, veio para a América do Sul na armada de João Dias de Solis. Náufrago em SC em 1516, organizou uma bandeira em 1522, subiu o rio Paraguai, atravessou o Chaco e atingiu o Peru. Regressando em 1525 com um carregamento de ouro e prata, foi morto pelos índios Paiaguás às margens do rio Paraguai. Foi a primeira expedição deste tipo.

Em 1531, Martim Afonso de Souza enviou duas expedições para explorar o sertão. A primeira, partindo da baía da Guanabara, percorreu 280 léguas e retornou ao ponto de partida. A segunda, com 80 homens sob o comando de Pero Lobo, saiu de Cananéia na direção sudoeste. Foi trucidada pelos índios no Paraná, entre os rios Iguazu e Paraná. Nenhum sobrevivente retornou. O ocorrido com essas expedições se repetiu nas explorações que se seguiram.

²⁵ As entradas eram oficiais; as bandeiras eram de iniciativa privada.

A partir de 1538, diversos exploradores partiram de pontos do litoral brasileiro em direção ao interior em busca de ouro e pedras preciosas ou da preia aos indígenas. Essas expedições, mesmo não encontrando as riquezas, tiveram como consequência o alargamento dos domínios portugueses na América do Sul.

Assim, ao terminar o século XVI, o domínio português no litoral ia do Forte dos Três Reis Magos, no atual RN, até Cananéia. Pelo interior, os paulistas dominavam os vales do Paraíba, do Tietê e a região que se estendia da serra da Mantiqueira até o Paranapanema.

Aspectos militares das entradas no sul

Em seu trabalho de catequese, os jesuítas, espanhóis e portugueses, concentravam os índios em aldeias, ou reduções, como eram chamadas.

Este sistema facilitava a catequese e a aculturação do índio, mas tornava-o presa fácil dos assaltos dos bandeirantes paulistas, em face de terem perdido sua capacidade natural de defesa, baseada na mobilidade e dispersão.

Os bandeirantes, não encontrando as riquezas minerais procuradas, tiveram como opção a captura dos índios aculturados das reduções para serem vendidos como escravos nas lavouras do litoral.

A destruição do Guairá

Em 1629, Antônio Raposo Tavares, saindo de São Paulo no comando de uma expedição constituída por brancos, mamelucos e índios, atacou e destruiu a província espanhola do Guairá, em território do atual estado do PR, habitada por cerca de 300 mil índios pacificados e distribuídos em 13 povoações. No mesmo ano a expedição regressou a São Paulo, conduzindo de 8 a 9 mil índios cativos.

Ainda em 1629, os bandeirantes arrasaram as reduções de Vila Rica e Ciudad Real, completando a conquista do Guairá, que era uma enorme área delimitada pelos rios Paranapanema, Tibagi, Paraná e Iguaçu. Para essa conquista os paulistas empregaram como principal força de choque os tupis, seus aliados, muitos dos quais prisioneiros feitos em campanhas anteriores.

A destruição do Tape

Procedente da redução de Santo Inácio Guaçu no Paraguai, o padre Roque Gonzalez de Santa Cruz atravessou o rio Uruguai e, em 3 Mai 1626, fundou São Nicolau do Piratini, primeira redução jesuítica-espanhola em terras do atual

RS. A esta seguiram-se, entre 1626 e 1633, mais 19 reduções, que concentravam milhares de índios aldeados que constituíam a província do Tape.

Em 1635 Antônio Raposo Tavares, à frente de uma grande expedição, saiu de São Paulo, inicialmente descendo os rios e depois por terra, para atacar a província do Tape. Era integrada por 150 paulistanos e mais de 1500 índios tupis aliados (Cesar, 1970, p. 64). A expedição levou 10 meses para atingir seus objetivos, pois ia atacando as tribos que encontrava pelo caminho, fazendo prisioneiros e engrossando suas fileiras com muitos novos aliados. Finalmente, investiu contra as povoações do Tape, comandando milhares de índios amigos e voltando para São Paulo com grande quantidade de prisioneiros.

Em 1637 saiu de São Paulo para atacar as aldeias remanescentes do Tape a expedição de Francisco Bueno, causando tanta destruição que obrigou os jesuítas espanhóis a abandonar a região, à exceção das aldeias localizadas às margens do rio Ibicuí. As últimas povoações do Tape foram destruídas em 1638, por Fernão Dias Paes Leme, que devastou o vale do Ibicuí.

Em 1639, os bandeirantes de Pascoal Leite Pais, irmão de Fernão Dias Paes, foram derrotados em Caasapaguaçu pelos índios chefiados pelo padre Diogo de Alfaro. Pascoal foi morto nessa ocasião, assim como Alfaro. Foi a primeira grande derrota dos bandeirantes no Tape. Em 1641, em Mbororé, teve o mesmo destino a bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros, consequências da desobediência dos jesuítas às ordens de Madri de que era proibido distribuir armas de fogo aos indígenas. Esses episódios assinalaram o surgimento do índio militarmente organizado, adestrado no manejo de armas de fogo.

Aspectos militares das entradas no centro-oeste

Otro importante grupo de povoações jesuítico-espanholas foi o de Itatim, na parte meridional do atual estado do Mato Grosso do Sul. Seus aldeamentos foram contemporâneos das reduções do Guairá. Com a destruição do Guairá, os jesuítas espanhóis refluíram para o Tape e Itatim.

Itatim tinha no burgo de Santiago de Jerez, que não era uma redução, uma espécie de capital administrativa dos aldeamentos indígenas, coordenando as ações espanholas destinadas a conter o avanço português na direção do Peru.

A partir de 1622, os bandeirantes paulistas passaram a atacar as reduções do Itatim, começando pela destruição de Santiago de Jerez (atual Albuquerque, distrito de Corumbá), localizada às margens do rio Miranda.

Seguiram-se ataques às reduções localizadas às margens do rio Paraguai. Em 1648, Raposo Tavares buscando seguir os passos de Aleixo Garcia que havia

chegado ao Peru por terra, foi detido no aldeamento de Mboyboi (às margens do Aquidabã, rio paraguaio). Tendo perdido parte de seu efetivo nessa empreitada, Tavares, acompanhado por cerca de 60 remanescentes de sua bandeira e de alguns índios, subiu os rios Paraguai e Guaporé e, transpondo o divisor de águas das bacias do Prata e do Amazonas, desceu os rios Mamoré e Madeira. Alcançando o rio Amazonas, desceu até Gurupá de onde, de barco retornou a São Paulo, onde chegou três anos após sua partida.

Em 1691, a bandeira de Campos Bicudo, saindo de São Paulo, aprisionou 1.500 índios da redução de Chiquitos, norte de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

Em fins de do século XVII, duas entradas procedentes de São Paulo vasculharam as margens do rio Iguatemi e a serra de Maracaju, procurando minas de prata.

Finalmente, em 1718, Pascoal Moreira Cabral Leme encontrou ouro onde hoje está Cuiabá, para onde seguiram, imediatamente, multidões vindas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. E em 1734 encontram-se novas minas às margens do rio Guaporé, na região da cidade de Mato Grosso. Em 1748, foi criada a Capitania de Mato Grosso, desligada da Capitania de São Paulo.

Os Bandeirantes no nordeste

Em meados do século XVII, como os tamoios no Rio de Janeiro, os caetés em Pernambuco e os tupinambás na Baía ofereciam resistência à colonização branca, mantendo os portugueses praticamente restritos à orla litorânea. O Governador-Geral do Brasil apelou para os sertanistas de São Paulo para que explorassem as terras do interior dessas capitanias.

A partir de 1662, Domingos Jorge Velho iniciou a exploração e o povoamento do Piauí. Em 1668 a bandeira de Lourenço Castanho Taques atingiu o rio Paracatu, onde venceu os índios cataguás, que até então bloqueavam esse itinerário. Nessa época partiu de São Paulo a bandeira de Fernão Dias Paes Leme, o “caçador de esmeraldas”, que veio a falecer no sertão.

Entre 1676 e 1692, Francisco Dias de Ávila, o maior entradista baiano, estendeu seus domínios no sertão nordestino.

Em 1682, Bartolomeu Bueno da Silva, à frente de uma grande bandeira, penetrou em Goiás e encontrou ouro, que as mulheres índias usavam de adorno.

Após terem os paulistas vencido os tapuias no sertão baiano, não demorou a surgir em todo o interior do nordeste um movimento geral dos índios contra os colonizadores, liderados pelos cariris, que dominavam imensa área que se estendia do São Francisco ao Parnaíba, hoje abrangida pelos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Em 1683, liderada pelo sertanista paraibano Antônio de Oliveira Ledo, diversas bandeiras iniciaram uma guerra contra os cariris, denominada Guerra dos Bárbaros, que durou quatro anos, terminando com a submissão dos indígenas.

Desta guerra participaram muitos sertanistas de São Paulo, entre eles Domingos Jorge Velho, que ficaria célebre como o destruidor do quilombo dos Palmares.

O quilombo dos Palmares, situado na serra da Barriga, área hoje pertencente ao estado de AL, foi formado por escravos fugidos de engenhos e fazendas das capitanias da Bahia e de Pernambuco, chegando a reunir 15 a 20 mil habitantes.

Organizado à semelhança de um reino africano, Palmares resistiu por muitos anos a expedições enviadas pela capitania de Pernambuco. Domingos Jorge Velho em 1693 cercou o reduto, cortando seus suprimentos e foi apertando esse cerco até desfechar o ataque final em 1695.

Descobriu-se ouro nas Minas Gerais ao findar o século XVII, atraindo para essa região verdadeiras multidões, inclusive aventureiros de Portugal. Os recém-chegados foram chamados de “emboabas”²⁶. As rivalidades entre estes e os brasileiros agravaram-se com o tempo provocando a Guerra dos Emboabas.

A descoberta de regiões auríferas em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, mais do que começar o grande ciclo do ouro no Brasil, teve consequências decisivas na formação da nova nação que surgia.

Os Bandeirantes na Amazônia

Com a fundação de Belém do Pará em 1616, por Francisco Castello Branco, começava a ocupação da Amazônia pelos portugueses. Essa região era coibida por holandeses, franceses e ingleses, que percorriam o baixo Amazonas, comerciando com os nativos, criando feitorias e construindo fortes.

Em Jul 1637, o Capitão-Mor Pedro Teixeira recebeu do Governador do Maranhão Jácome Raimundo de Noronha a missão de organizar uma expedição para explorar o rio Amazonas e estabelecer uma comunicação fluvial com Quito. A expedição contou com 70 soldados e 1.200 índios flecheiros. Com o pessoal de serviços gerais, mulheres e crianças, o efetivo total chegava a quase 2.500 pessoas embarcadas em 45 grandes canoas de 20 remos cada uma.

²⁶ Étimo controverso e dúbio. Pode significar uma ave que tem penas até os pés como “forasteiro”.



Pedro Teixeira na Amazônia (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 156)

Em 28 Out 1637 começou a grande aventura, que levou Pedro Teixeira até as terras ocupadas pelos espanhóis, alcançando Quito. Na confluência entre o rio Aguarico e o rio Napo, Teixeira fundou o povoado de Franciscana, que deveria servir de “baliza aos domínios das duas coroas”, conforme ordens recebidas do Governador. Reconheceu a grande via de acesso pelo rio Amazonas, que seria percorrida por outros sertanistas e em 16 de agosto de 1639, tomou posse da área em nome do reino de Portugal, embora este reino ainda estivesse sob domínio espanhol, antecipando assim a restauração, que viria no ano seguinte: 1640.

Com esse feito, Pedro Teixeira contribuiria para assegurar vasta porção da bacia amazônica por parte de Portugal.

Além da expedição de Raposo Tavares em 1648, várias outras lançaram-se de São Paulo para a região amazônica, onde colhiam, sem grandes dificuldades, as especiarias então chamadas de “drogas do sertão” - baunilha, castanha, poaia, cacau e raízes aromáticas. Na sua esteira seguiam militares e missionários.

Ao findar o século XVII canhões de ferro e de bronze já artilhavam o Forte de São José do Rio Negro, origem de Manaus. A Amazônia era brasileira.

Aspectos militares das expedições missionárias no norte

Em 1652, Pará e São Paulo eram os dois polos da geografia política do Brasil. Enquanto as bandeiras investiam e aprisionavam os índios ao sul, como vanguardas do povoamento branco e mestiço, ao norte os missionários procuravam catequizá-los e civilizá-los²⁷, protegendo-os dos colonos que pretendiam usá-los como escravos. As características da região norte, com numerosos rios e a densa floresta, impediam ações militares de vulto e favoreciam a catequese.

O padre Antônio Vieira, que participou da bandeira de Gaspar Cardoso a qual, em 1654 explorou o rio Tocantins, apoiou a nomeação, no mesmo ano, do Mestre-de-Campo André Vidal de Negreiros, veterano das lutas da Restauração Pernambucana, como Governador do Pará e do Amazonas. Negreiros, em sua gestão, muito favoreceu a ação dos missionários.

Vieira conseguiu pacificar e catequizar os hostis nheengaíbas, índios que ocupavam a ilha de Marajó, até então ligados aos holandeses e franceses que incurSIONavam pela região. Sem o apoio desses indígenas seria difícil o domínio do delta do Amazonas, com graves consequências futuras.

²⁷ Eram três os tipos de preia dos indígenas: os vencidos e aprisionados após luta contra os portugueses; os aprisionados após troca de bugigangas; e os descimentos, os que eram convencidos pelos missionários ou pelo medo que tinham dos europeus, ficando submissos.

A ocupação ordeira dos territórios pelos missionários foi seguida por militares e sertanistas luso-brasileiros que asseguravam a posse do terreno com a construção de povoados e bastiões. O padre Antonio Vieira morreu em 1697.

Enquanto isso, em 1676, os franceses tomavam Caiena aos holandeses.

Os bandeirantes como forças terrestres

Os primeiros núcleos de povoação do litoral enfrentavam o perigo permanente dos assaltantes do mar e, os do interior, as ameaças constantes de índios hostis. Neste cenário, avulta o desempenho dos bandeirantes de São Paulo na defesa, exploração e manutenção da colonização portuguesa nos territórios.

Os dois focos iniciais de irradiação das bandeiras paulistas foram: no litoral, Santos e São Vicente; no planalto, São Paulo de Piratininga. Pela costa, os paulistas estenderam-se para o norte até Angra dos Reis; para o sul, surgiram povoações até Laguna.

São Paulo deu origem a três outros centros de expansão: Taubaté, de onde partiam expedições para a bacia do São Francisco, Bahia e sertões do nordeste; Itu, de onde se descia o Tietê, alcançando a bacia do Prata; e Sorocaba, início do caminho para o sul, para os vastos campos das Palmas, Lajes e Vacaria.

Os bandeirantes organizavam-se em expedições de caráter ofensivo e constituíram importantes forças terrestres do Brasil colonial. Eles adaptavam a doutrina militar portuguesa às condições locais. Como a maioria do efetivo das expedições era de índios aliados, os bandeirantes assimilavam seus métodos de combate.

Da organização militar ibérica, os bandeirantes herdaram o sentimento de hierarquia. Suas expedições estruturavam-se em escalões definidos: um comandante geral; um comandante intermediário, que chefiava um reduzido contingente de brancos e mamelucos; e o grosso da tropa, a verdadeira força de choque, composta de índios submissos ou aliados.

Os bandeirantes evitavam formações em massa diante do inimigo, preferindo a dispersão, o que aprenderam com os indígenas. Nos deslocamentos, não descuidavam da segurança, protegendo-se com destacamentos de vanguarda, retaguarda e flanco-guarda. Priorizavam a busca de informações sobre o terreno e o inimigo, sendo raramente surpreendidos.

Atacavam sempre de surpresa e da maneira mais agressiva possível, aos gritos, com forte fuzilaria, desfraldando os estandartes de guerra, procurando atemorizar e desorganizar o inimigo. Adquiriram a paciência dos índios: quando acabavam os meios de subsistência, acampavam durante meses, esperando que as colheitas das plantações permitissem a continuação das longas jornadas.

Organização das entradas ou bandeiras

Essas expedições eram empresas coletivas, organizadas para obter lucros individuais para seus integrantes. A obediência incondicional ao chefe fazia parte do negócio e a disciplina obedecia aos padrões militares e jurídicos da época. O comandante tinha direitos absolutos sobre todos os expedicionários.

A subsistência vinha da exuberância da terra. A mandioca desempenhou papel importante na alimentação dos expedicionários.

O sertão apresentava perigos para a saúde. Valiam-se os bandeirantes dos precários recursos da medicina da época, com sangrias, emplastos, purgantes, vomitórios e cauterizações. Confiavam muito nas raízes, ervas e infusões dos índios. Havia muitas crendices, com origem indígena, árabe e africana. As benzeduras eram de grande valia na prevenção ou cura das moléstias. Nessas circunstâncias, foram muitos os sertanistas que adoeceram e faleceram no sertão.



Captura de escravos fugidos, em concepção artística de Regis Debray. Ao centro, um miliciano mameluco atirando com um bacamarte (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 159)

Armas e equipamentos

As expedições levavam armas brancas, de fogo e armas indígenas, usadas pelos flecheiros, índios aliados. De uso mais corrente era a escopeta, espécie de arma curta. O arcabuz, já caindo em desuso, tinha o cano serrado. Havia

também bacamartes, carabinas, espingardas e mosquetões. O armamento de fogo era rústico e leve, de lenta cadência de tiro, pois era carregado pela boca, tiro a tiro. A proporção normal da pólvora para o chumbo era de um para três. Com o tempo os índios foram apreendendo o manejo e a utilização das armas de fogo.

A proteção individual era de capacetes, escudos, peitos de couro e gibões (grandes casacos de couro forrados de algodão e impenetráveis às flechas).

O equipamento para a abertura de picadas na mata era de machados, foices, enxós, facões, alfanjes e machetes. Os que partiam à procura de ouro levavam material de mineração; aqueles que apresavam índios não dispensavam as correntes, cadeados e gargalheiras (coleiras de ferro).

A Nova Colônia do Santíssimo Sacramento

A nomeação de Dom Manuel Lobo

Sempre foi objetivo da política portuguesa a expansão de sua colônia na América do Sul até o rio da Prata, tido como limite natural com as colônias espanholas. A constatação de que os espanhóis concentravam todos seus recursos na exploração da prata da Bolívia, deixando um vazio no sul do continente, incentivou os portugueses a concretizar esse anseio.

Após algumas expedições exploratórias, a coroa portuguesa decidiu-se pela fundação de uma povoação e a construção de uma fortaleza na margem esquerda do rio da Prata. Para essa empreitada foi escolhido um experimentado oficial de cavalaria, que havia se destacado na guerra contra a Espanha, D. Manuel Lobo.

Para operacionalizar essa missão, em 1678 D. Manuel Lobo foi nomeado Governador do Rio de Janeiro, que seria a base de apoio para a empreitada.

O recrutamento

Em 27 de abril de 1679, D. Manuel Lobo tomou posse no cargo e, de imediato, iniciou os preparativos para a expedição ao sul. A primeira e mais séria dificuldade que ele encontrou foi a do recrutamento.

Para apressar o cumprimento da missão no mais curto espaço de tempo, resolveu levantar recursos materiais e humanos somente no Rio de Janeiro, tendo a Câmara local resistido a essa decisão, sob o argumento de que se tratava de um empreendimento de toda a colônia e não da cidade.

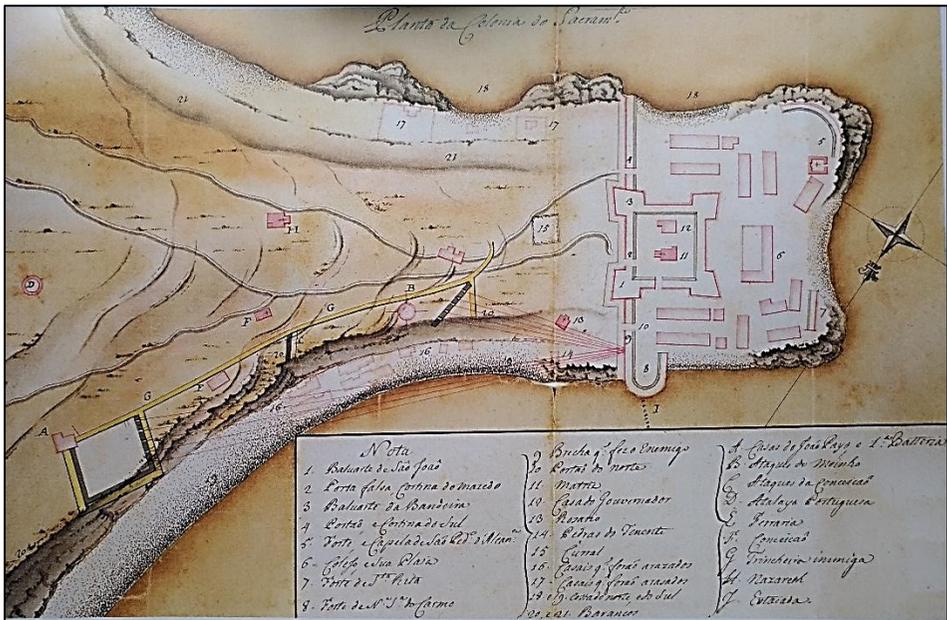
Sensível a esse argumento, D. Manuel solicitou apoio às demais capitanias, especialmente a de São Vicente. Para o recrutamento de pessoal, D. Manuel arrolou operários, aprendizes, comerciantes e presidiários, estes a troco de perdão.

A baixa qualidade dos recrutados foi um dos fatores do fracasso do empreendimento, devido ao pouco empenho demonstrado e pelo elevado número de deserções verificadas quando a Colônia foi atacada pelos espanhóis.

A fundação

A pós longa preparação, a expedição de cinco embarcações, colonos e uma força militar de 200 combatentes rumou para a região do Prata.

Chegando ao rio da Prata em 22 Jan 1680, tendo encontrado um bom ancoradouro, D. Manuel aportou na margem esquerda do grande rio, onde fundou uma povoação a que deu o nome de Nova Lusitânia. À cidadela (fortaleza) denominou Sacramento. Mais tarde, foi tudo mudado para Colonia do Sacramento, o ponto mais meridional do domínio português na América.



A Colônia do Sacramento em 1737, 57 anos depois de sua fundação (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 167)

A reação espanhola

Dom José de Garro, governador de Buenos Aires, alertado das pretensões de Portugal sobre o Prata, soube da presença dos portugueses e começou a

preparação militar para desalojá-los, não deixando, entretanto, de alertar D. Manuel Lobo que a terra ocupada pertencia à Coroa espanhola. D. Manuel não tomou conhecimento da advertência, o que obrigou Dom José a efetivar a represália.

Comandada pelo coronel Antônio de Vera y Mujica, o ataque espanhol contra a Colônia contou com 3.500 homens os quais, após imporem rigoroso cerco conquistaram-na em 7 Ago 1680, fazendo prisioneiro o próprio comandante português, que estava gravemente enfermo e que morreu na prisão em Buenos Aires.

A Colônia do Sacramento, entretanto, foi devolvida a Portugal um ano depois por força de um “Tratado Provisório” entre a Espanha e os portugueses.

O governo de Dom Francisco Naper de Lancastre

Em 1689 o rei de Portugal entregou o governo da Colônia do Sacramento e Interino do Rio de Janeiro (Carta Régia de 24 Fev) a Francisco Naper de Lancastre, oficial português que participara da expedição de D. Manuel Lobo e havia sobrevivido ao ataque espanhol. Tomando posse em Jul 1690, mostrou-se disciplinador rigoroso, experiente e bom administrador. Lancastre incrementou a imigração de franciscanos e portugueses para Sacramento, que experimentou grande desenvolvimento. Foi substituído por Sebastião da Veiga Cabral em 1699.

O Tratado de Methwen

Em 27 Dez 1703, foi assinado o Tratado de Methwen entre Portugal e Inglaterra, tradicional inimiga da Espanha, agravando o ódio espanhol aos portugueses e tornando tensas as relações entre os dois países. O Tratado de John Methwen (diplomata Inglês) previa as trocas de tecidos ingleses pelo vinho português, com tarifas aduaneiras prejudiciais à Portugal, que ficou dependente da Inglaterra e condenado a ser um país agrário. O Tratado prejudicava Portugal e o Brasil, porque a diferença da balança comercial luso-inglesa foi paga com o ouro brasileiro. O Tratado estimulou Entradas e Bandeiras à procura de ouro.

O ataque de 1704

A Espanha declarou guerra a Portugal em 30 Abr 1704 no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola e determinou que a Colônia do Sacramento fosse atacada. Baltazar de Garcia Roz foi nomeado comandante das forças atacantes e iniciou a preparação de grande expedição, recrutando espanhóis, índios, negros e mulatos em diversas regiões da América espanhola.

Em Nov 1704, 50 km ao norte de Colônia, na margem esquerda do rio Uruguai, Garcia Roz reuniu as colunas vindas do Peru, Corrientes, Buenos Aires e das reduções jesuíticas (os padres espanhóis odiavam, com razão, os portugueses).

Garcia Roz intimou o governador Sebastião da Veiga Cabral a render-se em 24 horas, sob pena de não dar quartel à guarnição militar que a defendia e aos civis. O Governador respondeu que era tempo de ação e não de palavras.

Os fracassados ataques espanhóis

Roz atacou em 4 Nov 1704, concentrando artilharia sobre as muralhas da Colônia e procurando, sem sucesso, abrir uma brecha por onde passaria a infantaria. Decidiu então adotar as trincheiras de aproximação, que também fracassaram devido a um ataque noturno realizado em 5 Nov pelos defensores sob o comando do Capitão Manuel Vaz Moreno. No dia seguinte um outro ataque espanhol foi repelido. Em 14 Nov nova tentativa espanhola foi frustrada.

Em 23 Nov, um forte ataque noturno foi realizado. Repelidos, os espanhóis de Garcia Roz tiveram 30 mortos.

O sítio de 1705

Insatisfeito com os insucessos da campanha, o Governador de Buenos Aires, Mestre-de-Campo D. Alonso Juan de Valdez y Ynclán assumiu as operações em 9 Jan 1705 e determinou o cercamento da praça para rendê-la pela fome.

A 1 Fev, ele desencadeou um violento bombardeio sobre as muralhas e o interior da praça-forte, enquanto uma força naval se aproximou o mais possível.

Uma nova proposta de rendição foi rechaçada e Ynclán retomou os ataques diários à praça-forte. A 8 Fev, os espanhóis lançaram-se ao ataque, empregando todo o poder de combate disponível e, mais uma vez, os portugueses resistiram.

O assalto português à ilha de Martim Garcia

O período calmo que se seguiu permitiu a Veiga Cabral mandar dois lanchões atacar de surpresa em 20 Fev 1705 uma base logística que os espanhóis mantinham na ilha de Martim Garcia. Os portugueses apoderaram-se dos gêneros alimentícios ali armazenados, contribuindo para elevar o moral da guarnição da Colônia e ampliar as reservas de suprimentos de boca.

Chegada de naus portuguesas

Em Mar 1705, uma flotilha portuguesa se aproximou de Sacramento. Após travar batalha contra as naves de Ynclán, que queriam impedir a chegada de reforços, a flotilha, vencedora do combate, aportou na Colônia.

Por ironia, a flotilha chegou com ordens para a evacuação da praça-forte, o que foi feito na noite de 14 Mar, após superar pesados bombardeios dos espanhóis, que estavam informados da evacuação por um desertor português.

A retirada

Evacuada completamente e incendiadas as instalações que pudessem servir ao inimigo, a frota portuguesa partiu para o RJ, onde aportou a 23 Abr 1705.

Estava salva a honra militar lusitana, mas pela segunda vez perdia-se a Colônia do Sacramento, que na época já apresentava um desenvolvimento promissor, iniciado por Dom Naper de Lancastré há mais de 15 anos antes.

Antecedentes do sítio de 1735-1736

O Tratado de Utrecht de 1715, assinado em 6 Fev, devolveu a Portugal a Colônia do Sacramento e declarou nulos e sem efeito quaisquer títulos de domínio que a Espanha apresentasse sobre as terras da Banda Oriental do Uruguai.

Em fins do ano seguinte, Manoel Gomes Barbosa foi designado para administrar a Colônia que, em pouco tempo progrediu, favorecida pela criação de gado e pelo cultivo do trigo. Barbosa exerceu suas funções até 1722.

O reflorescimento da área despertou antigos ressentimentos por parte dos espanhóis. O entendimento do tratado de 1715 mudava ao sabor das emoções. O Governador de Buenos Aires, D. Bruno Maurício de Zabala foi instruído pela metrópole no sentido de que o território da Colônia devia restringir-se ao alcance de um tiro de canhão, o que tinha o efeito prático de sufocá-la economicamente.

A fundação de Montevidéu

Antecedendo-se às intenções espanholas de ocupar a Banda Oriental, o rei de Portugal D. João V encarregou o Mestre-de-Campo Manuel de Freitas de ocupar uma posição estratégica escolhida na margem esquerda do rio Uruguai. Manuel de Freitas da Fonseca desembarcou na região designada onde, a partir de 22 Nov 1723, erigiu uma pequena fortificação, o Presídio de Montevidéu.

A reação foi imediata. Bruno de Zabala organizou uma expedição contra os portugueses. Com a ameaça espanhola, Freitas da Fonseca decidiu retirar-se sob protesto para o Rio de Janeiro em 19 Jan 1724, onde foi preso e submetido a conselho. Zabala instalou-se na região disputada a partir de fevereiro.

Reinício das hostilidades

Em 22 Mar 1734, Miguel Fernando de Salcedo e Sierra-Alta assumiu o governo de Buenos Aires substituindo Zabala. Trazia ordens da Espanha para submeter os portugueses aos limites fixados no Tratado de Utrecht.

Salcedo fez reconhecimentos da margem esquerda do rio Uruguai, futuro Teatro de Operações, e comunicou-se com Antônio Pedro de Vasconcellos, o Governador da Colônia, convidando-o para demarcar os limites das terras sob o domínio de Portugal, conforme fora acertado no Tratado de Utrecht.

Vasconcellos respondeu que não tinha instruções de seu governo para entrar em negociações. Suspeitando de que isso era apenas para ganhar tempo, e tendo recebido em 18 Abr 1735 ordens da Espanha para atacar Sacramento, Salcedo iniciou o aprestamento de suas forças e informou a Vasconcellos de que, se não contivesse a guarnição da Colônia nos limites do tiro de canhão, ficaria o seu Governador responsável por todos os danos e perdas para os dois monarcas e que empregaria todos os meios para, pela força, reparar agravo tão notório.

Vasconcellos respondeu com altivez e pediu reforços ao Rio de Janeiro. Salcedo entendeu que enfrentava gente disposta a não ceder sem luta. Acelerou os preparativos formando uma flotilha de 12 embarcações com 50 canhões e tripulada por 700 marinheiros. Das reduções indígenas recebeu o reforço de 4.000 índios comandados pelo Padre Berti.

Sentindo-se forte, Salcedo deu início às hostilidades, aprisionando um navio mercante que saíra carregado da Colônia, com destino à Bahia.

O primeiro combate

Em 3 Out 1735 o Governador castelhano atravessou o rio da Prata com seu Exército, acampando a 60 km da Colônia. Ao tomar conhecimento, Vasconcellos recolheu à praça-forte as tropas espalhadas pela campanha e ativou as obras de reparação das muralhas e da construção de fossos e trincheiras.

No dia 20 Out, a guarda avançada de 160 cavalariaos da Colônia conteve a vanguarda do inimigo até a noite, retraindo após duros combates.

A guerra psicológica

Com os portugueses recolhidos atrás das muralhas da fortaleza, ações típicas de Guerra Psicológica foram praticadas pelos dois contendores. Os espanhóis exortaram os portugueses à deserção e prometeram liberdade para os escravos que se passassem para o seu lado e os portugueses prometeram que todo espanhol que viesse para o seu lado receberia uma boa recompensa financeira.

O cerco

A 28 Nov os espanhóis iniciaram o bombardeio, que foi violento e contínuo durante 20 dias. Assim, conseguiram abrir uma pequena brecha em uma das muralhas. Salcedo ordenou um assalto, que conseguiu chegar a poucos metros da muralha, quando foi contido pelos canhões portugueses. Os espanhóis se retiraram e voltaram à tática do bombardeio para quebrar o ânimo dos defensores.

A retirada dos espanhóis

A 6 Jan 1736, os canhões espanhóis emudeceram e os sitiados estranharam a mudança da rotina. Em 7 Jan souberam o motivo: a chegada da frota de reforço do Sargento-Mor Tomás Gomes da Silva com 870 homens em seis navios. Em seguida, chegou outra frota enviada pelo vice-rei da Bahia André de Melo e Castro - Conde de Galveias, com 200 infantes e 60 artilheiros em 12 navios.

Com novo ânimo, os portugueses passaram à contra-ofensiva. Dominando o estuário do rio da Prata, em terra foram arrasadas todas as trincheiras e o próprio Salcedo retirou-se para Buenos Aires. A cavalaria guarani, que perdera seu comandante, padre Berti, voltou para suas reduções. Os espanhóis restantes, espalhados pela campanha, sustentavam apenas algumas escaramuças.

Em março de 1736, uma esquadra de cinco navios apropriados para navegação no Rio da Prata partiu de Lisboa e chegou ao estuário em agosto, após passar pelo Rio de Janeiro. A frota estava sob o comando de Luís de Abreu Prego. A expedição ficou ao comando do Brigadeiro José da Silva Pais. Tinha três objetivos: desalojar os espanhóis de Montevideo, levantar o bloqueio da Colônia e fundar um “presídio”²⁸ no Rio Grande de São Pedro. A Junta de chefes portugueses rejeitou atacar Montevideo e também Buenos Aires. Silva Pais e seu auxiliar André Ribeiro Coutinho foram votos vencidos (ver o ítem III.3.1 abaixo).

²⁸ Na época, significava Praça de Guerra (quartel) e sua guarnição (Cesar, 1970, p. 104).

No retorno ao Rio, Silva Pais desembarcou (19 Fev 1737) na região da atual Rio Grande com um contingente de 254 arcabuzeiros e dragões, originando o quartel e vila de Rio Grande, ou seja, o núcleo inicial da Capitania Real de São Pedro do Rio Grande do Sul. Aguardava-o o Cel Cristóvão Pereira de Abreu.

O acordo

Em Set 1737 chegou ao Prata a nau Boa Viagem, trazendo a notícia do armistício assinado a 15 Mar em Paris pelos representantes das duas Cortes ibéricas. Dispunha que “cessassem logo as hostilidades na América, ficando tudo no estado em que se achassem ao chegarem as ordens”.

Miguel de Salcedo aproveitou-se da situação. Ordenou a suspensão das hostilidades mas reocupou as posições já perdidas, de modo que se mantivesse o cerco à Colônia com bloqueio constante. Salcedo foi substituído em 1742.

Reflexos do Tratado de Madri de 1750 entre Portugal e Espanha

Pelo Tratado de Madri, firmado em 13 Jan 1750, os portugueses entregariam Sacramento e todos os afluentes do rio Uruguai até o rio Ibicuí. Portugal receberia em troca as reduções jesuíticas espanholas da margem esquerda do rio Uruguai, as Missões. Este Tratado anulou o de Tordesilhas. O redator do texto foi o brasileiro Alexandre de Gusmão. Portugal recebeu também os vastos territórios do Mato Grosso e da Amazônia pelo princípio do “uti possidetis”.

Embora o tratado apresentasse vantagens para ambos os lados, ele gerou importantes resistências. Os jesuítas espanhóis rejeitaram entregar a posse de seus territórios. Do outro lado estavam os políticos e comerciantes que rejeitaram o término das atividades comerciais e principalmente de contrabando proporcionada pela posição estratégica da Colônia.

Entre 1761/78, foram celebrados três novos tratados²⁹ suspendendo partes e regulamentando dispositivos do Tratado de Madri. As comissões demarcatórias defrontaram-se com as hostilidades dos índios e não puderam concluir sua missão. Mas as Cortes estavam decididas a cumprir o acordado e não hesitaram em empreender a luta que passou à história com o nome de Guerra Guaranítica.

²⁹ Foram os de El Pardo (1761), Santo Ildefonso (1777) e o 2º de El Pardo (1778).

A política portuguesa no Prata - Antecedentes

Convicto de que o limite sul de sua colônia na América era o rio da Prata, o Império Português não poupou argumentos diplomáticos, recursos e sangue para firmar seu domínio na margem esquerda do grande estuário.

A Colônia do Sacramento, verdadeira sentinela avançada, e Laguna, que lhe deveria prestar apoio, foram o início, no terreno, desse esforço.

A decisão de fundar Montevidéu, em 1723, seria o coroamento dessas tentativas, mas malogrou devido a divergências entre o comandante da tropa de desembarque (Silva Pais) e da esquadra que a transportava (Abreu Prego; ver 2.19), bem como o cumprimento de ordens de Portugal de que teria de ser mantida a amizade entre portugueses e espanhóis.

Perdida Montevidéu e com a Colônia do Sacramento em constante ameaça de destruição por parte dos espanhóis, restou a Portugal a ocupação da barra do rio Grande, destinada a servir de base para novas investidas sobre o rio da prata.

O Brigadeiro José da Silva Pais no Brasil

Em Jan 1735, José da Silva Pais, engenheiro e oficial do exército português, foi promovido a General e recebeu ordem de embarcar para o Brasil para substituir o Governador do RJ, Antônio Gomes Freire de Andrade e Castro, quando de suas ausências para resolver problemas nas Minas Gerais (pág. 151).

Com as notícias da arremetida de Miguel de Salcedo contra Sacramento, que pedia reforços para a defesa, Gomes Freire mandou o Brigadeiro Silva Pais para o Prata, que partiu no comando de uma expedição de socorro em junho de 1736.

A expedição

Silva Pais, após passar por Montevidéu, atracou na Colônia do Sacramento onde tomou conhecimento das condições de defesa e procurou levantar o moral dos soldados que a defendiam. Cogitou atacar Buenos Aires e os navios espanhóis que circulavam pelo Prata, mas essas ações se mostraram inviáveis.

Retornando para o Rio de Janeiro, reconheceu a região de Maldonado, considerada pelos estrategistas portugueses como alternativa para Montevidéu. Após verificar as deficiências dessa região, prosseguiu viagem, levando uma convicção, a de que a única alternativa viável para reforçar a presença lusitana no Prata era ocupar a barra do Rio Grande.

A Barra do Rio Grande

Em 15 Fev 1737, Silva Pais atingiu a barra do Rio Grande, Em 19 Fev desembarcou na margem sul do canal, construindo ali uma pequena fortaleza, o presídio de Jesus Maria José, feito que teria enorme importância na ocupação dos territórios que hoje compreendem o estado do Rio Grande do Sul (ver 2.19).



A Fortaleza de Jesus Maria José, origem da cidade de Rio Grande, RS (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 169)

Atividades no continente

O Brigadeiro Silva Pais com sua experiência de engenheiro e militar, percebeu a importância da barra do Rio Grande. Iniciou a demarcação e a construção da fortaleza que defenderia o porto. Seria um grande reduto de quatro baluartes para abrigar todos os componentes da guarnição. O grande reduto foi levantado no local onde hoje se assenta a cidade de Rio Grande, no RS.

Tentando dar vida administrativa ao “Continente”, como era conhecido o atual território do RS, em relação a Laguna e à ilha de Santa Catarina, em 12 Mar 1737 Silva Pais nomeou Sebastião Francisco Chaves, morador de Viamão, para Tenente de Ordenanças. Iniciava assim a organização política da nova província e

estabelecia a ligação dos primeiros povoadores de Viamão e estâncias adjacentes com os militares encarregados de defender a região contra os castelhanos.

Gomes Freire passou a organizar uma força de cavalaria para, com o apoio da base militar de Rio Grande, ameaçar Montevideu e socorrer a sitiada Colônia do Sacramento. Surgiu então a decisão de criar um núcleo no qual os soldados seriam preparados para essa missão. O núcleo seria o Regimento de Dragões do Rio Grande que, se não desempenhou na época a tarefa que inspirou sua criação, prestou depois relevantes serviços no extremo sul do país.

Silva Pais, para a manutenção da guarnição do Presídio Jesus Maria José, mandou estabelecer uma estância ao norte do canal, a Estância Real do Bojuru³⁰, e a de Torotama, lugares onde pudesse conservar a cavalaria e invernar o gado para prover a alimentação para os novos núcleos que surgiam.

O aumento da população em torno do Presídio, soldados, trabalhadores da construção dos baluartes e colonos, causou a escassez de alimentos, o que levou soldados a desertar³¹, dirigindo-se a Laguna pelo litoral. Isso determinou a criação de uma guarda em Tramandaí, destinada a impedir evasões pela via litorânea.

A etapa seguinte foi a descida de Silva Pais até o rio São Miguel, consolidando o avanço lusitano para o sul.

O regresso do Brigadeiro ao Rio de Janeiro

Regressando ao RJ, o Brigadeiro Silva Pais entregou o governo ao Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho (11 Dez 1737) e foi incumbido de examinar a situação da ilha de Santa Catarina, de onde chegavam informes sobre a presença constante de navios suspeitos ou mesmo inimigos. Em 1739, ele foi nomeado governador da Capitania de Santa Catarina, cargo que ocupou por 10 anos.

Mas Silva Pais não esqueceu o Rio Grande. Após sua chegada ao RJ, enviou cinco embarcações para a povoação que fundara, com material de artilharia, gêneros, alimentícios, armarinhos, recursos financeiros e também recrutas, com suas famílias. As naus levavam também prostitutas do Rio de Janeiro.

Resultados da obra de Silva Pais

A praça-forte do Rio Grande tinha a forma de pentágono e dispunha de 28 canhões. A barra do canal de acesso ao porto era batida por uma outra

³⁰ Localizada na atual região de São José do Norte.

³¹ Em 5 Jan 1742 houve a chamada Revolta dos Dragões que, reivindicatória, foi contornada.

posição de artilharia. No extremo sul da Lagoa Mirim, um destacamento tinha a missão de vigiar os campos despovoados.

Colonos oriundos de Laguna criaram nos campos do Rio Grande entrepostos e estâncias (local onde se podia “estar”, ficar) que ajudavam a fixar o homem à terra. Faltava um ponto de apoio, que surgiu com o Presídio Jesus Maria José.

O valor político, militar e social do Presídio se refletiu na projeção da fronteira da colonização portuguesa mais para o sul, mesmo contra acertos diplomáticos laboriosamente ajustados na Europa.

O litoral catarinense

O litoral de Santa Catarina prosperou lentamente, por não apresentar atrativos para grandes migrações, como aconteceu com regiões em que houve descobertas de minas de ouro. Esquecida pelas autoridades a população desfrutava, em compensação, de uma vida sem atropelos. Laguna e São Francisco, embora isoladas, eram as localidades mais desenvolvidas.

Só em 1715, por ordem do Governador de São Paulo, Antônio Caldeira Pimentel, é que foi criado na região um destacamento militar.

As ligações do litoral catarinense com os campos do interior

O Governador Pimentel determinou ao Sargento-Mor Francisco de Souza e Faria que abrisse um caminho para ligar o litoral catarinense ao sertão. Esse caminho, partindo de Araranguá, ao sul de Laguna, atingiu Curitiba em 1730, passando por Lages, e passou a se chamar Caminho dos Conventos, ou das Tropas.

Um outro caminho foi aberto para o acesso a Viamão. Esses caminhos permitiram o intercâmbio do litoral com o interior. Apesar dessas iniciativas, o litoral catarinense só começou a sair do isolamento após a chegada de Silva Pais.

Estagnação

Ao mesmo tempo em que se registrava o êxodo de famílias lagunenses para Rio Grande, as autoridades adotaram, pela primeira vez, o recrutamento militar obrigatório, bastante rigoroso. Em Laguna, por exemplo, ficaram apenas os homens incapazes. A situação tornou-se tão difícil que a povoação parecia estar sob sítio, com sua economia completamente estagnada.

As providências das autoridades

A pesar da guerra entre Portugal e Espanha ter terminado em 1736, acabando o conflito pela Colônia do Sacramento, as populações de SC continuaram a sofrer os efeitos da campanha, particularmente em Laguna, a mais importante vila catarinense, em face dos distúrbios provocados por desordeiros que estavam regressando do Prata. Os roubos e assaltos às fazendas tornaram-se frequentes.

As povoações enfrentavam problemas com os indivíduos dispensados das atividades militares e que não se adaptavam à vida civil, vivendo em ociosidade.

Por ordem de Caldeira, Pimentel partiu de Santos sob o comando de um capitão com uma tropa regular, com ordens expressas de não hostilizar os colonos e impedir que fossem molestados. Acompanhando a força, vieram várias famílias que haviam resolvido se transferir.

Em 1738 foi criada a Capitania Subalterna de Santa Catarina, subordinada ao governo do Rio de Janeiro, separando-se da Capitania de São Paulo.

A obra e as fortificações do Brigadeiro

Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, governava o RJ quando, em 1739, o Brigadeiro Silva Pais foi designado Governador Militar de SC.

Em SC, Silva Pais mudou a sede do governo para a ilha. Criou repartições civis, deu início à construção da igreja matriz e da casa do governador. Iniciou a construção de quatro fortificações, Santa Cruz de Anhatomirim, N^a Senhora da Conceição de Araçatuba, Santo Antônio de Ratoles e São José da Ponta Grossa.

Além de construir fortificações, buscou manter tropas de pronto emprego. Criou o Batalhão de Linha da Ilha com pessoal local e do RJ, o qual deu origem ao Regimento alcunhado Barriga Verde, por causa do peitilho verde do uniforme.

Forças terrestres no sul - Considerações gerais

O período compreendido entre 1750 e 1801 trouxe a consolidação do sistema colonial do Brasil. No campo militar, correspondeu às iniciativas da Coroa para o melhoramento e ampliação das Forças Terrestres. Da pátria-mãe, Portugal, chegaram experientes chefes militares e também jovens oficiais, muitos investidos como Governadores de Província, com pesadas responsabilidades.

Nesse período já existia o embrião do Exército Brasileiro, surgido, crescido, com feições próprias, nas lutas contra espanhóis, franceses e holandeses. A fibra dos negros de Henrique Dias e dos índios de Filipe Camarão mesclara-se à garra

do bandeirante paulista e do guerreiro gaúcho, corroborando o conceito de que um exército nacional deve ser o povo em armas.

A Guerra dos Sete Anos e o Pacto de Família

As demarcações de limites estabelecidos pelo Tratado de Madri causaram uma forte tensão entre as Coroas Ibéricas, com reflexos sobre as colônias, particularmente na América do Sul, tensão que só diminuiria após duas guerras entre Portugal e Espanha.

Participaram da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), de um lado a Inglaterra e a Prússia de Frederico II, e do outro a França, a Áustria e a Rússia, além dos caudatários dessas potências. Ainda não terminara essa conflagração quando Espanha, França e Nápoles firmaram, em 15 Ago 1761 o chamado Pacto de Família, que nada mais era do que uma coligação dos reis europeus de sangue Bourbon para enfrentar o crescente poderio naval da Inglaterra.

A Espanha pressionou Portugal para entrar na guerra a seu lado. Os portugueses preferiram manter-se ao lado de sua velha aliada, a Inglaterra, e os espanhóis invadiram Portugal ocupando várias regiões fronteiriças.

Com a assinatura do Tratado Revogatório de El Pardo, em 1761, que suspendeu o de Madri (1750) a Colônia do Sacramento revertia ao domínio português e Portugal perdia as Missões, onde ocorrera a cruenta Guerra Guaranítica.

Antônio Gomes Freire de Andrade e Castro no Brasil

Antônio Gomes Freire de Andrade e Castro havia chegado ao Brasil em 1733 para o cargo de Governador e Capitão-General do RJ, MG e SP. Por quase 30 anos dedicou ao Brasil o melhor de seus esforços, tanto no campo administrativo quanto no militar.

Em decorrência do Tratado de Madrid (1750), deslocou-se em 1752 para a região sul, encarregado de delimitar as fronteiras com as colônias espanholas. Comandou as tropas luso-espanholas que venceram os índios guaranis durante a Guerra Guaranítica (1754-1756).

Foi responsável por grandes contribuições para a tecnologia militar da colônia, com destaque para a criação, em 1762, da “Casa do Trem da Província do Rio de Janeiro”, local destinado ao armazenamento e reparo do equipamento de Artilharia do Exército Colonial. A Casa do Trem é o marco de origem da indústria bélica no Brasil Colônia, além de ser a precursora dos atuais Arsenais de Guerra do Exército Brasileiro. É a atual sede do Museu Histórico Nacional.

Depois do Pacto de Família, firmado na Europa em 1761, Gomes Freire percebeu que, em caso de nova guerra entre Portugal e Espanha, haveria repercussões no Brasil. Providenciou então medidas para reforçar a segurança da fronteira meridional, empregando os meios remanescentes da Guerra Guaranítica.

As providências tomadas por Gomes Freire

Tratou Gomes Freire de mobilizar os escassos recursos disponíveis para se antepor aos espanhóis. Conhecedor das ideias de Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires e seu antigo parceiro na tentativa fracassada de demarcar a fronteira meridional, intuiu que, em caso de nova guerra, este não perderia a oportunidade de colocar em prática seus planos de garantir para a Coroa espanhola vastas áreas que estavam sob o domínio português no Rio Grande.

Mandou organizar em São Paulo quatro “Companhias de Aventureiros” para nelas incorporar os herdeiros das tradições de bravura dos bandeirantes.

A Fortaleza de Rio Pardo

Em 1751, Gomes Freire determinou que no caminho das Missões fossem criados dois depósitos para estocar suprimentos destinados a apoiar futuras operações militares e apoiar a marcha do Exército Demarcador naquela direção.

O furriel de dragões Francisco Manoel de Souza Távora, que à frente de uma “Companhia de Aventureiros” paulistas fora mandado para explorar e reconhecer a região, indicou como locais estratégicos as regiões onde hoje se localizam os municípios de Rio Pardo e Santo Amaro, ambos na margem esquerda do Jacuí.

Dada à localização na confluência do rio Pardo com o Jacuí, Gomes Freire ordenou ao engenheiro João Gomes de Mello que ali fosse erigida uma “estacada”, depois forte, batizado de Jesus Maria José. Ou seja, uma “Tranqueira”. Para guarnecer o forte Gomes Freire criou, com pessoal de Laguna e de Viamão, uma “Companhia de Aventureiros”. A construção durou dois meses. Em seguida, foi transferida de Rio Grande um contingente dos Dragões do Rio Grande³², o que deu origem aos Dragões do Rio Pardo.

Na madrugada de 2 Fev 1754, a fortaleza foi atacada por 160 índios missioneiros comandada por José Sepé Tiaraju, que foi rechaçada. Em 27 Abr a fortaleza foi novamente atacada. Cerca de 400 guaranis missioneiros, liderados por

³² Os Dragões do Rio Grande eram originários dos Dragões D’El Rei das Minas Gerais, tropa portuguesa chegada ao Brasil em 1719 e sediada em Vila Rica, hoje Ouro Preto (Giorgis, 2018, p. 27).

José Sepé Tiaraju e munidos de quatro peças de artilharia foram repelidos e perseguidos após quase duas horas de combate. Tiaraju e 53 índios foram aprisionados e levados ao forte. Dias depois Sepé conseguiria fugir quando, escoltado por soldados, foi localizar cavalos que havia tomado aos portugueses.

Atacada por índios missioneiros e por expedições espanholas, Rio Pardo resistiu, daí ter recebido a denominação de “Tranqueira Invicta”.

A Fortaleza de Santa Tereza

Em 1761, Gomes Freire determinou ao Coronel Thomaz Luiz Osorio, comandante da Fortaleza de Rio Pardo, que reunisse o maior efetivo possível e se deslocasse para o extremo sul do território brasileiro. Nessa região deveria, caso tivesse notícia de que a Colônia do Sacramento fora atacada, entrar em território espanhol, apoderando-se da região de Castilhos, passagem obrigatória para quem do Prata se dirigisse ao território brasileiro pelo caminho da costa.

A 10 Out 1762, Ceballos atacou Sacramento, que capitulou a 26, sem condições de resistir. Sabedor da situação das defesas rio-grandenses, Ceballos colocaria em execução o plano de levar a fronteira espanhola até Santa Catarina.

Tomando conhecimento do ataque espanhol à Colônia do Sacramento, o Coronel Osorio atravessou o arroio Chuí e se apossou do desfiladeiro de Castilhos, dando início à construção da fortificação guarnecida por 400 homens e 10 canhões de pequeno calibre. Ela recebeu o nome de Santa Tereza em 15 Out 1762, data das comemorações dessa Padroeira.

Guarnecida como estava e com o armamento de que dispunha, a fortaleza não tinha condições de cumprir a missão a si destinada nos planejamentos da guerra.

A difícil situação do Rio Grande

Ceballos, que conhecia a situação militar dos portugueses na América, concentrou tropas em Maldonado e passou a treinar as forças com que pretendia atacar o Rio Grande, gastando cerca de cinco meses nessa preparação.

A 8 Abr 1763, com o exército organizado em dois corpos, Ceballos deixou Maldonado, avançando ao território gaúcho pelo litoral. Para a época, a tropa de Ceballos, 3.000 homens bem adestrados e bem comandados, em se tratando de uma guerra colonial, representava uma força considerável.

Do lado português, foram infrutíferas as iniciativas do Cel Osorio para deter ou retardar o avanço inimigo. Em face da nítida superioridade dos espanhóis, só restou a opção de oferecer resistência atrás das muralhas da fortaleza.

Cai a Fortaleza de Santa Tereza

Na região de Santa Tereza, prisioneiros e desertores inimigos ali chegados espalharam boatos exagerando o efetivo das forças espanholas, e enfatizando as sinistras intenções de passar pelas armas quem lhes caísse nas mãos.

Gomes Freire faleceu em 10 Jan 1763 no Rio. A Junta que o substituiu, reconhecendo a impossibilidade de defender com os meios disponíveis a margem sul do Canal do Rio Grande, autorizou a evacuação de todos os meios ali localizados para a margem norte do canal. Pretendia-se com isso barrar o avanço inimigo para o interior do Rio Grande e das vias de acesso para Santa Catarina.

O Cel Osorio³³ enfrentou uma deserção em massa e decidiu permanecer no comando da Fortaleza de Santa Tereza, mas foi obrigado a capitular em 19 Abr.

Divisão interna

A defesa do RS dependia da difícil harmonia entre o comando militar e a administração civil, sendo ambos subordinados ao Rio de Janeiro. Essa dicotomia acabava por minar o moral dos combatentes. Faltava unidade para coordenar a defesa e orientar as providências administrativas. Essa falta de unidade fez com que o Cel Osorio não recebesse o apoio necessário, levando-o à rendição.

Doente, o governador Coronel Ignacio Eloy de Madureira foi para SC.

Os espanhóis donos do canal do Rio Grande

Prosseguindo sem resistência para o norte, Ceballos entrou na vila de Rio Grande em 12 de maio de 1763. Lançou em seguida uma cabeça-de-ponte sobre a margem norte do canal, o que indicava sua intenção de prosseguir. Pouco depois comunicou ao comando português que não continuaria sua ofensiva, posto que havia sido assinado um armistício entre as duas Coroas ibéricas³⁴.

Os dois comandos entraram diretamente em acordo sobre os limites que passariam a vigorar. Segundo esse acordo a barra do Rio Grande e um largo trecho da margem norte do canal ficaram de posse da Espanha.

³³ Thomaz Luiz Osorio foi preso para Sacramento. Em 1764 foi entregue ao governo português e preso na Ilha das Cobras, RJ. Acusado de traição, foi enforcado em Lisboa em 21 Abr 1768.

³⁴ Foi em função do final da Guerra dos Sete Anos pelo Tratado de Paris de 10 Fev 1763, pelo qual a Espanha recebeu a Praça de Almeida e devolveu Sacramento aos portugueses.

O Rio Grande em compasso de espera

O Tratado de Paris, assinado em 1763, que pôs fim ao conflito europeu, impunha, na América, que os dois contendores restituíssem tudo quanto houvessem adquirido pela força das armas. Os espanhóis cumpriram essa cláusula apenas no tocante à Colônia do Sacramento, pois sabiam que poderiam reavê-la quando quisessem. Já os portugueses, enfraquecidos militarmente, foram obrigados a restituir tudo o que haviam pela guerra.

Aos portugueses só restou preparar-se em silêncio e aguardar o momento propício para expulsar o invasor do território ocupado³⁵.

Novo Governador - Nova atitude

Em 1764, assumiu o cargo de Governador do Rio Grande o Cel José Custódio de Sá e Faria, veterano dos trabalhos de demarcação da fronteira meridional.

Tomando conhecimento das reclamações dos moradores do Continente, designação do atual RS, que relatavam abusos cometidos pelos espanhóis, Sá e Faria e seu braço direito, o Cel José Marcelino de Figueiredo, passaram a motivar esses mesmos habitantes a se prepararem para dar um fim à opressão.

De soldados a cidadãos-soldados

Após a Guerra Guaranítica, muitos soldados licenciados resolveram se fixar na região, casando com índias missioneiras e recebendo doação de terras da Coroa. Ao mesmo tempo, aventureiros e colonos apossaram-se de terras devolutas. Começaram a multiplicar-se as estâncias de criação de gado.

A miscigenação do português era uma constante, e era estimulada pela Metrópole. A consequência disso foi o surgimento, entre a população de origem portuguesa do RS, mas acrescida de jovens nascidos na região, de um sentimento nativista, aliado a um temperamento arrojado e altivo, e um ufanismo pela terra que lhe pertencia de fato e de direito. Essa população forneceu os combatentes que possibilitaram aos chefes militares a consecução de brilhantes feitos de armas. Mesmo soldados de outras partes do Brasil manifestavam o desejo de recuperar rapidamente as terras perdidas.

³⁵ Conforme Pedro Ari Veríssimo da Fonseca (2010, p. 70), em 6 Jun 1763 a Junta Governativa do RJ determinou que "A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas, localizadas em matas e nos passos dos rios e arroios. Deles sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes gados, cavalhadas e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante inquietação".

A prudência da Metrópole e o arrojo da Colônia

Na segunda metade da década de 1760, as duas Coroas ibéricas estavam vivendo um raro período de harmonia, resultante da conciliação de interesses comuns junto à Santa Sé. Por isso, Portugal não podia mandar ao Brasil ordens que deixassem transparecer hostilidade para com a Espanha.

O Governador Sá e Faria partiu para uma estratégia objetiva que foi conter a expansão espanhola para o norte, e depois recuperar os territórios perdidos.

O Forte de São Caetano da Barranca

Como o mais urgente era barrar um possível avanço espanhol pelo litoral. Apesar do veemente protesto do invasor, foi construído, em Ago 1764, um fortim que limitava a expansão da cabeça-de-praia mantida pelos espanhóis na margem norte do canal do Rio Grande, atual São José do Norte. Batizando-o com o nome de São Caetano da Barranca, o Governador entregou-o ao comando do Capitão Francisco Pinto Bandeira, a quem recomendou prudência, pois não teria meios para reforçá-lo em caso de ser atacado.

Pouco mais tarde foi levantado outro forte no rio Taquari, para defender o povoado de São José do Tebicuari.

O plano

Passada a fase da contenção, o Governador José Custódio tratou de iniciar a reconquista dos territórios perdidos, que na sua visão, passava pela reabertura da barra do Rio Grande aos navios portugueses.

As ordens foram transmitidas ao Cel Marcelino, seu lugar-tenente. Este mandou reunir no porto de São Caetano todas as embarcações disponíveis destinadas a transportar cerca de 500 homens que constituiriam a força que iria conquistar as posições mantidas pelos espanhóis nas duas margens do canal do Rio Grande.

A primeira etapa, arrebanhar a cavallhada do inimigo estacionado na margem norte do canal, impedindo-o assim de atacar o Forte de São Caetano, que ia ficar desguarnecido, foi cumprida com êxito, mas quando Marcelino embarcou a tropa para atacar a margem sul ao amanhecer, foi surpreendido por forte ventania e densa cerração que dispersou a pequena flotilha.

Em 28 Mai 1767, quando José Marcelino conseguiu reunir as embarcações, já ia alto o dia e, sentindo que o elemento surpresa fora perdido, decidiu suspender a operação e retornar para o porto de São Caetano.

Reavaliando a situação, José Marcelino desistiu de conquistar a vila de Rio Grande mediante ataque frontal, optando por atravessar o canal onde havia um local de desembarque desguarnecido e atacar por terra as posições espanholas.

O local de desembarque escolhido foi a região conhecida como Ponta da Maciega, a cerca de três km da vila. Ao chegar à terra, parte da tropa atolou-se num mangue e a progressão para as posições de ataque foi suspensa.

A retirada

Procurando se safar do atoleiro, os luso-brasileiros foram alvos dos canhões espanhóis. Marcelino, percebendo a difícil situação em que sua tropa se encontrava, com mortos e feridos, mandou tocar retirada, evitando mais perdas.

O fracasso dessa tentativa deveu-se mais às condições meteorológicas adversas do que à reação do inimigo, cujos efetivos eram pequenos, já que uma parte havia sido deslocada para o canal de São Gonçalo, na altura de Pelotas, a fim de enfrentar um possível ataque das tropas de Rio Pardo.

Pequenas escaramuças - grandes vitórias

A guarnição espanhola de São José do Norte, ao norte do canal, tinha cerca de 200 homens e algumas peças de artilharia. O Governador do RS decidiu conquistar essa posição para poder realizar um novo ataque à vila do Rio Grande.

A tropa atacante reuniu-se nas proximidades da posição dos espanhóis que, sentindo-se inferiorizados preferiram, na noite de 5 Jun 1767, retirar-se para a vila de Rio Grande. No dia seguinte, José Marcelino entrou em São José do Norte.

Separados pelas águas do canal, um obstáculo difícil de ser ultrapassado, desde que bem defendido, portugueses e espanhóis iriam aguardar que as Metrôpoles decidissem, por meios diplomáticos, os destinos das terras disputadas.

A posição da Coroa portuguesa

Ao tomar conhecimento dos fatos, o governo português externou seu desagrado. Determinou aos seus diplomatas em Buenos Aires e em Madri que dessem explicações aos espanhóis, juntamente com um pedido de desculpas. Os chefes militares responsáveis pelos incidentes seriam responsabilizados pelos atos contra as posições espanholas. Marcelino foi removido para o Rio de Janeiro.

Foi substituído o Vice-Rei do Brasil, Conde da Cunha pelo Conde de Azambuja, que veio em 1767 com ordens para prender o Governador do RS, Cel José

Custódio e enviá-lo a Portugal onde seria julgado. Esta ordem jamais foi cumprida. Azambuja deveria ainda providenciar a restituição dos territórios conquistados aos espanhóis, o que não foi cumprido. Mesmo com as desculpas e promessas formuladas, a parte do território rio-grandense que foi recuperada não foi devolvida.

O Conde de Azambuja, que provavelmente possuía ordens secretas, cuidou de reforçar a guarnição do Continente de São Pedro do Rio Grande. O Coronel José Custódio permaneceu no exercício de suas funções até o início de 1769, quando construiu mais duas posições fortificadas próximas ao rio Jacuí.

Embora desagradando a ambas as partes, a situação permaneceu estável por cerca de seis anos, o que permitiu aos portugueses, através da instalação de estâncias, humanizar o território disputado.

A invasão de Vertiz y Salcedo

Nomeado Governador de Buenos Aires, o mexicano Don Juan José de Vertiz y Salcedo assumiu em 16 Ago 1771 e passou a exigir que os luso-brasileiros abandonassem o posto avançado construído nas barrancas do rio Camaquã e que entregassem a margem norte do canal de Rio Grande. Não foi atendido. Planejou então a ação que julgava decisiva: atacar Rio Pardo.

Em Nov 1773 Salcedo invadiu o RS pela via de acesso a cavaleiro da Coxilha Grande (atual Bagé) com mil soldados de linha, 300 índios e um esquadrão de 100 correntinos. Este deslocamento foi detectado por Rafael Pinto Bandeira. Na região erigiu o fortim de torrão por ele denominado de Santa Tecla.

Situação político-militar da província luso-brasileira

Em 11 Jun 1773, José Marcelino substituiu o Cel José Custódio e passou a governar o RS consciente do dever militar de resistir e de estar presente nos confrontos. Transferiu ele a capital do RS de Viamão para Porto dos Casais.

A estratégica praça de Rio Pardo estava defendida por somente 400 militares. Mesmo com a rápida ação espanhola foi possível reforçá-la. Marcelino deslocou-se para Rio Pardo e assumiu as operações militares.

A estratégia de Vertiz y Salcedo para conquistar Rio Pardo

Para atacar Rio Pardo pela frente e pelo flanco, Vertiz y Salcedo ordenou ao Governador espanhol das Missões Orientais do Uruguai que reunisse um corpo de 500 a 600 homens da tropa regular da província de Corrientes e mais

um contingente de índios missioneiros sob o comando de D. Antônio Gomes Velasco e se deslocasse para o vale do Jacuí.

A ação militar em torno de Rio Pardo

Assumindo a defesa de Rio Pardo, José Marcelino mandou o Capitão Rafael Pinto Bandeira, no comando de 100 homens selecionados, ao rumo do poente, em busca das forças de Antônio Gomes. Em 2 Jan 1774, junto ao arroio Santa Bárbara, Pinto Bandeira encontrou o inimigo acampado e o atacou de surpresa, dispersou a tropa, prendeu o comandante Velasco, três oficiais e 80 soldados, apoderou-se de copioso armamento e das instruções dadas por Vertiz y Salcedo. Estava abortado o ataque de flanco contra Rio Pardo. Os guerrilheiros de Pinto Bandeira ainda efetuaram ações vitoriosas em Camaquã e no Tabatingaí³⁶.

A 5 Jan Vertiz y Salcedo chegou à Rio Pardo e intimou José Marcelino a, em oito dias, abandonar o sul do Jacuí e evacuar as guarnições de Rio Pardo, Santo Amaro, Viamão e Porto dos Casais. Se não atendido, empregaria a força.

José Marcelino determinou que Rafael Pinto Bandeira atacasse a coluna de 400 homens comandada por D. Francisco Bruno de Zabala no passo do Tabatingaí. Pinto Bandeira, após estabelecer contato com a coluna inimiga, simulou uma retirada e atraiu os espanhóis para uma região pantanosa, conhecida como Pantano Grande onde, a 14 Jan, foi fragorosamente derrotada.

A ação diplomática e militar em Rio Pardo

José Marcelino, alegando ser apenas comandante do Forte e não tendo recebido instruções do Governador, não respondeu à intimação do espanhol. No dia seguinte Marcelino, após simular sua chegada ao Forte como Governador, enviou a Vertiz y Salcedo um ofício de conteúdo cordial, informando que estava avaliando a situação. Em 13 Jan, recebeu a notícia da derrota das tropas com as quais contava para atacar Rio Pardo, declarou-se satisfeito com a “inspeção” e decidiu retirar-se para a vila do Rio Grande e em seguida para Buenos Aires.

A expedição castelhana, ao se retirar, deixou como sentinela avançada na campanha rio-grandense a Fortaleza de Santa Tecla, na região onde hoje se encontra a cidade de Bagé.

³⁶ Os comandantes guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira eram Cipriano Cardoso Barros Leme e José Carneiro da Fontoura, este no comando de um contingente de Dragões (Cesar, 1970, p. 184).

A vinda do General Böhm para o Brasil

A guerra dos sete anos na Europa (1756/1763) fez com que o rei D. José I e seu 1º ministro, o Marquês do Pombal, percebessem que a evolução da arte da guerra - fruto do gênio do rei Frederico II da Prússia, ao organizar, treinar e comandar seu vitorioso exército - não havia chegado a Portugal. As conjunturas políticas europeia e americana indicavam que, dificilmente, Portugal ficaria fora dos conflitos que se aproximavam em ambos os cenários. Eram urgentes as medidas para aumentar o poder de combate das tropas portuguesas.

Aconselhado pelos ingleses, coube a Pombal a iniciativa de buscar na Prússia os meios destinados a transformar a então força armada lusitana em uma eficiente máquina de guerra. Para isso, foi contratado o prussiano Frederico Guilherme Von Schaumburg-Lippe, veterano das guerras europeias, o Conde de Lippe.

Lippe chegou em Portugal em Jul 1762, com dois batalhões de mercenários suíços e oficiais auxiliares, entre os quais o Coronel João Henrique Böhm. Verificando o estado do exército português, que não combatia há mais de 40 anos, tratou ele de disciplinar, fardar, organizar, equipar e treiná-lo da melhor maneira. A reforma do Exército português por Lippe incluiu a criação de auditorias de guerra e a atribuição de um papel mais relevante às milícias e às ordenanças para a defesa do território, em especial o colonial. A organização militar foi revista. Os terços de modelo espanhol do século XVI foram substituídos a pelos regimentos, de inspiração francesa (Wheling, 2008, p. 26/28).

Os resultados do trabalho do Conde de Lippe e seus auxiliares logo apareceram. Quando Portugal, em fins de 1762, foi forçado a entrar na Guerra dos Sete Anos foi possível, com um reforço de 8.000 soldados ingleses, se defender de uma invasão pela Espanha, que dispunha de um exército muito superior.

Terminada a guerra, Lippe e vários de seus oficiais retornaram para seus países de origem, mas deixaram em Portugal um novo exército, organizado, disciplinado e pronto para o combate.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás no início do século XVIII, a economia portuguesa dependia cada vez mais de sua colônia sul-americana. Obtida a paz na Europa em 1763, a maior preocupação passou a ser o Brasil. Em 1764, o rei D. José I decidiu contratar escolheu uma missão militar para o Brasil. E contratou o alemão João Henrique Böhm, principal auxiliar do Conde de Lippe na reorganização do exército português, o qual havia se retirado para a Alemanha após o término da guerra contra a Espanha (ver o item III.8.6).

Promovido, o Gen Böhm embarcou para o Brasil em 1767 com cerca de 80 oficiais, entre os quais outro auxiliar de Lippe, o suíço Diogo Jacques Funck,

especialista em fortificações. Três regimentos do exército português - Bragança, Moura e Estremoz - foram enviados para o Rio de Janeiro, destinados a formar o casco do exército português no Brasil. Graças ao trabalho metódico e profissional do General Böhm e de sua equipe, em 1773 Portugal já dispunha no Brasil de uma força militar organizada, disciplinada e com razoável poder de combate.

A investida de Vertiz y Salcedo sobre a Capitania do Rio Grande definiu a oportunidade dessa força entrar em ação. O Marquês do Pombal transmitiu ao Marquês de Lavradio³⁷ as ordens d'El Rei:

...logo que receber esta carta faça transportar ao Rio Pardo, Viamão, Rio Grande de São Pedro, o tenente-coronel João Henrique Boehn...e os três regimentos de Bragança, Moura e Extremóz; com toda a artilharia e munições que lhe forem competentes...

Pombal, que tinha grande visão estratégica, também enfatizava a necessidade de distribuir armas à população civil das regiões ameaçadas pelos espanhóis e deslocar para o sul forças pernambucanas constituídas de afro-descendentes e pardos, pois os castelhanos tinham pavor de tropas de pele escura. Lembrava ainda o grande estadista que Sua Majestade estimava muito os vassallos pretos e pardos, recomendando que fossem tratados sem diferença alguma dos demais.

Em Dez 1773, os três regimentos portugueses seguiram por mar para Laguna e depois por terra até Porto Alegre, onde o Gen Böhm continuou os preparativos para a retomada da vila do Rio Grande em perfeita sintonia com José Marcelino de Figueiredo. A tropa, constituída pelos três regimentos portugueses, o Regimento de Infantaria de Santos, a Legião de Cavalaria de São Paulo e os Dragões de Rio Pardo alcançava o respeitável efetivo de mais de 6.500 soldados regulares.

Terminados os preparativos em 1774, Böhm³⁸ determinou que essa tropa se deslocasse para São José do Norte, que se transformou numa verdadeira praça de guerra. Em Jan 1775, Böhm inspecionou a zona do Estreito.

Face a essa movimentação, que não passara despercebida, os espanhóis de Buenos Aires enviaram, por mar, um destacamento de cerca de 1.000 combatentes para reforçar as defesas da Vila de Rio Grande.

As ordens de Portugal eram as seguintes: 1) Ter em defesa toda a fronteira do Rio Grande de São Pedro; 2) Facilitar às nossas embarcações a passagem da

³⁷ Dom Luís d'Almeida Portugal, nomeado Vice-rei em 8 Abr 1768, assumiu em 4 Nov 1769. Teve ele sérios desentendimentos com o Gen Böhm no contexto da luta contra os espanhóis no sul. As contribuições de Lavradio para a formação do EB foram relevantes tanto na BA, como no RJ e também no sul.

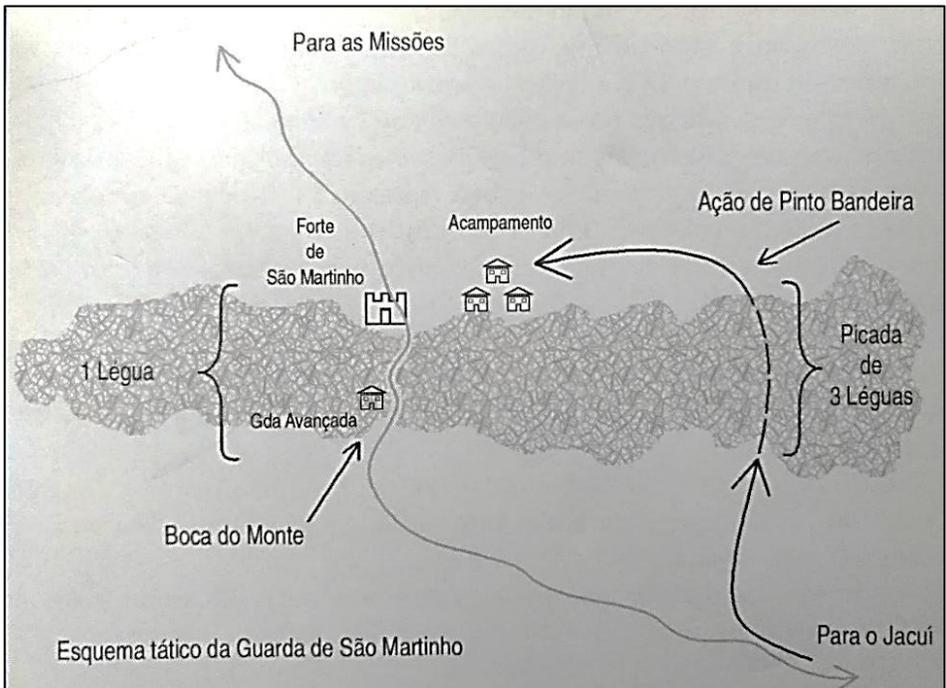
³⁸ O Ajudante de Ordens de Böhm foi o então Tenente Manuel Marques de Souza I (Lemos, 2009, p. 177).

Barra do Rio Grande; 3) Reivindicar a outra banda do rio, pertencente à Coroa Portuguesa e da qual os espanhóis haviam se apoderado injustamente; 4) Requerer a devolução e, caso negada, tomá-la pela força; e 5) Tomar todas as medidas para a defesa da Ilha de Santa Catarina e do RJ (D'Almeida, 1942, p. 60).

A conquista da Guarda de São Martinho (atual Santa Maria)

A defesa espanhola no RS tinha três pontos fortes: Rio Grande, barrando as vias de acesso pelo litoral; Santa Tecla, bloqueando a via de acesso pelo sul do rio Jacuí e a Guarda de São Martinho, impedindo o acesso às Missões.

São Martinho foi o ponto escolhido para o início da ofensiva portuguesa contra os espanhóis, que ocupavam parte do território da Capitania do Rio Grande.



São Martinho, conforme a legenda da imagem (Fonte: Lemos, 2009, p. 179)

Os portugueses conheciam bem a estrutura de defesa de São Martinho e sabiam que era preciso um chefe experientado e uma tropa afeita às dificuldades

impostas pelo terreno, acidentado e coberto em sua maior parte por densa vegetação, para levar a cabo, de surpresa o ataque a esse ponto forte. A escolha de José Marcelino recaiu sobre Rafael Pinto Bandeira, profundo conhecedor da região e a força colocada sob seu comando totalizava 200 homens.

Pinto Bandeira decidiu não realizar ataque frontal e decidiu se aproximar da posição inimiga realizando uma marcha através de uma picada a ser aberta na mata. Ação característica de guerrilha.

A 31 Out 1775, a força de Pinto Bandeira irrompeu pela retaguarda, surpreendendo os defensores enquanto dormiam. A guarnição espanhola, constituída por cerca de 40 soldados de linha comandada pelo Tenente Alvarez, se rendeu, enquanto uma centena de combatentes índios evadiu-se pelo mato.

Depois de destruir as instalações defensivas do reduto, Pinto Bandeira regressou a Rio Pardo com 41 prisioneiros, um canhão e quatro mil bovinos e equinos.

A conquista do Forte de Santa Tecla

A pós a perda da Guarda de São Martinho, Vertiz e Salcedo concluiu que o Forte de Santa Tecla, na atual região de Bagé (oito Km ao norte do centro da cidade em linha reta), seria o próximo objetivo lusitano e resolveu reforçá-lo. Aumentou o efetivo para 120 homens, com munição e suprimentos em quantidade suficiente para repelir um ataque.

Essa movimentação foi percebida pelos luso-brasileiros, levando o Governador José Marcelino a consultar Rafael Pinto Bandeira sobre a viabilidade de um ataque ao Forte. Pinto Bandeira respondeu positivamente, sendo então reforçado por 200 dragões comandados pelo Sgt-Mor Patrício José Correa da Câmara.

Reunidos os meios em 28 Fev 1776, Pinto Bandeira partiu para o ataque, procurando, como sempre, obter a surpresa. Os espanhóis (257 homens, inclusive 60 índios, e oito peças de artilharia), comandados pelo Capitão Luiz Ramirez, estavam atentos e o ataque fracassou. Cumprindo ordens, Pinto Bandeira estabeleceu um sítio, privando o inimigo de recursos externos e para isso mandou patrulhas para arrebanhar todos os animais das cercanias.

A tropa luso-brasileira acampou a alguns quilômetros do Forte, dando início ao bloqueio. O planejamento e a execução do assalto à fortificação inimiga ficou a cargo do Sgt-Mor Correa da Câmara.

Depois de um ataque frustrado em 10 de março e diversas incursões de inquietação, por duas vezes Pinto Bandeira intimou o comandante do Forte à rendição, sendo rechaçado. Mas em 24 Mar houve acordo, por iniciativa dos espanhóis, que

culminou com a rendição. A 26 começava o desmantelamento de Santa Tecla, que deixava de existir.

Conquistadas as posições de São Martinho e Santa Tecla, restava ainda expulsar os invasores da margem sul do canal de Rio Grande e do território que se estendia até o arroio Chuí.



Planta do Forte de Santa Tecla, em Bagé, com descrições (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 183). No local, atualmente, se vêem somente resíduos do forte. Permanece a denominação histórica do 3º R C Mec: Regimento Forte de Santa Tecla.

A conquista da Vila de Rio Grande

A posse da vila de Rio Grande era um ponto capital nas divergências entre portugueses e espanhóis em virtude de sua posição estratégica, dominando o canal de acesso à Lagoa dos Patos, por onde se poderia atingir, para o sul, a Lagoa Mirim e para o norte o vale do Jacuí. Em Set 1775 chegaram as ordens expressas de Portugal para expulsar os espanhóis sem perda de tempo.

Em 19 Fev 1776 foi lançado o ataque anfíbio ao comando do irlandês Almirante Robert McDowall que foi totalmente fracassado.

A 31 Mar, domingo, Böhm mandou festejar ruidosamente com salvas e bailes o aniversário da rainha Dona Mariana Vitória de Portugal. Os espanhóis procuraram saber a causa do alvoroço. Tranquilizados ao descobri-la, omitiram-se de tomar precauções. Terminadas as festividades às três da madrugada, o General Böhm convocou os chefes imediatos e informou-os de sua decisão de atacar imediatamente o inimigo. Cada um recebeu sua missão e os meios para cumpri-la, inclusive as embarcações que transportariam a tropa, que foram reunidas no maior sigilo. O comando da frota foi do inglês Almirante Jorge Hard-Castle.

Na madrugada de 1º Abr começou a travessia do canal. Os atacantes se dirigiram para a fortificação do Mosquito, ponto fraco da defesa espanhola e beneficiando-se da surpresa, conquistaram a posição pouco antes do amanhecer. Um outro grupamento avançou para o Forte da Trindade e conquistou esse objetivo, apesar dos fogos recebidos do bergantim espanhol Santa Matilde.

O Forte da Mangueira caiu pouco depois. Dado o êxito dessa primeira parte da operação, o General Böhm atravessou o canal com o restante das tropas para dominar os Fortes Ladino e do Triunfo, que ainda resistiam, contando com o apoio naval da flotilha de Jorge Hard-Castle que fechou a entrada da barra.

Böhm intimou Miguel Texada, comandante espanhol da vila do Rio Grande, a entregar a posição em três horas. Mas na madrugada os espanhóis abandonaram a vila e o forte no arroio Taim. Na manhã de 2 Abr, os luso-brasileiros ocuparam a vila. Em 4 Abr o General Böhm entrou na vila de Rio Grande, já restaurada.

Toda a região ao redor da atual cidade de Rio Grande ficou livre dos espanhóis, que se recolheu, em parte, ao Forte de Santa Teresa, guardião do desfiladeiro de Castilhos, hoje território uruguaio.

A reação espanhola

Ao saber da reconquista portuguesa, o governo espanhol tomou algumas medidas. Em 8 Ago 1776, uma Cédula Real criou o Vice-Reinado do Rio da Prata. Dom Pedro de Ceballos foi nomeado Capitão-General e Vice-Rei.

Uma outra medida foi enviar uma esquadra de 19 navios de guerra e 97 mercantes, com 13 mil homens, para o vice-reinado, sob o comando do próprio Ceballos. Em Fev 1777, a esquadra aportou em Santa Catarina (Desterro) e se aposentou da ilha. A guarnição teve que se render e só alguns defensores conseguiram fugir, internando-se no interior da ilha.

A ação de Ceballos

A seguir, Ceballos determinou a Salcedo que se deslocasse para o Forte de Santa Teresa, com forças significativas. Ceballos pretendeu marchar de SC para o sul esmagando as tropas portuguesas que se encontravam no Rio Grande, mas não chegou a executar esse plano. Resolveu seguir embarcado para Montevideo e para a Colônia do Sacramento, que foi conquistada e arrasada.

Seu plano maior era marchar sobre a vila de Rio Grande via litoral.

O Tratado de Santo Ildefonso

Durante o ataque de Ceballos à ilha de Santa Catarina, ocorria em Portugal a chamada “viradeira”, a reviravolta política decorrente do falecimento do rei D. José e a ascensão ao trono de Dona Maria I, que derrubou do poder Dom Sebastião José de Carvalho e Melo - o Marquês do Pombal.

Em 1º Out 1777, D. Maria I celebrou com seu primo, Don Carlos III, rei da Espanha, um novo acordo de limites entre seus respectivos domínios na América do Sul, assinado na cidade espanhola de San Ildefonso.

Segundo o tratado, a Espanha devolvia a ilha do Desterro e renunciava à vila de Rio Grande permanecendo com a Colônia do Sacramento, com os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai e com domínio sobre os rios da Prata e Uruguai.

As duas nações nomearam demarcadores, mas sucessivas controvérsias fizeram com que o trabalho jamais fosse concluído.

As forças terrestres no Paraná - A indefesa vila de Paranaguá

Dois incidentes atestam a fragilidade das defesas da vila de Paranaguá. Em 1718, um galeão espanhol a serviço da França (Le François) vindo do Chile carregado de prata buscou abrigo no porto da cidade. Um navio pirata francês (Louise) à procura de vítimas fundeu na baía, o que causou sobressalto entre os moradores de Paranaguá, que ficaram amedrontados de um saque geral à vila após o saque ao galeão francês (www.naufragios.com.br/louise.html).

Paranaguá não dispunha de qualquer defesa, nem seus habitantes sabiam empregar armas de fogo. Foi quando aconteceu uma verdadeira intervenção divina. O dia estava sereno quando repentinamente se abateu sobre a baía uma forte tempestade, que jogou o navio pirata para uma região onde havia rochas submersas, acabando por ir a pique no dia 9 Mar.

Em 1728, um outro navio suspeito, também de bandeira francesa, entrou na baía sem pedir permissão, desrespeitando as advertências que lhe foram feitas. Um grupo de populares, tripulando um navio que estava ancorado no porto, foi ao encontro do navio intruso, tendo seu comandante dito que havia entrado na baía apenas para descansar... Esse caso, associado ao anterior, traria várias consequências para Paranaguá.

Não há mal que bem não traga

Não há mal que um bem não traga - é um velho ditado português. O Governador de São Paulo nomeou um Ouvidor para administrar a vila e determinou que fossem organizadas quatro companhias de ordenança e passou a considerar a construção de uma fortaleza para a defesa da barra. Entretanto, passaram-se os anos e a fortificação não foi erguida.

Sonho realizado

Com a vinda de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão para governar a Capitania de São Paulo, em 1765, novamente veio à tona a questão da construção da fortaleza de Paranaguá. O novo governador encarregou o Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza de construir essa fortificação. Após vencer a resistência da Câmara local, que relutava em contribuir para a obra, Afonso Botelho iniciou a construção da fortaleza em 19 Jan 1767.

Os canhões da Fortaleza de Nossa Senhora do Prazeres da Barra de Paranaguá dispararam pela primeira vez em 23 Abr 1769. À essa fortaleza estaria reservada, no futuro, importante missão na defesa do litoral sul do Brasil.

As forças terrestres em Mato Grosso - Rompe-se a linha de Tordesilhas

A busca por jazidas de ouro levou milhares de pessoas a sair do litoral e se internar no sertão, abrindo caminhos e fundando núcleos populacionais, muito além da linha imaginária fixada pelo Tratado de Tordesilhas de 1494.

O povoamento de extensas áreas no interior da colônia trazia como consequência o desdobramento territorial da administração pública. Surgiram assim as Capitanias de Minas Gerais e Goiás e, em 1748, a de Mato Grosso.

O primeiro Governador de Mato Grosso

Em 1751 chegou o primeiro Governador do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, um jovem capitão de infantaria que governaria a Capitania por 16 anos. Em 19 Mar 1752, fundou Vila Bela da Santíssima Trindade que seria a sede do governo por muito tempo e depois se transformaria na cidade de Mato Grosso, quase na confluência dos formadores do rio Guaporé. Além disso, tomou uma série de medidas para a defesa e a expansão do território. Plantou um marco no rio Jauru na bacia do rio Paraguai.

As investidas espanholas contra o Guaporé

Pelo Tratado de Madri o limite entre as terras espanholas e portuguesas na América do Sul passaria pelo rio Guaporé, de modo que ficariam sob o controle dos luso-brasileiros as missões jesuíticas de Santa Rosa e Iturez de Moxos.

Como consequência do Tratado de El Pardo assinado em 1761, que anulava o que fora ajustado em 1750, os espanhóis investiram contra as regiões cedidas a Portugal, mas em 1763 e 1766 elas foram recuperadas.

A preocupação com a fronteira ao sul de Mato Grosso

Logo que começaram as primeiras demarcações após a assinatura do Tratado de Madri, as autoridades portuguesas decidiram instalar um posto militar bem ao sul, próximo das posições castelhanas. O governador da capitania recebeu a missão de instalar esse posto. Em consequência, em Ago 1767, o governador Luís Antônio de Souza determinou a João Martins de Barros, no comando de uma expedição integrada por 300 homens, que ocupasse as cabeceiras do rio Iguatemi. Em face de resistências encontradas fundou-se, um pouco ao norte do local pretendido, a praça de Nossa Senhora dos Prazeres, cuja guarnição passou a garantir os direitos dos luso-brasileiros na região.

O Mato Grosso, uma região no interior do Brasil

Em 1771, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi nomeado Capitão-General e Governador de Mato Grosso. No ato de sua nomeação recebeu do Secretário de Estado dos Negócios de Ultramar a seguinte informação...*o Mato Grosso é uma região que fica no interior do Brasil, limites definidos não tem, ouro parece esgotado, mas teve muito.*

A missão do Governador seria *...organizar a vida, a administração, enfim, organizar o Estado e simultaneamente ocupar territórios para que amanhã, pela ocupação, possamos justificar a soberania portuguesa.*

A longa viagem para Mato Grosso

Luís de Albuquerque embarcou em Lisboa a 10 Out 1771. Em dezembro chegou ao RJ. Na capital da Colônia perguntou ao Vice-Rei onde ficava o Mato Grosso e quanto tempo era necessário para lá chegar. A resposta foi breve: Mato Grosso ficava no interior do Brasil e as ordens de El-Rei levavam dois anos para chegar a seu destino. Luís de Albuquerque não desanimou e, seguindo o itinerário São Paulo, Goiás, Cuiabá e Vila Bela, em quatro meses assumiu seu posto.

Os anos de 1772 e 1773

Os anos de 1772 e 1773 foram fecundos para a administração de Luís Albuquerque. Foram executadas as tarefas: criação do Tribunal de Justiça; censo da população da Capitania, registrando 14 mil habitantes; desestímulo à escravidão protegendo os indígenas; recuperação do caminho que ele utilizara na viagem para Mato Grosso; e aprimoramento do sistema de segurança pública.

Os anos de 1774 e 1775

Esse anos caracterizaram-se pelos reconhecimentos dos extensos territórios da Capitania. Inicialmente Luís de Albuquerque desceu pelos rios Guaporé e Mamoré, atingindo o Madeira, em cuja margem reconstruiu o Forte da Conceição.

Viajando para o sul, mandou construir, no estreito de São Francisco, um presídio, que recebeu o nome de Coimbra.

Os anos de 1776 e 1777

Em 1776 teve início a construção do Forte Príncipe da Beira, hoje em RO, com pedra e cal de Corumbá e do Pará, o qual foi concluído em 1785. Com as lutas entre espanhóis e portugueses no sul do Brasil, e temendo que a guerra se alastrasse até Mato Grosso, Luís de Albuquerque preparou-se para defender a Capitania. A força terrestre a seu comando foi reorganizada, milícias foram mobilizadas, corpos de voluntários foram criados. Deslocando-se para a fronteira, o Governador assumiu pessoalmente o comando das tropas ali desdobradas.

Mas o Governador espanhol de Santa Cruz de La Sierra limitou-se a vigiar a faixa de fronteiras.



Fachada norte do Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, RO (BIBLIEx, 1998, p. 191)

A tomada da Fortaleza do Iguatemi pelos espanhóis

A região das cabeceiras do Iguatemi, onde se fundara em 1767 o Presídio de Nossa Senhora dos Prazeres, continuava sob a jurisdição de SP. Em 1777 a situação da fortificação era calamitosa. Soldos atrasados, provisões escassas e o impaludismo, que era epidêmico. Das 1000 pessoas que habitavam a praça, apenas 100 podiam ser consideradas válidas. As demais estavam doentes.

Dentro do quadro da guerra entre Portugal e Espanha, em 25 Out 1777, D. Agostin Fernandes de Pinedo, Capitão-General do Paraguai, no comando de uma força de dois a três mil homens de brancos e índios aculturados, atacou o forte. Em 27 Out a praça caiu em poder dos invasores. Pinedo ofereceu liberdade de retirada a todos os habitantes da guarnição e honras militares aos retirantes.

Preservando o direito de Portugal e do Brasil

Na Capitania do Mato Grosso não foi disparado um só tiro, pois as medidas de segurança lograram pleno êxito. Como o tratado de Santo Ildefonso poderia implicar na devolução de terras que ocupara e povoara, pondo assim a perder um trabalho de muitos anos, Luís de Albuquerque, passou a manter frequente

correspondência com o governo de Lisboa. Enviou relatórios e mapas, com o objetivo de deixar claros os direitos de Portugal.

Ao longo da fronteira fundou as vilas de Ladário, Baía de Cáceres e Ínsua. No interior, fez surgir os povoados de Vila Maria, Poconé e São Pedro d'El Rei.

Luís de Albuquerque regressa a Portugal

No dia 10 Jul 1790 uma multidão de ricos, pobres, portugueses, brasileiros, brancos, índios e negros, se reuniu na localidade de Vila Bela para apresentar as despedidas a Luís de Albuquerque que regressava a Lisboa depois de ter prestado assinalados serviços ao Brasil e Portugal durante 18 anos. Faleceu em 1797, aos 57 anos de idade.

Cresce de importância a frente do Paraguai

De 1780 a 1791 evoluiu a situação do Mato Grosso, alterando a importância relativa das áreas de fronteira. Decrescia a prioridade dada à frente do Guaaporé enquanto a frente do rio Paraguai, ao sul, se tornava de vital interesse para a Capitania. Constatando que na fronteira sul os espanhóis tinham maior poder de mobilização do que os portugueses, fazia-se necessária a realização de maiores esforços para rearticular as posições de defesa na faixa de fronteira e reforçar as guarnições militares já existentes.

Nesse dispositivo de defesa, desempenhava importante papel o Forte de Coimbra. O ataque frustrado a essa fortificação em 1801 pelo Governador do Paraguai D. Lázaro de Ribeira veio a mostrar o acerto das medidas do Governo de Vila Bela para a defesa de Mato Grosso.

A organização da Força Terrestre no século XVII posta à prova

Por ocasião da Guerra Holandesa, embora a força terrestre brasileira fosse quantitativamente inferior às tropas da Companhia das Índias Ocidentais, ela se estruturava em princípios e valores que a tornavam eficiente. O princípio de que a todo homem válido cabia o dever de prestar serviço militar para defender sua terra constituiu o principal fator que permitiu resistir e derrotar um inimigo mais numeroso e melhor treinado e equipado.

Na realidade, a defesa da Colônia dependia da existência de uma poderosa força naval, única capaz de evitar os ataques de 1624 e 1630. A Metrópole tinha

consciência disso e chegou a estabelecer um imposto especial para a criação e manutenção de uma frota guarda-costas, mas o projeto não foi materializado.

Coube então à força terrestre o encargo quase total da defesa contra as agressões externas. Nessa emergência e com base nas prescrições existentes nas ordenanças baixadas em 1570, organizaram-se as companhias de emboscadas e as unidades de Henrique Dias e de Felipe Camarão.

A Metrópole, dentro de suas escassas possibilidades, reforçou as tropas de linha já existentes e enviou companhias e terços compostos por tropas experimentadas em guerras na Europa.

Deve-se ressaltar também o auxílio de tropas castelhanas e napolitanas entre 1630 e 1640. Quanto à ajuda prestada pelas regiões do Brasil não envolvidas diretamente na luta, embora não fosse decisiva, evidenciou a disposição de apoio mútuo entre as Capitânicas.

A Força Terrestre após a expulsão dos holandeses

Entre as consequências benéficas da guerra para a organização militar terrestre, destacam-se as relativas às ordenanças, que passaram a receber muito mais apoio da Metrópole, chegando a alcançar níveis de adestramento e disciplina iguais ou melhores do que as tropas de linha.

As expedições ou entradas do sertão, conhecidas por bandeiras eram, em grande parte, organizadas pela iniciativa privada e, frequentemente, à revelia das autoridades. A experiência que acumularam levou o governo, entre 1630 e 1640, a aproveitar bandeirantes do sul na luta contra os holandeses. Ao norte, foram também empregados bandeirantes contra índios e quilombos.

A vitória na Guerra Holandesa e as expedições de bandeirantes, favoreceram a modernização e a organização das forças terrestres de cada Capitania.

Exemplo significativo ocorreu em PE, onde o Governador Francisco de Brito Freire (1661/64), cumprindo determinação da Coroa, deu nova estrutura à força de terra. Conservou no serviço ativo os militares de profissão e licenciou os demais. Formou uma tropa de 6.500 infantas, 800 cavalariáns e um trem de oito peças de artilharia montado em carretas, um verdadeiro exército para a época.

Cada comarca passou a dispor de um terço e cada freguesia de uma companhia. Brito Freire também se preocupou em manter as tropas bem equipadas e adestradas, através de treinamento e inspeções regulares.

A restauração do Estado do Maranhão

A expedição holandesa ao Maranhão em 1641 contava com um efetivo de mil combatentes, enquanto o Governador Bento Maciel Parente (1638/41) dispunha de apenas 130 para defender toda a Capitania. A insurreição dos maranhenses teve inspiração e apoio popular, sendo que os chefes principais foram dois senhores de engenho, Antônio Muniz Barreiros e Antônio Teixeira de Melo. O movimento recebeu apoio de combatentes enviados do Pará, além de peças de artilharia e respectiva munição enviados pela Bahia.

Em Fev 1644 os holandeses tiveram de abandonar São Luís, rumando para o Ceará. Terminara a ocupação do Maranhão (MA). O Estado do MA foi restabelecido, abrangendo o Ceará e o Pará. O Estado compreendia as capitanias reais do Maranhão, Pará, Cametá, Gurupá e a Ilha Grande de Joanes (Marajó).

A conquista do extremo-norte

As características da exploração do norte foram as mesmas das demais regiões do Brasil: incursões ao interior, expulsão de intrusos, conflitos com os índios, fundação de povoações e divisão do território em capitanias.

Além da importante expedição de Pedro Teixeira em 1637, que partindo de Cametá subiu pela calha do rio Amazonas até Quito, duas expedições tiveram capital importância na fixação da fronteira norte.

Em 28 Jan 1631, Jacome Raimundo de Noronha, Provedor-Mor da Fazenda e Governador do Pará (27 Maio a Nov 1630) foi enviado pelo Governador do Maranhão para expulsar os estrangeiros estabelecidos no atual Amapá e boca norte do rio Amazonas. Levou 13 canoas de guerra às quais se juntaram mais 23 em Cametá. Conseguiu tomar o reduto inglês de Forte Filipe na margem esquerda do Amazonas, em frente à ilha dos Tucujus em 1º Mar.

Em 9 Jul 1632, uma expedição ordenada por Feliciano Coelho³⁹ e executada pelo Cap Pedro Baião de Abreu com gente do Pará, apoderou-se da fortificação inglesa do Cumaú. Em 14 Jul a mesma força, agora comandada pelo Cap Aires de Souza Chichorro, assaltou uma embarcação que trazia o comandante Roger Fry com socorros. Fry morreu. Terminava assim a presença inglesa na Amazônia.

³⁹ Filho de Francisco Coelho de Carvalho e neto de Feliciano Coelho de Carvalho (Calmon, 1959, p. 558).

Aspectos da organização militar brasileira nas primeiras décadas do século XVIII

O Brasil progrediu muito em dois séculos, obrigando a Metrópole a tomar importantes decisões, particularmente de caráter militar para não perdê-lo, quer pela conquista estrangeira, quer pela emancipação política.

As lutas contra os holandeses no NE, franceses no Rio de Janeiro e as guerras no sul do país, iniciadas com a fundação da Colônia do Sacramento, foram feitos bélicos que, a partir do séc. XVIII, influíram na organização militar da força terrestre brasileira, com a ampliação do recrutamento e a criação de novas unidades.

Paralelamente, a descoberta de riquezas auríferas e diamantíferas em Minas Gerais e Mato Grosso contribuiu para a ocupação e incorporação desses novos e vastos territórios à Colônia, e para a organização, crescimento e modernização da estrutura da força militar terrestre, na primeira metade do séc. XVIII.

O Comando

A administração da Colônia tinha feição militar. O Governador Geral, como mais tarde o Vice-Rei, como o mais alto delegado da Metrópole, dispunha de poder político-militar somente na capitania/sede de seu governo. A administração das demais capitanias era de cada capitão-general, com mandato limitado.

Em cada capitania, o capitão-general é que determinava o recrutamento das tropas de primeira linha, que lhe ficava diretamente subordinada. A indicação dos oficiais para o comando e demais funções da tropa recrutada também era dele.

Os capitães-mores comandavam as tropas de ordenanças (ou de 3ª linha), exerciam poder nas freguesias e no sertão e detinham decisão nos assuntos que lhes interessavam. A Carta Régia de 5 Out 1709 atribuiu-lhes autoridade policial.

No início do séc. XVIII, D. João V introduziu inovações na cadeia de comando. Instituiu a precedência por antiguidade, mudou a denominação de mestre-de-campo para coronel e extinguiu as eleições para cargos vagos nas ordenanças.

A tropa

As forças compunham-se de tropas de primeira linha, de milícias e de corpos de ordenanças. De primeira linha eram as vindas de Portugal, completadas por brasileiros. As milícias (segunda linha) tinham características mais civis do que militares. O recrutamento do pessoal era feito por freguesias e não havia critério uniforme para isso, nas diversas categorias. O restante da população

formava as ordenanças (terceira linha). Este contingente se considerava automaticamente incluído neste último tipo de enquadramento militar.

Aspectos políticos e econômicos

O império colonial luso na América do Sul expandiu-se graças à ação dos bandeirantes paulistas que percorreram o Brasil em todas as direções. Eles destruíram as reduções de Guaira, Tape e Itatim e empurraram as reduções jesuíticas espanholas para além dos rios Paraná, Uruguai, Paraguai e Apa. Na bacia amazônica tinham alcançado Iquitos e as cabeceiras dos rios Negro e Branco.

A colônia, inicialmente pobre, produzia agora muitas riquezas – ouro em Minas, Goiás e Mato Grosso, diamantes em Tijuco, açúcar no Nordeste e especiarias na Amazônia - levando para o Reino português grandes somas de dinheiro, que sustentavam as despesas militares e o esplendor da Metrópole.

Os Tratados com a Espanha

Devido à necessidade de defender seus domínios contra os ataques de potências europeias como França e Holanda, Portugal buscou entendimento com a Espanha através da habilidade diplomática do brasileiro Alexandre de Gusmão.

Em 1750, Gusmão negociou o Tratado de Madri, que reconhecia a expansão territorial do Brasil. Entretanto, em 1761, pelo Tratado de El Pardo, o acordo foi suspenso e a situação retornou ao Tratado de Tordesilhas (1494), o que acarretou novos choques na América do Sul entre os dois países. O tratado seguinte, de Santo Ildefonso, assinado em 1777, conseguiu desagradar a ambas as partes, por não atender à realidade configurada pelo *uti possidetis*⁴⁰ luso-brasileiro.

A fraqueza militar lusitana

Em 1761, com o prolongamento da guerra dos Sete Anos, que envolvia as principais potências europeias, Portugal precisou reorganizar o seu exército para essa guerra. Para isso, contratou o Conde de Lippe, experimentado militar e estrategista de renome prussiano, e outros oficiais estrangeiros de valor.

Em 1762, Portugal foi arrastado para o conflito europeu, ao lado da Inglaterra, sua aliada. Em consequência, foi atacado pela Espanha. A guerra alastrou-se também pela América. No sul do Brasil, as poucas forças militares locais deram

⁴⁰ "uti possidetis, ita possideatis" (quem possui de fato, deve possuir de direito), princípio do direito romano.

fácil vitória à Ceballos que, depois de conquistar a Colônia do Sacramento, tomou o Forte de Santa Tereza e o Presídio de Rio Grande, dominando todo o litoral da região, inclusive o canal que liga a Lagoa dos Patos ao oceano.

Os reflexos na Colônia

Encerrada a guerra na Europa em 1763, o Conde de Lippe permaneceu em Portugal até o ano seguinte, quando retornou para a Prússia, deixando em Portugal um exército disciplinado, bem equipado e adestrado. O Tenente-General João Henrique Böhm, oficial prussiano integrante do Estado-Maior do Conde de Lippe, permaneceu a serviço de Portugal até 1764, quando retornou à Prússia. Em 1767, atendendo a um convite de Dom José V, o general Böhm foi nomeado Inspetor-General das tropas portuguesas aquarteladas no Brasil, em missão idêntica à realizada pelo Conde de Lippe em Portugal.

Böhm chegou ao Rio de Janeiro em 5 Out 1767 e iniciou logo a reconstrução da força terrestre, dando-lhe feição moderna e tornando-a eficiente. Foi abandonado o plano de invadir o Paraguai e foram ampliadas as defesas do RJ e de SC, básicas para a manutenção da região sul. As forças terrestres passaram a ser adestradas de conformidade com as instruções do Conde de Lippe.

Antecedendo a chegada do General Böhm, no primeiro semestre de 1767 tropas portuguesas de elite, que haviam sido adestradas pelo Conde de Lippe, atravessaram o Atlântico e vieram aquartelar-se no Rio de Janeiro.

A defesa do Rio de Janeiro

Em 1763, a sede do governo colonial foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Como as defesas da nova capital eram deficientes, foi elaborado um planejamento de melhorias, concebido por um grupo integrado pelo Brigadeiro Jacques Funk, oficial sueco especialista em fortificações, pelo Coronel Roscio e pelo Coronel José Custódio de Faria.

A defesa do RJ era assegurada pelas fortificações: Fortalezas de Santa Cruz, de São João e do Morro da Conceição; Forte da Laje e Redutos da Praia de Fora, Praia Vermelha, Boa Viagem, Gragoatá, Villegaignon, Ilha das Coroas, Morro de São Sebastião, Calabouço, Santo Antônio, São Diogo e Santa Teresa,

Para guarnecer essas instalações previram-se 12 mil homens e 100 canhões. Para a reparação e conservação do armamento criou-se a Casa do Trem⁴¹.

⁴¹ Hoje, instalações do Museu Histórico Nacional.

O Rio Grande de São Pedro

Para defender a vila de Rio Grande e o canal de acesso à Lagoa dos Patos, portugueses e espanhóis ergueram vários fortes, em épocas diversas. O material utilizado na construção, basicamente taipa (barro) e madeira, fizeram com que a maioria dessas instalações não resistisse à ação do tempo, restando apenas os fortes de São Miguel e a Fortaleza de Santa Tereza, construídos com cal e pedra. O material de tiro das fortificações apresentava grande diversidade de modelos e calibres.

A Capitania de São Paulo

Em todas as vilas de São Paulo existiam unidades organizadas com soldados de Ordenanças e de Milícias, enquadrados por oficiais da tropa regular. Devido às campanhas contra os espanhóis no sul e índios no interior, a Capitania era mantida em pé de guerra, vivendo sob o estado de paz armada.

Era obrigação da Capitania atender às emergências na área meridional, mantendo forças prontas para socorrer Viamão, Rio Pardo e Rio Grande.

A Capitania das Minas Gerais

Na Capitania de Minas Gerais existiam um regimento de tropa regular de cavalaria, os Dragões de Minas, três companhias de tropa irregular a pé, vinculadas à *Intendência dos Diamantes* e 32 regimentos de força miliciana.

A Capitania da Bahia

Em 19 Fev 1768 assumiu o governo da BA o 2º Marquês do Lavradio - Dom Luís d'Almeida Portugal. Havia grande quantidade de fortificações. Para defesa do litoral: Fortaleza de Santo Antônio da Barra, Fortaleza do Mar, Forte Santa Maria, Forte São Diogo, Bateria de São Paulo, Forte da Ribeira, Forte de São Francisco, Fortaleza de Nossa Senhora de Monteserrat, Forte de Itapagipe, Reduto do Rio Vermelho, Bateria do Palácio e a guarnição do Morro de São Paulo.

Para a defesa terrestre: Fortalezas de São Pedro, de Santo Antônio e do Barbalho, Castelo das Portas de São Bento e Castelo das Portas do Carmo. Para a defesa do Recôncavo: Fortaleza de São Lourenço e o Forte de Paraguaçu ou do Alemão. Para efetuar a manutenção do material e o suprimento de pólvora e acessórios havia um arsenal e duas casas de pólvora.

A tropa de linha da Capitania, na capital e imediações, compunha-se, precariamente, de dois regimentos de infantaria, um de artilharia, duas Companhias de Ordenanças a cavalo, tropa de linha de infantaria e artilharia no Morro de São Paulo, Ordenanças em Cachoeira, Maragogipe, Jaguaribe, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Água Fria, Nazaré, Abadia Nova del Rei e Santo Antônio.

Existia, como nas demais Capitânicas a tropa miliciana, cujo efetivo ultrapassava, de muito, o das tropas de linha ou tropa paga.

Nas Capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro também havia tropa de Ordenanças.

A Capitania de Sergipe d'el Rey

A defesa da Capitania de Sergipe d'el Rey era assegurada por um destacamento de 30 praças da tropa regular da Bahia e oito companhias de Ordenança, sendo cinco de infantaria e três de cavalaria.

A Capitania do Espírito Santo

Na Capitania do Espírito Santo, a tropa auxiliar era maior que a paga e guarnecia as várias fortificações que defendiam o porto, destacando-se entre elas a Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo, o Forte São João, o Forte São Francisco Xavier, o Reduto Nossa Senhora da Vitória e o Reduto de Santo Inácio.

O Grão-Pará

A Capitania do Grão-Pará, enfrentando o assédio de ingleses, holandeses e franceses, tinha a missão de bloquear as vias de acesso que, pelos afluentes da margem sul do rio Amazonas, conduziam ao Mato Grosso e Goiás.

No estuário do rio Amazonas, a defesa do braço sul baseava-se na vila de Belém, que possuía o Regimento do Pará, além da milícia local. A milícia encarregava-se de guarnecer o Forte de São Pedro Nolasco (ou do Castelo), a Fortaleza da Barra, o Reduto de São José, o Forte Gurupá e o parque da Cidade.

No braço norte, constantemente ameaçado pelos franceses, havia a Fortaleza de Macapá e havia um contingente mais ao norte, no rio Araguaí.

A ligação norte-sul era feita por companhias auxiliares da ilha de Marajó. Existiam também destacamentos de milicianos em Almeirim, Santarém e Manaus.

A questão da Ilha da Trindade

A ilha da Trindade situa-se no Atlântico Sul a cerca de 600 km do litoral do Espírito Santo e foi descoberta em 1501 pelo navegador português João da Nova, passando a pertencer à Coroa lusitana.

É praticamente despida de vegetação, imprópria para a agricultura e bastante escarpada. Seu ponto mais alto atinge 390 metros. Não apresenta atrativos para ser colonizada, mas sua posição em face dos fluxos de navegação do Atlântico Sul, a torna de grande valor estratégico. É administrada pela Marinha do Brasil que mantém na ilha um Posto Oceanográfico.

As incursões inglesas

Em 15 Abr 1700, o capitão inglês Edmond Halley desembarcou em Trindade. Encontrou a ilha desabitada e tomou posse da mesma em nome do seu rei.

Mais tarde, em 1724, uma companhia inglesa da Guiné resolveu instalar um entreposto escravagista na ilha, mas Portugal, por meios diplomáticos conseguiu barrar essa iniciativa.

Em 1781, o governo inglês resolveu ocupar a ilha e instalar um entreposto comercial para negociar com o Vice-Reinado do Rio da Prata. Para tanto, determinou ao Comodoro Johnstone que a transformasse em base inglesa.

De novo Portugal protestou através de sua diplomacia em Londres, ao mesmo tempo em que determinava ao Vice-Rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, que preparasse uma expedição para retomar a ilha.

A reação portuguesa

Dom Luís de Vasconcelos preparou uma expedição sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Mello Brayner para retomar a ilha. A expedição partiu em Dez 1782, a bordo da nau Nossa Senhora da Conceição e chegou à ilha em janeiro do ano seguinte, encontrando-a desabitada, pois o governo inglês, ante os protestos dos portugueses, havia dado ordens para abandoná-la.

A tentativa de colonização

Tão logo desembarcou na ilha, José de Melo mandou que se construísse um forte, que foi denominado Forte da Rainha. Cumprindo ordens do Vice-Rei,

José de Melo deixou um destacamento para ocupar o forte, O governo português pensou enviar colonos para a ilha, mas a aridez do terreno impediu essa iniciativa.

O último destacamento abandonou a ilha em 1795, quando recebeu ordens de regressar à costa brasileira. Em 1895 uma nova tentativa inglesa foi rechaçada. Em 1957, a Marinha do Brasil ocupou a ilha.

O fortalecimento das raízes históricas do Exército Brasileiro

No final do século XVIII (1700/1800) a Força Terrestre já se enraizara em terreno firme, com forte sustentação histórica. Nestes 300 anos, partindo de simples ações de defesa do litoral, ampliaram-se os efetivos nos três escalões em que se estruturava o Exército Português: milícias, ordenanças e tropas de linha.

Da metrópole vieram Regimentos inteiros, as Ordenanças foram reorganizadas e as milícias foram ampliadas. Havia Capitães-Mores em quase todas as vilas.

No último quartel do século XVIII, as motivações para o revigoramento da força terrestre brasileira foram a guerra de Portugal contra os espanhóis, a Revolução Francesa de 1789 e a Era Napoleônica, as quais fizeram com que os exércitos europeus se preocupassem com a acelerada evolução da arte da guerra.

Um reflexo da guerra com os espanhóis manifestou-se nas medidas reorganizadoras do Marques do Pombal sob a orientação do Conde de Lippe.

Quanto à França revolucionária, embora suas influências só tenham atingido sua plenitude no início do século seguinte, elas caracterizaram-se pelas medidas tomadas pelos portugueses para melhor enfrentar as tropas napoleônicas, como a criação da legião de tropas ligeiras, brigadas e divisões.

Das reações nativistas ao contorno de uma nação **A guerra entre Paulistas e Emboabas (1708-1709)**

A expansão econômica da colônia nos séculos XVI e XVII foi condicionada pela busca de riquezas minerais. No séc. XV, pequenas jazidas de ouro foram encontradas próximas do litoral brasileiro, o que foi uma das causas da fixação dos portugueses ao longo da costa. No séc. XVI, a procura de minerais levou ao interior expedições que desbravaram o sertão e apresaram índios, que eram escravizados e vendidos para os engenhos de açúcar.

Entre 1681 e 1695, os sertanistas de São Paulo encontraram o ouro que tanto ambicionavam. A área da descoberta ficou conhecida como região das Minas. Nela se fixaram, civilizando-a e erigindo povoações. A região prosperou, assim

como seus descobridores, e também São Paulo de Piratininga, sua terra de origem. A notícia da prosperidade dos paulistas espalhou-se dentro e fora do Brasil.

Forasteiros lusitanos, pernambucanos e baianos, chamados de “emboabas”⁴² pelos paulistas, passaram a se fixar no local, descobriram novas minas e ocuparam lavras abandonadas por paulistas que haviam retornado a SP, ou simplesmente se dedicaram a criar gado ou ao comércio de meios de subsistência, cobrando preços abusivos aos mineradores.

O crescimento populacional da área e a prosperidade trazida pelo ouro, redundaram no crescimento da criminalidade, a ponto de enfraquecer o império da lei, que passou a ser administrada pelos mais poderosos, econômica ou socialmente.

Essa situação desagradou profundamente os paulistas, criando um antagonismo que logo se transformou em ódio contra os forasteiros, como usurpadores das riquezas que haviam descoberto e julgavam como suas.

O rompimento das hostilidades

A situação ficou anárquica e, não obtendo resposta aos pedidos de providências ao Governador-Geral D. Fernando Mascarenhas, os paulistas resolveram se fortificar em Sabará, pressentindo os conflitos com os “emboabas”.

Em 1707, correu um boato entre os forasteiros de Caeté que os bandeirantes, reunidos na região do Rio das Velhas, tinham combinado exterminar de uma vez com todos os “emboabas”. Estes se reuniram na casa de Manuel Nunes Viana, rico comerciante que exercia o monopólio do fornecimento de carne e o aclamaram “Governador das Minas”, para acabar com as ameaças dos paulistas. Manuel Viana estabeleceu a sede de seu governo em Caeté, rompendo com São Paulo.

Os combates de Sabará

Os paulistas que moravam em Caeté se concentraram em Sabará. Ao saber disso Viana, à frente de um destacamento, para lá se dirigiu.

Os paulistas entrincheiraram-se no arraial, tendo Viana incendiado as casas abandonadas, o que gerou grande confusão. A seguir, uma tropa de índios e mamelucos, armados de arco e flecha, investiu contra o reduto dos paulistas, que foram inteiramente derrotados. O vale do Rio das Velhas caiu em poder de Viana.

⁴² Alusão ao fato dos portugueses usarem botas de cano alto, ou seja, parecidos a *aves pernaltas*, as m'boabas em guarani.

Em Cachoeira do Campo

Fugitivos de Sabará, reforçados por outros paulistas da região das Minas, instalaram nova defesa em Cachoeira do Campo, uma posição estratégica na região de Vila Rica. Atacados, resistiram aos comandados de Viana, mesmo em inferioridade numérica de dez para um. Viana, ferido, ordenou a retirada.

Dias depois, recebendo reforços de Vila Rica, Viana atacou novamente, aproveitando uma brecha na defesa, e conseguiu alcançar a praça central do arraial. No combate corpo a corpo que se seguiu, os paulistas levaram nítida vantagem. Ferido novamente, Viana se retirou, passando o comando ao Frei Francisco de Menezes. Ao anoitecer, Frei Francisco mandou cessar o fogo e dar o toque de repouso. Os paulistas aproveitaram para também descansar mas, valendo-se desse descuido o religioso, à frente de um piquete de cavaleiros, avançou contra o reduto paulista que, tomado de surpresa, não resistiu.

O Capão da traição

Retirando-se para São Paulo, contingentes sobreviventes de Sabará e Cachoeira do Campo e paulistas de outras áreas das Minas, formaram um verdadeiro exército. Insuflados por Valentim Pedroso e Pedro Pais de Barros, investiram contra os forasteiros do arraial da Ponta do Morro Verde. Vendo-se sitiados, estes pediram socorro a Viana, que lhes mandou uma tropa sob o comando de Bento do Amaral Coutinho, que tinha fama de não dar quartel a vencidos.

Ao saber que Coutinho comandava os reforços, os sitiantes levantaram o cerco e retomaram a progressão para São Paulo. Não encontrando os paulistas ao chegar ao arraial, Coutinho mandou no seu encalço um destacamento sob o comando do Capitão Gonçalo Corso.

O Capitão encontrou um pequeno destacamento dos paulistas em um capão de mato a pequena distância de Ponta do Morro. Seguramente uma força de cobertura de retaguarda, e tratou de informar isto ao seu comandante Amaral Coutinho. Este cercou o destacamento de paulistas e abriu fogo. Os bandeirantes resistiram, causando baixas entre os atacantes, o que irritou Coutinho. Após um dia e uma noite de tiroteio e já com escassez de víveres e de munição, os paulistas negociaram uma rendição com a promessa de que suas vidas seriam poupadas.

Com a promessa de Coutinho de que “nenhum mal faria aos paulistas que espontaneamente se entregassem”, saíram eles do interior do capão de mato, depondo armas. Foram então covardemente massacrados.

A expedição vingadora

Pressionados pelas mulheres dos que haviam sido assassinados no Capão da Traição, 1.300 paulistas reuniram-se no Paço da Câmara de São Paulo em abril de 1709 para combinar a vingança.

Foram organizadas companhias de infantaria e piquetes de cavalaria, escolhendo-se comandantes, subalternos e graduados. Amador Bueno da Veiga foi aclamado como comandante da expedição. A coluna iniciou sua marcha para Minas na tarde de 24 Ago 1709.

Os “emboabas”, tão logo souberam dos preparativos paulistas, também trataram de se organizar e, quando os bandeirantes chegaram à passagem do rio das Mortes, primeiro objetivo fixado, a encontraram defendida por uma fortificação recentemente construída, restando a opção de sitiá-la. Os atacantes estavam levando vantagem quando seus chefes começaram a se desentender, negando-se ao apoio mútuo, mas o cerco foi mantido.

Após duros combates e já pensando em rendição, os emboabas saíram a campo aberto para o combate definitivo. Ficaram surpresos, porque os paulistas, haviam se retirado durante a noite face à informação de que grande reforço estava chegando de Vila Rica a fim de socorrer os emboabas.

Estava terminada a Guerra dos Emboabas, pois o novo Governador-Geral havia tomado medidas destinadas a pacificar a região. Uma das consequências dessa guerra civil foi a separação de Minas Gerais e São Paulo do governo do Rio de Janeiro, sendo nomeado para governador da nova Capitania Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, militar experiente e administrador respeitado.

Em 11 Jul 1711, o Rei elevou a vila de São Paulo à categoria de cidade.

A Guerra dos Mascates em PE (1710-1711)

A colonização de Pernambuco começou melhor que a de outras capitanias. O fidalgo Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário, chegou em 1534. Veio acompanhado da família e de um grande número de nobres portugueses empobrecidos. Incentivando a agricultura, em especial a cana-de-açúcar, propiciou grande prosperidade à Capitania. Os descendentes seguiram seu exemplo.

No século seguinte, Olinda era a mais importante vila do Brasil. A opulência da capital pernambucana rivalizava com Lisboa. Recife, ao contrário, era apenas praia de pescadores e porto da capital.

Com a ocupação holandesa, Olinda foi arrasada e incendiada e Recife começou a progredir. Terminada a Guerra Holandesa, os pernambucanos se dedicaram

a reconstrução da Capitania e a reedificação de sua capital, enquanto portugueses recém-chegados, dedicados mais ao comércio do que à agricultura, começaram a se estabelecer em Recife onde, à beira do porto, abriram casas comerciais.

Os recifenses eram excluídos do Senado da Câmara de Olinda, elevada à categoria de vila, a pretexto de que mercadores eram inelegíveis. Os olindenses tratavam os comerciantes de Recife com desprezo, apelidando-os de mascates. Por outro lado, gastos excessivos faziam com que muitos olindenses recorressem a empréstimos concedidos pelos comerciantes de Recife a juros altos.

Os olindenses produziam o açúcar, que era vendido para o exterior através dos recifenses os quais, por sua vez, supriam de mantimentos os engenhos. Em pouco tempo os “mascates” se tornaram grandes capitalistas, almejando participar da administração pública, o que lhes continuava sendo negado por Olinda.

Os habitantes de Recife, por diversas vezes, reclamaram aos governantes pedindo-lhes que intercedessem junto ao Rei no sentido de obter a elevação da povoação à condição de vila, de modo a se libertarem da tutela de Olinda.

Em 9 Jun 1707, Sebastião de Castro Caldas Barbosa tomou posse como novo Governador da Capitania, que pouco a pouco, se distanciou dos interesses de Olinda, aproximando-se dos habitantes de Recife.

Através de uma petição apoiada pelo Governador os recifenses obtiveram, pela Carta Régia de 19 Nov 1709, a emancipação de Recife, desvinculando-a oficialmente de Olinda em 15 Fev 1710, em desafio à aristocracia olindense.

A deflagração das hostilidades

Insatisfeitos, os olindenses prepararam uma emboscada contra o Governador, quando este se dirigia à missa, conseguindo feri-lo a tiros. Estava deflagrado o movimento rebelde, mas os principais suspeitos do atentado foram presos.

No interior, os rebeldes se armaram e o Governador mandou tropas para combatê-los. Algumas destas foram derrotadas e outras aderiram ao movimento.

Ocorreu então a marcha para o Recife. Os revolucionários vieram do interior recebendo adesões por onde passaram. Acamparam na povoação de Afogados, à margem direita do Capibaribe, praticamente às portas do Recife.

O Governador Castro Caldas, que havia sido ferido em atentado atribuído aos olindenses, fugiu para a Bahia. As forças revolucionárias transpuseram o rio e marcharam em direção à praça principal. Arriaram a bandeira, arrasaram o pelourinho e soltaram os presos das cadeias e fortalezas. Destituíram dos cargos todos os filhos do Reino e queimaram a lista dos eleitos para a Câmara da vila.

República pernambucana

Vitoriosos, e com a ausência do Governador, os rebeldes reuniram-se no Senado da Câmara de Olinda, para deliberar sobre a acefalia do governo. Surgiram duas posições. A moderada pretendia o retorno à legalidade, entregando o governo ao bispo; e outra, constituída pelos senhores da terra, favoráveis a uma sedição e instituição de uma República nos moldes das cidades-estado italianas.

A corrente mais prudente prevaleceu e o governo foi entregue ao Bispo D. Manuel Álvares da Costa, desde que concedesse anistia ampla, em nome do Rei.

O governo do Bispo

Dom Álvaro assumiu o governo a 15 Nov 1710 e seu primeiro ato foi dar anistia aos revoltosos. Mas, diante da possibilidade de que o novo Governador, esperado a qualquer momento chegasse de Portugal e não confirmasse o perdão geral já concedido pelo Bispo, Bernardo Vieira de Melo, apoiado por um grande número de revoltosos, concentrou em seu sítio de Ipojuca as forças que o apoiavam, continuou reunindo gente e articulou-se com vários chefes do sertão, preparando-se para o prosseguimento da guerra.

Enquanto isso os recifenses, sentindo que o Bispo, com seu espírito conciliador, era dominado por Vieira de Melo e sua gente, trataram de se preparar para a contra-revolta, reunindo recursos e mobilizando oficiais da antiga tropa.

A reação dos mascates

Uma desavença entre milicianos de Vieira de Melo e soldados do Regimento de Recife, que foram presos por ordem do Governador, foi o pretexto para novo entrechoque. Ao serem libertados os soldados, julgando-se injustiçados, dirigiram-se ao seu Regimento, aos gritos de “Viva o Rei! Abaixo os traidores!” De imediato tiveram a adesão do restante da tropa e de alguns oficiais. Solidários com a manifestação, moradores juntaram-se à tropa. O Bispo refugiou-se no Colégio dos Jesuítas e a multidão enfurecida cercou a casa de Vieira de Melo, que foi preso pelo Ouvidor Geral e recolhido à prisão.

O Bispo, intimado a retornar à casa de governo, por seu espírito conciliador, passou a ser assediado pelas duas facções, que na realidade estavam se preparando para continuar a guerra. Os habitantes de Olinda, não acatando determinações do Bispo, prepararam-se para novamente atacar Recife. Dom Manuel Álvares da Costa renunciou ao governo, entregando-o à Câmara de Olinda, ao

Ouvidor-Geral e ao Mestre-de-Campo Cristóvão de Mendonça Arrais. E a guerra recomeçou; uma guerra com muitas torpezas e poucas grandezas.

Durava já três meses o cerco dos olindenses a Recife quando surgiu uma armada, vinda de Portugal e trazendo o novo Governador, Félix José Machado de Mendonça. O novo dirigente tomou posse, sem qualquer oposição, a 9 Out 1711.

Decorridos alguns dias de governo, ficou clara a parcialidade de Machado de Mendonça em favor dos comerciantes de Recife, seus patrícios. Sem honrar a anistia concedida pelo bispo, aprovada pelo Rei, foram perseguidos os líderes de Olinda que se destacaram no movimento de 1710 e muitos foram levados à prisão.

Vieira de Melo, que se havia refugiado no arraial de Palmares, resolveu se entregar. Para evitar futuros conflitos e favorecer uma ou a outra, o novo governador de Pernambuco decidiu transferir semestralmente a administração para cada uma das cidades, que ficaram equiparadas. Os chefes da reação contra os revoltosos de Olinda eram aclamados em Recife como heróis. Foi novamente erguido o pelourinho, constituída a nova Câmara e celebrada a ascensão de Recife de povoado a vila. Era a vitória definitiva dos “mascates”. Em 1714, o rei D. João V anistiou todos os envolvidos na disputa, manteve as prerrogativas político-administrativas de Recife e promoveu a cidade ao posto de capital de Pernambuco.

Movimento precursor

A rebelião dos olindenses, que resultou na Guerra dos Mascates, foi um movimento nativista precursor da independência do Brasil. A derrota dos olindenses, nascidos no Brasil, aumentou a rivalidade entre naturais da terra e filhos de Portugal, que culminaria com a independência proclamada por Dom Pedro.

A Revolta de Vila Rica (1720), ou de Filipe dos Santos

O governo português criou, em 1709, a Capitania de São Paulo e Minas Gerais. Seu primeiro governador, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho tomou posse em 18 Jun 1710, na vila de São Paulo. A ação do novo governador encerrou, em definitivo, o conflito entre paulistas e emboabas. Começou uma nova ordem administrativa. A proibição de porte de armas por pessoas não qualificadas foi uma das primeiras medidas tomadas pelo novo governo.

Para melhorar a segurança pública Antônio de Albuquerque organizou um regimento de infantaria com três companhias e solicitou à Metrópole a elevação de São Paulo à condição de cidade e de sede de bispado. Foi atendido em 1711.

Sucedendo a Albuquerque, D. Braz Baltazar da Silveira assumiu o governo em 31 Ago 1713. Durante sua gestão, resolveu o problema da cobrança dos “quintos”, evitando descontentamento geral. Homem experimentado, veterano de guerra, sentia não ter força suficiente para impor sua autoridade na região das minas.

O Conde de Assumar e seus dragões

Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, 3º Conde de Assumar, foi designado como novo governador e assumiu o cargo em 4 Set 1717. Tinha 31 anos de idade e, como seu antecessor, era também veterano de guerra.

Sentindo-se sem suficiente apoio militar, Assumar pediu à Metrópole que enviasse a MG um corpo de tropa para ficar sob seu comando. Uma companhia de dragões⁴³, com 41 soldados, chegou a Minas em 1719. Ainda que tivesse pequeno efetivo, a companhia restabeleceu a ordem no Rio das Velhas, a fim de restabelecer o fornecimento de gado para abate e, em Pitangui, atuou com energia e rapidez contra elementos que promoviam desordens.

No mesmo ano de 1719 chegou a segunda companhia. A terceira somente viria em 1735. O Conde de Assumar concedeu a essa unidade de dragões a insígnia que continha um braço irrompendo das nuvens e na mão um raio, com o lema *Caedere aut caedi - matar ou ser morto*⁴⁴.

Em 1720, houve graves ocorrências em MG, em face do problema dos impostos sobre a extração do ouro. Para resolver a sonegação, o governo português instalou na região das minas quatro casas-de-fundição, onde era feita a fundição do ouro e a retirada do quinto devido à Coroa. Ficava proibida a circulação do ouro “não quintado”. Os proprietários de minas, habituados à fraude, exasperaram-se.

O primeiro conflito ocorreu em Pitangui, quando Domingos Rodrigues do Prado assassinou o Ouvidor. Seguiram-se tumultos, controlados pelos dragões. Uma conspiração começou a se armar em Vila Rica. O português Filipe dos Santos Freire amotinou o povo e se apoderou da vila em 28 Jun 1720.

Assumar encontrava-se em Ribeirão do Carmo, hoje Mariana quando, à noite, mascarados promoveram desordens e depredações, com o objetivo de obrigá-lo a fechar as casas de fundição. Em 2 Jul, moradores de Vila Rica, insatisfeitos, em atitude agressiva e armados, forçaram-no a prometer que atenderia às reivindicações e perdoaria os amotinados. Acreditando-se vitoriosos, voltaram a Vila Rica.

⁴³ Dragões eram soldados de infantaria que se deslocavam a cavalo.

⁴⁴ O 4º Esq C Mec (Santos Dumont, MG) - Esquadrão Dragões Reais das Minas, segue o mesmo lema, herdado dos Dragões de Minas Gerais.

Na noite de 16 Jul, com o apoio dos dragões, o conde se dirigiu à Vila Rica e determinou várias prisões, sendo alguns dos prisioneiros remetidos para o RJ.

Escapando de Vila Rica, Filipe dos Santos tentou sublevar o povo em Cachoeira do Campo mas foi preso pelos dragões. Julgado por Assumar, sem defesa, foi enforcado e esquartejado, como exemplo. Foi o fim da revolta.

Em face desses eventos, o rei D. João V resolveu criar, em 2 Dez 1720, a Capitania de Minas Gerais, confiando o governo a Dom Lourenço de Almeida.

Em 1778, os dragões transformaram-se em regimento de linha, com o efetivo de 241 praças, em três companhias. O regimento instalou-se no quartel de Cachoeira do Campo, um dos melhores quartéis de sua época.

Os antecedentes da Conjuração Mineira - MG no século XVIII

A partir de 1710, o Brasil começava a aparecer como a economia mais rica do mundo, por suas reservas auríferas.

Werner Sombart (1863-1941), sociólogo e economista alemão, afirmou que o desenvolvimento capitalista e industrial da Europa, no fim do século XVIII, não teria sido possível sem o maciço afluxo do ouro brasileiro aos mercados europeus.

Tão prodigiosa foi a produção brasileira, que todo o ouro extraído do México e do Peru, durante o século XVI, não representava senão um quinto, talvez um décimo, do que o Brasil o Brasil forneceu a Portugal.

Elevada à Capitania logo que se positivou o valor das descobertas auríferas, Minas Gerais passou a contar com um Governador, que era zeloso defensor dos direitos da Coroa, dispoñdo de tropas, muitos funcionários e muitos fiscais.

O ouro passou a ser obrigatoriamente fundido, o quinto rigorosamente cobrado, os viajantes fiscalizados e todos os descaminhos punidos severamente. Pesada carga tributária onerava toda a movimentação de mercadorias, inclusive os diamantes e as indispensáveis à subsistência das populações que trabalhavam nas minas. Tudo isso foi agravado com o alvará da rainha D. Maria I que proibia a abertura de manufaturas e mandava arrasar as existentes.

As difíceis condições de vida a que estavam sujeitas as populações dos núcleos mineradores pioraram quando começou a declinar a produção de ouro. “Vila Rica se tornou a Vila Pobre”, dizia o povo. A Coroa continuava a exigir a produção da mesma quantidade de ouro, 100 arrobas no mínimo.

Com o decréscimo da produção, ocorreu o inevitável: os impostos deixaram de ser pagos e a dívida dos contribuintes passou a aumentar de ano para ano. Uma nova e angustiante preocupação passou a afligir o povo das minas: a

derrama, isto é, a cobrança forçada das dívidas acumuladas, o que podia significar ruína, sequestro de bens e até prisão por insolvência.

O novo ideal de liberdade

Enquanto isso, na América do Norte, ocorria a revolução da independência das colônias inglesas, que passaram a ser os Estados Unidos da América. A emancipação norte-americana viria a constituir um modelo e um estímulo às demais colônias da América. Os princípios ideológicos dos revolucionários norte-americanos tiveram ampla divulgação. Declarou-se sagrada a vida humana e livre a manifestação do pensamento, assegurou-se que todos os homens são livres, iguais e dignos de cooperar na administração pública e que quando um governo não garantisse a liberdade dos cidadãos o povo tinha o direito de depô-lo.

Essas novas ideias difundiram-se pelo mundo, e no Brasil vieram a constituir o substrato ideológico da Conjuração Mineira.

Os Conjurados e seus objetivos

Os ideais de liberdade chegaram ao Brasil trazidos, principalmente, pelos jovens brasileiros que haviam cursado universidades europeias.

Vila Rica era a sede do governo da Capitania. A guarnição militar da vila era constituída por um regimento de tropa regular, os dragões. Existiam órgãos de justiça e altos funcionários vinculados a vários setores da administração pública. A sociedade era abastada. Os filhos de muitas famílias estudavam na Europa.

Foi natural que em Vila Rica brotassem os sentimentos nativistas e as reações de protesto contra a opressão que a Coroa portuguesa impunha ao povo.

Intelectuais, militares e padres, que tinham os mesmos ideais de liberdade e justiça, passaram a tramar um levante contra a Coroa portuguesa, visando instaurar na Capitania um governo republicano, desvinculado de Portugal.

O dia marcado para o levante coincidiria com mais uma “derrama” que vinha sendo planejada. Entretanto, três integrantes do movimento, traindo seus companheiros, denunciaram a conspiração ao governador, Visconde de Barbacena, que suspendeu a “derrama”. A seguir, foram presos os conjurados. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado Tiradentes, foi preso no RJ, onde andava aliciando adeptos, e 32 outros em Vila Rica, na maioria pertencentes a famílias de projeção. Foram todos, posteriormente, transferidos para o Rio de Janeiro.

Levados a julgamento, numa primeira sentença, em 1790, 11 conjurados foram condenados à pena capital. Algum tempo depois, comutou-se a pena de morte pela de degredo, menos para Tiradentes.

Tiradentes, protomártir da Independência

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, alferes do Regimento Regular de Cavalaria de Minas Gerais, tornou-se a figura exponencial da Conjuração Mineira por seu entusiasmo e dedicação à causa abraçada.

A participação de Tiradentes e de outros militares na Conjuração Mineira, constituiu uma prova a mais da identificação da força terrestre brasileira com as aspirações da nacionalidade desde os tempos do Brasil-Colônia.



O Alferes Joaquim José da Silva Xavier - Tiradentes - Mártir da Independência do Brasil (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 216)

A influência do Tratado de Madri (1750) na formação territorial brasileira

No final do século XV, as potências ibéricas tiveram o privilégio de dividir entre si o mundo ocidental desconhecido dos europeus, graças aos seus esforços para descobrir novas terras e aos benefícios das bulas papais. Mas logo sentiram que a preservação dos novos territórios não seria tarefa fácil nem pacífica.

A Holanda, a Inglaterra e a França vinham revelando a vontade de participar da exploração das riquezas de além-mar, invadindo colônias luso-espanholas e pressionando os dois países de todas as maneiras.

Portugal e Espanha, ao longo de suas histórias, tiveram um passado marcado por antagonismos que não raro resultavam em guerras, mas tiveram um período, no século XVIII em que essas desavenças foram esquecidas.

No período 1707/1750, governou Portugal D. João V, cuja filha, Maria Bárbara, casara com o soberano espanhol D. Fernando VI. Este, era de gênio afável e influenciado pela esposa, o que favoreceu muito os interesses lusitanos.

Graças a essa situação, tornou-se possível a um brasileiro conceber e ver concretizado o acordo conhecido como Tratado de Madri (1750), que já definia para o Brasil, praticamente, as fronteiras atuais (ver III.15.2).

Os bandeirantes rompem o meridiano de Tordesilhas

Se os portugueses tivessem ficado restritos ao meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, hoje o mapa do Brasil teria como fronteira ocidental uma linha reta, sem contar com os estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e RS.

A miscigenação, dosando o sangue de etnias distintas, originou um tipo resistente, irrequieto e aventureiro que herdou traços do português, do índio e do negro e que ansiava por desbravar o território cheio de promessas de riqueza.

De acordo com os interesses da Metrópole e dos anseios de enriquecimento de determinado segmento da população, o ciclo de entradas no sertão rasgou o Brasil de norte a sul e de leste a oeste, alargando fronteiras, combatendo vizinhos e submetendo indígenas. À medida que as expedições entravam pelo sertão, tornava-se necessário tomar providências para proteger as povoações que surgiam.

Foram mandadas tropas portuguesas para proceder o enquadramento das milícias e ordenanças que iam se formando, e levantaram-se fortificações nos confins dos territórios conquistados, balizando de fato limites geográficos.

A presença da força militar representava a segurança física e objetivava preservar os direitos de núcleos populacionais brasileiros contra antagonismos ou

pressões. A força terrestre, já no Brasil-Colônia, se identificava com as dificuldades e anseios dos que viviam nas fronteiras.

O Tratado de Madri - 1750

Alexandre de Gusmão, brasileiro nascido em Santos, projetou-se na diplomacia portuguesa e, graças à influência exercida sobre o rei D. João V, pode ver transformado em tratado com a Espanha um projeto seu, considerado obra magistral de diplomacia e política - o Tratado de Madri.

Graças a esse tratado, assinado em 1750, Portugal e Espanha fizeram concessões mútuas. No que interessava ao Brasil, os desbravamentos dos sertanistas luso-brasileiros foram recompensados pelo reconhecimento, por parte dos espanhóis, dos direitos dos brasileiros sobre os territórios povoados por eles próprios e por portugueses além do meridiano de Tordesilhas.

Comentários à margem do Tratado

As onerosas e improdutivas campanhas de 1735/37 na América evidenciaram a Portugal e Espanha a necessidade de procurar limites mais coerentes que os do meridiano de Tordesilhas. A Espanha reconhecia a impossibilidade de restaurar a fronteira acordada em 1494, nunca respeitada pelos bandeirantes.

O meridiano demarcatório de Tordesilhas, que no norte cortava a ilha de Marajó e no sul passava por Iguape ou Laguna, nos cálculos mais favoráveis aos portugueses, já havia sido rompido pelos luso-brasileiros que alcançaram o Prata ao sul e, a oeste, as margens dos rios Paraguai, Madeira e Javari, o que equivale a dizer que coincidia, salvo ligeiras diferenças, com as atuais fronteiras do Brasil.

Na região sul, o Tratado definia a fronteira pelo rio Ibicuí até encontrar o rio Uruguai, subindo por este até o Peperi-guaçu e, pelo mesmo até suas cabeceiras. Daí seguia, em linha reta até o rio Santo Antônio e por este até sua foz no Iguacu.

Um importante artigo do Tratado estipulava a permuta da Colônia do Sacramento, que passava para a jurisdição espanhola, pelos Sete Povos das Missões, que passava para a soberania portuguesa.

Adotando fronteiras racionais e lógicas, eliminavam-se os desacertos que desgastavam os dois vizinhos ibéricos. Malgrado o problema de deslocar um grande contingente de índios missioneiros, o acordo revelou espírito prático, moderação e criatividade. A implementação do acordo foi confiada a comissões designadas pelas duas nações, integradas por equipes demarcadoras para trabalhar nas bacias do Amazonas e do Prata.

As cláusulas importantes do Tratado

A cláusula mais importante do Tratado era a aceitação do princípio do “*uti possidetis*”, que estabelecia o direito de um país ao território efetivamente ocupado de forma efetiva e prolongada, independente de outras considerações.

Outra importante cláusula foi a de manter a paz na América, mesmo que Portugal e Espanha entrassem em guerra na Europa, afastando com isso a interferência de outras potências europeias nos assuntos coloniais da América ibérica.

Outro critério importante foi a utilização, na demarcação de fronteiras, não mais de meridianos ou paralelos, mas sim de acidentes naturais facilmente identificáveis, como rios e linhas de cristas das elevações.

As demarcações

As duas Cortes nomearam seus comissários para o trabalho de demarcação das fronteiras. Foram constituídas duas comissões mistas que trabalhariam uma a partir do norte e a outra a partir do sul, com junção em Mato Grosso.

Para a comissão Norte foram indicados, pela Espanha, D. José Iturriaga e por Portugal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Para a comissão Sul, a Coroa espanhola nomeou o Marquês de Valdelírios e Lisboa o Capitão-General Antonio Gomes Freire de Andrade e Castro. Competia a Mendonça Furtado dirigir os trabalhos desde a Serra de Paracaima até a confluência dos rios Jauru e Paraguai.

Em 1754, Mendonça Furtado dirigiu-se até Barcelos, às margens do rio Negro, para se encontrar com Dom José de Iturriaga, que deveria chegar à Amazônia através dos rios Orinoco e Negro. O encontro não se realizou, nem com Mendonça Furtado, nem com seu substituto, Antônio Rolim de Moura Tavares. Nem tudo, porém fora inútil. Além de obter um maior conhecimento e povoamento da região, os portugueses criaram, em 1755, uma nova Capitania, a de São José do Rio Negro, atual estado do Amazonas.

Os jesuítas espanhóis, que haviam fundado reduções na margem direita do rio Guaporé, abandonaram a região, que foi cedida a Portugal pelo Tratado. Rolim de Moura estabeleceu em 1760 uma guarda nessa região, depois transformada em Forte de Nossa Senhora da Conceição, firmando a posse luso-brasileira de vastas áreas hoje pertencentes aos estados de Mato Grosso e Rondônia.

Para a demarcação das fronteiras sul e oeste, a comissão subdividiu-se em três partes. A primeira, sob a responsabilidade de Gomes Freire e do Marques de Valdelírios, operaria desde Castilhos Grande, no atual Uruguai até o rio Ibicuí; a segunda, sob a chefia do Tenente-Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, teria a

seu cargo, principalmente, os trechos fluviais, desde a foz do Ibicuí até a barra do Igurei no Paraná; a terceira, conduzida pelo Sargento-Mor José Custódio de Sá e Faria e pelo espanhol Manuel Antônio de Flores, cabia o trecho final, até a confluência do Jauru com o Paraguai.

A primeira foi impedida pelos indígenas dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, que se rebelaram contra a ordem de transferir as suas aldeias para outros locais, dentro dos domínios da Espanha, tendo em vista que a região fora trocada pela Colônia do Sacramento. As segunda e terceira comissões cumpriram suas missões, superando as dificuldades do terreno e a época.

Os comissários encontraram-se em Set 1752 nas imediações de Castilhos Grande e assentaram o primeiro marco em 9 Out. Definidos os trabalhos e instalado o terceiro marco, Valdelirios se retirou para Buenos Aires e Gomes Freire para a Colônia do Sacramento, onde chegou em 25 Jan.

No prosseguimento dos trabalhos, até o Ibicuí nada houve de anormal. Mas à medida que a comissão se aproximava das Missões, uma certa inquietação foi aumentando de intensidade. Na área, catequizados pelos jesuítas espanhóis, viviam cerca de 30 mil índios guaranis, os quais relutavam em deixar suas terras e entregá-las para Portugal.

Em 27 Fev 1753, uma das patrulhas de reconhecimento da comissão de demarcação, ao buscar as nascentes do Rio Negro e do Ibicuí, foi barrada por um piquete de 60 índios comandados por Sepé Tiarajú, na região da Capela de Santa Tecla. Como a ordem era para não hostilizar os índios, a comissão suspendeu a demarcação. Os espanhóis, protelando as ações de força para ocupar a região dos Sete Povos das Missões, entregaram ao padre jesuíta Lopo Luís Altamirano, vindo especialmente da Espanha, a missão de conseguir, junto aos padres da sua congregação, que convencessem os chefes dos povoados para uma retirada pacífica. Altamirano nada conseguiu. Esta situação prosseguiu até 1754, quando Valdelirios recebeu ordens taxativas da Espanha para desalojar os índios dos Sete Povos pela força, através de um plano conjunto com os portugueses.

História dos Sete Povos das Missões Orientais do rio Uruguai

Entre 1600/1650, os padres jesuítas espanhóis, atacados pelos bandeirantes paulistas nas 18 reduções do Guaira e Tape⁴⁵, abandonaram estas regiões,

⁴⁵ Estas 18 reduções haviam sido criadas pelo padre Roque González de Santa Cruz a partir de maio de 1626 (até 1634) quando ele cruzou o rio Uruguai. A primeira foi a de São Nicolau do Piratini. Em 15 Nov 1628 Roque González foi trucidado pelos índios, juntamente com o padre Afonso Rodrigues.

hoje pertencentes aos estados do Paraná e Rio Grande do Sul e deslocaram-se com os sobreviventes para as reduções da margem direita do rio Uruguai.

A margem oriental do rio Uruguai esteve abandonada até 1682 quando, em função da fundação da Colônia do Sacramento, os religiosos voltaram a atravessar o rio e instalaram a redução de São Francisco de Borja. Fundaram a seguir as reduções de São Miguel, São Nicolau, São Luís Gonzaga, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio.

A Guerra Guaranítica

Gomes Freire percebendo que os espanhóis vacilavam em arremeter contra os Sete Povos e que crescia a animosidade dos índios contra os portugueses, determinou, em 1752, a construção de um forte na confluência dos rios Pardo e Jacuí, denominando-o de Jesus-Maria-José. Enviou para essa fortificação tropas dos Dragões do Rio Grande, transformando essa praça de guerra em baluarte contra invasões procedentes do sul. Foi a origem da cidade de Rio Pardo atual.

A resistência indígena ao Tratado de Madri, que estipulava a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, levou Portugal e Espanha a empregarem a força. Ficou assentado que portugueses e espanhóis, aliados, atacariam os índios se estes, até 15 Ago 1753 não tivessem abandonado a área.

O contingente espanhol, sob o comando do governador de Buenos Aires, General José Andonaegui subiria pela margem esquerda do rio Uruguai, ocupando as povoações de São Borja e São Nicolau, a fim de impedir que fossem enviados reforços oriundos do outro lado do rio, enquanto Gomes Freire, com o contingente luso-brasileiro, marcharia de Rio Grande na direção de Santo Ângelo.

O General Andonaegui tentou subir o rio Uruguai. Impossibilitado de prosseguir devido ao terreno, inclemência do inverno e enchentes, ocupou Salto Grande. Gomes Freire partiu de Rio Grande em 28 Jun 1754 e chegou a Rio Pardo, onde teve notícias da situação de Andonaegui. Não podendo investir sozinho nem querendo se retirar, retornou a Rio Pardo e negociou um armistício com os caciques em 14 Nov 1754, por proposta destes, definindo o Jacuí como rio fronteiro entre portugueses e missionários. Este foi o fim da Primeira Fase da Guerra Guaranítica.

A Batalha de Caiboaté

O ano de 1755 foi de reorganização. No final deste ano, foi ajustada entre Portugal e Espanha uma junção nas cabeceiras do rio Negro (Santa Tecla) e no prosseguimento para os Sete Povos. Esta junção ocorreu em 16 Jan 1756.

Em Santo Antônio, junto ao rio Jaguari, os índios levantaram bandeira branca. Os dez espanhóis enviados para o encontro foram trucidados pelos índios.

Em 7 Fev, durante um entrevero, Sepé Tiarajú foi lanceado e morto.

Os exércitos ibéricos⁴⁶, no dia 10 Fev, após transporem o rio Vacacaí, defrontaram-se com uma posição defensiva de dois Km de frente em uma elevação. Os índios tentaram ganhar tempo, através do envio de parlamentares. Andonaegui os rechaçou, exigindo breve e completa rendição.

Não havendo resposta dos índios, os ibéricos partiram para o ataque: espanhóis à direita e portugueses à esquerda. Manobra clássica, com a infantaria ao centro, a cavalaria atacando pelos flancos e a artilharia no apoio. Os índios foram levados de roldão e após uma hora de combate a batalha estava finda, com o saldo de 1.00 índios mortos. Os aliados tiveram quatro mortos e 30 feridos.

As forças luso-espanholas prosseguiram para submeter os povoados missioneiros e em fins de maio foi atingido o povoado de São Miguel, considerada a capital dos Sete Povos. A seguir, caíram os seis povoados restantes.

A anulação do Tratado de Madri

As dificuldades das comissões demarcadoras levaram Portugal e Espanha a suspenderem o Tratado de Madri através do Tratado de El Pardo, firmado em 12 Fev 1761. A linha de fronteira voltava ao Meridiano de Tordesilhas.

As lutas pela conquista da Amazônia no século XVIII

A Amazônia é uma grande região equatorial. Cerca de 70% dela está dentro das fronteiras do Brasil. A Amazônia brasileira se caracteriza pela presença majoritária da floresta ou hileia e abrange uma área igual à metade do território brasileiro, englobando várias unidades da Federação, integral ou parcialmente.

⁴⁶ O exército castelhano tinha 1.500 homens, duzentas carretas, 7.000 cavalos, 800 mulas e 6.000 reses para abate. 470 eram militares regulares. O restante era formado por milicianos. Gomes Freire tinha 1.106 praças e oficiais; 250 negros escravos; 145 carretas; 3.750 cavalos; três mil reses para sustento da tropa; 1.600 bois de tração; 106 mulas; sete canhões de bronze e 3 canhões menores calibre 1. Na vanguarda, 200 aventureiros rústicos a pé, arregimentados em São Paulo. Na retaguarda, 200 índios (César, 1970, p. 152).

As expedições estrangeiras

Forças navais europeias começaram a operar no Atlântico Sul logo após o descobrimento da América. Diversas delas aportaram no Brasil antes mesmo do descobrimento oficial da terra. Estas iniciativas revelam o grande interesse despertado na Europa pela descoberta de Colombo.

A título de exemplo podem ser citadas as expedições de Alonso Ojeda em 1499 e Vicente Yanes Pinzón em 1500, que penetraram no estuário do Amazonas.

Partindo de Quito desceram o rio Solimões as de Gonzalo Pizarro (1539-42) e a de Pedro de Úrsua (1559/61). Por determinação de Pizarro, um integrante de sua expedição, Francisco Orellana, continuou viagem em um bergantim e explorou o rio um pouco adiante. É provável que a forte correnteza do rio o tenha impedido de voltar ao rio Coca, onde estava o grosso da expedição. À Orellana estava reservada a glória de ter sido o primeiro explorador do rio. Saindo no Atlântico, Orellana atingiu as ilhas de Cubagua (Venezuela) e Hispaniola (Antilhas), prosseguindo dali para a Espanha, onde seu cronista, o Frei Gaspar de Carvajal divulgou o que encontrara ou o que supunha ter encontrado⁴⁷.

Enquanto expedições castelhanas e de outras nacionalidades percorriam o litoral norte da América do Sul, inclusive o estuário amazônico, os portugueses, que tinham tomado pé na Capitania da Bahia vinham lutando ao longo da faixa costeira para expulsar franceses, ingleses e holandeses.

Levantamento dos fortes

Em 1615, Portugal conseguiu expulsar os franceses do Maranhão e Francisco Caldeira Castelo Branco foi nomeado Capitão-Mor para a conquista do Grão Pará. Castelo Branco viajou logo para o estuário e, na baía de Guajará levantou um forte, a que chamou de Presépio, em 1616. A partir daí dedicaram-se os lusobrasileiros à exploração, conquista e defesa da imensa calha fluvial.

Pouco depois foi construído o Forte de Gurupá sobre as ruínas de um fortim holandês. A nova praça de guerra, situada além da linha de Tordesilhas, passou a ser uma base avançada das iniciativas lusitanas.

41 Nesta viagem ocorreram os primeiros encontros com as índias coniuopyaras, chamadas pelo padre jesuíta Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Orellana, de as "Amazonas".

Por ordem de Filipe IV, rei da Espanha, e III de Portugal foi atribuída a Portugal a tarefa de conquistar e povoar a costa paraense e adjacências.

Os Caboquenas em ação

O Sargento-Mor Antônio Arnau de Vilela, por ordem do Governador do Pará, Rui Vaz de Siqueira, partiu em 1663 para uma operação de resgate. Atingindo a foz do rio Urubu, nas proximidades da Missão de Saracá, a expedição foi ludibriada pelos índios Caboquenas e caiu numa emboscada em que morreu o próprio comandante. Os sobreviventes regressaram para Saracá, onde se estava o Alferes João Rodrigues Palheta, que mobilizou os recursos disponíveis a fim de castigar os Caboquenas. Palheta atacou e dizimou os Caboquenas.

Diante do risco de outras sublevações, resolveu o Governador enviar nova força para submetê-las. Coube o comando ao Capitão Pedro da Costa Favela, que se deslocou a 6 Set 1663, levando um grande efetivo em 34 canoas. Chegou dois meses depois à boca do rio Urubu e deu início às buscas, vasculhando a floresta, até obter contato com os indígenas, que foram batidos e dispersos.

O primeiro povoado no coração da Amazônia

Por ordem do Capitão-Mor do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Pedro da Costa Favela voltou ao rio Urubu. Com a tropa vinha Frei Teodósio da Veiga que ajudou a fundar nas imediações de Aruim o primeiro povoado da região. O núcleo foi mais tarde transferido para perto da foz do rio Jaú, dando origem à localidade de Airão.

Favela reconheceu a barra do Rio Negro no Solimões, o que levou o Governador a mandar erguer um forte nessa confluência para assegurar o domínio português na região e servir de base de apoio para a ação dos sertanistas. Cumprindo a determinação, em 1663 o capitão Francisco da Mota Falcão levantou um fortim sobre um outeiro situado a 10 km da confluência do Negro com o Solimões, que recebeu o nome de Forte de São José do Rio Negro. Em torno do forte logo instalaram-se algumas famílias das tribos da região, que ao deslocarem-se para aquela confluência, deram origem à cidade de Manaus, corruptela do nome da tribo aruaque Manaós (em aruaque: Mãe de Deus).

As lutas contra Ajuricaba

No início do século XVIII, ameaçados de escravidão, índios da etnia Manaus, uniram-se a outras tribos para enfrentar as “tropas de resgate”, expedições fluviais destinadas, inicialmente a “resgatar” indígenas submetidos a trabalho escravo pelos colonizadores brancos ou mantidos em cativeiro por índios antropófagos, mas que, com o tempo, se transformaram em lucrativas fornecedoras de escravos para a região amazônica e até mesmo para as outras capitanias.

Coube a Ajuricaba, tuxaua dos Manaus, liderar uma confederação de várias tribos que passaram a atacar os portugueses e seus índios colaboradores, levando pânico às indefesas povoações. A rebelião se estendeu por todo o vale do rio Negro até a confluência do rio Branco. Contou com o apoio dos holandeses.

A revolta, iniciada em 1723, prolongou-se até 1727, quando o Governador João Mata da Gama tentou negociar, sem resultado. Decidiu então enviar uma unidade de infantaria, sob o comando do Capitão Belchior Mendes de Moraes que, reforçada por habitantes brancos da área, comandados por João Paes do Amaral, logrou vencer a resistência indígena. Ajuricaba foi preso e colocado a ferros.

Na viagem para Belém, na foz do rio Negro, Ajuricaba tentou libertar-se das correntes e jogou-se na água. Acabou morrendo nas águas do Solimões.

Os fatores de povoamento

O povoamento da região amazônica foi feito através das atividades militares, construção de fortes e fortins, a atração de índios e mestiços para viver no seu entorno, buscando trabalho e proteção, e a catequese religiosa.

Desde o século XVII os missionários franciscanos, jesuítas, carmelitas e mercedários, integrantes das expedições militares, empenhavam-se na evangelização das populações indígenas. Os missionários espanhóis, entrando com as expedições castelhanas procedentes do Pacífico, precederam os portugueses em alguns pontos da bacia amazônica.

Os franciscanos que procediam de Quito, já em 1637, iniciaram a catequese no Solimões/Amazonas, chegando até Belém e São Luís e fundaram missões que vieram a constituir as vilas de Fonte Boa, Coari, Tefé e São Paulo.

Os portugueses, em sua expansão para o oeste, expulsaram missionários espanhóis e a reação castelhana não tardou. Uma expedição militar vinda de Quito destruiu as aldeias fundadas pelos carmelitas portugueses e aprisionou o Capitão Inácio Correia e alguns soldados portugueses. O Governador do Pará revidou

através de uma força sob o comando do Sargento Mor Antunes da Fonseca que atacou as posições espanholas, aprisionando soldados e missionários.

A partir de 1710 os portugueses decidiram limitar a atuação de seus missionários e sertanistas até o rio Javari, ficando o trecho do Javari-Napo em poder dos espanhóis. Ao longo do rio Amazonas o povoamento foi através de núcleos missionários ou militares, que deram origem a Gurupá, Santarém, Óbidos e Manaus.

O vale do rio Negro foi povoado pelos carmelitas até as cachoeiras. Havia aldeias jesuíticas no vale do rio Madeira, como as de Borba e Itacoatiara. O ponto extremo no vale do Tocantins era Cametá.

Belém, no estuário, e Manaus, na embocadura do rio Negro, eram os principais pontos de apoio de todas as iniciativas de exploração do ecúmeno amazônico.

A escravização dos índios diminuiu as populações indígenas, pois eles não resistiam ao cativeiro. A necessidade de reprimir as tribos rebeldes levou ao extermínio de grandes contingentes indígenas, justamente os mais aguerridos e de cultura mais desenvolvida. Foi o que aconteceu com os tapajós e os manaus.

O colonizador branco que pretendia radicar-se na terra e dela extrair seu sustento chegou em pequenas levas a partir do século XVII.

O quadro étnico da área foi completado com os africanos, mas com pequena participação. Ele foi introduzido pelos holandeses, no século XII, que traziam escravos da África para os seus postos de comércio clandestinos, em geral na foz ou no baixo curso do rio Amazonas. Mais tarde, entre 1682 e 1685, foram trazidos em maior número pela Companhia Geral de Comércio do Maranhão.

Com o fim da escravização indígena em 1755, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão incentivou a vinda do negro para substituir o índio.

Em fins do século XVIII, estimava-se em 30 mil o número de escravos negros na área, mas a contribuição deles para o povoamento não foi importante, porque muitos sucumbiram aos maus tratos e às doenças.

As questões fronteiriças

Duas questões de limites, desde o início do período colonial, preocuparam a Coroa portuguesa, que teve de apelar ao emprego da força até que fossem solucionados por via diplomática. A primeira foi a da fronteira do Oiapoque. Depois de vários insucessos no Brasil nos séc. XVI e XVII, os franceses foram para a Guiana e instalaram um contingente às margens do Sinamari. O pequeno núcleo estabeleceu-se 50 léguas ao norte do rio Oiapoque e a 100 léguas do Amazonas.

Prosseguindo na colonização, em 1628 os franceses fundaram a colônia de Conamana. Posteriormente, em 1633, com a criação da Companhia Francesa do Cabo Norte, fundou-se Caiena.

Antepondo-se às iniciativas francesas na região, os portugueses criaram a Capitania do Cabo Norte, que tinha como limite setentrional o rio Oiapoque.

Em 1655 os holandeses apossaram-se de Caiena, que foi retomada pelos franceses 11 anos depois, mas a disputa pela região prosseguiu até a ocupação inglesa. O conflito entre essas potências europeias só terminaria em 1667, quando o Tratado de Breda reconheceu a soberania francesa sobre a Guiana.

Com a criação da França Equinocial em 1676, os franceses ocuparam o norte do rio Oiapoque e avançaram até o Araguari, sendo repelidos pelos portugueses.

Os franceses, holandeses e ingleses, não reconhecendo a soberania portuguesa sobre o Amapá continuaram, por via diplomática, a tentar levar a posse de suas colônias até a margem norte do rio Amazonas, conflito que só seria solucionado definitivamente já na República, pelo Barão do Rio Branco.

A segunda questão importante de limites foi a da fronteira oeste da Amazônia brasileira, que foi fixada no rio Javari em 1710. Ao norte do rio continuaram as disputas, no século XVIII, entre portugueses e espanhóis, e entre Brasil e os países confinantes depois da independência.

A linha Apaporis -Tabatinga ficou ajustada com o Peru em 1851. A fronteira do Brasil com o Peru tem uma extensão de 2.995,3 km e está perfeitamente demarcada pelos Tratados de 1851 e 1909. A fronteira do Brasil com a Colômbia, entre a Pedra de Cucuhy, no rio Negro e a desembocadura do Rio Apaporis, na margem esquerda do rio Japurá ou Caquetá foi acertada com em 1907.

As Capitanias do Cabo Norte e de São José do Rio Negro

A Amazônia brasileira foi uma conquista portuguesa feita no período de união das Coroas ibéricas por ordem do próprio rei da Espanha, Filipe IV, preocupado com as infiltrações inglesas, francesas e holandesas no vale do grande rio.

O soberano espanhol concedeu em 1637 a Bento Manuel Parente a Capitania do Cabo Norte, que mais tarde daria origem ao território do Amapá. Essa concessão foi um prêmio pela atuação de Parente contra os holandeses. Finalmente, o grande sertanista Pedro Teixeira tomou posse do vale amazônico em nome da Coroa de Portugal na viagem que empreendeu da foz às nascentes em 1639.

Após a restauração de Portugal (1640), o rei D. José I, em Carta Régia de 5 Mar 1755, criou uma nova divisão administrativa no Rio Negro, constituindo uma Capitania separada do Pará. A criação foi consequência do Tratado de Madri, para

atender às necessidades de segurança e demarcação das fronteiras norte e oeste. A Capitania do Rio Negro deu origem ao futuro Estado do Amazonas.

O Governo de Tinoco Valente

Joaquim Tinoco Valente governou a Capitania do Rio Negro de 1763 a 1779. Em sua administração teve oportunidade de expulsar os espanhóis do Rio Branco, de implantar algumas novas fortificações, de incrementar o povoamento e de reformar as fortalezas existentes.

Manuel da Gama Lobo d'Almada na Amazônia

Em Jan 1770, a Amazônia recebeu 340 famílias portuguesas (1.022 pessoas), procedentes de Mazagão, na África. Manuel Lobo d'Almada, militar que lutou em defesa dos territórios ultramarinos de Portugal, integrante desse contingente, foi nomeado comandante da Fortaleza de Macapá e administrador do Amapá.

Em 1784, quando estava em curso a demarcação das fronteiras do Tratado de Santo Ildefonso, Lobo d'Almada foi designado para o comando militar do alto Rio Negro. Chegou a São Gabriel a 3 Mai 1784, instalando ali sua administração. Encontrou no comando da fortaleza ali existente o Tenente Marcelino José Cordeiro, grande conhecedor da região e seu braço direito no governo do território.

Lobo d'Almada deu provas de grande dedicação e capacidade de trabalho. Com frágeis canoas penetrou a selva seguindo rios de curso desconhecido, atravessou pantanais, galgou cachoeiras, acampou em condições precárias, sempre seguido de perto por índios bravios. Em sua gestão foi realizado um minucioso levantamento cartográfico da região.

A Capitania de São José do Rio Negro, em 1784, dispunha de força militar terrestre, serviço de justiça, policiamento, administração pública e comércio razoável. Os portugueses dispunham de fortalezas na Barra (futura cidade de Manaus), em Barcelos, em São Gabriel da Cachoeira e em São José de Moarabitana. As forças militares da área pertenciam aos dois Regimentos do Pará. Para os trabalhos de demarcação chegaram mais tropas sob o comando do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Pará.

Em 1786 Lobo d'Almada foi promovido ao cargo de Governador da Capitania de São José do Rio Negro, em reconhecimento a seus méritos. Percebendo as infiltrações espanholas pela calha do Amazonas, reforçou os postos existentes em Tabatinga, Tefé e nos rios Javari e Içá, a fim de bloqueá-las.

Com o fim da demarcação das fronteiras da Amazônia brasileira, transferiu a capital da Capitania de Barcelos para a Vila da Barra, futura Manaus.

A Retomada e defesa de Fernando de Noronha

Fernando de Noronha é um arquipélago de cinco ilhas maiores (Fernando de Noronha, Rata, do Meio, Rasa e Sela Ginete) e 14 ilhas pequenas, que não são mais do que rochedos que afloram à superfície do mar. Sua posição entre o Brasil e a África lhe confere enorme importância estratégica.

As primeiras tentativas de colonização

Em 16 Jan 1504, o rei de Portugal doou o arquipélago a Fernão de Noronha, um rico cristão-novo (judeu) português, para que colonização no sistema de Capitânicas Hereditárias. Nem ele nem seus descendentes empreenderam qualquer iniciativa para o povoamento do arquipélago que acabou por ser ocupado pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais em Dez 1629.

Informado disso, Matias de Albuquerque, Governador de PE, enviou uma expedição em sete caravelas comandada por Rui Calaza Borges e pelo Capitão Pedro Teixeira. Surpreendendo os invasores, reconquistaram o arquipélago. Os holandeses não desistiram e após a conquista de Pernambuco reocuparam a ilha em 1646. Com a expulsão dos holandeses do Brasil, a ilha foi entregue ao Mestre-de-Campo português Francisco Figueiredo, permanecendo despovoada.

Novas tentativas de colonização - Penetração francesa

Dom Pedro II, Rei de Portugal, em 8 Jan 1693 revogou a doação, mas nada foi feito para povoar a ilha. Tanto a Coroa portuguesa quanto a Capitania de PE, reconhecendo a importância estratégica do arquipélago, tomaram medidas visando povoá-lo, porém a falta de recursos impediu.

Os franceses também cobiçavam a ilha. La Ravardière, ao tentar a conquista do MA (França Equinocial), lá havia aportado em Jul 1612, permanecendo 15 dias. Em 1736, a recém-criada Companhia das Índias Orientais Francesas tentou a conquista com a expedição do Capitão Lesquelin. O arquipélago foi ocupado e a colonização iniciada. Ao tomar conhecimento, o Vice-Rei Conde de Galveas, enviou observadores ao local que constataram a ocupação em Set 1736.

O Rei português determinou a expulsão dos invasores e o Conde de Galveas enviou uma expedição com 250 homens em 6 Out 1737, comandada pelo Coronel João Lobo de Lacerda, que expulsou os franceses sem a menor resistência.

A ocupação definitiva

Logo após a reocupação os luso-brasileiros o fortificaram com a construção da Fortaleza dos Remédios, do Forte de Santo Antônio e do Forte da Conceição.

Para a colonização, criou-se em 1739 o presídio para condenados do Brasil e de Angola. A guarnição militar contava com 19 oficiais e 194 praças. Desde essa época o arquipélago vem sendo habitado regularmente.

A conquista dos Sete Povos da Missões Orientais

O Tratado de Madri determinou a troca dos Sete Povos da Missões Orientais, pertencentes à Espanha, pela Colônia do Sacramento, posse portuguesa.

Essa permuta importava na transferência para a margem direita do rio Uruguai de cerca de 30 mil índios guaranis aculturados, os quais perderiam de um momento para o outro todos os seus bens, acumulados com trabalho e sacrifício.

Foi grande o descontentamento desses índios, que preferiram ir à guerra a submeter-se. Os índios foram dizimados, na guerra que passou à história com o nome de Guerra Guaranítica.

Com a suspensão do Tratado de Madri em 1761, Portugal recuperou a Colônia do Sacramento e ressurgiu a fronteira de Rio Pardo separando o Continente de São Pedro das missões Orientais, que voltaram à Espanha. Os limites nunca foram demarcados, mas aceitava-se que passassem ao longo da Coxilha Grande.

Em 1767 foi decretada a expulsão dos jesuítas do território espanhol. Por esta razão, quando os Sete Povos voltaram ao domínio castelhano, os padres não retornaram aos seus locais de trabalho ficando a administração e chefia na alçada de autoridades leigas, levando as Missões a um processo de decadência.

A desorganização administrativa que passou a reinar nos Sete Povos e a repulsa dos índios pelas autoridades espanholas muito favoreceram a conquista das Missões por forças irregulares gaúchas.

A atuação do Governador Veiga Cabral

Após as perdas sofridas no Sul com as vitórias de Ceballos (1762-77), Portugal pareceu conformar-se com as imposições do Tratado de Santo Ildefonso

(1777). O mesmo não aconteceu com a gente que vivia na região, oriunda dos campos continentinos ou luso-brasileiros de outras Capitânicas que tinham vindo para as guerras do sul, e que esperavam reaver os territórios perdidos.

Essa oportunidade surgiu com a Guerra da Segunda Coligação entre França e Inglaterra, a qual levou a uma nova guerra entre Portugal e Espanha em 1801.

Com isso, o Governador Tenente-General Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara deu início à organização de corpos de tropa integrados por contingentes locais e à mobilização de recursos, ao mesmo tempo que constituía com as forças disponíveis dois grupamentos principais: um na fronteira do Rio Grande, sob o comando do Coronel Manuel Marques de Souza I, e o outro na fronteira do Rio Pardo, comandado pelo Tenente-Coronel Patrício José Correia da Câmara.

Marques de Souza agiu com rapidez⁴⁸. Concentrou suas tropas numa área protegida pelo rio Jaguarão, atravessou esse rio e marchou sobre a povoação fortificada de Cerro Largo, cuja guarnição capitulou a 30 Out.

Correia da Câmara partiu de Rio Pardo para o sul, levando os castelhanos a abandonar as posições ocupadas desde o rio Batovi. O Forte de Santa Tecla, abandonado, foi arrasado; nas cabeceiras do Ibicuí um forte contingente espanhol retirou-se sem se engajar em combate, possivelmente pelo conhecimento da queda de Cerro Largo. Veiga Cabral comandou as ações de seu leito de morte.

Sua manobra incluía o emprego de forças irregulares gaúchas para fixar os castelhanos da região missioneira, impedindo-os de atacar o destacamento de Correia da Câmara vindos pela Boca do Monte ou por São Martinho.

Ao lado, imagem do território do RS mostrando, à esquerda, hachurada, a parte do território que foi conquistada pelos luso-brasileiros-gaúchos. Território que ficou definitivamente incorporado. Nunca tantos deveram tanto a tão poucos. Fonte: EME, 1972, p. 350.



⁴⁸ Antes de Marques de Souza, já haviam partido de Rio Grande na mesma direção as tropas comandadas pelo Ten Cel Jerônimo Xavier de Azambuja.



Uniformes e armamento em 1767. O infante está à esquerda (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 237)

Os gaúchos

No RS surgiu uma estirpe de homens e mulheres vinculada à atividade sócio-econômica agropastoril, que se somou a outras estirpes luso-brasileiras.

Oriundos da miscigenação de portugueses e remanescentes de tribos guerreiras, os gaúchos, como passaram a ser chamados, tinham características próprias. Os homens eram excelentes cavaleiros, valorosos, leais, hospitaleiros, ocupados ora com a lida das estâncias, ora com a vida militar, em postos que iam do soldado raso ao general. Quando bem comandados por homens hábeis na arte da guerra irregular, os caudilhos, os gaúchos eram combatentes difíceis de serem batidos.

Os três caudilhos

Manoel dos Santos Pedroso, estancieiro, antigo soldado miliciano alfabetizado e José Borges do Canto, ex-soldado do Regimento de Dragões do Rio Pardo, analfabeto, foram os chefes que, separadamente, apareceram na Guarda de São Pedro Mártir, estrategicamente localizada entre Rio Pardo e a guarda

espanhola de São Martinho, no caminho que levava às Missões, posto avançado do Capitão Francisco Barreto Pereira Pinto.

Pedroso, com 20 peões, ofereceu-se para atacar as guardas inimigas disseminadas na região. Borges do Canto, acompanhado de 15 homens, apresentou-se com idênticos propósitos. Percebendo a oportunidade dessas iniciativas, o Capitão Pereira Pinto resolveu apoiá-las dentro de suas possibilidades.

Com um reforço recebido do Capitão Pereira Pinto, Borges do Canto aumentou seu efetivo para 40 homens, entre eles o furriel Gabriel Ribeiro de Almeida, conhecedor profundo da região e dos hábitos dos índios, cujo idioma lhe era familiar.

A atuação desses três homens, autênticos caudilhos, aos quais não faltava o senso político, tornou possível uma façanha quase inacreditável.

Os acontecimentos

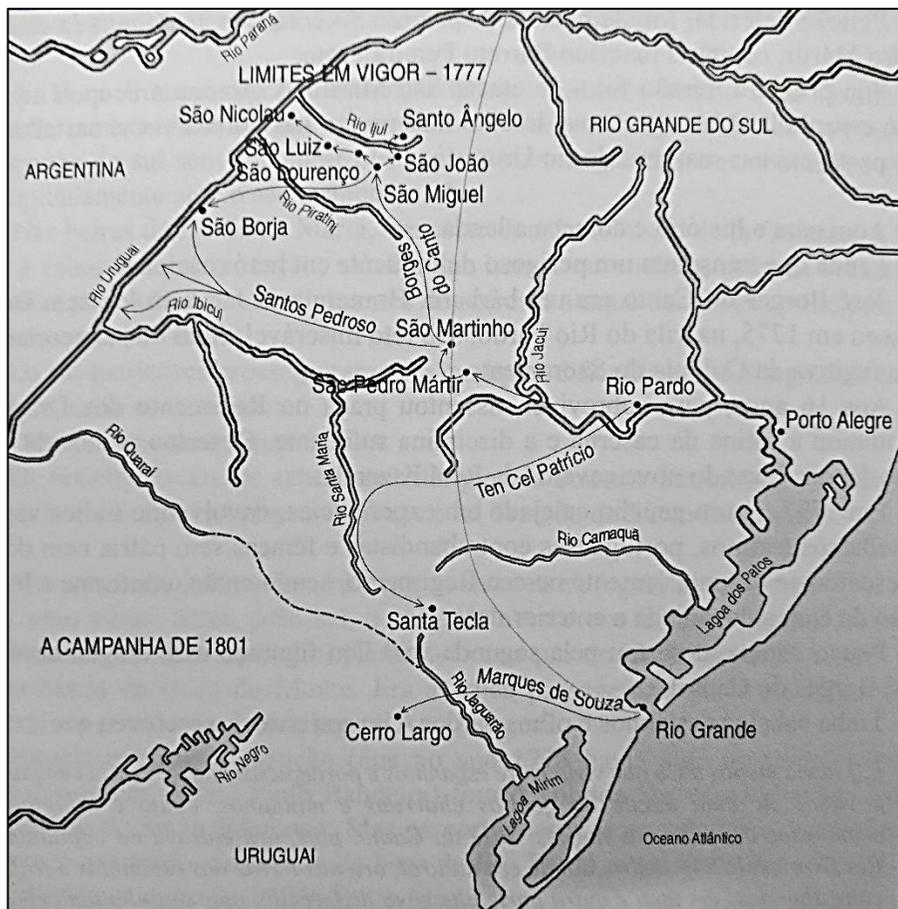
No início os dois grupos agiram de forma independente. Santos Pedroso recebeu a missão de atacar a Guarda de São Martinho, sede de uma estância missioneira. Expulsos os castelhanos, Santos Pedroso passou a empreender operações de inquietação, na época conhecidas como “correrias” e que consistiam em pilhar as povoações de origem espanhola e atacar postos avançados para obter recursos, em particular armamento e cavalaria. Sua força aumentava sempre, com a adesão de índios insatisfeitos com as autoridades espanholas.

Enquanto Santos Pedroso assolava a região castelhana da Coxilha Grande, Borges do Canto, no rigor do inverno, deu início a uma vitoriosa jornada, em direção aos Sete Povos. Em audaciosos golpes de mão, sempre coroados de êxito, ambos foram dismantelando as defesas espanholas. Com rápidas ações, caíram a guarda de São Pedro e os postos de Santo Inácio e São João Mirim.

Com a adesão de centenas de índios armados, Borges do Canto atreveu-se a tentar a conquista do povoado de São Miguel, capital das Missões Orientais.

Organizadas em pelotões, as forças de Borges do Canto cercaram São Miguel. Ao cabo de três dias de sítio capitulou a guarnição, composta por 200 homens. Com a queda de São Miguel renderam-se também os povoados de São Lourenço, São João, São Luís Gonzaga e Santo Ângelo.

Atendendo a um pedido de reforço feito por Borges do Canto, chegou a São Miguel um contingente de tropas luso-brasileiras sob o comando do Sargento-Mor de dragões José de Castro Morais, que assumiu o comando militar da área.



A Campanha de 1801 (Fonte: Lemos, 2009, p. 208)

Em São Francisco de Borja, os índios aprisionaram o administrador da povoação, entregando-o amarrado aos brasileiros. A povoação foi ocupada sem luta.

Estava consumada a conquista dos Sete Povos mas os espanhóis, refeitos das primeiras derrotas, concentraram forças em vários pontos da fronteira.

Agravando o quadro, em 5 Nov 1801 Veiga Cabral faleceu, sendo substituído pelo Brigadeiro Francisco João Roscio, do Corpo de Engenheiros.

A reação das forças espanholas ameaçou duas frentes da ampla fronteira. A leste, o Marquês de Sobremonte, Vice-rei de Buenos Aires, à frente de 5 mil homens atacou as guardas avançadas do Taim e do Albardão, ameaçando Rio Grande. A noroeste os espanhóis reconquistaram Cerro Largo e assaltaram alguns passos do rio Uruguai, numa tentativa de reconquistar os Sete Povos.

As atenções das autoridades brasileiras, entretanto, se concentraram na fronteira de Jaguarão, reforçando as tropas que a defendiam. A luta continuou de forma difusa, com pequenos efetivos se enfrentando no corredor litorâneo, nos passos do rio Uruguai e do rio Santa Maria. O mais importante foi o encontro no passo de São Marcos, situado em frente ao povoado de São Borja, que terminou com a derrota dos castelhanos que sofreram pesadas baixas.

As hostilidades cessaram quando as forças espanholas atingiram a margem sul do rio Jaguarão. O comandante espanhol, com suas tropas bastante desgastadas e avisado de que a paz fora feita na Europa⁴⁹, preferiu não atravessar o rio.

Esta campanha, na qual foram empregados pequenos efetivos, proporcionou bons resultados, entre eles a expansão territorial pela incorporação das Missões, da mesopotâmia Ibicuí-Quaraí e da área entre os rios Piratini e Jaguarão. O rio Uruguai passou a ser fronteira com a mesopotâmia platina, tornando-a muito mais fácil de ser defendida. Borges do Canto, desertor dos Dragões, foi anistiado.

A ocupação de Mato Grosso e Goiás

Durante o século XVI a colonização portuguesa da América do Sul ficou limitada ao litoral, onde estavam as zonas produtoras voltadas aos mercados consumidores externos e às fontes de suprimento.

No século XVII, com as bandeiras de apresamento de índios, que penetraram no continente, teve início a fase militar da expansão geográfica luso-brasileira.

Os bandeirantes recalcaram as vanguardas espanholas para além dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. O fechamento da navegação dos hispânicos pelo curso superior do rio Paraguai e do Guaporé foi sem dúvida o que impediu o seu acesso ao rio Amazonas, via Madeira, partindo dos altiplanos bolivianos.

Na última década do século ocorreu um fato histórico que teria reflexos imediatos no povoamento do interior do Brasil. Borba Gato e Rodrigues Arzão, vasculhando as nascentes dos rios Doce e das Velhas, encontraram ouro no planalto de Minas Gerais, materializando as esperanças de mais de um século.

A medida que surgiram Sabará, Vila do Carmo e Vila Rica, um intenso movimento migratório acelerou a ocupação do interior. Milhares de aventureiros atraídos pelo ouro e pelos diamantes invadiram a região das minas, causando conflitos entre bandeirantes e emboabas. Derrotados pelos forasteiros, os bandeirantes

⁴⁹ Paz de Badajoz (6 Jun 1801), tratado pelo qual a Espanha manteve Olivença (cidade portuguesa) e se omitiu em relação às Missões. Estas foram incorporadas ao território brasileiro definitivamente.

paulistas retornaram à sua vocação pioneira e rumaram para o Oeste em busca dos tesouros lendários da Serra dos Martírios e, quiçá, do El Dorado.

A ocupação de Mato Grosso

Nessa “marcha para o Oeste” ou “das Monções”, as Bandeiras aproveitavam a época das chuvas para a navegação fluvial. Desciam pelo Tietê e pelo Paraná até o rio Pardo ou o Invinhema e subiam por esses dois rios e seus afluentes até atingirem o rio Paraguai. Remontado o Paraguai, prosseguiram pelo São Lourenço em busca das terras altas que separavam as bacias do Paraguai e do Amazonas. Essas expedições enfrentavam constantes ataques de tribos indígenas, principalmente dos Paiaguás, Guaicurus e Caiapós.

Foi no decorrer de uma expedição de apresamento de índios que Pascoal Moreira Cabral descobriu as primeiras grandes jazidas auríferas em Mato Grosso.

A descoberta do ouro transformou os bandeirantes de guerreiros em colonizadores, fixando-se na terra e dando origem ao povoamento da região. Em Out 1722 localizou-se, ao sopé do morro do Rosário, onde hoje é Cuiabá, as lavras do Sutil, a maior mancha de ouro até então encontrada em todo o Brasil.

Após essa grande descoberta foi encontrado ouro em Santana do Brumado, Arinos, Corumbiara e Vizeu e uma importante jazida de diamantes em Diamantino.

Esse avanço explorador e colonizador ajustava-se à geopolítica portuguesa de criar fronteiras vivas diante dos espanhóis. Mato Grosso, trinta anos após a chegada dos bandeirantes, foi erigida capitania-geral, desligada de São Paulo.

A ocupação de Goiás

Entre 1650/1700, diversas bandeiras entraram nos sertões de Goiás. Fernão Dias Pais Leme (1661), Bartolomeu Bueno, o *Anhanguera* (1670) e Luiz Castanho de Almeida (1671). Seguiu-se um hiato de 53 anos e em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva, o filho de *Anhanguera*, desviou-se das vias já percorridas e descobriu as primeiras minas de Goiás.

Depois que o filho de *Anhanguera* retornou a São Paulo em 1728 com oito mil oitavas de ouro, aumentou muito o afluxo de aventureiros para a região das descobertas. Entre 1728 e 1737, surgiram arraiais como Ferreiros, Barra, Ouro Fino, Santana, Meia Ponte e Natividade e as povoações de Crixá, Trairas, São José do Tocantins, Cachoeira, Santa Rita e Água Quente. Pouco antes, em 1734, Amaro Leite descobriu a minas do rio Maranhão.

O Governador de São Paulo, Luís de Mascarenhas, em visita a Goiás, presenciou a descoberta das minas de Arraias, Conceição, Chapada e Cavalcante. Antes de retornar a São Paulo, Mascarenhas fundou as povoações de Pontal e Bonfim, esta às margens do rio Claro. Neste rio e no Pilões, encontraram-se diamantes.

Em 1744 Goiás foi elevada à Capitania-Geral, tendo D. Marcos de Noronha sido nomeado seu primeiro governador. Entre 1744 e 1745 fundaram-se as aldeias de Formiga e Ouro, bem como os arraiais de Santa Luzia e do Carmo.

Descobriram-se em 1749 as minas do Cocal e, em 1757, as de Tesouras e Montes Claros, já na administração do Conde de São Miguel.

Aspectos militares de maior relevo

A conquista do Centro-Oeste foi consolidada pelo Tratado de Madri, firmado entre Portugal e Espanha em 1750. Pelo Tratado, Portugal, baseado no princípio do *uti possidetis*, levou a fronteira oeste de sua colônia até a linha Paraná-Paraguai-Guaporé. Isto só foi possível pela ação do bandeirante.

Os descobrimentos de ouro estimularam as migrações e surgiram nos sertões do Centro-Oeste novas áreas de povoamento e, com elas, a presença do soldado, proporcionando a segurança necessária à sua consolidação e desenvolvimento.

A Campanha de 1801 em Mato Grosso

Espanha nunca aceitou a expansão luso-brasileira além do meridiano de Tordesilhas. Pressionados pelos bandeirantes e pelo dinamismo dos militares e dirigentes luso-brasileiros, os castelhanos não conseguiram deter a expansão portuguesa que, superando muitos obstáculos atingira, no início do séc. XVIII, o dobro da área que lhe fora destinada pelo Tratado de Tordesilhas de 1492.

O Tratado de Madri de 1750 foi uma derrota diplomática da Espanha. Esta, buscou revogar as cláusulas contrárias aos seus interesses na América do Sul.

A guerra peninsular de 1801 serviu de pretexto aos luso-brasileiros para revindicar prejuízos sofridos no Mato Grosso. E ao governador do Paraguai para reaver terras que julgava pertencer aos castelhanos.

A situação político-militar na Capitania de Mato Grosso

Dois autoridades importantes haviam chegado ao Mato Grosso em 1772: o Governador Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e o engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra.

Em 17 anos de governo, Cáceres organizou a província, lutou contra os espanhóis, reprimiu sublevações, debelou ataques de índios, desbravou territórios, pesquisou minas e fundou estabelecimentos que propiciaram o intercâmbio interno com outras províncias, possibilitando a defesa da região. Criou o registro de Ínsua em 1773 e, no ano seguinte, o de Jauru. Em 1775, sob a direção do Capitão Matias Ribeiro da Costa, fez erigir o Presídio de Coimbra, na margem direita do Paraguai e, em 1776, o majestoso Forte Príncipe da Beira, sobre o Guaporé. Mandou construir ainda o Forte de Vizeu, o Presídio de Albuquerque (Corumbá), o de Mondego (hoje Miranda), o de Vila Maria, o de São Luís de Cáceres, o de São Pedro del Rey, o de Poconé e a fazenda e povoação de Casalvasco.

Os espanhóis por sua vez trataram de ocupar pontos estratégicos na margem direita do Paraguai e erigiram o Forte de São Carlos ao sul do rio Apa.

O Forte de Coimbra

O Tenente-Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, designado em 1797 para comandar o Forte de Coimbra e assumir a defesa do sul do Mato Grosso, percebeu que devia se preparar para uma eventual investida castelhana aproveitando a calha do rio Paraguai. E tomou duas decisões: 1) construir no local um forte permanente, capaz de resistir aos ataques inimigos, em substituição à simples estacada que protegia a praça de guerra que lhe competia comandar; e 2) atribuir ao seu ajudante Francisco do Prado a missão de fortificar o rio Miranda.

As obras iniciaram-se no mesmo ano e em Set 1801, com o forte inconcluso, Ricardo Franco, ao ser informado pelos índios guaicurus sobre preparativos bélicos que estavam sendo feitos pelos espanhóis em Assunção, decidiu transferir para as novas instalações a sua guarnição constituída por cerca de 50 homens e os moradores da pequena vila que se formava à sombra da fortificação.

Com a notícia da guerra de 1801 na Europa, o Governador do Paraguai, D. Lázaro de Ribeira, aproveitou a oportunidade para invadir o sul de Mato Grosso, atacando como primeiro objetivo o Forte de Coimbra.

A força espanhola tinha diversas embarcações e uma tropa estimada em 800 combatentes. Sem ser hostilizada, a flotilha iniciou em 16 Set 1801 o bombardeio da posição portuguesa. No dia seguinte o comandante espanhol enviou um ultimato ao chefe português, que foi prontamente repellido.

Os espanhóis reiniciaram o bombardeio e por diversas vezes tentaram o desembarque, mas foram rechaçados. Devido às perdas e ao esgotamento da munição, os espanhóis retornaram à Assunção. O Tenente Francisco Rodrigues do

Prado, comandante do Presídio de Miranda, atacou o fortim castelhano de San José, na margem sul do Apa, conseguindo conquistá-lo e arrasá-lo.

A façanha de Ricardo Franco, barrando as forças invasoras, impediu a posse espanhola do sul do Mato Grosso, pois o Tratado de Badajoz, firmado ao término da guerra na Europa, não contemplou a devolução dos territórios conquistados nem revalidou os limites do Tratado de Santo Ildefonso firmado em 1777. O Tratado não observou o *status quo ante bellum* e subordinou-se ao *jus belli*. E assim o Brasil incorporou definitivamente ao seu território a margem ocidental do rio Paraguai desde a Baía Negra até a lagoa de Mandioré.

A conquista de Caiena - Doação da capitania do Cabo Norte

Filipe IV de Espanha e III de Portugal em 1637 doou, por serviços prestados, a capitania do Cabo Norte a Bento Maciel Parente, governador do Maranhão.

Em 1640 foi restaurado o trono português. Em 1645 D. João IV, rei de Portugal, reconhecia Parente como capitão-mor e senhor daquela capitania, com direito de transmissão hereditária a seus descendentes. Esta, estendia-se do Cabo Norte, seu limite sul, até o rio Vicente Pinzon, no Oiapoque, ao norte, com uma extensão de cerca de 40 léguas de litoral. Conclui-se, portanto, que aqueles territórios pertenciam historicamente ao Brasil.

As pretensões dos estrangeiros

Ingleses e franceses também voltavam os olhos para a região, respeitando, inicialmente, o limite do Oiapoque. Em 22 Mai 1604, o inglês Charles Leigh tomou posse da margem esquerda do rio, estabelecendo, no monte Lucas, uma colônia com 76 homens, chamada, pelos indígenas, Caribote. A experiência durou pouco mais de dois anos, extinguindo-se em 31 Mai 1606. O inglês Robert Harcourt, com 60 homens, desembarcou em 17 Mai 1608, na margem esquerda do Oiapoque, fundando nova colônia que, como a primeira, teve curta duração.

Os franceses fizeram tentativas. Em 27 Jun 1633, com a permissão do cardeal Richelieu, uma companhia veio da França para explorar a Guiana em seus limites naturais do Maroni ao Oiapoque. À frente da empresa, estavam os senhores de Rosée e Robin e negociantes de Rouen e Dieppe. Essa recebeu como primeira denominação: Companhia do Cabo do Norte ou Guiana. Não obteve sucesso.

Em 26 Mai 1640, após a concessão de Filipe IV a Bento Maciel Parente, estabeleceu-se a segunda Companhia do Cabo do Norte, tendo à frente Jacob Bontemps, munido do privilégio de estender-se sobre todas as terras situadas nas

chamadas Índias Ocidentais, entre o Orenoco e o Amazonas. Dos trezentos franceses que chegaram a Caiena em Nov 1643, poucos sobreviveram após um ano.

Não desistiram do seu intento. Em 29 Set 1652 organizou-se nova companhia. Cerca de 500 homens desembarcaram em Caiena, autorizados a ocupar toda a Guiana do Orenoco ao Amazonas, em flagrante atentado ao domínio português da região. Traziam agora o pomposo título de França Equinocial, sendo o Secretário-Geral da Marinha da França o principal associado da Companhia. Menos de um ano depois mais de 400 colonos estavam exterminados. Os poucos que restaram foram transportados para o Suriname por um navio holandês.

O Tratado de Nimègue

Em 17 Nov 1678, ocorreram fatos com sérias consequências à posse portuguesa do Cabo Norte. França e Espanha firmaram o Tratado de Nimègue, pelo qual a Espanha cedia à França supostos direitos sobre a região, o que anulava a concessão, feita em 1637, a Bento Maciel Parente, súdito português.

Baseando-se no Acordo, o Marquês de Ferrolles, governador da Guiana Francesa, por ordem de Luís XIV, e em plena paz com Portugal, apoderou-se dos fortes de Cumaú (Macapá) e do Paru. Destruiu Paru e pôs no Cumaú uma guarnição de 43 oficiais e soldados e um destacamento de índios. A reação não se fez esperar e, em 28 Jun do mesmo ano, o capitão Francisco de Souza, mandado de Gurupá à frente de 160 soldados e 150 índios, pelo governador Antônio de Albuquerque, retomou aos franceses o forte de Cumaú, restabelecendo portanto o domínio português. Em boa hora isso ocorreu, visto que, na Europa, a Liga de Augsburg - Grã-Bretanha, Espanha, Holanda e Alemanha - decidiu antepor um fim ao expansionismo do rei Luís XIV de França, com efeitos diretos em nosso território.

O Tratado Provisional

Um dos resultados das decisões da Liga de Augsburg foi o Tratado Provisional entre Portugal e França (4 Mar 1700). Por este Tratado, provisório e suspensivo, a França concordava em neutralizar a capitania do Cabo do Norte, tendo os portugueses de abandonar e demolir os fortes, construídos ao norte do rio Amazonas. O soberano português D. Pedro II, assinou-o sob pressão e ameaças de Luís XIV, com prejuízos à nossa integridade territorial. Curta seria a duração.

O Tratado de Utrecht

A 11 Abr 1713 foi assinado o Tratado de Utrecht entre Portugal e França. O artigo IX anulava o Provisional de 1700. Pelo artigo VIII, a França renunciava a todas as suas pretensões sobre as terras chamadas do Cabo Norte, situadas entre o rio Amazonas e o Oiapoque. Ficou reconhecida, pela França, a posse plena da região por brasileiros e portugueses. Passados 14 anos, em Fev 1727, o governador-geral do Maranhão remeteu instruções ao governador da Guiana Francesa, Claude D'Orvilliers, exigindo a observância do Tratado de Utrecht, o qual, violado pelos franceses, permitia o comércio e tráfico de índios em terras portuguesas. Seguiu-se um período de calma até a Revolução Francesa de 1789.

O Tratado de Amiens de 27 de março de 1802

A pós uma série de lutas na Europa, inclusive na península ibérica, onde Portugal se aliara à Espanha para uma frustrada incursão em território francês, houve uma mudança do governo espanhol em favor da França. A Grã-Bretanha, que combatia os franceses, resolveu assinar um tratado de paz com a França e seus aliados (Espanha e República Batava). Portugal não estava presente, tomaram-se resoluções, incluindo o território colonial na América. Esse tratado fixava a fronteira pelo rio Araguari para delimitar os territórios do Brasil e da Guiana. Portugal se absteve de aderir a estas resoluções.



Ao lado, o General Honorário do EB Francisco Xavier da Veiga Cabral - o Cabralzinho, herói do Amapá, nascido em Cametá, PA (1861) e falecido em Belém (1905). Fonte: EME, 1972, p. 369.

Capítulo IV

O SÉCULO XIX E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Dom João e a Família Real atravessam o Atlântico - Caiena

Com a invasão da península ibérica pelos franceses e a entrada do general Junot em Lisboa, o governo português decidiu emigrar para o Brasil, de onde continuaria a exercer sua soberania sobre o império lusitano. Em 22 Jan 1808, aportou na Bahia a maior parte da esquadra, trazendo a família real e a corte. Começaria uma nova fase para o Brasil-Colônia. Uma das primeiras medidas do príncipe-regente D. João foi ordenar a conquista de Caiena, não só como represália à França, mas para fixar de vez os limites do norte do Brasil, no Oiapoque.

A reação do Brasil

Recebida a ordem para a organização da expedição, executou-a o Tenente-General José Narciso de Magalhães de Menezes, Governador do Grão-Pará e Rio Negro. Constituída basicamente por brasileiros, tinha em suas fileiras, oficiais ingleses e portugueses, bem como algumas praças destas nacionalidades. Sua finalidade ficou bem clara na proclamação do governador em 1º Out 1808:

"se pretende estabelecer outra vez os limites no rio Oiapoque, ou rio de Vicente Pinzon, barreira original da América Portuguesa, ao norte do Equador, marcada com o cunho dos antigos padrões, firmada com a posse útil daqueles territórios já nos primeiros tempos cultivados por vassallos portugueses e depois solenemente ratificados com a cessão e garante do Tratado de Utrecht".

A força terrestre era comandada pelo Tenente-Coronel Manuel Marques d'Elvas Portugal. Estruturava-se em duas companhias de granadeiros dos 1º e 3º Regimentos de Linha, duas companhias de caçadores dos 1º e 3º Regimentos de Linha e uma companhia de artilharia. A 3 Dez 1808, deixou o Pará, chegou à baía do Oiapoque, desembarcou as tropas e ocupou posição na margem esquerda.

A força naval tinha: a corveta inglesa *Confiance* (20 bocas de fogo, comandada pelo Capitão-de-mar-e-guerra James Lucas Yeo); brigue *Voador* (18 canhões - Capitão-de-fragata José Antônio Salgado); brigue *Infante D. Pedro* (18 canhões - Capitão-tenente Luís da Cunha Moreira, depois almirante e Visconde de Cabo Frio); escuna *General Magalhães* (12 canhões); "cuters" *Vingança* e *Leão* (oito canhões cada); três barcas-canhoneiras e três barcos-transporte. Integravam a expedição elementos do RJ, SP, MG e um contingente de soldados do Pará.

A marcha ao encontro do inimigo

Não encontrando resistência no desembarque, marcharam ao encontro do inimigo. A 15 Dez, defrontaram-se com o fortim Apronague. Após curto combate sob o comando de Lucas Yeo e do capitão-tenente Luís da Cunha Moreira, o objetivo foi conquistado. Prosseguindo, em 7 Jan 1809 Lucas Yeo e o major Joaquim Manuel Pinto desembarcaram de madrugada na entrada do Mahuri, sobre a costa oriental da ilha de Caiena.

Os principais combates

Após o desembarque naquela região Lucas Yeo, à frente de 80 ingleses e 80 brasileiros, depois de vários combates, apoderou-se de três peças da bateria do Diamant, cujo comandante, capitão Chevreuil, morreu. O Major Joaquim Manuel Pinto, com 140 brasileiros, empenhou-se em violenta luta e conquistou a bateria de Degras-des-Cannes. Em seguida, o comandante da expedição, tenente-coronel Manuel Marques, desembarcou à frente de 350 brasileiros e começou o ataque à bateria Trió.

O combate foi apoiado pelo "cutter" Vingança, a chalupa Leão, a escuna Invençível Menezes, e as barcas números 1 e 2. Finalmente, às seis horas da tarde, os nossos infantes ficaram senhores da praça, na entrada da Crique-Fouille e de outra bateria no canal Torcy. Às sete, o tenente-coronel Marques repeliu um contra-ataque francês, dirigido por Victor Hughes, governador da Guiana. No dia seguinte, 8 de janeiro de 1809, prosseguiu o combate. Os franceses, manobrando à noite, ocuparam posição junto ao canal Torcy. O comandante Yeo, com 80 marinheiros ingleses e 100 soldados brasileiros, travou nova luta, desalojou-os da posição e apoderou-se de duas peças de campanha.

Rendem-se os franceses

A expedição marchou para Legrand Beau-Regard em 9 Jan 1809. No dia seguinte, um parlamentar foi enviado ao governador da Guiana. Hughes entregou um pedido de trégua, por 24 horas, e a indicação de um lugar onde pudesse solicitar algumas explicações e fazer proposta.

Finalmente, em 12 Jan, assinou-se a capitulação em Bourda (ilha de Caiena), entre Victor Hughes e o tenente-coronel Manuel Marques e o comandante James Lucas Yeo, comandantes das forças aliadas do Brasil e da Grã-Bretanha. Ficou

ajustada a entrega da Guiana ao príncipe-regente D. João, depois D. João VI, sendo concedidas à guarnição as honras de guerra e o transporte até à França.

A entrada em Caiena

As tropas anglo-brasileiras entraram em Caiena em 14 Jan 1809. O Ten Cel Manuel Marques, em carta-relatório ao Governador do Pará registrou:

"O art. 1º (da Capitulação) foi exatamente cumprido no dia 14, em que entrei com a minha tropa nesta cidade e fiz arvorar a nossa bandeira, solenizando este ato com uma salva de 21 tiros. A tropa francesa embarcou logo para bordo das nossas pequenas embarcações, que são ao todo 593 homens, e para se dar o devido cumprimento aos arts. 2º e 3º, faz-se preciso que V. Exa. envie aqui as embarcações competentes. Os negros, a quem se devia a liberdade, também se embarcaram. Achou-se na praça muita artilharia, porém quase toda desmontada, e muito poucas munições de guerra. Fico inventariando todos os diferentes artigos que nos vieram à mão. Sendo necessário velar na segurança interior, polícia e tranquilidade da Colônia, e não tendo a quem encarregasse estas importantes comissões, organizei uma junta provisória, composta de oito dos principais habitantes, cuja constituição, deveres e condições verá V. Exa. na Ordenança nº 7, pela qual a instituí e criei".

A vitória final

Com a conquista de Caiena, o embarque dos franceses para a Europa e a plena posse de toda a Guiana, estava encerrado o capítulo militar naquele período. Deve-se ressaltar a forma pela qual nossos combatentes se houveram neste episódio, servindo não só para testar os homens, como para impor soberania, diante de soldados de uma das maiores potências militares da época. Foi uma, entre tantas páginas de valor e glória, inscritas em nossa história militar, quando o embrião de nosso exército começava a se desenvolver para lutas futuras, culminando com a independência e a manutenção da integridade territorial.

Sabemos que este ato de guerra, representado pelo príncipe D. João, encerrava duplo objetivo. O primeiro, firmar a soberania e os limites norte no Oiapoque; o segundo, hostilizar a França, invasora do território metropolitano, forçando o deslocamento, para o Brasil, da família real, corte e governo. Observando, hoje, a configuração dos limites norte de nosso país, veremos que passam exatamente pelo rio Oiapoque, pertencendo o norte desse rio à Guiana Francesa.

O primeiro acerto entre as potências, após a conquista de Caiena, fez-se por ocasião da assinatura do Ato Final do Congresso de Viena em 9 Jun 1815. O Barão do Rio Branco escreve em suas Efemérides Brasileiras:

"O artigo 107 tratava nos seguintes termos da restituição da Guiana Francesa, conquistada em 1809 pelo Brasil: Sua Alteza Real, o Príncipe-Regente do Reino de Portugal e do Brasil, para manifestar de maneira incontestável a sua consideração particular para com Sua Majestade Cristianíssima, obriga-se a restituir a Guiana Francesa até o rio Oiapoque, cuja embocadura está entre o quarto e o quinto grau de latitude setentrional, limite que Portugal considerou sempre como o que fora fixado pelo Tratado de Utrecht. A época da entrega da colônia será determinada assim que as circunstâncias o permitirem, por uma convenção particular entre as duas Cortes; e proceder-se-á amigavelmente, com a maior brevidade, à fixação definitiva dos limites das Guianas Portuguesa e Francesa, conforme o sentido exato do artigo 8º do Tratado de Utrecht".

Passados três anos, em 8 Nov 1818 chegou a Caiena a esquadra francesa do contra-almirante Bergeret, conduzindo o general Conde Carra Saint-Cyr, nomeado governador, e incumbido de receber a Guiana de nossas autoridades, nos termos do artigo 107 do Ato assinado. Governava a Guiana João Severiano Maciel da Costa, depois Marquês de Queluz.

Este episódio poderia encerrar-se com essa devolução aos franceses. Infelizmente, não ocorreu. Após a independência do Brasil, mais uma vez eles voltaram, com reivindicações injustas e absurdas. Utilizavam agora argumentos arditos sobre a verdadeira localização do curso d'água limítrofe: se o Oiapoque verdadeiro, cujo delta se expande ao norte do cabo Orange, ou se o Araguari.

Em 15 Mai 1895, persistindo nas intenções de seu governo, forças navais francesas de Caiena desembarcaram na povoação de Amapá, para legalizar a ocupação. Os brasileiros da região organizaram-se em grupos armados, sob o comando de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, conseguiram repelir e expulsar os invasores. A questão voltou ao tratamento diplomático.

O Tratado de Utrecht, em seu artigo 8º, não permitia outras interpretações: destinava-se exatamente a isolar a bacia amazônica das Guianas estrangeiras. Foi conseguido, não só pela força das armas, como pela brilhante defesa do Barão do Rio Branco, em Berna, em 1º Dez 1900, quando o presidente da Confederação Helvética deu ganho de causa ao nosso país.

Vemos que a conquista de Caiena não foi um vago episódio. Representou a manutenção de uma área riquíssima de 140.276 Km² - o Território do Amapá, de

cujo solo se extrai a maior parte do manganês, uma das grandes fontes de divisas. A sua posição estratégica domina a embocadura do Amazonas pelo norte.

Hoje, quando o país reafirma sua soberania na Amazônia, seja na zona terrestre, seja na litorânea, devemos exaltar aquele punhado de bravos que, nos albores de nossa independência, lidamos representantes do exército brasileiro, souberam, à custa de sacrifícios, elevar bem alto o nome do Brasil no contexto internacional.

A Expedição Pacificadora de 1811 à Banda Oriental – Antecedentes

As áreas existentes entre os formadores do Prata, pontos naturais de convergência de portugueses e espanhóis, foram cenários de inúmeras lutas, prolongadas pelos quatro séculos de colonização.

Assinaram-se vários tratados de limites entre as metrópoles da península ibérica, visando a definir as fronteiras das regiões coloniais. Evidentemente, esses convênios, acertados na Europa, em sua maioria, não refletiam a realidade na América, razão pela qual nem sempre eram respeitados pelas partes litigantes.

Razões políticas locais em função de fatos ocorridos na Europa aqui se refletiam, e motivaram novas lutas entre os súditos das duas Coroas. Foi constante em nossa história o envolvimento do Brasil em guerras europeias ou mundiais.

O Tratado de Badajoz

Em 1801 uniram-se Espanha e França contra a Inglaterra, e intimaram Portugal, tradicional aliado dos ingleses, a adotar a mesma política. Negando-se a isso o príncipe-regente luso, Carlos IV, rei de Espanha, irrompeu com suas tropas em território português, impondo a Paz de Badajoz.

Esses acontecimentos repercutiram na América. No RS, o governador Veiga Cabral, mobilizando os escassos recursos, convocou milicianos, chamou antigos soldados licenciados e, em rápida campanha, restabeleceu as fronteiras rio-grandenses, demarcadas artificialmente pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Crise no sul

A invasão de Portugal pelos franceses acarretou a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil. Este fato, aliado às frequentes violações na fronteira, com atentados a propriedades e roubos de animais pertencentes a brasileiros, bem como à desordem que grassava nas recém-emancipadas Províncias Unidas

do Prata, levaram o governo do Brasil a organizar um Exército de Observação, na Capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Na Banda Oriental, o tenente-coronel Francisco Javier Élio, governador de Montevideu, estava a favor das autoridades espanholas. Chamado à Espanha em Jan 1811, regressou nomeado vice-rei do Rio da Prata, mas encontrou a cidade cercada por tropas de Buenos Aires. Após inúteis tentativas para impor a autoridade, resolveu apelar para o príncipe-regente do Brasil D. João.

O Exército de Observação, depois chamado “de Pacificação”, interveio. Formado por elementos de S. Paulo, SC e RS, era comandado pelo Capitão-General Dom Diogo de Souza, governador da capitania de S. Pedro do RS. Foi formado por três colunas; uma ao comando do General Manuel Marques de Souza I, outra sob as ordens do Cel João de Deus Menna Barreto e a terceira sob o Coronel Joaquim Xavier Curado. Este, foi promovido a Marechal de Campo em 13 Mai 1811, em plena campanha, e a Tenente-General graduado em 13 Mai 1813⁵⁰.

A invasão

Em 23 Jul 1811, a tropa de Marques de Souza I, vanguarda do Exército de Pacificação, penetrou a Banda Oriental e ocupou Cerro Largo. Em rápida ação, tomando Santa Teresa, São Miguel e Castilhos Grande, chegou a Maldonado em 14 Set. As forças rebeldes, sitiadas de Montevideu, sentindo a aproximação dos brasileiros, propuseram uma trégua a Javier Élio, comprometendo-se a levantar o sítio, desde que estes se retirassem do território oriental.

A trégua foi aceita. Após negociações políticas, onde se destacou Lord Strangford, ministro inglês no Rio de Janeiro, assinou-se em 27 Mai 1812 em Buenos Aires, o Armistício Ilimitado, sendo representante brasileiro o Tenente-Coronel João Rademaker. O armistício desagradou profundamente à nossa tropa e não foi respeitado pelos contendores. José Artigas, o caudilho da Banda Oriental, sequer tomou conhecimento. O Exército Pacificador viu-se forçado a regressar ao Rio Grande a partir de 12 Jun, acampando em Bagé e Cachoeira do Sul.

Nesta primeira intervenção, as batalhas foram as seguintes: em 1811 - Paysandu (1 Set); Santa Teresa (5 Set); Curuzu-Quatiá (19 Out); Arapeí-Chico (22 Dez, a única vencida pelos orientais). Em 1812 - Rio Negro (8 Abr); Daiman (11 Abr); Itapeti-Grande (12 Abr); e Laureles (12 Jun).

⁵⁰ Conforme seu biógrafo Bernardo Ellis, Xavier Curado foi um dos grandes fundadores do Exército Brasileiro.



Acima, o Exército dos Meridionais - Acervo do CMS, Porto Alegre - Dom Diogo de Souza passando as tropas em revista em Bagé. Óleo sobre tela do artista plástico castrense Cel Cav EM Pedro Paulo Cantalice Estigarribia (Fonte: Estigarribia, 2008, p. 30)

A luta prosseguiu

Conforme o futuro mostraria, a situação na Banda Oriental não foi resolvida. Mas a ação do Exército de Pacificação de muito serviu ao Brasil, não só por ter dado o devido adestramento aos homens que integrariam, em futuro próximo, o exército brasileiro, como também por nos ter proporcionado a oportunidade de melhor conhecer o adversário. Paralelamente, delineou o traçado de nossas fronteiras e contribuiu decisivamente para a formação da cidade de Bagé, uma das nossas sentinelas nas, outrora, conturbadas fronteiras do sul.

A partir de 20 Jun 1814 Artigas, apoiado pelos portenhos, cercou Montevideo o que obrigou Portugal a uma nova intervenção.

A guerra contra Artigas (1816/20) - Intervenção lusa na Banda Oriental

Em fins de 1815, sob o influxo da situação europeia, durante a qual Napoleão estendera a sua dominação até a península ibérica, continuavam as jovens nações hispano-sul-americanas na tentativa de concretizar o sonho de emancipação, bastante nebuloso. O reinado de Napoleão já havia chegado ao fim.

Ao ambiente de insegurança e incerteza do Novo Continente, no qual as lideranças se revezavam e, muitas vezes os interesses pessoais se avantajavam, somava-se a incapacidade material da Espanha que, rendendo-se à invasão francesa, não assegurou a paz interna nem readquiriu o controle das antigas colônias.

Como parte desse quadro, a chamada Banda Oriental estava submetida ao caudilho José Gervásio Artigas, obcecado por ideias políticas, constituindo-se em verdadeira ameaça à integridade do Brasil no sul. Tão grande era a intranquilidade na região que, na dependência dos conflitos entre as facções interessadas, poucas eram as possibilidades da Banda Oriental tornar-se nação independente, embora a independência tenha sido proclamada por Artigas em 1815.

Associando essas condições ao que estava se passando na Europa, concluíram os assessores de D. João VI que era imperativa a intervenção de Portugal, estendendo-se os domínios até o limite natural, o rio da Prata.

A Divisão de Voluntários Reais

Para executar os planos, o rei mandou vir de Lisboa uma tropa profissional destinada a enfrentar Artigas e seus bandos armados que perambulavam pela pampa mantendo em sobressalto as populações gaúchas da fronteira.

Em 30 Mar 1816, chegava a Divisão de Voluntários Del Rei, comandada pelo Tenente-General Lecór, depois Visconde de Laguna, com 4.832 homens divididos em duas brigadas, cada uma com dois batalhões de infantaria a oito companhias, um corpo de artilharia e uma companhia da mesma arma com quatro peças.

Seguiu para SC e para o RS, onde se juntou às tropas comandadas pelo General Joaquim Xavier Curado, cujo exemplo de capacidade militar e incansável dedicação deram-lhe a honrosa comissão de defesa das fronteiras ameaçadas.

O Governador e Comandante das Armas do RS era, desde 13 Nov 1814, o Marechal de Campo Dom Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes - Marquês de Alegrete, que mobiliou a fronteira oeste com as tropas que dispunha para se antepor a Artigas.

Batalhas em destaque - O Combate de Ibirapuitã-Chico

Enquanto os portugueses montavam as operações, Artigas, juntamente com seus mais destacados chefes, entre eles Verdun e Andres Artigas, o Andre-sito, preparava os planos, com possibilidades de êxito devido à exiguidade das tropas luso-brasileiras existentes na fronteira. O chefe oriental decidiu permanecer no Quaraim com 2.500 homens. Verdun iria para Santa Maria com 800 homens e Andres Artigas, depois de tomar S. Borja, marcharia sobre o Rio Pardo.

Diante das notícias do início das hostilidades no Distrito de Entre Rios, o General Curado deslocou suas forças e tomou posição no Ibirapuitã Chico. Após o recebimento de reforços, deslocou-se com 300 homens a 20 Set 1816.

No primeiro choque, tiveram os luso-brasileiros poucas perdas. Destacaram-se pela valentia os tenentes Gaspar Francisco Menna Barreto e José Rodrigues Barbosa; os cadetes Patrício José Correia da Câmara e Francisco Pinto da Fontoura; o capitão de guerrilhas Alexandre Luís, o tenente de milícias Anacleto Francisco Gulart e os alferes José Luís Menna Barreto, Antônio Garcez de Morais e Francisco das Chagas Rocha. Regressaram depois para o Ibirapuitã Chico.

A vitória de São Borja

Sabendo que Chagas Santos estava cercado por Andresito em São Borja com 130 milicianos gaúchos e 90 granadeiros do Regimento de Santa Catarina, Curado enviou o Ten Cel José de Abreu com a missão de socorrê-lo e levantar o cerco. Na marcha, este encontrou os soldados artiguistas de Sotelo. Derrotou-os em 03 Out e acelerou o deslocamento rumo a São Borja.

As tropas sitiadas vinham repelindo os assaltos. Andresito, após alguns ataques malogrados, resolveu esperar que se esgotassem as energias da defesa, pela fome. A sentinela, postada na torre da matriz, anunciou a chegada de José de Abreu, seus 700 gaúchos e paulistas e duas pequenas peças de artilharia. Gritos eufóricos partiram de dentro das trincheiras. As tropas de Andresito foram envolvidas pelas lanças da cavalaria de Abreu e pelas baionetas dos sitiados.

Seguiu-se a derrota dos uruguaios em 06 Out, prolongada por uma perseguição até o amanhecer do dia seguinte.

A Batalha de Ibirocaí

Informado sobre a fuga de André Artigas, o General Curado se convenceu ainda mais da necessidade de atacar Verdun, confiando esta missão ao futuro Visconde de São Gabriel, Brigadeiro João de Deus Menna Barreto.

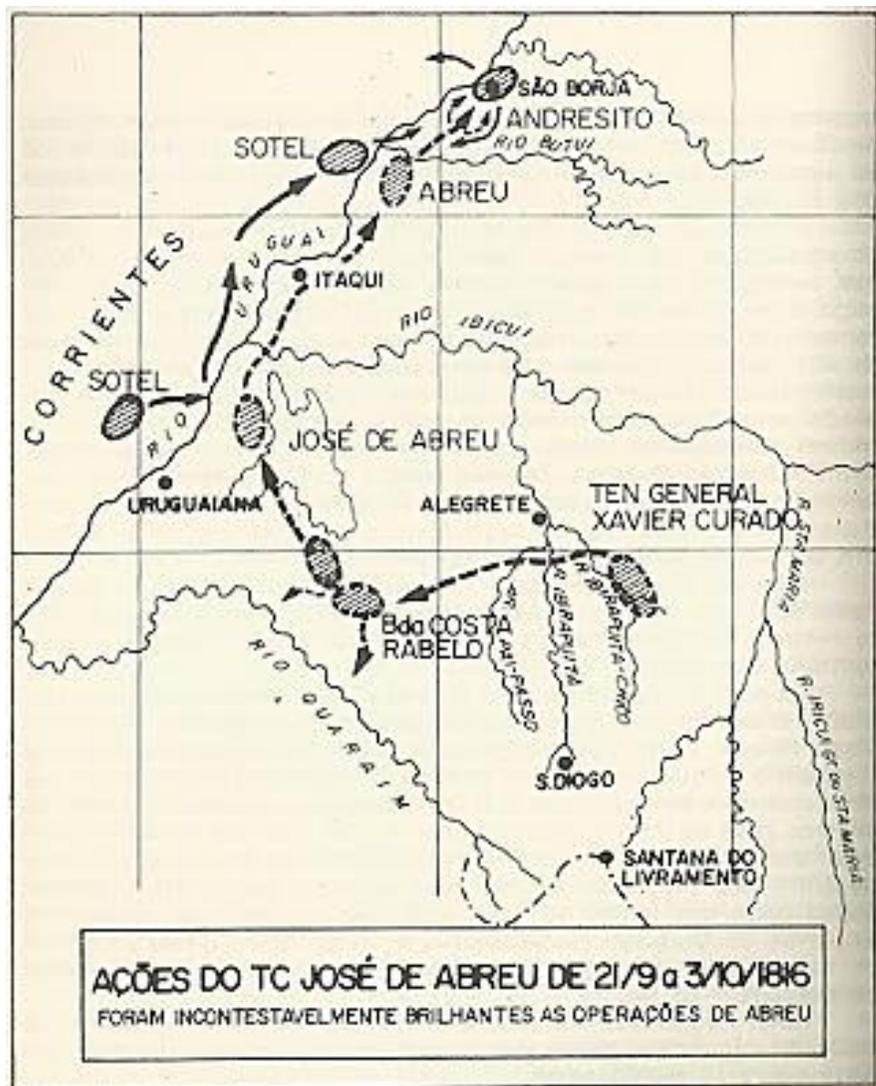
No dia 13 Out 1816, com 480 homens, Menna Barreto marchou em direção ao Ibirocaí, avistando os uruguaios e correntinos na manhã de 19.

Menna Barreto decidiu atacar. Dispôs sua tropa em três colunas, das quais duas de cavalaria e uma de infantaria, apoiadas por artilharia ao centro.

O esquadrão de Antônio Pinto da Fontoura carregou sobre o inimigo apoiado pelos voluntários do Rio Grande; estes, sob o comando do Major Francisco Barreto Pereira Pinto. Mas tiveram que retrain em função da inferioridade numérica. A batalha ficou indecisa. Para desalojar o inimigo, Barreto utilizou o estratagema de simular uma retirada. Quando os uruguaios começaram a perseguir as tropas brasileiras estas fizeram alto, meia-volta e lançaram-se contra o inimigo perplexo.

Nessa vitória, destacaram-se os granadeiros do Regimento de Santa Catarina - os soldados dos coletes verdes - que, juntamente com os rio-grandenses fizeram o inimigo bater em retirada. Foi o fim da batalha, com Andresito derrotado.

Menna Barreto, dirigindo-se à Infantaria catarinense, emocionado, gritou, acompanhado por uma centena de vozes: Vivam os barrigas-verdes!



José de Abreu em São Borja (Fonte: <http://dvr18151823.blogspot.com/2016/10/batalha-de-sao-borja-3-de-outubro-de.html>)

Artigas vencido

Após a derrota de Verdun, restava José Artigas. As forças platinas eram numericamente superiores, mas o valor e a bravura das tropas brasileiras, demonstradas em combates anteriores, incutiam confiança ao comando luso-

brasileiro para atacar o adversário. O Gen Curado deslocou a tropa para a costa do Ibirapuitã Grande, designando o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares para a missão. Foi organizada uma coluna de 760 praças que marchou em direção à Guarda de Santana, na noite de 24/25 Out 1816.

Em 27, após contato com elementos avançados de Artigas, em reconhecimento, nossas forças fizeram alto e tomaram o dispositivo, à espera de que o inimigo oferecesse combate.

Depois de três horas de escaramuças Artigas iniciou o ataque. Avançou com as tropas em semicírculo, com 500 homens de infantaria no centro e 800 de cavalaria nos flancos, juntamente com 150 lanceiros.

Para enfrentar esse ataque, o Brigadeiro Oliveira dispôs a infantaria no centro, duas peças de artilharia nos flancos e a cavalaria em dois grupamentos, também nas alas, juntamente com as guerrilhas de voluntários. Foi em 27 Out 1816.

Artigas lançou a cavalaria, logo metralhada pelos artilheiros, favorecidos pelo bom campo de tiro. Os uruguaios buscaram envolver os luso-brasileiros. Após esgotarem as reservas e perdido o impulso, sentiram a derrota. Como último recurso, Artigas tentou empregar a infantaria. Os dragões de Sebastião Barreto, os lanceiros do Rio Pardo de Francisco Pereira Pinto e os legionários paulistas de Silva Brandão desceram as coxilhas e caíram sobre os adversários. Ouviram-se os comandos de trote, em seguida, a galope e, finalmente, esquadrão carregar. A infantaria oriental bateu em retirada. Findara a Batalha de Carumbé, que foi vencida mesmo com inferioridade numérica e representou a liberação do território brasileiro invadido por Artigas. Este fugiu, acompanhado de um oficial e um frade.

Não podendo perseguir o inimigo devido as ordens de não ultrapassar a fronteira, Curado retornou ao QG na margem direita do Ibirapuitã Grande e iniciou a reorganização da tropa.

Disciplina e bravura militar

O Gen Curado demonstrou mais uma vez as notáveis qualidades de militar e administrador, bem ressaltadas na Ordem do Dia do Marquês de Alegrete (Dom Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes), ao assumir o comando:

"S. Exa. conhece a grande disciplina a que as tropas têm chegado, vendo no maior luzimento em parada aqueles mesmos guerreiros cobertos de pó, que têm vencido os inimigos. Assim, estas tropas do Rio Grande do Sul e S. Paulo têm sustentado a sua antiga reputação de fidelidade ao soberano, que no seu real arrimo os constitui devidamente. S. Exa. agradece

ao Exmo. Sr. general Joaquim Xavier Curado e aos Srs. chefes dos corpos o bem que têm desempenhado os seus deveres".

Sem dúvida, a merecida gratidão àqueles homens que, no extremo sul do país, deram o sangue para manter inviolável o território nacional e que, irmanados pelos mesmos princípios, provindos de diversas regiões, iniciaram verdadeira integração de ideais. Ressalte-se aqui o sentimento nacionalista brotando nos últimos anos de subordinação a Portugal. A prova veio pela Legião Paulista, composta de jovens bravos e entusiasmados, que mostraram alto valor e arrojo, acoessando e perseguindo os platinos até vê-los fora de nosso território. Lutando ao lado dos gaúchos e catarinenses, sustentaram as tradições de bravura do povo paulista.

Os últimos embates

O Exército estava pronto para a ação. Com as notícias de que Artigas reunira novas tropas e ocupava posição no rio Arapeí, o comando brasileiro decidiu invadir o território inimigo para impossibilitá-lo de retornar às hostilidades.

Seguiu-se uma série de encontros, destacando-se o de Arapeí e a Batalha de Catalão. Nesta, celebrou-se o Marquês de Alegrete, aparecendo em todos os pontos: sua presença animava os comandados.

Enquanto estas operações se realizavam Carlos Frederico de Lecór, no comando da Divisão de Voluntários D'el Rei, avançava sobre Montevidéu. Em Set 1816, havia chegado a Porto Alegre, seguindo dali para Rio Grande.

Em Buenos Aires, o governador das Províncias Unidas, Juan Martin de Pueyrredon, preocupado com as intenções portuguesas, interpelou Lecór sobre a invasão da Banda Oriental. Lecór respondeu: o objetivo das tropas era a pacificação. Para isso, derrotaria os artiguistas, responsáveis pela desordem naquela região.

A ocupação de Monteideo

Lecór invadiu o Uruguai pelas fronteiras de Santa Tereza e Cerro Largo em Nov 1816. Na vanguarda, marchava o general Sebastião Pinto de Araújo Correia, à frente de 722 granadeiros, caçadores e artilheiros da Divisão de Voluntários Reais e 106 milicianos gaúchos de cavalaria.

Para impedir o avanço desta coluna, Artigas designou Frutuoso Rivera que, com 1.700 homens tomou posição entre o Posto de la Paloma e o Passo de la Coronilla, à margem do Arroio Índia Muerta. Travou-se a batalha de quatro horas

de luta no dia 19 Nov, com vitória brasileira. As tropas inimigas dispersaram-se no terreno e Rivera escapou com somente 100 remanescentes.

Prosseguindo, a força de Lecór foi hostilizada pelas guerrilhas de Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe. Mas conseguiu chegar a Maldonado em Jan 1817.

Nesta época, as forças navais do Vice-Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo realizavam o bloqueio de Maldonado: as fragatas Phoenix e Gaivota e a escuna Tártara, comandada pelo Conde de Viana. Estas unidades foram as que tomaram de assalto a povoação de San Fernando.

Com a aproximação de Lecór, a guarnição de 800 homens abandonou Montevideo. O Cabildo se reuniu e deliberou enviar uma delegação para encontrá-lo, em Maldonado. Transmitiram-lhe a submissão incondicional. Nestas condições, Lecór marchou sobre Montevideo, entrando na cidade a 20 Jan 1817.

O domínio português foi bem aceito pelos uruguaios pois trouxe a tranquilização do ambiente político, onde reinava o desespero motivado pela anarquia implantada na Banda Oriental. Arriu-se o pavilhão de Artigas e passou a tremular a bandeira real, com a esfera armilar do Brasil.

A ocupação portuguesa trouxe o desenvolvimento. Abaixo, o imparcial elogio de um defensor de Artigas, Zorrilla de San Martin:

"É justo reconhecer aqui que a dominação portuguesa de onze anos não teve em Montevideo as características da portenha de alguns meses: foi inteligente. Foram feitos todos os esforços para cimentar a conquista nas simpatias do povo; respeitaram-se as leis e os costumes; conservaram-se em seus postos os funcionários civis nacionais e até mesmo militares".

Após a capitulação de Montevideo, Portugal esforçou-se para conseguir o reconhecimento do seu domínio na Banda Oriental, não só pelos países europeus, como também pelas demais nações sul-americanas, principalmente a Argentina.

O governo de Buenos Aires não se entusiasmava com a influência preponderante do Brasil na política platina. Pueyrredon, agindo com prudência, aceitou o fato consumado. Apesar das desvantagens, o fim do caudilhismo contrário à unificação das Províncias Unidas possibilitaria rapidez em consolidar aquela região.

A Campanha final contra Artigas em 1819/20

Mesmo conquistada a Banda Oriental, Lecór não eliminou os remanescentes das tropas de Artigas, que continuavam hostilizando as populações.

Para piorar a situação, recorriam nossos adversários ao emprego de corsários que, com base na Colônia do Sacramento, ocasionaram grandes prejuízos ao comércio e à marinha mercante do Brasil. Dispondo de reduzidos recursos navais para liquidar a nova ameaça, o comando português empregou tropas terrestres para tentar destruir as bases inimigas. Assim, o tenente-coronel Manuel Jorge Rodrigues, auxiliado por forças navais, atacou e tomou Colônia, Paissandu, e outros pontos às margens do Uruguai, fazendo presas.

As ações militares e os protestos de D. João VI aos governos da Argentina e dos Estados Unidos, que davam guarida em seus portos aos piratas, fizeram cessar as atividades. Entrara a campanha da Cisplatina em suas últimas operações.

Artigas, com grande esforço, conseguiu ainda mobilizar dois exércitos. Um, ao comando de Ramirez contra Buenos Aires e outro, o maior, com Latorre, visando o RS. Aplicando a tática de invadir quando invadido empregou Artigas, em derradeira cartada, as últimas forças.

As tropas da fronteira, na região de Sant'ana do Livramento, inferiores em número, retiraram-se até o Passo do Rosário, no Santa Maria, aguardando reforços. Dentro de poucos dias, passaram à contra-ofensiva: chegaram os reforços.

Deu-se, inicialmente, um encontro com a vanguarda artiguista, que se retirava. Em seguida, os dois contendores defrontaram-se, no ondulado terreno de Taquarembó. Antevendo a derrota, Artigas passou o comando para Andres Latorre, e retirou-se para Mataojos.

Na manhã de 22 Jan 1820 os uruguaios começaram a cruzar o rio sob o comando de Sotelo. Após terem atravessado mais de mil homens, nossas bocas de fogo iniciaram o fogo, silenciando as baterias contrárias. Sob o comando do Governador do RS Capitão-General José Maria Rita de Castelo Branco Correia da Cunha Vasconcelos e Sousa - Conde da Figueira, as forças de Abreu e Câmara investiram contra os uruguaios, levando-as de roldão até as margens do rio. A cavalaria passou o rio a vau e carregou sobre as últimas resistências inimigas.

Os melhores esquadrões, cerca de 600 homens, fugiram com Latorre para Cruzu-Cuatí ao encontro de Artigas, cujo fim estava próximo. No campo de batalha ficaram 500 cadáveres de adversários. O número de prisioneiros foi muito grande.

Entre os mortos estava um dos mais valentes comandantes de Artigas, Panteleão Sotelo, cuja farda em frangalhos testemunhava a luta feroz. O Conde da Figueira determinou a seu ajudante de ordens que lhe vestisse um uniforme decente e o sepultasse dignamente.

Acabara mais um capítulo de nossa história militar, em cujas páginas se inscreveram tantos atos de bravura e desprendimento.

Inventário dos combates desta segunda campanha - 1816/20

Em 26 Set, o Cmt da Colônia do Sacramento Cel Vasco Antunes Maciel venceu um destacamento de Artigas na região de Cola, Banda Oriental. Em 27 Set, José de Abreu venceu 200 guerrilheiros artiguistas no arroio Ituparaí em São Borja. Em 19 Out, o Gen João de Deus Menna Barreto venceu o Cel José Antônio Berdun no Ibirocaí (Alegrete). Em 27, o Brig Joaquim de Oliveira Álvares venceu o próprio Artigas no Combate de Carumbé, Banda Oriental. Artigas se salvou graças à velocidade de seu cavalo. Em 19 Nov, a vanguarda de Lecór, comandada pelo Gen Sebastião Pinto de Araújo Correia, venceu uma tropa de 1.700 artiguenhos na região do Arroio de Índia Muerta. Em 8 Dez, um destacamento luso-brasileiro foi destroçado pelos artiguenhos no Arroio Mataojos, Banda Oriental, com 68 baixas. Em 3 Jan 1817, José de Abreu venceu Artigas no Potreiro de Arapeí. No mesmo dia, na região de Capela Santa Lúcia, o Gen Bernardo da Silveira Pinto repeliu um ataque do Cel José Fructuoso Rivera. No dia seguinte ocorreu uma das maiores batalhas, a de Catalán, Banda Oriental, quando o Marquês de Alegrete foi atacado por Andres Latorre que foi derrotado e teve 1.200 baixas. Em 19 Jan, as tropas orientais do Cap Vicente Tiraparé foram vencidas na região onde hoje é Alvear. No mesmo dia, o Gen Francisco das Chagas Santos venceu os artiguenhos em San Fernando e mandou incendiar Concepción. Em 21 Jan, o mesmo Gen Chagas Santos mandou destruir Japeju e La Cruz e a 31 entrou em San Tomé, depois de ter colocado Andresito em fuga. Em 14 Mar, o Major Hipólito do Couto Brandão derrotou um corpo de orientais no Paso do Centurión. Em 15 Set, Bento Manuel Ribeiro atacou e venceu o Cel Berdun em Belém. Em 7 Abr 1818, o Gen João de Deus Menna Barreto derrotou o Tenente-Coronel Pablo Castro em Guabiju. No mesmo dia, o Gen Chagas Santos destruiu Apóstoles. Em 2 Mai, as forças luso-brasileiras sob o comando do Cel Vasco Antunes Maciel atacaram e se apoderaram da Colônia do Sacramento. Em 12 Mai o caudilho artiguenho Encarnación tentou retomá-la mas foi repellido. Em 15 Mai, Bento Manuel Ribeiro derrotou o Cel Gregório Aguiar em Galera de Barquín, em Perucho-Berna o Ten Cel Faustino Tejera e, no dia seguinte, o Gen Ramirez em Arroio de La China. Em 25 Mai, o Gen Sebastião Pinto de Araújo derrotou o Cel Encarnación em Arroio de San Juan. Encarnación foi morto. No mesmo dia, o Cel Manuel Marques de Souza I (o 1º) venceu o caudilho Manuel Artigas, irmão de José Gervásio em Canelones. Em 16 Jun, o então Major Antero José Ferreira de Brito venceu o Cel Latorre em Castilhos. Em 4 Jul, José Artigas foi vencido por Bento Manuel Ribeiro em Quegai-Chico. Artigas fugiu. Em 6 Mai 1819, Bento Gonçalves da

Silva⁵¹ derrotou e aprisionou o Cel Fernando Otorgués em Cordovéz. Em 6 Jun, José de Abreu derrotou Andrés Artigas em Itacorubi. 18 dias depois Andresito foi preso, conduzido para a Fortaleza de Santa Cruz, Rio, e depois para Montevideo. Em 12 Jun, o Governador do RS Capitão-General José Maria Rita de Castelo Branco Correia da Cunha Vasconcelos e Sousa - Conde da Figueira, apoderou-se de São Nicolau. Em 28 Out, Bento Manuel e Artigas se encontraram em Arroio Grande; Bento atacou e derrotou o oriental, que logrou fugir. Em 14 Dez, José de Abreu estava estacionado no Ibirapuitã-Chico e foi atacado por Andrés Latorre. Abreu retraiu para o Passo do Rosário onde fez junção com as forças do Gen Bento Correia da Câmara. Três dias depois foram atacados por Latorre mas o repeliram. Em 27, as duas tropas unidas venceram uma força oriental de 800 homens em Sant'Ana do Livramento. Em 6 Jan 1820, Bento Gonçalves e Diogo Félix Feijó venceram o Cel Gregório Aguiar no Paso del Pereira do rio Olimar-Grande. Finalmente, em 20 Jan, o Conde da Figueira, com 1.200 homens, alcançou a tropa de 2.500 homens de Artigas no Arroio Taquarembó. Artigas passou o comando para Andrés Latorre e se afastou do combate. Os orientais foram completamente derrotados e tiveram 500 mortos, entre os quais o Cel Pantaleón Sotelo. Artigas fugiu para o Paraguai, onde morreu em 23 Set 1850 com 86 anos de idade.

Aspectos da organização militar brasileira nos primórdios do século XIX

Dom João encontrou em 1808 o Brasil em desintegração político-administrativa. O governo-geral do vice-rei, no Rio de Janeiro, não tinha nenhuma autoridade sobre os capitães-generais. Deparou-se Dom João com ideias emancipacionistas amadurecidas, fruto das reformas pombalinas. Estas, haviam tornado mais rígida a vinculação colonial do Brasil a Portugal.

A instalação da Corte no Rio de Janeiro trouxe a unificação do governo e do exército, dividido e repartido pelas capitâneas gerais, em exércitos particulares dos capitães-generais. Agora, obedientes a uma chefia suprema, paulatinamente, o contexto encaminhava-se para a formação do exército brasileiro.

A defesa do RJ, na década anterior, era composta pelo esquadrão da guarda do vice-rei, com duas companhias, comandado por um sargento-mor; por três regimentos de Infantaria e um de Artilharia. Os regimentos de Infantaria tinham oito companhias, sendo duas de granadeiros e três de fuzileiros, um "pequeno estado-maior" e oficiais agregados que, em princípio, não exerciam funções. No

⁵¹ O mesmo líder da Revolução Farroupilha/Guerra dos Farrapos.

regimento de Artilharia havia nove companhias, sendo três, respectivamente, de bombeiros, de artífices e de mineiros.

A capital contava com nove fortalezas na “cidade” propriamente dita - Castelo, Conceição, Leme, São Clemente, Manuel Velho, Glória, Trem, Moura e Prainha - e nove na Barra da Baía - Santa Cruz, São João, Lage, Praia de Fora, Praia Vermelha, Boa Viagem, Caraguatá, Villegaignon e Ilha das Cobras. Dispunham ao todo de 38 capitães, 47 tenentes e 70 alferes. Para os padrões coloniais do Império português era uma cidade bem fortificada. Continuaram existindo as três linhas: a primeira, do Exército; a segunda, miliciana e a terceira, de ordenanças. O Conselho Supremo Militar, o Arquivo Militar e a Academia Real Militar, no RJ, constituíram-se em base das instituições militares do País. Em 1811, aos três regimentos de Infantaria e ao de Artilharia acrescentou-se o primeiro regimento de Cavalaria do Exército. Aqueles apresentaram constituição semelhante à que tinham antes de 1808, com pequenas modificações. Mantiveram a estrutura de estado-maior e das companhias, inclusive a de granadeiros e a de fuzileiros. O regimento de Artilharia, acompanhando a tendência da época revolucionária e napoleônica para essas armas, sofreu alteração maior, com as nove companhias de 1799, transformando-se em 12, em 1811, sendo uma de bombeiros, uma de mineiros, 8 de pontoneiros e uma de Artilharia montada. As funções de segurança e ordem da capital ficaram sob responsabilidade da Guarda Militar da Polícia do RJ, com três companhias de Infantaria e uma de Cavalaria. Existiam no Exército em 1811 quatro marechais-de-campo, cinco brigadeiros, 11 coronéis, seis tenentes-coronéis, 24 sargentos-mores e 13 capitães (Wheling, 2008, p. 29/31).

D. João VI lançou os fundamentos da unidade brasileira afastando, de início, os elementos desagregadores.

O Espírito militar

No risco de que a guerra napoleônica chegaria à América, realizar uma política externa visando a dominar a Guiana Francesa e consolidar a fronteira da Colônia no Prata, D. João teve de reorganizar e melhorar a situação militar encontrada. Foi criada a Academia Real Militar, criados órgãos da marinha brasileira e lançados sólidos fundamentos do exército.

Por motivos políticos, militares e econômicos, pelas lutas contra os espanhóis e seus descendentes pela Colônia do Sacramento e pelo jogo político na Banda Oriental, o sul era mais importante em relação às outras regiões. O RJ era o centro de irradiação, enquanto o RS apresentava-se como base militar crescente.

A situação militar vigente não favorecia aos planos políticos do príncipe; em contrapartida, ela já estava bem impregnada de ideias emancipacionistas.

O fortalecimento do poder armado para levar a cabo a política externa do Regente possibilitou a unificação das forças milicianas espalhadas pelas distantes e separadas capitânias e que tinham sentimentos de nacionalidade.

A cobiça dos estrangeiros e as lutas pela soberania da terra criaram nos brasileiros novos anseios, em bases nacionais. As incursões estrangeiras acarretaram providências da Corte para a consolidação do sistema colonial. Estas, se refletiram pelo fortalecimento da força terrestre, a fim de manter a ordem interna e sustentar as lutas no sul. Este revigoramento influiria mais tarde na participação militar no processo da independência.

A força terrestre estruturava-se nas capitânias: Corpos Regulares (1ª Linha, Tropa Paga ou Tropas de Linha), Milícias (2ª Linha, ou Corpo de Auxiliares) e Ordenanças (3ª Linha, ou Corpos Irregulares). Milícias e Ordenanças formavam a base da lei e da ordem porque garantiam a autoridade civil dos magistrados e compunham o grosso da defesa. Eram o sustentáculo da integridade territorial. Representavam o povo em armas e a polícia do território, a despeito da instrução militar insuficiente. As Tropas de Linha eram profissionais e as únicas pagas. Elas eram organizadas em terços e companhias e garantiam a autoridade militar dos capitães-generais. As milícias tinham coronéis e as ordenanças os capitães-mores, que eram os chefes civis e militares. Residiam eles em cada vila ou aldeia, juntamente com a autoridade judiciária.

Cada Companhia de Ordenanças⁵² tinha 250 homens, ou seja, 10 esquadras de 25 soldados cada uma. Cada Esquadra era comandada por um "Cabo de Esquadra". Quando não era possível formar uma Companhia inteira, era organizada uma fração menor, a Bandeira de Ordenanças, nome que deu origem às "Bandeiras" que desbravaram o território brasileiro.

Os postos e graduações eram Capitão-Mor, Coronel, Mestre de Campo, Tenente-Coronel, Sargento-Mor, Capitão, Tenente, Alferes, Sargento, Cabo e Soldado. Havia oficiais "de Patente", nomeados por Carta-Patente (assinada pelo rei de Portugal), e os "Inferiores" ou "Subalternos".

As Províncias, na consolidação do sistema colonial português, apresentavam feição própria e eram estanques. As ligações entre elas eram os elementos de 1ª linha da força terrestre. Pela presença efetiva em todo o território eram instrumentos de mobilidade social e dos novos ideais de autonomia. A força terrestre tinha

⁵² Quatro Companhias de Ordenanças formavam o "Terço de Ordenanças" (1.000 homens), o que correspondia a 1/3 do "Regimento de Ordenanças", que tinha 3.000 Soldados.

o espírito miliciano desde as capitânicas hereditárias. Caracterizava-se bem brasileira, conforme os sentimentos da alma nacional. Foi ela que apoiou D. Pedro na crise do Fico, na expulsão da tropa portuguesa e na Guerra da Independência. Teve participação ativa no 7 Abr 1831 e na queda do trono imperial em 1889.

O sentimento nacional existente nas forças militares era exaltado por Martinho de Mello e Castro, em comunicação dirigida ao governador e capitão-general da província de S. Paulo em 1775:

"As principais forças que hão de defender o Brasil são as do mesmo Brasil. Com elas foram os holandeses lançados fora da capitania de Pernambuco; com elas foram os franceses obrigados a sair precipitadamente do Rio de Janeiro e com elas, enfim, destruíram os paulistas as missões do Paraguai e atacaram os castelhanos intrusos na parte setentrional do Prata, evacuando-os dos domínios portugueses".

Em Ago 1789, em contradição com as referências negativas de D. Luís d'Almeida Portugal Soares de Alarcão D'Eça e Melo Silva Mascarenhas - Marquês do Lavradio, o Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa assim se expressou:

"A disciplina dos seus chefes tem conservado esta tropa em boa ordem, subordinação e asseio, de modo que é de grande admiração que esta tropa, a quem se deve muitos e muitos anos de fardamentos inteiros, aparece sempre luzidia ainda nos diários exercícios de parada, sem o menor sinal de prisão, ao mesmo tempo que tudo lhe falta e se remedeia pelo cuidado e economia dos mesmos chefes".

O panorama geral

Fugindo da invasão napoleônica na Europa, Dom João chega ao Brasil com a intenção de capacitar a organização militar para a luta que poderia se propagar na América do Sul.

Em 1808, inicia o governo joanino uma série de medidas reorganizadoras da força militar do Brasil, a ponto de se poder classificá-la como a "fase orgânica" de nossa força terrestre, conforme o Gen José Maria Moreira Guimarães.

Citam-se, entre outras, as seguintes medidas: no Rio de Janeiro, a criação do 1º Regimento de Cavalaria com oito companhias e base nas unidades de cavalaria do esquadrão já existente desde a fase anterior; da Guarda Real do Príncipe; de um batalhão de caçadores em 1809; de um corpo de artilharia a cavalo; e de artífices do Arsenal do Rio de Janeiro. A criação de academias militares, em

especial a Academia Real Militar, deve aqui ser lembrada pelos grandes reflexos que teve sobre a estrutura militar do Brasil a partir do último quartel do séc. XVIII.

Em 1813, formaram-se um corpo de tropa de linha na Bahia e um batalhão de mesma característica no Ceará. No ano seguinte, o mesmo tipo de tropa no Piauí.

Em S. Paulo, ocorreu total reorganização, passando a Legião, há longo tempo no sul, a ter três batalhões de infantaria, quatro esquadrões de cavalaria, duas baterias de artilharia a cavalo e uma companhia de artilharia-cavaleiros; o regimento de infantaria independente dividiu-se em 1º e 2º Batalhões de Caçadores; instituiu-se um regimento de cavalaria de milícias, com estado-maior e quatro esquadrões formados por destacamentos dos três regimentos de cavalaria de milícias da capitania; manteve-se, na praça de Santos, o regimento de caçadores, datado de 1766; as Milícias constavam de 11 regimentos de infantaria, três de cavalaria e dois de artilharia, tirando-se dos de cavalaria as praças que integraram o regimento de voluntários de milícias a cavalo.

No sul o RS, já independente de SC, teve a tropa reorganizada com um regimento de dragões (956 homens) e um batalhão de caçadores com 601 homens.

Em 1815, houve a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarve. Neste mesmo ano desaparecia o perigo napoleônico. Exigida por necessidades das campanhas sulinas, chegou de Portugal a Divisão de Voluntários Reais com dois batalhões de caçadores, três esquadrões de cavalaria e uma companhia de artilharia com 4.830 homens. Era uma tropa veterana.

Na mesma época, houve nova reorganização do exército português: o serviço militar continuou a ser obrigatório e geral; as tropas eram de linha, milícias e ordenanças; estas últimas com o pessoal destinado ao recrutamento das primeiras; na tropa de linha o tempo de serviço era de doze anos, e o efetivo era o preestabelecido em tempo de paz.

Terminou o antigo sistema das ordenanças, que vinha da organização sebástica (1570) e que foi a base da estrutura militar do Reino e do Brasil durante 2,5 séculos. O epílogo foi lento e não mutilou a organização militar lusa, pois desde o séc. XVIII já se preparavam as milícias para ocupar o lugar das ordenanças.

A revolução de 1817 no NE acarretou, por sua vez, além do deslocamento de várias unidades, a criação, na Bahia, do regimento chamado da Restauração de Pernambuco, e a vinda de ponderável reforço de Portugal, do qual ficou, no Recife, o 2º Regimento de Fuzileiros; na Bahia, o 12º da mesma arma; e, no Rio de Janeiro, o 3º de Caçadores, o 5º de Fuzileiros, uma companhia de artífices-engenheiros e uma brigada de artilheiros-condutores. Esses elementos e outros fiéis à causa portuguesa tentaram, anos depois, obstar o movimento da Independência no Rio de Janeiro, em Montevideu e na Bahia, principalmente.

O Rio Grande do Norte, no mesmo ano, deixou de ser capitania subordinada a Pernambuco. Santa Catarina foi também declarada independente, e nesta foi criado em 1819 um corpo de artilharia, uma companhia montada e outra a pé, com o respectivo estado-maior. Alagoas e Sergipe, em 1820 separaram-se, respectivamente, de Pernambuco e da Bahia. Nesse mesmo ano foi criado o esquadrão de cavalaria de SP e, em 1821, foi incorporada ao Brasil a Banda Oriental, atual Uruguai, como província do Reino Unido (Província Cisplatina).

Por fim, devem ser mencionadas outras medidas do governo de D. João que se refletiram direta ou indiretamente na organização militar: criação da polícia militar, 1809; desdobramento da brigada de cavalaria de milícias em dois regimentos; aumento do Batalhão de Caçadores Henriques para regimento, no RJ; inauguração de novas oficinas na fábrica de armas; instalação de várias fábricas de espingardas em MG; organização das divisões dessa província; criação de pedestres⁵³, dragões, pretos, pardos, polícias e milícias na Bahia, RS, Ceará, Goiás, Mariana e Ouro Preto; fundação do Regimento de Lanceiros Guaranis, composto de índios, nas Missões; criação da artilharia do Maranhão, 1815; de corpos de tropa no Rio Grande do Norte, no Rio Negro, no Maranhão, Sergipe e Espírito Santo; a divisão do Rio Doce em MG, e a da fábrica de pólvora do RJ, na Lagoa Rodrigo de Freitas.

O Serviço militar

Tropa de linha: recrutada pelo capitão-general e à disposição deste, pronta para as exigências militares; os oficiais eram nomeados pelo governo central.

- Tropa de 2ª linha ou milícias: conforme o pesquisador francês Auguste de Saint-Hilaire, era organizada com regularidade em infantaria e cavalaria, dividida por distritos e contava com os cidadãos interessados na manutenção da ordem pública. A disciplina era muito boa. Os milicianos deixavam suas famílias e ocupações para ir executar a distância algum trabalho penoso. Os coronéis milicianos eram senhores de engenho, tinham muita influência, suas milícias eram muito bem organizadas e podiam ser convocadas para exercícios. Muitos milicianos atendiam à convocação vindos de lugares distantes. Em SC (1820), eram ocupados no serviço da vila, do Forte de S. Francisco e na ilha de Santa Catarina. Alguns não tinham mais de 14 a 15 anos e, na maior parte, faziam falta em seus lares e plantações. Nas comemorações do aniversário de D. João VI na Ilha do Desterro (SC), todos os milicianos do distrito foram obrigados a comparecer à cidade com antecedência para serem passados em revista pelo governador. O

⁵³ Tropas “fora de linha” de Infantaria a pé recrutadas entre a população e organizadas em Companhias.

visitante inglês John Luccock assistiu a revista da cavalaria e admirou "não só o garbo, como a precisão das suas manobras, tendo-se a impressão de que esses milicianos fossem soldados de linha, desfilaro com muita ordem".

- Tropa de 3ª linha, ou ordenanças: compunha-se de indivíduos incapazes para servir na 2ª linha. A missão era a de defender o país em caso de necessidade.

- Unidades de Milícias e Ordenanças: eram as seguintes (como amostragem) lembrando-se que quase todas as províncias dispunham de tropas de linha, algumas antigas, outras mais recentes.

- Pará (1821): Tropa de Milícias - um regimento e um corpo de milicianos (Belém).

- Rio Grande do Norte (1817) - organização completa: Tropa de Milícias - dois regimentos de Infantaria (um de brancos e o outro de pardos) e uma companhia de Henriques. Cavalaria: quatro regimentos. Tropa de Ordenanças - um regimento de ordenanças montadas (localidade de Portalegre).

- Bahia: Tropa de Milícias - na Capital (1818/19): Infantaria - quatro regimentos, sendo um de Negros Forros, um de Mulatos e dois de Brancos. Cavalaria - um Esquadrão (guarda de honra do governador), organizado com os filhos das melhores famílias e gozando de grande conceito. Artilharia - um Esquadrão de Artilharia Ligeira. No interior: Cavalaria - um regimento e uma legião de tropas mistas da Torre. Efetivo: 16.687 homens de Infantaria, 2.586 de Cavalaria, 659 de Artilharia (19.932 no total). Em 1819, a Bahia tinha 477.912 habitantes, dos quais 143.000 afro-descendentes.

- Espírito Santo (1818): Tropa de Milícias - Infantaria: um regimento com dez companhias. Cavalaria: duas companhias. Artilharia - quatro companhias.

- Goiás (1818): Tropa de Milícias - um corpo de Henriques (900 afro-descendentes livres). Efetivo total: 8.200 homens. Tropa de Ordenanças - efetivo: 2.160 homens.

- Rio Grande do Sul: Tropa de Milícias - Cavalaria: dois regimentos sediados nas Missões, sendo um de índios guaranis.

Apreciação geral

Nesta fase, a organização militar assegurou ao Brasil a sua expansão geográfica máxima: conquista da Guiana e incorporação da Banda Oriental. Para isto contribuíram a Divisão de Voluntários Reais e as tropas que acorreram à Banda Oriental, de outras partes do Brasil, mas especialmente do Sul. A conquista da Guiana, em seus aspectos terrestres, é um feito das tropas do Pará. A nacionalização progressiva, experimentada pela organização, contribuiu, em parte, para a explosão revolucionária em Pernambuco em 1817, e forneceu o apoio militar para o movimento da Independência em 1821/23.

A fundação da Academia Real Militar em 1810 foi fundamental. Ela começou a funcionar em 23 Abr 1811 na Casa do Trem (atual Museu Histórico Nacional) e seu curso tinha sete anos mais um oitavo dedicado à História Militar.

A Revolução Nativista de 1817 em Pernambuco - O significado

A revolução pernambucana de 1817 está na linha das reações nativistas, que se vinham fazendo sentir no Brasil desde o século XVII, presentes as ideias de liberdade, autodeterminação dos povos e de república, inerentes ao século.

Tal como a Inconfidência Mineira, o movimento pernambucano possuía idealismo, pelo qual se sacrificaram os mais destacados chefes. As contradições internas, a falta de preparação e a firmeza ideológica do povo a condenaram, desde o início, ao fracasso. Se vitoriosa, seguindo o resto do Brasil no caminho da Independência e do Império, PE poderia se separar definitivamente das demais.

É sob a visão da integridade nacional que avaliamos o desfecho, mesmo considerando a dureza da repressão. Devem ser condenadas a vingança e a violência das quais foram vítimas revolucionários, simpatizantes ou suspeitos do movimento. Ainda mais quando se sabe que muitas das medidas punitivas foram aplicadas por indivíduos que antes apoiavam a revolução. Se isto põe em evidência uma das muitas contradições que anunciavam o fracasso da tentativa, mostra também uma fraqueza, oferecida para meditação dos que se preocupam com o caráter nacional, através da restauração ou do fortalecimento de sólidos valores morais.

Do ponto de vista da história do exército, o movimento mostra o quanto a força terrestre correspondia à realidade da época. Refletindo o que se passava no seio do povo, apresentava feições contraditórias, mas serviu para atestar a autenticidade e a identificação com o meio social. Ela teve origem na maçonaria.

Sem dúvida, o antagonismo entre militares brasileiros e portugueses, atrasos nos pagamentos de um diminuto soldo e as arbitrariedades no recrutamento, só mais tarde corrigidas, concorreram para a revolta, sem tirar-lhe a característica de amor à terra e de nobres ideias políticas.

Por outro lado, quando determinados chefes impuseram a sua autoridade, foram secundados pela tropa, o que, para desgraça da revolução, mais se fez sentir no campo oposto. É exemplo a atitude do chefe sertanejo, capitão-mor José Pereira Filgueiras, pronunciando-se contra a manifestação revolucionária no Crato.

A Força Terrestre na área convulsionada

Cerca de oito mil homens ali serviam. No Recife, dois regimentos de linha, com 1.200 homens, sendo um de artilharia e outro de infantaria. Ao redor do Recife, sete de milícias, dois de afrodescendentes, dois de brancos auxiliares, um de cavalaria e dois de mulatos, ambos auxiliares, que atestavam o poderio dos bem-aquinhoados pernambucanos.

No interior, onze regimentos de cavalaria de milícias distribuíam-se pelas comarcas: o 1º em Goiana; o 2º em Iguaraçu; o 3º no Cabo; o 4º em Serinhaém; o 5º em Porto Calvo; o 6º em Alagoas; o 7º em Penedo; o 8º em Pilão Arcado; o 9º na Barra; o 10º em Flores e o 11º em Cimbres. No RN, duas companhias de infantaria e quatro regimentos de cavalaria de milícias guarneciam Natal. E mais, em Açú o 3º R Cav; no Seridó o 4º R Cav e em Portalegre o 5º R Cav. As fortificações da artilharia espalhavam-se: RN, Três Reis Magos; PE: Pau Amarelo, S. Francisco, S. Tiago do Buraco e Picão e Bom Jesus, Itamaracá e Cinco Pontas. Tamandaré e Brum, foram transformadas em depósito de munições e redutos; em Fernando de Noronha, duas fortalezas, um forte e dois redutos.

No setor da Marinha, um estaleiro naval funcionava normalmente. Teria de se preparar para enfrentar a frota portuguesa.

A morte de um coronel português acende o estopim

O revolucionário Domingos José Martins, natural da capitania do Espírito Santo, após excursão pela Bahia, Pernambuco e Ceará, partiu para a Europa. O companheiro de ideais, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, tomou o rumo da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Ambos eram maçons.

A maçonaria, sociedade secreta de grande influência no Brasil, fomentava discussões políticas e pregava abertamente as ideias de liberdade e república. Governava PE o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, conciliador e tolerante. Sua rede de informações funcionava e intrigava. Um incidente na festa da Estância, celebrada anualmente para comemorar a derrota holandesa, tumultuou o ambiente de paz. Um alferes do Regimento dos Henriques, miliciano preto, surrara um português que injuriava brasileiros. Duvidou-se da fidelidade dos oficiais brasileiros à Coroa. Temendo propagar a insurreição, lançou o governo um manifesto à tropa. Um Conselho de Guerra decidiu a prisão dos implicados civis e militares. Entre eles, três capitães de artilharia, Domingos Teotônio Pessoa de Melo, José de Barros Lima e Pedro da Silva Pedroso, um tenente da mesma arma, José Mariano Albuquerque, e um ajudante de infantaria, Manoel de Souza

Teixeira. Caberia ao Marechal José Roberto Pereira a prisão dos civis e, aos comandantes dos regimentos, a prisão dos militares. Os civis e o ajudante Teixeira foram presos facilmente.

Em 6 Mar 1817, o Brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro, português, ao dar ordem de prisão ao Capitão José de Barros Lima (o Leão Coroado) foi atravessado à espada por este. Este ato teve a participação do seu genro, o Tenente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti. O governador recebeu o aviso dos oficiais portugueses do regimento de artilharia. O ajudante de ordens, enviado para abafar o motim, também morreu quando tentou penetrar no quartel de Paraíso. A revolução, planejada pelos maçons para a Semana Santa simultaneamente em PE, no RJ e na Bahia, havia surgido prematura no Recife.

A Pátria, nossa mãe comum

Domingos José Martins, o capitão Domingos e outros oficiais, uma vez soltos, começaram a agir para a implantação da nova ordem política. O Governador, com um contingente de soldados, alguns oficiais e abundante munição, refugiou-se no Forte do Brum. Em um conselho de cidadãos brasileiros, proclamou-se ao povo a legitimidade da insurreição. Organizou-se o ataque a essa fortificação e destacou-se um contingente de trinta soldados, comandados pelo capitão Amaro Francisco de Moura, para Olinda. O capitão Domingos, à frente de 800 homens, assediou o forte. Este capitulou. O Governador, sem qualquer resistência, embarcou para o Rio de Janeiro. 7 Mar 1817: a revolução vencera!

Foi eleito um governo provisório, de caráter republicano, nos moldes do que ocorrera na França: padre João Ribeiro Pessoa - classe eclesiástica; Capitão Domingos - militar; Manoel Correa de Araújo - agricultura; José Luís de Mendonça - magistratura; e Domingos José Martins - comércio.

Uma proclamação ao povo, em linguagem veemente e precisa, procurou unir brasileiros e portugueses, apelando para a pátria nova que nascia... "Pátria, nossa mãe comum... sois portugueses, sois americanos, sois brasileiros, sois pernambucanos". Resplandecia o espírito nativista.

Atos do Governo Provisório

Em 8 Mar, o decreto melhorando os vencimentos militares causou descontentamento na tropa. Um coronel de artilharia ganharia 100 mil réis, mais que os infantes e caçadores. Por outro lado, as promoções não foram consideradas justas e imparciais. A inquietação foi aplacada pela equiparação de vencimentos e

melhoria nas promoções. Deliberou-se que todos os atos da Junta seriam datados da segunda era da liberdade pernambucana. A primeira, foi a libertação do domínio holandês. O espírito liberal, tal como o da Revolução Francesa, dominava. Convocou-se a Igreja para, em pastoral, ensinar o perfeito acordo que reinava entre a religião de Cristo e a liberdade. As repartições públicas abriram as portas, e alguns cônsules puseram-se em relação cordial com o governo revolucionário. Tratou-se, por fim, de estender o domínio republicano a toda a capitania e às vizinhas.

Alastra-se o ideal republicano

A revolução se propagou pelo interior (Itamaracá e comarca de Alagoas) e o governo de Dom João se preparou para a repressão. Na Paraíba, tropas sob o comando de André Dias de Figueiredo e Manuel Clemente Cavalcante, partindo de Itabaiana e passando por Vila do Pilar, marcharam sobre a capital, onde o governo passou às mãos do Cel Amaro Gomes e do Ten Cel Estevão Carneiro, os quais, em 14 Mar, proclamaram a república e hastearam a bandeira da liberdade. No dia seguinte, dois mil homens, ao comando do Sargento-Mor Antônio Galdino Alves da Silva foram aclamados na capital da Paraíba. No RN, André de Albuquerque Maranhão, à frente de 50 soldados paraibanos, proclamou a república no dia 29 Mar, mas sem manifestação de interesse por parte do povo.

Para obter recursos, novas adesões e apressar o reconhecimento da nova república pelas nações amigas, os chefes pernambucanos enviaram emissários ao Ceará (subdiácono José Martiniano de Alencar) e à Bahia e Alagoas o Padre Roma (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima). Para os EUA foram Antônio Gonçalves da Cruz (o Cabugá) e o Tenente Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, com dinheiro para comprar armas e munições, obter reconhecimento da República de PE e recrutar franceses e norte-americanos para a luta. Cabugá não foi recebido por James Monroe. Para a Inglaterra, onde se encontrou com Hipólito José da Costa, que se declarou contrário, foi o comerciante inglês Henry Koster. Em 29 Mar na Bahia foi fuzilado por insurreição o Padre Roma e José Martiniano foi preso no Crato. Mas nenhuma derrota abateu o ânimo dos revolucionários.

Em 3 Abr, com a tropa formada no Campo do Erário - atual Praça da República, efetuou-se a bênção da bandeira e do laço nacional azul e branco. A bandeira, que é a mesma atual, é um retângulo dividido horizontalmente em dois campos, azul em cima e branco em baixo. No branco existe uma cruz latina vermelha. No azul, um sol refulgente ao centro encimado por um arco-íris verde, amarelo e

vermelho, sob uma estrela prateada. O comandante de cada regimento jurou defender até à morte a nova bandeira.

O Brasil - uno e grande, em todas as épocas

A população de Alagoas (AL), como a do RN, não demonstrou entusiasmo pela república, mas os ricos proprietários sim. Uma força naval organizada em PE para conduzir José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, nomeado Governador civil e militar de AL, não pode zarpar. Três navios enviados por D. Marcos de Noronha e Brito - o Conde dos Arcos, para bloquear a capital (a velha cidade das Alagoas) forçaram o desembarque dos revolucionários. Uma coluna de 60 infantes e 20 artilheiros revolucionários seguiu por terra para Penedo e a outra seguiu embarcada ao longo do litoral. Aproveitando o êxito, o Conde organizou uma força terrestre, espalhou emissários e condenou à morte os traidores. Penedo e Vila Nova renegaram a revolução e retornaram à monarquia.

O Capitão Manuel Duarte Coelho, realista, marchou contra José Mariano. O combate foi no rio Porto das Pedras e já durava quatro horas quando um alarme falso causou a retirada dos revolucionários. A perseguição realista foi implacável.

A república, todavia, procurou reagir. Decretou-se pena de morte para os pernambucanos que não assentassem praça nas tropas de linha. Proclamou-se que a Pátria estava em perigo e prometeu-se liberdade com foros de cidadão a escravos que se apresentassem como voluntários para servir à república.

A 23 de abril, a esquadra do Almirante Rodrigo Lobo chegou a Recife. Era composta por uma fragata, uma charrua e duas corvetas que logo efetuaram o bloqueio naval da capital. Empregou-se a arma psicológica, lançando-se proclamações anti-republicanas na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

O governo de Pernambuco começou a esmorecer e sua sede foi transferida para Soledade. Começavam a fraquejar os suportes em que se assentava a república. No RN, a multidão levantou-se aos gritos de "Viva el-Rei", sendo André de Albuquerque varado à espada por um oficial português.

Na Paraíba, a contra-revolta realista estendeu-se a Pilar, Itabaiana e Pacatuba. Amaro Gomes foi preso e executado. José Peregrino, seu pai, e mais três oficiais foram recolhidos ao Forte de Cabedelo. José de Barros Falcão de Lacerda, que voltava de Fernando de Noronha com dois navios repletos de pessoal e material, foi preso ao desembarcar na baía da Traição.

Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, também não foi feliz nos Estados Unidos. O governo norte-americano não quis dar apoio à revolução. A pequena

quantidade de armamento vindo e os três oficiais franceses praticamente quase nada representaram. A monarquia ia recuperando terreno.

A reação reinol

Chegou à Vila Nova, a 10 Mai, a tropa reinol enviada pelo Conde dos Arcos, sob o comando do Marechal Joaquim de Melo Cogominho de Lacerda. O corte do rio São Francisco, mesmo no curso inferior, era facilmente bloqueável por força de pequeno efetivo. Mas nada havia e Cogominho prosseguiu.

O governo provisório de PE lançou um manifesto declarando a "Pátria" em perigo. Tentou, através de guerrilhas conter, inutilmente, o movimento contra-revolucionário. Os insucessos foram se avolumando.

Em Barra Grande, o Capitão Rego Dantas ficou isolado. Intimidado a render-se, declarou que "o sentimento de família, embora altíssimo, perdia todo o seu valor diante do dever patriótico". Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, designado comandante de uma expedição ao sul da Província com o objetivo de proceder junção com o Capitão Rego Dantas e bater o inimigo, contava apenas com 30 praças de infantaria, três peças de artilharia e alguns civis.

A tropa reuniu-se no Engenho Velho do Cabo, tendo como secretário Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca. Sabendo que no Engenho Utinga existia um foco de realistas, deslocou-se naquela direção, à noite. Não foram lançadas vanguardas nem patrulhas que pudessem reconhecer o itinerário. O preço foi caro. Ela foi surpreendida por uma emboscada num desfiladeiro e ficou em difícil situação. Por fim, os revolucionários, agindo com firmeza e energia, conseguiram restabelecer o controle e contra-atacar, penetrando no engenho sem resistência. Mas Paula Cavalcanti resolveu se demorar no local, não aproveitando o êxito. Deu tempo ao inimigo para se reorganizar e descuidou da segurança da tropa.

Dominando as elevações da região do engenho, os realistas tentaram novo ataque, mas foram desarticulados pela artilharia revolucionária. Novamente Cavalcanti não soube aproveitar a oportunidade e deixou o inimigo escapar.

No Recife as tropas, num total de quatro mil homens, descansavam. Decidira o governo continuar a combater a contra-revolução. Enviou duas expedições, uma contra a vila de Santo Antão e outra contra as de Pau D'alto e Tracunhaém, sob o comando dos Cavalcantis - Francisco de Paula e José Mariano.

A tropa de José Mariano caiu numa segunda emboscada, conseguiu se recuperar e investiu sobre a localidade, mas não aproveitou o êxito. A força realista do Marechal Cogominho alcançara Serinhaém. Organizaram-se duas expedições republicanas - uma pelo interior, ao comando do Capitão José Francisco de Paula

Cavalcanti, outra com Domingos José Martins, pelo litoral. Cogominho foi informado por agentes sobre o deslocamento dos revolucionários. Seria fácil batê-los por partes. Contra Martins foram destacadas duas companhias de infantaria, duas de pardos de Penedo e a de caboclos de Atalaia. Em Engenho Pindoba, próximo ao rio Merepe, ocorreu o choque. Domingos José Martins foi preso.

A 13 Mai, no Engenho Trapiche, Paula Cavalcanti enfrentou Cogominho, que tinha vantagem de quatro para um. Após uma jornada sem eventos importantes, Paula Cavalcanti buscou retrair, mas o movimento foi percebido pelos realistas e a tropa acabou debandando em pânico, abandonando a artilharia, as munições, a bagagem e a caixa militar, além dos mortos e feridos. Fizeram-se 300 prisioneiros.

Acabou-se a liberdade

Com o retorno de Cavalcanti a Recife, o governo, sem condições de manter-se, buscou a rendição através do comandante da força de bloqueio naval.

Espalhou-se o boato de que todos os europeus seriam degolados e Recife arrasada, se a capitulação não fosse concedida. Dois emissários tentaram obtê-la. Rodrigo Lobo exigiu a prisão dos chefes da revolta, dos Governadores e dos comandantes. O governo revolucionário esmoreceu e se dissolveu, assumindo plenos poderes Domingos Teotônio Jorge. Já era tarde demais e a reação já não podia obter êxito. Recife foi abandonada. Em Paulista, o Padre João Ribeiro se suicidou. A força naval ocupou a cidade. Com a falha da experiência republicana, começou a punição dos revolucionários. Barros Lima teve as mãos e cabeça cortadas (as mãos foram pregadas no quartel e a cabeça fincada num poste, em Olinda), O corpo, amarrado a um cavalo, foi arrastado pelas ruas até o cemitério. Em 6 Ago, Dom João mandou suspender as execuções.

A Revolução liberal do Porto e a Revolução de 1821 no Brasil

A 24 Ago 1820 irrompeu no Porto uma revolução que culminou com a deposição da regência exercida pelo Marechal Beresford em nome do Rei D. João VI e a instalação de uma Junta Provisional de governo. A Junta de governo então formada adotou provisoriamente a Constituição da Espanha e impediu a permanência do Marechal em Lisboa quando ele regressou do Rio de Janeiro onde havia se reunido com Dom João VI.

Foi grave a repercussão desses acontecimentos no Brasil. Embora motivado, em parte, pelos privilégios concedidos ao novo Reino, o movimento recebeu aqui inúmeras adesões, à medida que chegavam as notícias. O ambiente tornou-se

tenso em razão das discussões a respeito do possível retorno da família real e em vista do crescente sentimento liberal entre o povo e também nas forças militares.

A chegada do brigadeiro Providência que trazia notícias sobre a rebelião causou grande perplexidade no Rio de Janeiro. D. João VI vacilava em tomar decisões, emitindo e revogando decretos à medida que os eventos de natureza política e militar se sucediam em atropelo, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Tanto por ações quanto por omissões, o controle da situação escapava das mãos do Rei, que também aguardou inutilmente apoio da Santa Aliança.

Formaram-se então no Brasil três correntes de opinião. Os portugueses liberais exigiam o retorno imediato de toda a corte para Portugal. Os lusitanos absolutistas concordavam com o envio de um representante real para Lisboa, mas desejavam que o Rei permanecesse no Brasil. Os brasileiros pleiteavam a permanência de toda a família real no Rio de Janeiro.

D. João VI procurava protelar a decisão. Os acontecimentos se precipitaram e, a 24 de Fevereiro de 1821, o Rei decidiu enviar D. Pedro a Portugal e constituir dois Governos, regidos por duas Constituições distintas. Dom Pedro acabou não indo a Portugal.

O Exército em 1821

A vinda da família real para o Brasil trouxe benefícios para a organização militar. Criaram-se e reorganizaram-se várias unidades militares. Foram fundados o Supremo Conselho Militar, o Arquivo Militar e a Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas. Desdobrou-se a força militar em todo o território.

Embora comandada em grande parte por oficiais portugueses, a tropa na Colônia era constituída na maior parte por brasileiros. Apesar disso, após a independência política, o ordenamento hierárquico não sofreu um abalo muito sensível com o afastamento dos quadros de comando lusitano.

O Exército nessa época dividia-se em primeira, segunda e terceira linhas. A primeira linha era formada pelo Exército permanente, compreendendo unidades das três armas então existentes - infantaria, cavalaria e artilharia. Na infantaria havia sete regimentos⁵⁴, 17 batalhões, oito corpos e três companhias; na cavalaria existiam cinco regimentos, oito esquadrões e uma companhia; a artilharia de campanha dispunha de duas brigadas, duas baterias e uma companhia; a artilharia de costa contava com dois batalhões, quatro corpos e duas companhias.

⁵⁴ Os "Regimentos" surgiram na Alemanha e na Suíça no séc. XVI. Na Espanha surgiram os terços. O comandante era o Mestre-de-Campo, atual Coronel, seguido do Sargento-Mor, atual Major. Depois, surgiu o intermediário Tenente-Coronel. Tenente vem do latim "Tenens" que significa "aquele que substitui a outrem" (Cidade, 19048, p. 27).

Algumas unidades de infantaria, cavalaria e artilharia estavam agrupadas, formando três legiões - a da Bahia, a de Mato Grosso e a de São Paulo. A legião constituía a maior unidade organizada em tempo de paz. Correspondia mais ou menos à atual divisão de infantaria. Os oficiais portugueses, ainda em grande número, enquadravam a tropa de linha, coadjuvados por oficiais brasileiros.

Ainda havia em 1821 duas grandes unidades exclusivamente portuguesas, consideradas bem adestradas: a Divisão de Voluntários Reais, na Província Cisplatina, trazida para a campanha contra Artigas, e a Divisão Auxiliadora, aquartelada no Rio de Janeiro. Esta última, vinda de Portugal em 1817, iria criar entraves à emancipação política, mais tarde. Possuía quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia (Calmon, 1959, vol. 4, p. 1446).

A tropa de segunda linha, denominada milícia, era constituída de brasileiros e se destinava a manter a ordem interna e atuar como reserva do Exército; tinha suas unidades distribuídas em todo o território, particularmente no litoral. Possuía grande efetivo e grau de treinamento relativamente adequado. Foi a tropa de mais valia com que contaram os patriotas na Independência.

A tropa de terceira linha, ou ordenança, era uma espécie de guarda territorial. Tinha seu emprego limitado aos casos de emergência. O recrutamento da tropa obedecia a três processos: o recrutamento à força, no qual o convocado servia por 16 anos; o recrutamento voluntário, quando a prestação do serviço era de seis anos; e o semestreiro, quando o conscrito servia seis meses no primeiro ano e três meses nos sete anos seguintes.

Nomeavam-se oficiais de milícias de acordo com um processo peculiar. Os postos de oficial superior destinavam-se aos grandes proprietários e a outras pessoas importantes nas Províncias. Os capitães-generais designavam os seus coronéis, cabendo a estes propor aos primeiros os nomes para o preenchimento dos claros de oficial nos respectivos corpos de tropa. Embora previstas para realizarem treinamento militar em períodos intermitentes, muitas unidades milicianas prestavam serviço como unidades de 1ª linha.

A subordinação das tropas de primeira linha localizadas em território brasileiro sofreu influência de natureza política, quer das Cortes Constitucionais da Metrópole, quer da Regência, o que gerou uma certa confusão. Em algumas Províncias a tropa permaneceu fiel a D. Pedro e em outras subordinava-se diretamente a Portugal. Desta forma, no período de 1821-22, o comando do Exército ficou fracionado entre autoridades com sede no Rio de Janeiro e em Lisboa.

Os surtos revolucionários no Pará e na Bahia

A primeira repercussão dos acontecimentos de 1820 ocorreu no Pará. As tropas de Belém, insufladas por Felipe Alberto Patroni Maciel Parente, estudante de Direito na Universidade de Coimbra, em 10 Dez declararam-se solidárias com a revolta do Porto e com a Junta Provisória de Lisboa, obtendo apoio popular.

O Governador Antônio José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha - o Conde de Vila Flor - estava ausente e foi considerado deposto. O Cel Francisco José Rodrigues Barata, perante a tropa, a 10 Jan 1821, colocou a capitania geral sob a autoridade de Lisboa. Foi composta uma Junta Governativa sob a presidência do vigário capitular, Romualdo Antônio de Seixas, e enviou-se uma delegação às Cortes. Um emissário foi mandado ao Rio de Janeiro para informar D. João VI sobre os fatos ocorridos e as providências adotadas.

Na Bahia houve mais tumultos. O movimento foi chefiado pelos Tenentes-Coronéis Francisco Pereira, Francisco de Oliveira e Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Era grande a efervescência política e as ideias liberais encontravam eco. Vários revoltosos de 1817 que lá se encontravam presos contribuíram para a propagação do movimento. O levante ocorreu a 10 Fev 1821. Diversos oficiais considerados hostis foram logo presos. Perante a tropa formada no Forte de São Pedro leu-se um manifesto que condenava o despotismo e a tirania do regime absolutista e conclamava todos a aceitarem o movimento liberal.

Deslocando-se para a cidade, a força sublevada foi atacada por tropas legais, comandadas pelo Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, mais tarde Marquês de Barbacena. Os legalistas foram derrotados, sofrendo numerosas baixas. Sob aplausos populares, os rebeldes ocuparam a Câmara e aí, em tumultuada sessão em que esteve presente o Marechal Caldeira Brant, proclamou-se a adesão à revolução liberal portuguesa e constituiu-se uma Junta Governativa. Caldeira Brant, sob protesto, assinou a ata, conseguindo, no entanto, substituir no documento a palavra "sujeição" por "adesão" à Junta portuguesa.

Alguns dias mais tarde, a Junta Governativa da Bahia enviou as decisões a Lisboa, solicitando o envio de tropas para enfrentar possíveis reações do Rio de Janeiro. Foram mandados emissários aos Governadores do Maranhão, de Sergipe e de Pernambuco pedindo a adesão dessas Províncias ao movimento. O Capitão-General Francisco de Assis de Mascarenhas - o Conde de Palma - e o Marechal Caldeira Brant embarcaram para o Rio a bordo da fragata inglesa Icarus.

O Príncipe Dom Pedro entre o Rocio e São Cristóvão

Preparava-se Dom Pedro para viajar para Portugal, cumprindo ordens de D. João VI. Agitava-se o Rio de Janeiro com as notícias sobre os eventos revolucionários em Portugal e nas Províncias brasileiras. O Rei procurava, inutilmente, controlar a situação, agindo com prudência e mandando prender os agitadores mais exaltados. Sentiram-se ameaçados os principais articuladores do movimento liberal no Rio e decidiram apressar a revolta. Entre eles, destacaram-se os advogados padres Marcelino José Alves Macamboa e Francisco Romão de Góis.

A pressão era para Dom João VI aprovar a Constituição por antecipação.

Ao alvorecer de 26 Fev 1821, diversos corpos de tropa, sob o comando do português Brigadeiro Francisco Joaquim Carreti, constitucionalista, deslocaram-se prontos para a ação para o Largo do Rocio, hoje Praça Tiradentes, e ali estacionaram. Ciente dos acontecimentos, D. João enviou D. Pedro àquele local, portando decreto em que o Rei se dispunha a aceitar a Constituição que fosse elaborada pelas Cortes Constitucionais portuguesas. O Príncipe enfrentou corajosamente as tropas e o povo, informando-os sobre as intenções de seu pai. Agitaram-se os revoltosos e Macamboa tomou a palavra, exigindo comprometimento imediato do Rei para com a futura Constituição e a demissão do Ministro Tomás Antonio de Vilanova Portugal, bem como de outros Ministros e funcionários.

D. Pedro voltou ao palácio e apresentou a D. João VI as pretensões populares, com as quais o soberano concordou. O Rei substituiu os funcionários e ministros repudiados pelo povo; no lugar de Vilanova entrou Silvestre Pinheiro Ferreira.

Com esses documentos, D. Pedro retornou ao Rocio e, no Teatro São João, sob aplausos da multidão, leu o decreto que escrevera de próprio punho, no qual o Rei aprovava a nova Carta que se elaborava em Lisboa. Quando D. João VI, trazido pelo Príncipe, chegou ao centro da cidade, os animais foram desatrelados da carruagem e o povo a conduziu à mão, entre frenéticas ovações. Houve grande regozijo popular em manifestações que se prolongaram por vários dias.

A partir daí outras Províncias foram aderindo ao movimento liberal. Em Porto Alegre, em 21 Abr 1821, houve um motim do 9º Batalhão de Caçadores, pró-juramento da Constituição de Portugal. Foi reprimido pelo Governador Marechal Manoel Marques de Souza I. No RJ não serenaram os ânimos; mais se agitaram portugueses e brasileiros, uns exagerando a interpretação do liberalismo concedido e outros procurando obter vantagens em benefício da independência. Formaram-se associações secretas que chegaram a avaliar ideias republicanas.

O retorno da família real para Lisboa tornou-se imperativo, embora Dom João não o desejasse, mas foi obrigado a ceder ante os acontecimentos. O decreto que

nomeou Dom Pedro como Regente do Reino do Brasil foi promulgado em 22 Abr 1821. Em 24 Abr iniciou-se o embarque da família real e das quatro mil pessoas que levavam todos os valores e bens que pudessem ser transportados.

Depois dos últimos conselhos ao filho sobre a Regência e a fidelidade a quem a exercia, D. João VI, a bordo da nau que levava seu nome, partiu a 26 de abril. Contemplando a cidade colonial em que vivera mais de 13 anos e que deixava penalizado, o velho monarca sabia que, com a sua partida, se esvaneciam as ilusões de manter o Reino do Brasil, por muito tempo, unido a Portugal e Algarves.

A Guerra da Independência - Crise da Regência

Enquanto a família real deixava o Brasil com destino a Lisboa, agravavam-se aqui as divergências de velhos conflitos de interesses e disputas de autoridade. Os portugueses, com prepotência, não escondiam a intenção de reduzir os privilégios concedidos à Colônia pelo monarca. Os brasileiros, incentivados pelo ideal de independência, dominante nas antigas colônias americanas, procuravam desfazer-se incômoda tutela das Cortes e ver-se livres de agravos e humilhações.

Ao assumir a regência, D. Pedro, em manifesto ao povo, prometia respeito austero às leis, vigilância sobre os juizes e todo o esforço para cumprir a Constituição que fosse promulgada em Lisboa. Pretendia melhorar a educação do povo, desenvolver a agricultura e o comércio e proceder às reformas que possibilitassem a prosperidade do país. Apelava a todos para o acatamento às leis e manutenção da ordem pública. A conjuntura política e econômica, todavia, não propiciava muita tranquilidade. Uma parte das Províncias declarava obediência às Cortes, furtando-se à autoridade do Regente. O déficit financeiro era muito grande. O erário público estava arrasado. As Províncias do Norte, cumprindo ordens de Lisboa, enviavam os saldos das rendas diretamente para Portugal. O movimento comercial declinou. Elevaram-se os preços dos artigos de consumo.

Embora D. Pedro procurasse contemporizar fazendo concessões, adotando medidas de contenção de gastos e ordenando a abolição de impostos vexatórios, crescia a animosidade entre lusitanos e brasileiros. Incidentes frequentes traziam inquietação à comunidade e aumentavam as divergências entre facções.

Em PE, na noite de 21 Jul 1821, o Governador Luís do Rego foi alvejado com um tiro de bacamarte. Houve muitas prisões e um sério conflito próximo à ponte de Olinda. Luís do Rego resolveu renunciar e retirou-se para a Europa. Elegeu-se uma Junta Governativa provisória, presidida por Gervásio Pires Ferreira.

Em Montevideu houve um levante das tropas. Foi criada uma Junta de governo sob a presidência do General Lecór. Decidiu-se que a Banda Oriental continuaria portuguesa, com a denominação já consagrada de Província Cisplatina.

Em São Paulo aclamou-se outra Junta, tendo como Presidente João Carlos Augusto de Oyenhausen e Gravenburg (depois Visconde e Marquês de Aracati). Na Bahia, no Maranhão e no Ceará contestava-se a autoridade do Príncipe D. Pedro, prestando-se obediência diretamente às Cortes Constitucionais.

Enquanto persistia essa situação delicada, em Portugal cresciam os ressentimentos contra o Brasil, com frequentes providências restritivas aos direitos e aos privilégios brasileiros. Vários deputados de nossa representação nas Cortes, como Antônio Carlos, Vilela Barbosa, Pedro de Araújo Lima, Diogo Feijó e Nicolau de Campos Vergueiro, foram obrigados a emigrar para a Inglaterra, tantas eram as coações e os vexames a que se viam submetidos.

Essa crise gerava um ambiente de inquietação e insegurança que, para o Príncipe Regente, se apresentava como um dilema de opção entre brasileiros ou portugueses, entre independência ou recolonização.

A tropa portuguesa nega autoridade a Dom Pedro

A Divisão Auxiliadora, comandada pelo Tenente-General Jorge de Avilez Zurzarte de Sousa Tavares, também Comandante das Armas, e que fora trazida de Portugal para o Brasil na época da Revolução de 1817 em Pernambuco, representava o principal esteio do Partido Português no Rio de Janeiro.

Avilez, de temperamento autoritário e prepotente, estava disposto a intervir e não se conformava com a tendência do Príncipe de buscar uma aproximação com os brasileiros. A Divisão arrogava-se o papel de guardiã constitucional, representante das Cortes e tutora do Regente. Quando este decidiu conceder audiências gerais, o General Avilez reclamou, considerando-as irregulares, pois em sua opinião, eram contrárias à autoridade que as Cortes se avocavam. As intervenções e ponderações do General Avilez tornaram-se audaciosas e impertinentes, colocando, às vezes, o Príncipe em situação constrangedora. Certo dia, com a intenção de praticar exercício de tiro com a tropa de milícias, D. Pedro mandou buscar no quartel da Divisão, como era costume, os canhões necessários. O General Avilez negou-se a fornecer as peças.

Não apenas os militares lusitanos, mas também os civis, partidários das Cortes, consideravam ilegal a autoridade do Regente, pois o Rei, segundo pensavam, não tinha competência para delegá-la.

Com frequência, D. Pedro deparava-se com o dilema de transigir ou reagir. Não dispunha de força militar suficiente para enfrentar a Divisão. Restava-lhe con-temporizar e ir preparando aos poucos uma base de apoio junto à opinião pública que lhe proporcionasse elementos para uma resistência adequada.

Dom Pedro se decide pelos brasileiros

No fim de 1821 já se vislumbrava a emancipação política do Brasil. As tendên-cias foram se radicalizando. Um lado, a completa independência do Brasil; o outro, a total submissão às Cortes de Lisboa.

A autoridade do Príncipe Regente limitava-se ao RJ, SC e RS, pois na maior parte das Províncias a ideia era de obediência a Lisboa. As contrariedades de D. Pedro eram grandes e ele solicitou ao pai autorização para retornar a Portugal.

Brasileiros e portugueses simpáticos à causa procuraram prestigiar e auxiliar o Regente, mostrando-lhe a insensatez da recolonização do país.

No RJ a situação se deteriorava rapidamente. Os Ministros da Regência irrita-vam-se com facilidade e estavam divididos. D. Diogo de Menezes - o Conde de Louzã - insuflou a tropa portuguesa contra os brasileiros. Exaltavam-se os ânimos e aproximava-se o momento em que o Regente teria de decidir entre brasileiros ou portugueses. A oficialidade da Divisão Auxiliadora apoiava os lusitanos.

D. Pedro não escondia a preferência pelo Brasil. Inteligente e corajoso, enfren-tou os militares portugueses e decretou o recrutamento geral para a organização de unidades com tropa brasileira. A medida despertou indignação e protestos.

Foram divulgados os fundamentos da Constituição portuguesa que se prepa-rava. O Conde de Louzã e outras pessoas influentes entenderam que cabia ao Príncipe jurar fidelidade a essa divulgação. Muitos acharam dispensável essa for-malidade, pois o juramento já havia sido prestado. No entrechoque de opiniões, Louzã apelou para as tropas e o Príncipe, contrariado, teve de submeter-se.

Mas as forças exigiram ainda mais. Queriam um Conselho de Estado, respon-sável perante as Cortes, e sem cuja sanção nenhum assunto importante poderia ser decidido. Impuseram a Dom Pedro a demissão do Conde dos Arcos e a cria-ção de uma comissão militar integrante do Comando das Armas.

D. Pedro aceitou as exigências impostas, desiludido com a atitude da tropa portuguesa. O Conde dos Arcos, exonerado, embarcou para Lisboa. Criou-se uma Junta, com nove membros, para auxiliar o governo. Nomearam-se dois adjuntos para o Comandante das Armas. O Regente sentia a necessidade da criação de um exército brasileiro que lhe emprestasse prestígio e amparasse sua autoridade.

Em Lisboa, as Cortes rejubilaram-se com o regresso de D. João, submisso e humilhado. As manifestações políticas adversas ao Brasil aumentaram de intensidade, como se podia constatar pela grande quantidade de decretos de Lisboa.

Os brasileiros reagiram a isso tudo. A exaltação dos ânimos atingiu um ponto culminante quando chegaram de Portugal os decretos 124 e 125, suprimindo os tribunais do Rio de Janeiro e ordenando o regresso do Príncipe "para viajar na Europa e aprimorar a sua educação na França, Inglaterra e Espanha".

Inúmeras entidades políticas, governamentais e privadas subscreveram moções solicitando a permanência de D. Pedro, que hesitava, antevendo as repercussões de sua atitude. A 5 Jan, chegou a representação de MG, trazida pelo Presidente da Junta, Desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcelos. No dia 8, a Gazeta Extraordinária publicou a representação da Junta de São Paulo.

O dia 9 Jan, foi marcado para a audiência de entrega da petição dos fluminenses. José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Câmara (hoje Câmara dos Vereadores), pronunciou um discurso dizendo que "a partida de Sua Alteza Real seria o decreto que teria de sancionar a independência do Brasil". Emocionado, o Príncipe deu uma resposta evasiva, sem definir sua posição. Percebendo o clamor popular, mandou chamar José Clemente à tarde e determinou que riscasse do Livro de Vereança a resposta dada inicialmente e registrasse o seguinte: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico".

Surge um Exército comandado por brasileiros

O "Fico" representava um desafio às Cortes. Os oficiais da Divisão Auxiliadora procuraram esconder a indignação. Ficaram contrariados os partidários da recolonização. O Dia do Fico foi de festejos, na maior ordem. Dois dias depois, entretanto, começaram a surgir indícios de anormalidade nos quartéis. Os oficiais da Divisão Auxiliadora, tendo à frente o Gen Avilez, buscaram expedientes escusos para burlar a decisão de D. Pedro. Para excitar os ânimos, fez-se constar que o comandante da Divisão fora exonerado. No mesmo dia 11 Jan 1822 Avilez, acompanhado de outros generais e de oficiais superiores, visitou os quartéis, provocando solidariedade da soldadesca. As praças percorriam as ruas da cidade quebrando vidraças e provocando os brasileiros, agredindo os que reagiam.

O 3º Batalhão de Caçadores, aquartelado em São Cristóvão, manteve-se fiel a D. Pedro, o que ocasionou grande aborrecimento ao comandante da Divisão.

A atitude dos militares portugueses obrigou o Gen Joaquim Xavier Curado (brasileiro), o Cel Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho (brasileiro) e o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares (português) a convocar os comandados para

apoiar o Príncipe Regente, que decidiu se preparar para se antepor à afrontosa oposição que lhe faziam. Acolhendo a iniciativa dos três chefes militares, resolveu desligá-los do Comando das Armas e encarregá-los de reunir nos quartéis do Campo de Santana os regimentos de linha e os corpos de milícias integrados por brasileiros, sob as ordens diretas da Regência. Mandou aceitar voluntários na Província do RJ e escreveu aos governos de SP e Minas Gerais solicitando reforços.

No RJ e arredores os cidadãos válidos de todas as classes acorreram aos quartéis, disputando o direito de alistar-se no Exército do Príncipe. Em poucas horas formou-se uma legião, vibrante de patriotismo, clamando guerra ao insolente estrangeiro. Mais de seis mil homens, incluindo padres, pegaram em armas.

Ao saber da concentração das forças brasileiras no Campo de Santana Avilez determinou aos oficiais e praças que lá se achavam que se recolhessem às suas residências e devolvessem o material bélico de que dispunham. Mas teve a notícia de que as forças do Campo de Santana só recebiam ordens do Príncipe D. Pedro.

Percebendo a disposição das forças brasileiras, Avilez dirigiu-se a São Cristóvão para apresentar a D. Pedro uma notificação formal de desobediência de um grupo de militares. O Príncipe respondeu-lhe que, como a tropa portuguesa estava insubordinada, dera ele próprio ordens ao Brigadeiro Oliveira Álvares para reunir nos quartéis do Campo de Santana as unidades integradas por brasileiros, a fim de manter a ordem pública. Avilez estava perplexo quando saiu do Paço. Ao ver nas ruas o entusiasmo do povo que ocorria ao Campo de Santana, resolveu voltar à presença do Príncipe para, de forma hipócrita, assegurar-lhe a solidariedade das tropas portuguesas. D. Pedro informou-lhe que, por já ter sido exonerado do cargo de Comandante das Armas, não mais lhe competia preocupar-se com a situação das tropas, subordinadas agora ao Gen Joaquim Xavier Curado.

Criava-se assim, por circunstâncias especiais e fortuitas, uma Força Terrestre integrada por brasileiros e com aspirações nacionais. Era o Exército brasileiro que tomava forma, cujo artífice foi o Gen Curado a partir de 12 Jan 1822.

O atentado contra Dom Pedro

Avilez dirigiu-se ao quartel do Largo do Moura e formulou um plano de seqüestro do Príncipe com oficiais de sua confiança. Tencionava ele surpreender e prender D. Pedro na saída do Teatro Municipal e levá-lo, com a Princesa D. Leopoldina e os dois filhos, para a Fortaleza de São João, embarcando-os na fragata União, que estava pronta para zarpar para a Europa. A ação seria rápida e não daria tempo para a reação das forças brasileiras.

Contavam os conspiradores que, com sua coragem habitual, o Regente não faltaria à sessão de teatro, apesar da atmosfera tensa do momento. As circunstâncias frustraram o plano. Ao anoitecer houve um alarme geral na cidade, já que grupos de soldados portugueses provocavam desordens.

Chegando ao teatro, o Príncipe notou a ausência do Gen Avilez e ordenou ao Brig Francisco Joaquim Carreti que mandasse recolher a soldadesca indisciplinada. Ao terminar o espetáculo D. Pedro foi informado de que a força portuguesa se deslocava para cercar o teatro. Protegido por patriotas, saiu antes, partiu para São Cristóvão, mandou a família para Santa Cruz e passou a expedir ordens para enfrentar a situação. As notícias espalharam-se por toda a cidade e o clima era de revolta geral contra os portugueses.

Dom Pedro expulsa a Divisão Auxiliadora

Avilez não desistiu. Reuniu as forças e tomou posição no Morro do Castelo para bombardear o Rio. O Campo de Santana apresentava extraordinário aparato bélico. Além das forças de 1ª linha, ao lado do Príncipe haviam vários regimentos de milicianos e batalhões patrióticos, formados na ocasião. O povo explodia em aclamações. O Coronel Oliveira Álvares, mesmo enfermo, coordenava as ações.

O Gen Xavier Curado chegou ao amanhecer, foi recebido por ovações populares, leu uma proclamação de D. Pedro concitando todos os brasileiros a pegar em armas contra a "insubordinada e anarquizadora Divisão portuguesa" e se oferecendo para tomar a frente dos patriotas. Com efeito, por volta das oito horas da manhã, o Príncipe surgiu no acampamento e foi recebido com grande entusiasmo.

As duas forças estavam prontas para o confronto. Apesar da superioridade dos portugueses em organização e armamento, não restava dúvida que o fervor patriótico dos brasileiros seria um importante fator.

Antes de ordenar o ataque o Príncipe intimou o general português a retornar com a tropa aos quartéis e se preparar para embarcar para Lisboa. Avilez respondeu com arrogância que não podia obedecer por ser a sua ordem contrária às decisões das Cortes. Ao cair da tarde, recebendo nova intimação, comprometeu-se a transferir as forças para o outro lado da baía, contanto que D. Pedro se responsabilizasse perante as Cortes pela retirada da Divisão e das tropas pagas.

No mesmo dia a tropa portuguesa atravessou a baía e estacionou em Armação, Niterói. Procurou ainda o Gen Avilez ganhar tempo, tentando furtar-se ao compromisso de voltar para o Reino. Contava com reforços de Lisboa, a fim de restabelecer o controle da situação. Em seguida, mandou distribuir um manifesto

à população do Rio de Janeiro e tentou apossar-se da Fortaleza de Santa Cruz. Correu a notícia de que pretendia internar-se no país com toda a tropa, reunindo-se depois na Bahia com o também português Gen Inácio Luís Madeira de Melo.

Por essas razões o Príncipe D. Pedro ocupou o Campo do Barreto, impedindo a comunicação dos portugueses com o interior e bloqueou por mar o acampamento em Armação. A Fortaleza de Santa Cruz continuou com os brasileiros.

Prontos os navios para o transporte das forças, os lusitanos protelaram o embarque, usando vários pretextos. Esgotou-se a paciência do Príncipe e a 9 Fev, embarcado na fragata União, ele se dirigiu a Niterói e intimou Avilez à retirada. Diante das evasivas, D. Pedro retrucou que, se no dia seguinte não iniciassem o embarque, mandaria abrir fogo com os meios de que dispunha. Avilez cedeu à intimação. A 15 Fev zarparam de volta a Portugal os navios com a Divisão. Um dos batalhões desembarcou na Bahia, reforçando as tropas do Gen Madeira.

A expulsão das forças portuguesas marcou nova etapa na preparação da independência brasileira e aumentou o prestígio do Príncipe Regente, em cujas mãos se colocou o destino de nossa emancipação.

As Cortes já haviam decidido enviar outras tropas ao Brasil; 1.200 homens guarneciam a divisão naval comandada pelo Chefe-de-Divisão Francisco Maximiano de Sousa que chegou à baía da Guanabara em 5 Mar, permanecendo ao largo vigiados pelas fortificações costeiras e navios fiéis ao Príncipe. A missão fracassou, não tendo logrado o intento de obrigar o Príncipe D. Pedro a retornar a Portugal. Antes disso, 894 homens desertaram, entre oficiais e marujos - alguns dos quais integravam a guarnição da fragata Real Carolina - passando todos ao serviço do Príncipe. O restante retornou a Portugal duas semanas depois.

José Bonifácio e a crise em São Paulo

Em Jan 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva foi nomeado Ministro do Reino e de Negócios Estrangeiros, dedicando-se à reconstrução da unidade do país dividida pela atitude das juntas provinciais. Assessorando de forma permanente o Príncipe, lutou pela independência do país, conseguiu a aprovação do decreto que estabelecia que nenhuma lei promulgada pelas Cortes portuguesas teria validade sem o Cumpra-se do Regente e promoveu a ida do Príncipe a MG para acabar com as desordens provocadas por adeptos do regime republicano.

Em SP, a Junta provincial fracionou-se em dois grupos: um deles constituído por Martim Francisco, irmão de José Bonifácio, e o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão; o outro tinha como principais figuras o Coronel Francisco Inácio de Sousa

Queiroz, João Carlos de Oeynhausen (Presidente da Junta) e José da Costa Carvalho (Ouvidor da Comarca), considerado mentor dos dois primeiros.

Em face das enérgicas e radicais providências para evitar a corrupção administrativa e as sedições internas, Martim Francisco caiu no desagrado do Presidente da junta e do Cel Francisco Inácio. Foi expulso da Província e embarcou para o RJ, enquanto o Brigadeiro Jordão era mandado para Santos.

Acolhendo Martim Francisco, José Bonifácio convenceu o Príncipe a chamá-lo para o ministério e convocar os três líderes da Junta paulista para prestarem esclarecimentos. Mas estes não atenderam ao chamamento.

D. Pedro deslocou para São Paulo várias unidades militares, nomeando para Governador das Armas da Província o Marechal João Arouche de Toledo Rendon.

Embora o Presidente Oeynhausen tenha se apressado em cumprir as ordens e partir para o Rio, a crise só teria fim com a presença do Regente em São Paulo.

O Norte - grande preocupação

Em todo o norte do país predominavam os partidários das Cortes, conquanto já se notasse, com o tempo, alguma tendência em apoiar o Príncipe.

A província que mais preocupava o Regente e os patriotas do RJ era Pernambuco. O espírito nacionalista pernambucano, associado aos recursos naturais da província, poderiam ajudar a contrabalançar a atitude reacionária da Bahia.

D. Pedro enviou a PE o jovem Antonio Menezes Vasconcelos de Drummond para trabalhar pelo reconhecimento de seu governo. O emissário agiu com habilidade e eficiência. A Junta de PE acabou aderindo à política do Príncipe Regente.

Na Bahia, a nomeação do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo em Fev 1822 para o Comando das Armas ocasionou dificuldades, já que os brasileiros o consideravam seu maior inimigo. A Junta governativa não deu posse ao Gen Madeira, investindo no cargo em 2 Fev o Brig Manuel Pedro de Freitas Guimarães, líder da corrente brasileira. Agindo com determinação, Madeira de Melo prendeu o Brigadeiro, submeteu a Junta e os patriotas e tomou o Forte de São Pedro em 19 Fev, quando a Abadessa Joana Angélica de Jesus foi assassinada por soldados portugueses. Ainda assim, a Bahia constituiria um dos últimos baluartes do domínio português no Brasil e palco de muitas lutas pela independência política.

Independência ou Morte!

Embarca para pacificar São Paulo informasse ter cumprido a missão e o Regente

tivesse demitido o Presidente da Junta, esta rogou a D. Pedro que estabelecesse na província um governo semelhante ao de MG e informou que eram infundadas as desconfianças para com o governo local.

O Príncipe resolveu ir pessoalmente a São Paulo, saindo do RJ a 14 Ago 1822. O percurso era ao longo do vale do Paraíba. Na capital paulista, D. Pedro foi muito bem recebido e depois visitou Santos.

Quando regressava a São Paulo recebeu, nas proximidades do riacho Ipiranga, na tarde de 7 Set 1822, o correio de José Bonifácio, Paulo Bregaro, que trazia importantes despachos de Lisboa, com comunicações e comentários do Deputado Antônio Carlos, dos Ministros e da Princesa Leopoldina. Os documentos continham restrições humilhantes adotadas pelas Cortes, diminuindo a autoridade do Regente, anulando a convocação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias e nomeando novo ministério para o Brasil. Anexos, estavam também um decreto que mandava processar o governo de São Paulo e os signatários das petições de permanência de D. Pedro, uma carta de D. João VI revelando claramente que sofria coação e vários outros documentos oficiais e particulares.

Segundo testemunhas, depois de ler a documentação D. Pedro pediu a opinião do Padre Belchior Pinheiro de Oliveira⁵⁵ e recebeu a sugestão de tornar o Brasil independente de Portugal. O padre teria dito o seguinte: "Se vossa alteza não se faz rei do Brasil, será prisioneiro das cortes e talvez deserddado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação". Convocou Dom Pedro, naquele mesmo momento, todos os participantes do séquito e lhes expôs a situação e a descabida imposição das Cortes em relação ao Brasil. Num gesto veemente arancou do uniforme o laço português, dizendo: "Independência ou morte!".

Estava proclamada a Independência do Brasil.

Concluimos aqui a primeira parte da trilogia da Síntese da História do EB. A seguir, nos dois próximos volumes, os períodos Imperial e Republicano.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Velela. Arraial Novo do Bom Jesus. Recife: Graf-torre, 1997.

BENTO, Claudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Brasil - Lutas contra invasões, Ameaças e Pressões externas. Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2014.

⁵⁵ O padre Belchior Pinheiro de Oliveira era mineiro, vigário de Pitangui em MG e, amigo do Príncipe, havia se juntado à comitiva na Venda Nova, ainda na província do Rio de Janeiro.

- BENTO, Claudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Brasil - Lutas Internas (1500-1916). Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2016.
- BIBLIEx. O Exército na História do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; Salvador, BA: Odebrecht, 1998.
- CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1970.
- CIDADE, Francisco de Paula, General. Lutas ao sul do Brasil contra espanhóis e descendentes. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638. Recife: Secretaria do Interior de PE, 1944.
- D'ALMEIDA, José, Dom. Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1942.
- DARÓZ, Carlos. A Guerra do Açúcar. Recife: Editora da UFPE, 2014.
- DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras. São Paulo: IBRASA, 1996.
- EME. História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um povo. Brasília: EME/IBGE, 1972.
- ESTIGARRIBIA, Pedro Paulo Cantalice, Coronel. Episódios Militares. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- FILHO, Jorge da Cunha Pereira. Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. In: Boletim do Projeto "Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira", Ano 03, nº 12, 1998, p. 19-21.
- FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. O negro na história do Rio Grande heroico: (1725-1879). Passo Fundo, RS: Diário da Manhã, 2010.
- GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Rio Pardo e a Defesa das Fronteiras. Porto Alegre: CopyStar/AHIMTB/RS, 2018.
- _____. As Campanhas de 1810-1820 na Região do Prata. In: As Guerras dos Gaúchos. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- GOLIN, Tau. Cartografia da Guerra Guaranítica. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Artes e Comunicação, Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 10.
- LEMONS, Juvêncio Saldanha. A Saga no Prata. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009.
- MAGALHÃES, João Batista, Cel. A evolução militar do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001, 3ª edição.
- MIRALES, Jose de, Don. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Annaes da Biblioteca Nacional; Tipografia Leuzinger, 1900.
- RIO BRANCO, Barão do. Efemérides Brasileiras. Brasília: Gráfica do Senado, 1999.
- WHELING, Arno; WHELING, Maria José. Exército, milícias e ordenanças na Corte Joana: permanências e modificações. In: Revista Da Cultura/FUNCEB, ANO VIII/Nº 14, 2008 (http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf).

Fonte eletrônica:

<http://dvr18151823.blogspot.com/2016/10/batalha-de-sao-borja-3-de-outubro-de.html>

ACABAMOS A IMPRESSÃO DESTA OBRA
NO INVERNO DE 2019.
EDIÇÕES RENASCENÇA
FONE: (51) 3334.4399
renascencaedicoes@gmail.com

